

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**APLICADAS/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO**  
**TRÊS RIOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO**

**TINHA UMA VILA NO MEIO DO CAMINHO: AÇÕES DE**  
**RESISTÊNCIA EFETUADAS PELOS MORADORES DA VILA**  
**AUTÓDROMO CONTRA AS REMOÇÕES PARA AS**  
**OLIMPÍADAS DE 2016**

**GABRIELA IZABEL DE ALVARENGA**

**2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO  
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**TINHA UMA VILA NO MEIO DO CAMINHO: AÇÕES DE  
RESISTÊNCIA EFETUADAS PELOS MORADORES DA VILA  
AUTÓDROMO CONTRA AS REMOÇÕES PARA AS OLIMPÍADAS DE  
2016**

**GABRIELA IZABEL DE ALVARENGA**

*Sob a Orientação do Professor*

**Dr. Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Administração**, no Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Área de Concentração em Gestão e Estratégia

Seropédica  
Junho, 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A473t

Alvarenga, Gabriela Izabel de, 1988-  
TINHA UMA VILA NO MEIO DO CAMINHO: AÇÕES DE  
RESISTÊNCIA EFETUADAS PELOS MORADORES DA VILA  
AUTÓDROMO CONTRA AS REMOÇÕES PARA AS OLIMPIADAS DE 2016  
/ Gabriela Izabel de Alvarenga. - 2018.  
186 f.: il.

Orientador: Leonardo Vasconcelos Cavalier  
Darbilly. Dissertação (Mestrado). -- Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO/ MESTRADO ACADÊMICO EM  
ADMINISTRAÇÃO, 2018.

1. Organizações Alternativas. 2. Resistência. 3.  
Remoções. 4. Vila Autódromo. I. Vasconcelos Cavalier  
Darbilly, Leonardo, 1981-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO/ MESTRADO ACADÊMICO EM  
ADMINISTRAÇÃO III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

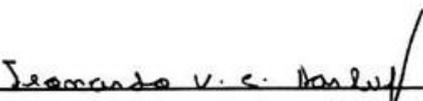


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios  
Programa de Pós-graduação em Administração-PPGA  
Mestrado Acadêmico em Administração-MAA

**GABRIELA IZABEL DE ALVARENGA**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Administração, na área de concentração em Gestão e Estratégia.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/06/2018**

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly

Orientadora – Presidente

Membro Interno

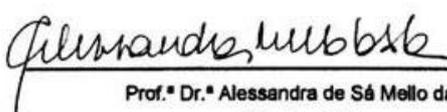
UFRRJ

  
\_\_\_\_\_

Prof.ª Dr.ª Janaina Machado Simões

Membro Interno

UFRRJ

  
\_\_\_\_\_

Prof.ª Dr.ª Alessandra de Sá Mello da Costa

Membro Externo

PUC/RIO

O lugar da Academia é o lugar de fortalecimento das nossas pautas. É o lugar do movimento social, da sociedade civil, de diálogo sobre as pautas que são fundamentais. A Academia tem que fortalecer a agenda do movimento social.

Marielle Franco

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus avós: Hilda, Wilson, Lourdes e Chico (ou Mazinho) por me ensinarem a ter fé.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã por me apoiarem sempre.

Ao Rodrigo por todo incentivo e carinho.

Aos meus amigos de longa data por compreenderem minhas ausências. Aos meus amigos de turma: Monique, Tamires, Loreane, Elines, Renato, Natalia, Phillipe, Camila, Célio, Verônica, Gabriel, Dayse; e, aos amigos da Viação Coroné: Renner, Victor e Luana; por tornarem o processo mais leve e agradável.

Ao meu orientador Leonardo Darbilly por toda paciência, atenção, apoio e ensinamentos.

A todos os meus familiares, especialmente, aos meus primos Ana Luiza, Raphael e Mariana.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por ter um corpo docente comprometido com o desenvolvimento dos alunos. Agradeço aos Professores: Bianca de Castro, Janaína Simões, Fabiana Saboia, Severino Pereira, Isabela Fogaça, Jorge Saldanha, Luiz Leandro, a Professora e coordenadora Maria Gracinda Teixeira e ao meu orientador Leonardo Darbilly; por terem lecionado disciplinas que nos tornaram pessoas melhores. Professora Maria Gracinda, agradeço a você e à Secretária Alzenira por toda atenção e prontidão para sanar nossas dúvidas.

Agradeço à minha banca de qualificação: Professora Alessandra de Sá Mello da Costa, Professora Janaína Simões e Professor Leonardo Darbilly por todas as contribuições.

Agradeço a todos os entrevistados por colaborarem diretamente para a realização desta pesquisa.

Agradeço à Vila Autódromo por tudo que me ensinou.

## RESUMO

ALVARENGA, Gabriela Izabel de. **Tinha uma Vila no meio do caminho: Ações de resistência efetuadas pelos moradores da Vila Autódromo contra as remoções para as Olimpíadas de 2016.** 2018. 186 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2018.

A história da cidade do Rio de Janeiro é marcada por diversas fases de políticas remocionistas que oscilam em quantidade e em estratégias. Nas primeiras décadas dos anos 2000, com a preparação da cidade para os grandes eventos, a questão das remoções tornou-se ainda mais evidente, principalmente nas regiões da Baixada de Jacarepaguá, onde se localizam os bairros Barra da Tijuca e Recreio (BRUM, 2013). O Rio de Janeiro recebeu o Pan-americano em 2007, a Copa do Mundo em 2014 e, os Jogos Olímpicos de 2016. Em relação ao último, com a justificativa de cumprir um conjunto de intervenções urbanísticas preestabelecidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) (MASCARENHAS, 2014), a prefeitura multiplicou as parcerias com as iniciativas privadas. Contudo, atender a essas exigências envolve um alto dispêndio de recursos. Além disso, há uma tendência de a cidade-sede aproveitar o megaevento para apostar na construção de projetos homéricos de paisagem urbana a partir da coalizão governamental com grandes interesses imobiliários e do setor de construção civil (MASCARENHAS, 2014). Assim, acirrou-se no Rio de Janeiro o processo de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996) e a cidade passou a subordinar-se mais fortemente aos interesses do grande capital. Dentro deste contexto, o Parque Olímpico, que viria a ser o principal palco dos Jogos de 2016, e as suas demais infraestruturas seriam construídos onde estava localizada a comunidade Vila Autódromo. Contudo, na medida em que aumentava-se a possibilidade das remoções acontecerem na comunidade, aumentava-se a contestação a esse processo. Diferentes grupos questionavam a necessidade, a legalidade e os interesses envolvidos. Com isso, ampliou-se a luta contra as remoções na comunidade que se tornou símbolo de resistência. A partir disso, o objetivo desse estudo é analisar como os moradores da Vila Autódromo resistiram às remoções efetuadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro devido aos Jogos Olímpicos de 2016. Essa luta envolveu os próprios moradores e outros diferentes aliados que se organizaram para realizar ações de resistência. Eles nos ensinam, empiricamente, que a organização vai muito além de empresas verticais orientadas pelas políticas neoliberais, restritas à esfera econômica, e que existem para alcançar de forma eficiente objetivos e metas racionalmente preestabelecidos (SOLÉ, 2003; BOHM, 2006; MISOCZKY, 2010; MISOCZKY; MORAES, 2011; PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012).

**Palavras-chave:** Organizações Alternativas, Resistência, Remoções, Vila Autódromo.

## ABSTRACT

ALVARENGA, Gabriela Izabel de. **There was a Village in the middle of the way: Vila Autódromo's Resident's Resistance Actions against Removals for the 2016 Olympic Games**. 2018. 186 p. Dissertation (Academic Master in Administration). Institute of Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, RJ, 2018.

The history of the city of Rio de Janeiro is marked by several phases of removals policies that oscillate in quantity and in strategies. In the first decades of the 2000s, with the preparation of the city for the major events, the issue of removals became even more evident, especially in the areas like Baixada de Jacarepaguá, where Barra da Tijuca and Recreio districts are located (BRUM, 2013 ). Rio de Janeiro hosted the Pan American Games in 2007, the World Cup in 2014 and the 2016 Olympic Games. Related to the last one, with the justification to accomplish with a set of urban interventions pre-established by the International Olympic Committee ( MASCARENHAS, 2014), the city government has multiplied the partnerships with private initiatives. However, to comply with these demands involves a high cost of resources. In addition, there is a tendency for the host city to take advantage of the mega-event to bet on the construction of homeric projects of urban landscape from the governmental coalition with large real estate interests and the civil construction sector (MASCARENHAS, 2014). Thus, in Rio de Janeiro, the process of "urban entrepreneurship" (HARVEY, 1996) intensified and the city became more strongly subordinated to the interests of big capital. Within this context, the Olympic Park, which would become the main arena of the 2016 Games, and others infrastructures would be built where the Vila Autódromo community was located. However, as the possibility of removals increased in the community, the impugment to this process increased. Different groups questioned the need, the legality, and the interests involved to. With this, the struggle against removals has expanded in the community, which became a symbol of resistance. From this, the objective of this study is to analyze how the residents of Vila Autódromo resisted the removals made by Rio de Janeiro City Hall due to the 2016 Olympic Games. This struggle involved the residents themselves and other different allies who organized to carry out actions of resistance. They empirically teach us that the organization goes far beyond neoliberal, narrow-minded vertical companies that exist to efficiently achieve goals and rationally pre-established objectives (SOLÉ, 2003; BOHM, 2006; MISOCZKY, 2010; MISOCZKY; MORAES, 2011; PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012).

**Keywords:** Alternative Organizations, Resistance, Removals, Vila Autódromo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Fases da Coleta de Dados e Outras Informações da Pesquisa.....	26
Figura 2 Porta do Gabinete do Vereador 2 .....	30
Figura 3 Mural do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH).....	31
Figura 4 Banner do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH).....	31
Figura 5 Carro de uma das ex-moradoras .....	32
Figura 6 Banner na Pastoral de Favelas .....	32
Figura 7 Rede de contatos que foram acionados para entrevista e, em seguida entrevistados, a partir do método bola de neve.....	34
Figura 8 Organização dos dados com base nos objetivos.....	36
Figura 9 Imagem aérea da Vila Autódromo antes das remoções.....	39
Figura 10 Entrada arborizada da Vila Autódromo.....	44
Figura 11 Imagem aérea da Vila Autódromo.....	47
Figura 12 Mapa da Resistência .....	60
Figura 13 Demolição de Casas sem retirada de escombros .....	61
Figura 14 Casas “descharacterizadas” .....	61
Figura 15 Fluxo de tratores .....	63
Figura 16 Poeira na Vila Autódromo .....	64
Figura 17 Falta de iluminação na Vila Autódromo.....	64
Figura 18 Árvore marcada para ser cortada na Vila Autódromo.....	66
Figura 19 Morador agredido .....	67
Figura 20 Guarda Municipal na comunidade.....	67
Figura 21 Reunião na Igreja Católica sobre o Plano Popular .....	83
Figura 22 Evento sendo realizado na Igreja Católica .....	83
Figura 23 Tenda vista pela pesquisadora .....	116
Figura 24 Desenho .....	117
Figura 25 Logo Museu das Remoções.....	117
Figura 26 Demarcação de locais no mapa com moradores.....	118
Figura 27 Mapa da comunidade.....	119
Figura 28 Morador segurando um pedaço do muro escrito “Associação de Moradores” .....	120
Figura 29 Sopa distribuída aos presentes .....	120
Figura 30 Muro escrito “Associação de Moradores” .....	121
Figura 31 Frase em muro contra as Olimpíadas .....	121
Figura 32 Casa com bandeira do Brasil .....	122
Figura 33 Moradora mostrando placa com número de árvore que deveria ser replantada ....	122
Figura 34 Piscina da casa.....	123
Figura 35 Churrasco feito pelos moradores para quem estava presente na Vila Autódromo	123

Figura 36 Eletrodomésticos de casas que seriam demolidas ou que já haviam sido demolidas .....	125
Figura 37 Tenda na Vila Autódromo no dia 14 de maio de 2016.....	127
Figura 38- Muros com frases de indignação escritas por moradores.....	128
Figura 39: Crianças olhando o <i>container</i> , a casa provisória.....	129
Figura 40: Criança observando os escombros.....	130
Figura 41: Casa vendendo refeição .....	130
Figura 42 Pesquisadora auxiliando a construção da escultura com um dos netos de uma moradora .....	132
Figura 43: Escultura “Suporte dos Males”.....	132
Figura 44: Escultura “Vila de todos os santos”.....	133
Figura 45: Escultura “A associação sou eu” .....	134
Figura 46 Escultura “doce infância” .....	135
Figura 47: Escultura “Espaço Ocupa e casa da Conceição Queiroz” .....	135
Figura 48: Escultura “Penha e muitas faces” .....	136
Figura 49: “A luz que não se apaga”.....	137
Figura 50: Demolição da casa.....	138
Figura 51 Presente recebido pela pesquisadora .....	139

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 Tipologias de Resistência.....	19
Quadro 2 Visitas a campo .....	126

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPAD - Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEB'S - Comunidades Eclesiais de Base

CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana

COI - Comitê Olímpico Internacional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ENEO - Encontro Nacional de Estudos Organizacionais

FAFEG - Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara

FLUPP - Festa Literária das Periferias

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ - Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

NEPHU/UFF - Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense

ONG's – Organizações não governamentais

TO's - Teorias Organizacionais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Problema De Pesquisa.....	3
1.3 Objetivos .....	3
1.3.1 Objetivo geral.....	3
1.3.2 Objetivos específicos .....	3
1.4 Justificativa .....	3
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	6
2.1 O Processo de Remoção na Cidade do Rio de Janeiro .....	6
2.2 Organizações de Resistência.....	14
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	26
3.1 Delineamento da Pesquisa .....	26
3.2 Coleta de Dados .....	26
3.2.1 Pesquisa Documental .....	26
3.2.2. Observação Participante.....	28
3.2.3. Entrevista Individual .....	30
3.3 Sujeitos da Pesquisa.....	33
3.4 Análise de Dados .....	35
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	38
4.1 Primeiro Objetivo Específico.....	38
4.1.1 Descrevendo as principais características da comunidade Vila Autódromo .....	38
4.2 Segundo Objetivo Específico.....	49
4.2.1 Analisando o processo de remoção de casas da comunidade Vila Autódromo .....	49
4.3 Terceiro Objetivo Específico .....	69
4.3.1 Analisando o papel das principais organizações relacionadas à resistência no âmbito da comunidade Vila Autódromo.....	70
4.4 Quarto Objetivo.....	89
4.4.1 Analisando as ações de resistência às remoções no âmbito da comunidade Vila Autódromo .....	89
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
<b>ANEXOS</b> .....	114

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

A história da cidade do Rio de Janeiro é marcada por diversas fases de políticas remocionistas que oscilam em quantidade e em estratégias. De forma sintética, é possível citar alguns desses momentos. Em 1808, com a chegada da Família Real (GOMES, 2007); em 1903, com as reformas de Pereira Passos (ABREU, 2013); no 1º Centenário da Independência do Brasil, em 1922, com as obras do prefeito Carlos Sampaio (ABREU, 2013); na ditadura militar (BRUM, 2013); a partir da década de 1980 com a expansão da Zona Oeste (BRUM, 2013) e nas primeiras décadas dos anos 2000 devido à chegada dos Grandes Eventos à cidade (JUSTINO, 2016).

Nas primeiras décadas de 2000, a cidade passou por momentos de forte recepção no que diz respeito a evento. Foi sede do Pan-americano em 2007, da Copa do Mundo em 2014 e, em 2016, dos Jogos Olímpicos. A magnitude do último impactou a cidade em diversos âmbitos. O Rio de Janeiro disputou ao lado de Madri, na Espanha, Chicago, nos Estados Unidos, e Tóquio, no Japão. Em outubro de 2009, as manifestações comemorativas na areia de Copacabana (MARANHÃO, 2009) demonstravam ao mundo a felicidade de grande parte da população por integrar à cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Com a justificativa de viabilizar as obras para receber esse megaevento, a prefeitura, representada por Eduardo Paes, multiplicava as parcerias com as iniciativas privadas. Normalmente, a cidade-sede precisa expandir ou melhorar a sua infraestrutura, trata-se de um conjunto de intervenções urbanísticas preestabelecidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) (MASCARENHAS, 2014). Atender a essas exigências requer um enorme dispêndio de recursos. Mas, além disso, com o intuito de disputar no cenário global, a cidade-sede aproveita o megaevento para apostar na construção de projetos homéricos de paisagem urbana, a partir da coalizão governamental com grandes interesses imobiliários e do setor de construção civil (MASCARENHAS, 2014).

Dentro dessa perspectiva, com a aproximação dos Jogos Olímpicos de 2016, acirrou-se na cidade o processo denominado por Harvey (1996) de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996). Isto é, ampliaram-se no município estratégias relacionadas à política mercadológica, para torná-lo palco de grandes investimentos públicos e privados. Com isso, foram feitas diversas intervenções, como na Segurança Pública e nos Transportes, com o intuito de tornar a cidade mais atrativa. A questão que emerge é: a cidade passou a ser mais atrativa para quem?

A resposta se dá a partir do objetivo desse processo. O objetivo principal do empresariamento urbano é atrair empresas privadas por meio da criação de pré- condições com o intuito de tornar o investimento empresarial lucrativo, com isso, o governo local passa a de fato sustentar essas empresas privadas, sendo partícipe nos custos de produção (HARVEY, 1996). Essa não é uma questão pontual no Rio de Janeiro. Na realidade, o mundo hoje funciona sobretudo por via das grandes empresas, produtoras de suas normas particulares, cujas vigências são, na maioria das vezes, e por muitos motivos, indiferentes aos contextos em que irão se inserir (SANTOS, 2006). Arelado a isso, a forte mobilidade do capital nos dias de hoje, resulta em recursos destinados a atender às necessidades geográficas destas grandes empresas. Assim, os recursos públicos ficam mais distantes de solucionar problemas sociais, exacerbando as desigualdades.

Neste sentido, a, então, cidade olímpica não se torna apenas detentora de novas instalações e de ajustes nos sistema de mobilidade, ela passa a subordinar-se mais fortemente

aos interesses do grande capital (MASCARENHAS, 2014). Dentro deste contexto, sabe-se que a região da sub-prefeitura da Barra e Jacarepaguá (que engloba outros bairros ao redor como o Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena, Taquara, Praça Seca, Anil, Curicica, Freguesia, Pechincha, Tanque, Cidade de Deus, Gardênia, Itanhangá e Vila Valqueire) foi selecionada para receber instalações para os Jogos Olímpicos de 2016, recepcionando mais da metade dos eventos (TAFKGI, 2014). Desde os anos 80, a Zona Oeste é o foco central da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Houve a partir dessa década, especialmente na Barra e em Jacarepaguá, uma explosão demográfica e quase todos os terrenos passaram a serem ocupados por luxuosos condomínios residenciais, *shoppings centers*, prédios comerciais etc. A Barra da Tijuca passou a ser considerada a "Miami brasileira".

Com a conquista do título de cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, ampliaram-se os interesses especulativos nessa região. Em entrevista ao jornal *The Guardian*, o empresário Carlos Carvalho, proprietário de 6 milhões de metros quadrados na Barra da Tijuca, afirmou que a área da Barra em que se encontra o Parque Olímpico - embora a localização seja em Jacarepaguá, Barra é o nome presente nos documentos do COI - será um local para a "nobre" elite, sem a presença de comunidades pobres (WATTS, 2015).

O Parque Olímpico viria a ser o coração dos Jogos de 2016, principal palco das competições envolvendo o evento. Porém, a região selecionada para a construção do Parque Olímpico e para as demais infraestruturas no entorno não era desabitada. Ao contrário, existia uma comunidade que abrigava mais de mil moradores, alguns deles com Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)<sup>1</sup> (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016). Além disso, essa comunidade, denominada Vila Autódromo, estava resguardada pela Lei Complementar nº 74/2005 como Área de Especial Interesse Social (AEIS)<sup>2</sup>. Fora essas documentações legais, desde 1987, a Vila Autódromo estava organizada por meio da Associação de Moradores Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA). A Associação era regularmente constituída, detentora de estatuto, sede própria e de ampla representatividade.

Apesar dessas garantias legais, os moradores da Vila Autódromo recebem ameaças de remoção desde 1992, inicialmente, por argumentos envolvendo questões estéticas (ver anexo <sup>3</sup>), depois, para abrigar instalações para os Jogos Pan-Americanos, em seguida, para as alças viárias do sistema BRT<sup>4</sup>, depois para a construção do estacionamento e do Centro de Mídia e implantação dos acessos ao Parque Olímpico (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016). Dessa forma, a construção das obras para o Parque Olímpico foi uma dentre as justificativas envolvendo a possibilidade de remoção no local. Porém, a partir daí, a possibilidade tornou-se mais concreta.

Contudo, na medida em que se aumentava essa possibilidade, aumentava-se a contestação a esse processo. Diferentes grupos questionavam a necessidade, a legalidade e os interesses envolvidos. Com isso, ampliou-se a resistência às remoções na comunidade. Moradores e outros diferentes aliados, como pesquisadores de Universidades, movimentos sociais, integrantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, representantes da Igreja Católica, mídias alternativas entre outros, se organizaram para realizar ações de resistência.

---

<sup>1</sup> No segundo mandato de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro (1991-1994), foram outorgados 85 termos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) aos moradores da Vila Autódromo pelo prazo de 30 anos, renovados, na gestão seguinte de Marcello Alencar pelo prazo de 99 anos. A Concessão de Direito Real de Uso é um instrumento de Política Urbana, utilizado em processos de regularização fundiária em de terras públicas e dá o direito de uso de terras públicas para moradia popular. Está prevista no Decreto-Lei nº 271/1967, no Art. 183 da Constituição de 1988, no Art. do Estatuto da Cidade e no Art. 7o da Lei 11.481/2007 (MEDEIROS; MONTEIRO, 2016).

<sup>2</sup> A partir da definição das Áreas de Especial Interesse Social há o reconhecimento da ocupação existente e dos locais destinados para a locação e produção de moradias de famílias de baixa renda, assim, há a aplicação dos investimentos públicos na melhoria das condições habitacionais e urbanísticas desses locais (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2014).

<sup>3</sup> Processo nº 0081973-19.1993.8.19.0001 (1993.001.078414-7) da 4ª Vara da Fazenda Pública do TJ/RJ.

<sup>4</sup> Bus Rapid Transit ou Transporte Rápido por Ônibus. É um sistema de transporte coletivo.

Considerando a crítica feita no estudo realizado por Hollander e Einwohner (2004), que na maioria dos trabalhos publicados sobre resistência não há devida atenção à definição do termo, apesar de os autores invocarem o conceito de resistência em seus títulos, optou-se por apresentar a definição defendida neste trabalho. Defende-se que resistência envolve a defesa de conhecimentos e pontos de vista, de construções a partir de outras visões (MISOCZKY; FLORES; BOHM, 2008).

Assim, por meio das ações de resistência, os representantes das organizações supracitadas em conjunto com moradores e ex-moradores nos ensinam, empiricamente, que a organização vai muito além de empresas verticais orientadas pelas políticas neoliberais que existam para alcançar de forma eficiente objetivos e metas racionalmente preestabelecidos (BOHM, 2006; MISOCZKY, 2010; MISOCZKY; MORAES, 2011; PARKER; FOURNIER; CHENEY et al, 2014).

## **1.2 Problema De Pesquisa**

A partir desse contexto, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa

**Como os moradores da Vila Autódromo resistiram às remoções efetuadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro devido aos Jogos Olímpicos de 2016?**

Para que o problema seja respondido, é necessário alcançar os seguintes objetivos:

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste trabalho é analisar como os moradores da comunidade Vila Autódromo resistiram às remoções realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro devido aos Jogos Olímpicos de 2016.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

Para alcançar este objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever as principais características da comunidade Vila Autódromo;
- b) Analisar o processo de remoção de casas da comunidade Vila Autódromo;
- c) Analisar o papel das principais organizações relacionadas à resistência no âmbito da comunidade Vila Autódromo e;
- d) Analisar as ações de resistência às remoções no âmbito da comunidade Vila Autódromo.

## **1.4 Justificativa**

Do ponto de vista teórico e metodológico, a proposta deste estudo é contribuir para o enriquecimento dos estudos organizacionais críticos no contexto social brasileiro a partir do

espaço disciplinar da Administração. Porém, entende-se ser fundamental a exploração de conceitos de outras áreas disciplinares, tais como a geografia e a antropologia para ampliar a análise do fenômeno.

Com relação a isso, sabe-se que a resistência é um tema que está em evidência em diversas disciplinas (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Assim, observam-se uma série de pesquisas que se propõem a falar sobre esse conceito, que por ter caráter transdisciplinar, característica inerente também a diversas pesquisas na Administração, está ganhando bastante visibilidade nessa área das ciências sociais. Já não se pode mais ignorar a importância de toda gama de grupos da sociedade civil que estão ativamente envolvidos em lutas contra os discursos do *management*. São atores sociais da sociedade civil, incluindo cidadãos que são, por exemplo, indignados sobre a prevalência desses discursos no setor público; moradores que discutem sobre o espaço público ser dominado por uma lógica empresarial; mulheres que questionam o viés masculino nesses discursos; e manifestantes angustiados pela imposição do *management* por organismos multinacionais (SPICER, BÖHM, 2007).

Sendo assim, a predileção por esse tema no campo da Administração relaciona-se à intenção de ir de encontro a preeminente racionalidade instrumental, promotora do pensamento organizacional limitado às lógicas mercadológicas. Para tanto, pretende-se produzir um estudo com base em um referencial teórico que vá além do “enclave social do mercado” (RAMOS, 1989, p. 178). Além disso, acredita-se na existência de formas de organizações diversas e que não pertencem ao modelo empresarial.

Proponho-me a tratar neste estudo a questão das remoções realizadas na cidade do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Este tema acabou fazendo parte da agenda de diversos pesquisadores com seus diferentes olhares. A partir disso, com esta pesquisa, discorro sobre este assunto no espaço da Vila Autódromo.

A escolha por este local envolve um inicial contato da pesquisadora com a comunidade por meio de um vídeo divulgado pelo portal de notícias [g1.globo.com](http://g1.globo.com),<sup>5</sup> gravado no dia 3 de junho de 2015, que mostra moradores machucados por tentarem impedir que uma casa da comunidade fosse demolida. A partir daí, surgiu o interesse por compreender o que estava acontecendo naquela comunidade. Então, a pesquisadora criou uma rotina de idas à Vila Autódromo; passou a assistir, pela Rio TV da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a audiências públicas envolvendo a comunidade; assistiu a documentários; leu reportagens; para então constatar que apesar de ser uma das comunidades com mais direitos adquiridos por conta de uma histórica luta envolvendo a Associação de Moradores da comunidade, a possibilidade de a Vila Autódromo deixar de existir era iminente. A justificativa para isso envolveu diversos argumentos. Mas, quanto mais a pesquisadora tentava compreender esses argumentos, mais percebia a existência de uma relação entre a valorização da área na qual se localiza a comunidade, centro de atenções de grandes construtoras e especuladores, e a remoção (FREIRE, 2013).

Apesar disso, diferente de outras comunidades da cidade, que simplesmente deixaram de existir no período pré Olímpico, como a favela Metrô Mangueira, a Vila Recreio II com 235 famílias e a Vila Harmonia com 125 famílias (CASTRO, 2016); vinte casas "permaneceram"<sup>6</sup> na comunidade Vila Autódromo. O que se viu na Vila Autódromo foi a existência de uma organização que tornou a comunidade símbolo de resistência e motivo de esperança para outras comunidades que também passam pelo processo de remoção (TAFKGI, 2014).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/desapropriacao-na-vila-autodromo-rio-tem-confusao-e-feridos.html>

<sup>6</sup> No dia 12 de abril de 2016, 11 famílias (MERGUIZO, 2016) que não aceitaram nenhuma negociação anterior, assinaram o primeiro acordo coletivo de urbanização para a construção de 20 casas (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016). O acordo estabeleceu o reassentamento dos moradores em casas que, posteriormente, foram construídas pela Prefeitura na comunidade (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016).

A partir desse exemplo de organização que se deu no âmbito da Vila Autódromo, espera-se contribuir para a ampliação dos estudos organizacionais críticos no contexto brasileiro, promovendo a reflexão e a colaboração para formas alternativas de se pensar as organizações. Além disso, os resultados desse trabalho ensejam demonstrar a importância de as políticas públicas envolvendo remoções urbanas da população residente serem amplamente dialogadas, principalmente, com os principais afetados. E que, a decisão pela remoção possa ocorrer de maneira ética, sendo garantidos todos os direitos legais dos afetados por tal política.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão apresentadas as contribuições teóricas para o presente estudo. Considerou-se de extrema relevância contextualizar o processo de remoção na cidade do Rio de Janeiro e apresentar um arcabouço teórico de organizações de resistência para demonstrar que estas políticas associadas ao “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996) e sustentadas pelo discurso do *management* estão sujeitas à contestação.

### 2.1 O Processo de Remoção na Cidade do Rio de Janeiro

De antemão, é importante distinguir a migração gradual da população de deslocamentos repentinos e involuntários, uma vez que são estes que são discutidos no presente tópico. De acordo com Cernea (1993), as quatro principais causas de remoções<sup>7</sup> urbanas são:

- (1) Crescimento econômico urbano, em que a remoção é usada para abrir espaço para novas áreas industriais, corredores de transporte, atividades econômicas ou para outros equipamentos de infraestrutura decorrentes do crescimento econômico (CERNEA, 1993).
- (2) Melhorias ambientais, relacionadas à necessidade de abrir espaço para equipamentos estruturais e infraestruturais para serviços ambientais, sistemas de abastecimento de água entre outros (CERNEA, 1993).
- (3) Melhorias na favela, envolvendo a justificativa do uso de políticas sociais voltadas para a redução da pobreza, do aumento da qualidade e melhoria da vida etc. Que nem sempre são transparentes, ou seja, são utilizados programas de remoção justificados pela implementação de política social, mas que são apenas abordagens veladas para fornecer bens imobiliários valiosos para usuários que possam pagar mais caro por eles. Há uma grande quantidade de remoções, especialmente ocorridas em favelas, "justificadas" por razões estéticas ou para acomodação de grandes eventos (CERNEA, 1993).
- (4) Programas não-urbanos, como a construção de reservatórios que se estendem além das barragens e ameacem submergir cidades existentes, sem ser resultado de projetos urbanos em si (CERNEA, 1993).

Ainda de acordo com o autor, as remoções urbanas podem surgir da combinação de duas ou mais dessas causas, que são, muitas das vezes, entrelaçadas mesmo que uma ou outra permaneça como a principal (CERNEA, 1993). O fato de a justificativa envolver crescimento econômico urbano ou melhoria ambiental, ou a necessidade de acomodar grandes eventos, como jogos internacionais, feiras, conferências, etc; não tornam a remoção menos dolorosa para a população residente (CERNEA, 1993). Na prática, os processos descritos nos grupos (2), (3) e (4) são, geralmente, iniciados pelo governo, enquanto o reassentamento desencadeado pelo crescimento econômico envolve, principalmente, o setor privado (CERNEA, 1993).

Entretanto, de maneira geral, as remoções envolvem diferentes setores e organizações, sendo uma questão de direitos humanos (ONU, 2010), pois afeta diversas esferas. Seus efeitos são profundos, pois, podem desfazer grupos de parentesco e de cadeias informais de solidariedade comunitária (CERNEA, 1994) e, muitas vezes, apesar de ilegal, são

---

<sup>7</sup> Ao longo do texto em língua portuguesa "Reassentamento Populacional e Desenvolvimento"(CERNEA, 1994), o autor utiliza em alguns momentos o termo "remoção" e em outros "reassentamento". Assim como no texto em língua inglesa "The Urban Environment and Population Relocation" (CERNEA, 1993), o autor utiliza "Resettlement" em alguns momentos e "Displacement" em outros. Dessa forma, optou-se, de maneira geral, pelo uso do termo remoção a partir da ideia contida no Guia produzido pela Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada. Pois remoção demonstra ser um termo mais amplo, já reassentamento implicaria na instalação dos moradores em uma nova comunidade, terra ou moradia (ONU, 2010) o que nem sempre de fato ocorre no Brasil.

acompanhadas de brutalidade e violência, ou têm como consequências indivíduos e famílias desabrigados ou sem ter acesso aos meios para sobreviverem (ONU, 2010). As remoções consideradas “pacíficas”, mas, quando injustificadas ou efetuadas sem as devidas precauções, também, são ilegítimas (ONU, 2010). Isso é, se descumprirem alguns critérios legais, como estabelecer um prazo e condições para que a população se prepare para o dia da remoção, assim como, aguardar que comunidade faça um levantamento detalhado de seus bens e direitos que serão afetados (ONU, 2010). Além disso, deve ser dado aviso prévio suficiente, de pelo menos 90 dias ou o tempo necessário que prejudique menos as famílias (ONU, 2010). A data exata da remoção deve ser informada e devem existir condições mínimas para o local de reassentamento (ONU, 2010).

O processo de remoção não pode: utilizar a violência e a intimidação; ser realizado de forma discriminatória; resultar em pessoas e famílias desabrigadas; usar a demolição das casas ou das lavouras como retaliação ou ameaça contra a população; destruir os bens das famílias afetadas e nem ignorar a situação específica de mulheres e grupos em condição de vulnerabilidade, como idosos e crianças (ONU, 2010). Além disso, deve existir o acompanhamento de funcionários públicos devidamente identificados, a fim de que zelem pela segurança da população que está sendo removida, e que apresentem o documento formal que autoriza a remoção; deve haver a presença de observadores independentes devidamente identificados para garantir que não sejam utilizadas força, violência ou intimidação; deve ser feita a comunicação formal da remoção a todos os que serão removidos; é preciso que as pessoas recebam assistência e transporte para a saída, sendo providenciada a retirada de seus pertences (ONU, 2010). Um plano de remoções apressado pode acabar não atendendo a fatores cruciais como atenção aos recursos hídricos, fertilidade do solo e recursos naturais (OLIVER-SMITH, 1991). Além disso, é importante frisar que a relação entre o crescimento econômico urbano e os programas de melhorias nas favelas é mais direta do que se possa parecer inicialmente, pois os locais em que as favelas se encontram podem tornar-se necessários para a expansão comercial (CERNEA, 1993). Quando se intensifica a concorrência por áreas urbanas para atender ao crescimento econômico urbano, os setores público e privado se interessam em forçar a saída dos moradores locais para que essas áreas tenham outras utilidades, que, normalmente, acabam sendo servir a interesses comerciais, bancário ou industriais; sendo, às vezes, construídas residências para populações de renda alta onde antes existiam favelas (CERNEA, 1993).

Nesse caso, as remoções estariam relacionadas à adoção de uma política de "empresariamento urbano" (HARVEY, 1996). Segundo Harvey (1996) esse novo empresariamento possui como característica principal a parceria público-privada que envolve a utilização de poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, envolvendo novos investimentos. Em segundo lugar, a atividade dessa parceria público-privada é empresarial, pois, está sujeita a todos os problemas envolvendo empreendimentos imobiliários especulativos, antagônicos aos empreendimentos imobiliários planejados racionalmente (HARVEY, 1996). Em terceiro lugar, possui mais foco na economia política do local que do território, sendo esta última, relacionada a projetos econômicos capazes de promover a melhoria das condições de vida e trabalho da população daquela área (HARVEY, 1996). Dessa forma, de acordo com Harvey, esse novo empresariamento urbano tem como objetivo o investimento e desenvolvimento econômico por meio de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos em detrimento da melhoria das condições do território. E essas parcerias público-privadas têm se ampliado porque, atualmente, é muito difícil que um empreendimento imobiliário de grande escala exista sem a ajuda substancial do governo local ou sem coalizões envolvendo a gestão local (HARVEY, 1996).

O processo de remoção na cidade não surgiu com a chegada dos megaeventos à cidade. Em 1808, com a chegada da Família Real, 10 mil casas foram pintadas com as letras

PR, de Príncipe Regente, que remetia ao fato de o morador ter que sair de sua casa para que a mesma fosse abrigada por alguém pertencente à realeza. A chegada da Corte ao Brasil foi um grande marco para o processo histórico da cidade, pois o Rio tornou-se o mais importante centro naval e comercial do império (GOMES, 2007). Além de ser o maior mercado de escravos das Américas.

Depois de sua chegada, o príncipe regente decretou a abertura dos portos, o que representou uma grande ameaça ao pacto colonial. Esse fato desencadeou uma intensa atividade comercial no Rio de Janeiro. Mas, o rompimento político realmente se efetivou em 1822, com o objetivo de acabar com as restrições a liberdade de comércio e a autonomia administrativa, impostas pelo sistema colonial (GOMES, 2007).

É importante destacar que a chegada da Corte fez com que a população da cidade duplicasse em menos de duas décadas (GOMES, 2007). E assim, a cidade foi crescendo e recebendo viajantes que fizeram relatos comparando-a com cidades árabes, devido ao ruído do comércio, às casas baixas e ruas sujas e obstruídas, consequência da intensificação do trânsito de homens e de mercadorias. O inglês Thomas Ewbank foi um desses viajantes. Ele esteve na cidade em 1846, e escreveu a “A vida do Brasil” ou “Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras” (BENCHIMOL, 1992). O cenário histórico o qual ele descreve é o de seis anos após o Golpe da Maioridade que dera início ao reinado de Dom Pedro II.

Ewbank aborda sobre importantes traços das casas da cidade. Afirma que já predominavam os sobrados de dois e até três pavimentos, mas, aponta que ainda existiam as casas térreas com paredes de pedras brutas cobertas com argamassa de cal e marga e alguns proprietários coloriam-nas de acordo com sua preferência (BENCHIMOL, 1992). As ruas, de acordo com Benchimol (1992), eram espaços de circulação dos escravos, responsáveis por todos os mecanismos de sustentação econômica, social e urbana da cidade. Já que a força produtiva básica da economia urbana era a força de trabalho dos escravos, que envolvia a circulação de mercadorias e de todos elementos fundamentais para manter a moradia urbana, como esgoto, água etc.

Assim, a relação entre proprietário-escravo era a relação básica existente, mas não a única. Os homens-livres não-proprietários ampliavam o contingente de quem não possuía ocupação ou a possuía de maneira aleatória e incerta, já que por questões econômicas e ideológicas viam-se excluídos da categoria trabalho (BENCHIMOL, 1992). Em 1854, muitas das ruas da freguesia da Candelária, considerado o verdadeiro centro da cidade, pois a maior parte do comércio importador e exportador localizava-se aí, passam a ter calçadas de paralelepípedo (ABREU, 2013). Além disso, passam a ter - por intermédio da iniciativa de Mauá - iluminação a gás, e, em 1862, recebem o serviço de esgoto sanitário (ABREU, 2013). Assim, a passagem da primeira à segunda metade do século XIX caracterizou-se por diversas transformações substanciais tanto no conteúdo quanto na aparência da cidade, que a consolidavam como sede política e grande império comercial.

Entretanto, mesmo como toda a modernização introduzida na cidade, as atividades, em geral, continuavam conectadas ao trabalho braçal desqualificado e, de forma secundária, a estrutura produtiva de base artesanal ou manufatureira (ABREU, 2013). Ou seja, essas relações de produção arcaicas de base escravista conviviam com esses novos elementos capitalistas, gerando contradições no espaço urbano da cidade.

O Centro, mesmo com essas modernidades, era a residência das populações mais carentes da cidade, que sem nenhum poder de mobilidade precisavam localizar-se na área central ou periférica ao centro para sobreviver (ABREU, 2013). A solução encontrada para que conseguissem residir nessa região por um baixo custo foi a construção de cortiços, que eram habitações coletivas insalubres, propensas a expansão de febre amarela. Quando essas pessoas conseguiam algum tipo de trabalho, formal ou ambulante, eram mal remuneradas (CARVALHO, 1987). E a “diária” recebida era trocada por elementos indispensáveis para a

sobrevivência humana ou em créditos para o pagamento do cortiço (BENCHIMOL, 1992). Os cortiços tinham o mesmo estigma social que hoje é dado às favelas, um ambiente propenso à vagabundagem, ao crime e a epidemias.

Os problemas habitacionais, tanto em termos de qualidade quanto em quantidade, se agravavam cada vez mais na medida em que a população crescia (CARVALHO, 1987). Preocupando-se com os efeitos que a degradação das condições habitacionais poderia causar, o Estado interveio por meio da promulgação do decreto de nove de dezembro de 1882 que beneficiava as indústrias advindas dos “surtos” de industrialização da metade do século XIX. Esse decreto isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às indústrias que construíssem “casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia” (LOBO, 1978, p. 470) para seus operários. Em 1893, o então prefeito, Barata Ribeiro, determinou a destruição do maior cortiço que existia na época, o Cabeça de Porco. E, dez anos depois, em 1903, com a reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos, as demolições foram ampliadas e as reformas e reparos dos cortiços existentes proibidas. As obras para o alargamento das ruas centrais e a abertura de novas artérias que atravessavam velhas freguesias artesanais e industriais terminaram destruindo quarteirões de cortiços. Assim, grande parte da população foi forçada a pagar altos aluguéis devido à redução da oferta de habitação ou a mudar-se para subúrbios, já que poucas habitações foram construídas pelo Estado como forma de substituir as que foram destruídas (ABREU, 2013). É a partir deste momento que os morros situados no centro da cidade, até então pouco habitados, passam a ser mais fortemente ocupados, formando as favelas na região, que se tornaram a única alternativa para a população pobre que precisava morar próximo ao local do emprego (ABREU, 2013). O Morro da Providência já era conhecido como Morro da Favela desde 1897, quando começou a ser habitados por militares de baixa hierarquia advindos da revolta de Canudos, emergida no interior da Bahia (ABREU, 2013).

É importante destacar que não se pode afirmar que este fato tenha dado origem às favelas, pois existem diferentes versões quanto ao seu surgimento na cidade. Campos (2010) aponta três versões. A primeira está relacionada com a Guerra do Paraguai (1865- 1870), pois o governo havia prometido alforria aos escravos que fossem combater, mas, quando retornaram não tiveram local para morar, assim, ficavam instalados nas proximidades do Ministério da Guerra, abrindo a possibilidade para se pensar em favelas também na planície (CUNHA, 1985). A segunda é a já citada e defendida por Abreu (2013). A terceira é a defendida por Campos (2010, p. 60) que centra a discussão na libertação dos escravos, consequentemente, do negro neste contexto, frisando a ideologia higienista defendida pelas elites que estavam preocupadas com “essa classe perigosa”. O que se constata é que todas elas demonstram que a formação das favelas está relacionada com a população carente da cidade.

A evolução da forma urbana da cidade no decorrer de 1906-1930 demonstra as contradições existentes no sistema político-econômico de todo o país. Pois, por um lado, o governo da União e do Distrito Federal apoiava o processo de renovação urbana da área central e zona sul, com as modificações sempre afetando os bairros mais pobres da cidade. Por outro lado, e sem o apoio do Estado, as indústrias estavam cada vez mais presentes na cidade e começavam a se expandir para os subúrbios, gerando empregos nestas regiões e atraindo assim, muitas pessoas que, por se instalarem nestes subúrbios, davam origem a novas favelas (ABREU, 2013).

O cenário contraditório entre Centro e Zona Sul de um lado e subúrbio do outro fez com que fosse necessária a intervenção do poder público sobre o processo de crescimento da cidade como um todo, não apenas no Centro e na Zona Sul. Assim, é elaborado, na década de 1920, um plano urbanístico para a cidade, mas que termina não sendo implementado.

Com o intuito de preparar a cidade para o 1º Centenário da Independência (1922) do Brasil, o prefeito Carlos Sampaio mandou retirar do centro da cidade o Morro do Castelo, um

sítio histórico que havia se transformado em residência para inúmeras famílias pobres que se beneficiavam dos aluguéis mais baratos. Por situar-se na área de maior valorização do solo da cidade, próxima a Avenida Rio Branco, o prefeito considerava necessário tomar esta atitude não apenas por questões estéticas e higiênicas, mas também para a reprodução do capital (ABREU, 2013). Porém, a eliminação do morro evidenciou um dos mais antigos e pobres bairros do Rio. Então, Sampaio decide que exatamente este bairro deveria abrigar a exposição. Nas palavras do prefeito:

[...] sentindo, por outro lado a necessidade de fazer desaparecer, pelo menos em parte, um dos mais infectos bairros da nossa capital, não hesitei em sugerir que fosse escolhido o bairro da Misericórdia, junto à ponta do Calabouço, para o local desse certame (BASBAUM, 1976, p. 171).

Além disso, o prefeito determinou a abertura da que hoje é a Avenida Rui Barbosa para construção do Hotel Sete de Setembro que hospedaria os visitantes ilustres do evento. Sua construção permitiu a liberação de novas faixas de terrenos valorizados, que, para tanto, exigiu a remoção de populações pobres (ABREU, 2013).

Em 1927, o prefeito Prado Junior pede autorização para abrir os créditos para a elaboração de um plano urbanístico para a cidade, contatando a um grupo de técnicos franceses sob a orientação de Alfredo Agache (ABREU, 2013). Este Plano, que pretendia embelezar a cidade de acordo com critérios funcionais e de estratificação, é o primeiro documento oficial que trata das favelas que proliferavam pela cidade:

Em toda a parte existe o contraste, os morros, estes rochosos e isolados que surgem da planície central desses bairros do commercio possuindo bellos edificios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes, luxuosos, têm as suas encostas e os seus cumes cobertos por unta multidão de horríveis barracas. São as favelas, uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo levar-lhe o ferro cauterizador.” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1930, p. 239).

Em 1930, a cidade encontrava-se bastante estratificada, com as classes mais pobres concentradas nos subúrbios, então, em sua maioria, distantes de seu local de trabalho (ABREU, 2013). Assim, a própria necessidade de acumulação de capital estava em contraste com a forma espacial. Com isso, a população mais pobre e trabalhadora começou a estabelecer residências ilegais em terrenos não ocupados nas áreas centrais, onde, neste momento, estavam quase todos os empregos. As favelas, no cenário de caráter populista, e, a partir de 1945, com o advento da fase “democrática”, eram consideradas “chagas” no discurso formal, e, ao mesmo tempo, eram locais que continham uma enorme quantidade de votos, portanto, deveriam ser “intocáveis”, assim, a década de 1940 foi o período de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro (ABREU, 2013). Porém, a “febre viária”, dos anos 50 e 60, trouxe de volta as práticas de retiradas das pessoas que estivessem “no caminho” das novas vias expressas, túneis e viadutos (ABREU, 2013).

Com a instauração da Ditadura Militar em abril de 1964, a intenção de eliminar em definitivo as favelas do cenário urbano ganhou ainda mais força.

No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto às favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos

edifícios e a linha da paisagem favorecida (JORNAL DO BRASIL<sup>8</sup>, 1966, apud, BRUM, 2013, p. 180)

É importante destacar que, neste período, não havia a possibilidade de discutir questões como a remoção em espaços públicos participativos, ao contrário, os canais democráticos estavam fechados, as associações de moradores, e a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) estavam sofrendo forte controle e repressão. Isso é fundamental para que se compreenda como a remoção foi realizada sem resistências nesse período.

Assim, a partir de 1968, ocorre, sem embargos, a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), vinculada ao Ministério do Interior (assim como o Banco Nacional de Habitação). Com a autarquia assumindo o controle direto de diversos órgãos do governo do estado da Guanabara, assegurou-se que a política para as favelas na Guanabara e na região metropolitana do Estado do Rio, ficaria sob o controle do governo federal (BRUM, 2013). A urbanização das favelas foi fortemente criticada pelo CHISAM. De acordo com Brum (2013, p. 184)

Só podemos compreender por que as remoções foram executadas a partir da noção de que o estigma de favelado foi ampliado ao máximo, o que possibilitou ao Estado sistematizar a política de remoções, através de órgãos com atribuições definidas em todas as etapas do processo, desde a decisão de remover determinada favela até a instalação das famílias nos conjuntos habitacionais, embora tal nível de planejamento terminasse ali. [...] Desde o surgimento da favela houve um permanente desejo por parte de setores da sociedade em extingui-la [...] a remoção serviria para regenerar os favelados em novos ambientes e localização na cidade que, segundo esta linha de pensamento, seriam mais adequados a ele.

Como é possível perceber pelas palavras de Brum (2013), era um dos objetivos da CHISAM extinguir as favelas, pois, na visão das autoridades da época, a remoção para o conjunto habitacional seria uma oportunidade para que seus novos moradores conseguissem abandonar o estigma de “favelado”. O contraste visto na Zona Sul da cidade entre as belas paisagens e os “favelados” estava incomodando as autoridades; mas nas Zonas Oeste e Norte eles eram bem vistos, já que serviam de mão de obra as Zonas Industriais (BRUM, 2013). Assim, houve a transferência dos moradores das favelas da Zona Sul para conjuntos habitacionais na Zona Norte, particularmente, na região da Leopoldina, por intermédio de uma política de expansão de oferta de empregos (BRUM, 2013).

Em 1976, a CHISAM foi extinta, apesar disso, conseguiu remover mais de 175 mil moradores de 62 favelas para as Zonas Norte e Oeste, em novas habitações precárias, às vezes, distantes dos postos de trabalho, além de terem aumentado o custo mensal dos moradores que agora tinham condomínio, luz, água, que muitas vezes inexistiam na habitação anterior (BRUM, 2013). Além desses problemas, a demanda de terrenos para a expansão imobiliária voltada, principalmente, para a classe média, passou a ser resolvida com a execução do Plano Lúcio Costa para a Baixada de Jacarepaguá, o foco central da expansão urbana deixara de ser a Zona Sul para ser a Barra da Tijuca, diminuindo a pressão sobre as favelas. Assim, na década de 1980, as campanhas pela remoção das favelas ocorreram na Barra, com os despejos das favelas Via Park, nas imediações do Barrashopping, e Vila Marapendi, próxima de onde hoje está o Shopping Downtown (BRUM, 2013).

---

<sup>8</sup> JORNAL DO BRASIL. Vitrine da Miséria. 15 de jan de 1966.

Entretanto, paralelo a isso, as manifestações populares contrárias à política do regime de exceção, iniciadas nos anos 70 e continuadas no decorrer da década de 80 são organizadas em movimentos populares com agendas vinculadas a questões urbanas, tais como educação, saúde, moradia, saneamento e transporte coletivo (CICONELLO, 2008). A partir de então, são despontadas novas expressões da luta social, como as Comunidades Eclesiais de Base e o vigoroso movimento operário do ABC paulista<sup>9</sup>, e no início dos anos 80, nascem a CUT e o MST, dando origem a um período de forte presença das lutas populares no Brasil (CICONELLO, 2008). Em geral, esses movimentos defendiam a democracia participativa, considerando a participação:

um processo educativo voltado para o exercício da cidadania [...] [permitindo] que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelos indivíduos, uma vez que os mesmos tomam parte do processo de decisão [e produzindo] maior integração social, na medida em que produz um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade ou grupo organizado (associação, sindicato, movimento social). (CICONELLO, 2008, p.2)

Muitas associações de moradores e de bairros que reivindicavam serviços públicos para as suas comunidades, como saneamento, transporte, escolas surgiram na década de 50, ou seja, antes mesmo desse período (CICONELLO, 2008). Mas, esse “associativismo comunitário” se tornou mais visível nos anos de 1970 e 1980 (CICONELLO, 2008). De acordo com Boschi (1982) esse ímpeto associacional não foi exclusivo do contexto brasileiro e nem da conjuntura de redemocratização, mas foi decisivo para a superação de regimes autoritários como foi o caso de Espanha e Portugal.

No Brasil, com a abertura dos canais democráticos, os favelados puderam entrar em cena como atores políticos por intermédio de organizações como a Pastoral de Favelas, associações de moradores, ONG’s etc. Além disso, passaram a fazer parte da Constituição as defensorias públicas. Essa instituição objetiva orientar e defender juridicamente a população mais carente (SOUZA, 2007). Essa assistência jurídica é prestada de forma gratuita e acumula diferentes vantagens, dentre elas: a própria assistência jurídica que é especializada e envolve a defesa de interesses coletivos e difusos, e a educação para os direitos (SOUZA, 2007).

A partir dessa nova fase democrática no país, em 1992, o Plano Diretor da Cidade, exigência da apelidada por Ulysses Guimarães, Constituição Cidadã, foi uma via para a urbanização das favelas como função do poder público (BRUM, 2013). Em 1993, surge o programa Favela Bairro<sup>10</sup>, as primeiras 16 áreas de intervenção abrangiam 23 favelas.

Por outro lado, questões ambientais começaram a ser confundidas com a retirada dos moradores das áreas favelizadas para dar espaço a empreendimentos comerciais ou habitacionais de classe média (BRUM, 2003). Além disso, ao longo da década de 1990, a violência urbana passou a ser vista como o principal problema causado pelas favelas, apontadas como o berço da violência advinda do tráfico de drogas. A violência passou a ser um dos principais argumentos apontados pelos defensores da remoção (BRUM, 2013).

A partir da preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, em que se inicia um período de recepção de Grandes Eventos, a questão das remoções torna-se ainda mais

---

<sup>9</sup> ABC é a sigla utilizada para se referir às cidades: Santo André, São Bernardo e São Caetano, as três cidades estão localizadas no Estado de São Paulo (MOURA, 2010).

<sup>10</sup> O programa Favela-Bairro, projeto aprovado durante o mandato do Prefeito César Maia (1993-1997) seria coordenado pela recém-criada Secretaria Municipal de Habitação com o apoio da COMLURB, a companhia de coleta de lixo municipal, juntamente com a CEDAE, companhia de água do estado. Esse projeto planejava melhorias em infraestrutura, serviços sociais, regulamentação imobiliária e a implementação de uma creche em cada favela urbanizada (OSBORN, 2013).

presentes, principalmente, nas regiões da Baixada de Jacarepaguá, onde se localizam os bairros da Barra da Tijuca e Recreio.

No Plano Plurianual 2010/2013, o poder executivo municipal, na gestão de Eduardo Paes, apresenta o Programa 0321 – Urbanização de assentamentos precários (Incluindo como ações conjuntas o PAC – Urbanização, Urbanização de Assentamentos informais e Plano Municipal de Habitação de Interesse Social) (BRUM, 2013); tendo como objetivo geral de:

promover a melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, com impacto na redução da incidência e do desordenamento dos assentamentos subnormais, por meio da urbanização, regularização urbanística e fundiária, inclusão produtiva e social e sustentabilidade ambiental (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009, p. 23).

A partir disso, diversas comunidades foram removidas de suas áreas. É possível citar comunidades como a Restinga, a Vila Harmonia e a KM35, todas localizadas na Avenida das Américas, devido às obras da Transoeste; o Metro Mangueira, próxima ao Maracanã e a Vila Autódromo devido às obras para o Parque Olímpico (JUSTINO, 2016). E, existem também as comunidades com casos de aplicação de remoção devido ao programa de choque de ordem e ao discurso de legitimação das remoções alegando o risco devido às chuvas de abril de 2010<sup>11</sup>(JUSTINO, 2016).

O programa choque de ordem utiliza uma estratégia de controle social com base no discurso da segurança pública, reprimindo desde ambulantes e moradores de rua a construções ilegais, como é o caso da comunidade Jacaré do Papo Amarelo no bairro Recreio dos Bandeirantes (JUSTINO, 2016). Já o discurso do risco ganhou força com as chuvas de abril de 2010, quando o prefeito decretou situação de emergência na cidade, havendo, logo em seguida, a notícia de que oito comunidades seriam removidas, dentre elas, a Estradinha, o Morro dos Urubus, o Morro dos Prazeres, o Morro do Fogueteiro, o Complexo do Turano (setor Pedacinho do Céu) e a Rocinha (Laboriaux), antes mesmo da produção de laudos técnicos (JUSTINO, 2006).

Durante a gestão de Eduardo Paes, muitas pessoas tiveram que sair de suas casas. De acordo com informações de agosto de 2015 do jornal El País, trata-se do período histórico com o maior número absoluto de remoções na cidade, ultrapassando o governo de Pereira Passos (1902-1906; 20.000 remoções), que sempre foi um dos principais representantes dessa política (BETIM, 2015). Na metade do segundo mandato do prefeito Eduardo Paes (PMDB), a cifra de pessoas removidas já ultrapassava os 70.000 (BETIM, 2015).

Assim, de antemão, considera-se que a história da cidade do Rio de Janeiro é marcada por diversas fases de políticas remocionistas que oscilam em quantidade e estratégias. De forma sintética, é possível citar alguns desses momentos. Em 1808, com a chegada da Família Real (GOMES, 2007); em 1903, com as reformas de Pereira Passos (ABREU, 2013); no 1º Centenário da Independência do Brasil, em 1922, com as obras do prefeito Carlos Sampaio (ABREU, 2013); na ditadura militar (BRUM, 2013); a partir da década de 1980 com a expansão da Zona Oeste (BRUM, 2013) e nas primeiras décadas dos anos 2000 devido à chegada dos Grandes Eventos à cidade (JUSTINO, 2016).

Lógicas que defendam as remoções com base em um desenvolvimento econômico relacionado à empreendimentos imobiliários e especulativos em detrimento da melhoria das condições da população local, podem ser associadas ao que Harvey (1996) definiu como

---

<sup>11</sup> As chuvas de 2010 vieram logo após o Rio de Janeiro ter sido escolhido como sede de eventos internacionais. As chuvas e o uso da noção do risco colaboraram no esforço de se alcançar um dos objetivos anunciados pelo plano estratégico do município de 2009, que visava reduzir o espaço ocupado por favelas em 3,5% até o ano de 2016, a partir dos dados de 2008. Essa meta já tinha sido aumentada para 5% no plano estratégico de 2013 (GONÇALVES, 2015).

política de empresariamento urbano. Considerando as características do empresariamento urbano, defende-se que ao adotar tal política na Administração Pública, há concomitantemente a defesa dos discursos *management*. Pois, há a prevalência da eficiência, na eficácia e no alcance máximo de resultados por meio da burocracia formal, buscando naturalizar valores e práticas do mundo dos negócios. (PARKER, 2002; BOHM, 2006, ALCADIPANI; ROSA, 2011). Para além da Administração Pública, o *management* tem sido aplicado em diferentes setores, modificando linguagens e conceitos (PARKER, 2002; BÖHM, 2006). Alunos e usuários do serviço público se tornaram clientes, atletas mercadoria, trabalhadores são colaboradores. Enfim, é como se a influência dos negócios em nosso mundo torne impossível imaginar outra forma de organização. "Nosso mundo parece condenado à empresa" (SOLÉ, 2003, p. 5).

Porém, apesar da aparente unicidade do discurso do *management*, ele está aberto à contestação e resistência (SPICER; BÖHM, 2007). A partir disso, surgem experiências de pensamento sobre modos alternativos de organizar a sociedade para além das leis econômicas inexoráveis que dominam a maior parte do planeta (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012). No próximo tópico, serão discutidas características dessas alternativas que resistem a esse modelo de organizar hegemônico.

## 2.2 Organizações de Resistência

Antes de mais nada, é importante iniciar deixando claro que admite-se que não há versão contada sobre a história que seja neutra em relação ao que ocorreu no passado, pois qualquer processo de construção baseia-se em interpretações que estão sujeitas à refutação (REED, 1999).

A partir disso, acredita-se que o início histórico dos estudos organizacionais esteja relacionado a trabalhos que se tornaram mais expressivos na segunda metade do século XIX (REED, 1999). Trabalhos esses que frisavam a importância de se manter a ordem para alcançar o progresso, com a finalidade de gerar a produtividade (REED, 1999; TENÓRIO, 2016). Inicialmente, a organização foi definida como “um sistema formal orientado para a realização de um objetivo”, e, quem deveria orientar os gestores sobre como alcançar de forma eficiente esses objetivos eram os teóricos organizacionais (MARSDEN; TOWNLEY, 2012, pp. 37-38). Fayol, Taylor e Ford trouxeram questões práticas para os Estudos Organizacionais, buscando utilizar a ciência social para organizar de forma eficiente o trabalho como força produtiva para o capital, tomando o *management* como conceito central (MARSDEN; TOWNLEY, 2012). Essa palavra inglesa para administração parece derivar do italiano " 'mano', mão, e sua expansão para *maneggiare*, a atividade de manobrar e treinar um cavalo realizada pelo *maneggio*" (PARKER, FOURNIER, REEDY, 2012).

Sendo assim, os estudiosos de Estudos Organizacionais enxergavam a sociedade como sendo uma “construção utilitária de atividades integradas” (WOLIN, 2004, p.326), na qual o símbolo era o poder, cuja intenção era a de controlar por meio da ordem. Pois, a partir dessa ideia, os seres humanos tendem a ser menos questionadores quanto à lógica dominante das elites, aceitando mais facilmente a situação em que se encontram como forma de evitar o conflito, conferindo à vitória ao conhecimento técnico e racional sob a emoção (REED, 1999).

Parsons, a partir da tradução e interpretação de Weber, em particular o modelo weberiano de burocracia, fornece a estrutura sociológica para o desenvolvimento dos Estudos Organizacionais durante o século XX (MARSDEN; TOWNLEY, 2012). A partir disso, difundiu-se a crença de que a burocracia formal seria o melhor meio para que a organização fosse moderna e eficiente (MARSDEN; TOWNLEY, 2012). Com a Guerra Fria, que durou do final da II Guerra Mundial (1945) até o colapso da URSS (1991), houve a consolidação do

pensamento do *management* (ALCADIPANI; BERTERO, 2012), que surge nos Estados Unidos e impõe como conceitos fundamentais a eficácia, a eficiência e a maximização de resultados (ALCADIPANI; ROSA, 2011). O sucesso econômico dos Estados Unidos no pós-guerra foi, em grande parte, associado ao seu ponto de vista sobre administração e negócio, que, com isso, se estendeu globalmente (MARSDEN; TOWNLEY, 2012).

O *management* caracteriza um posicionamento particular de organização que busca naturalizar-se como único. Entretanto, apesar de hegemônico, nas últimas duas décadas, houve importantes desenvolvimentos em relação à tentativa de ampliar o conceito de organização e formular uma crítica às organizações econômicas que têm dominado a teoria das organizações e outros campos de pesquisa (BOHM, 2006). Na década de 80, Ramos (1989) afirmava a ingenuidade dessas teorias; Tratenberg (1980) e Motta (1986) as entendiam como ideológicas. De acordo com Motta (1986, p. 57), há uma divisão do trabalho na teoria organizacional que “distingue o ‘o saber comum’ do ‘saber científico’, sugerindo a existência de leigos e de profissionais”.

Surgem, então, discussões acerca das transformações nas práticas de organizar que têm colaborado para o surgimento de novas formas de se pensar as organizações. São mudanças vividas no mundo na aproximação do século XXI, como os exemplos apontados por Clegg e Hardy (1999), quais sejam: o fim do *apartheid*, a explosão do neoconservadorismo, o avanço dos movimentos feministas e o surgimento da organização virtual. Além de abordagens alternativas que desafiam o funcionalismo e a ciência dita como normal. São trabalhos como os de Burrell e Morgan (1979), que em *Sociological paradigms and organizational analysis* apontaram paradigmas para além dos funcionalistas, como interpretativos, radicais humanistas e radicais estruturalistas (CLEGG; HARDY, 1999). Este último, em especial, abriu espaço para a legitimação destas novas abordagens. Pode parecer que os autores apenas estavam restringindo as opções para o estudo das organizações. Porém, a grande importância desta obra envolve o fato de possibilitar que os pesquisadores críticos ao funcionalismo pudessem trabalhar livres e de forma legítima, já que os paradigmas, em suas diferentes linguagens, eram incomunicáveis (CLEGG; HARDY, 1999).

Não ignorando a importância para o momento em que foi escrito, porém, tentando fazer um alerta, Tenório (2016) conclui que a verdadeira saída não envolve a proposição de paradigmas, mas sim a contraposição ao que é funcionalmente aceito. O autor afirma ser preciso provocar para que o estudo e a prática administrativa consigam sair de sua “inércia funcionalista” (TENÓRIO, 2016, p.24), sendo necessária a negociação com conhecimentos que transcendam os postulados tradicionais, afastando-se, prioritariamente, dos que possuem tendência à restrição disciplinar dos estudos em Administração.

Porém, esse esforço pela interdisciplinaridade deve ser feito de forma cautelosa. Já que a utilização da Psicologia, com a Teoria das Relações Humanas; e dos conceitos da Biologia, levando o enfoque sistêmico à Administração, não contribuíram para remover o caráter instrumental da análise. Para Ramos (1989) estas teorias podem ser ainda mais preocupantes que as teorias clássicas, pois os classistas assumiram sua intenção de provimento da economia americana e perceberam não ser a organização formal um espaço para a desalienação e autorrealização das pessoas, sendo àquelas dependentes de maneira limitada das pessoas.

Sendo assim, o que se constata nesta forma de interdisciplinaridade é a naturalização dos fenômenos, impossibilitando que os indivíduos pratiquem e externem suas criatividade e desejos. Além disso, reafirmam a tentativa de simplificação da realidade social, agora, por meio da transposição de conceitos das ciências naturais que desconsideram a interferência de julgamentos morais, da razão substantiva e das intencionalidades na construção da realidade (MISOCZKY, 2003).

Apesar disso, essas novas abordagens e conceitos no campo dos Estudos Organizacionais devem ser compreendidos meticulosamente. Já que os conceitos são

instrumentos capazes de apresentar a evolução das teorias e os significados que assumem - ao longo do tempo - demonstram as peculiaridades de um dado momento. Sendo assim, a construção conceitual propicia a análise de uma experiência histórica concreta com possibilidade de elaboração teórica e de recorte de objetos que poderiam ser negligenciados (REZENDE VERGARA, 2008).

Com isso, infere-se que há forte conexão entre conceitos e dimensões históricas. Dentro desta perspectiva, Clegg e Hardy (1999) demarcam a, ainda atual, ampla empregabilidade da abordagem funcionalista nas diversas abordagens teóricas, tais como a da ecologia populacional, a economia organizacional, a teoria contingencial, que evoluem imersas neste paradigma e impulsionam a sua existência, enfatizando a coerência ao invés do conflito e enxergando a organização como um sistema capaz de atingir, de forma eficaz, as metas definidas por decisões racionais.

Além dos exemplos apontados por Clegg e Hardy (1999), um movimento contrário a esta lógica foi o *Critical Management Education* (Ensino Crítico da Gestão), que ocorreu em 1990, na Grã Bretanha, e que pode ser relacionado com a ascensão dos *Critical Management Studies* (Estudos Críticos da Gestão), que ocorreu no mesmo período e chegou aos Estados Unidos posteriormente. Seus idealizadores buscavam combater a visão de que as organizações são naturais e necessárias, e não o resultado de um complexo processo sócio-histórico; refutavam a ideia de que os interesses administrativos são universais e de que não existem interesses conflitantes; e discordavam da soberania da instrumentalidade e da competição nas organizações (PAULA; RODRIGUES, 2006).

De acordo com Clegg e Hardy (1999), as organizações são objetos empíricos, sendo possível visualizá-las com olhares diversos. Isso significa que este conceito extrapola a coordenação racional de atividades de um grupo de pessoas que perseguem metas ou objetivos formais, ou seja, que a sua concepção não é reduzida a empresas (SOLÉ, 2003). Aceita-se que perseguem um caminho mais profundo que o sentido de organizar dicionarizado, ou seja, de constituir em organismo, formar (seres organizados), dispor; pôr em ordem, constituir, tomar forma regular (PRIBERAM, 2016). Solé (2003), por exemplo, interroga o porquê de uma organização não poder ser desordenada. Misoczky (2010), inspirando-se em Dussel, afirma que a organização é um meio para a emancipação, "em que cada participante aprende a cumprir responsabilidades diferentes, sempre no espaço da unidade do consenso produzido no coletivo" (MISOCZKY, 2010, p.39).

Entretanto, o *management* posicionou-se em favor aos discursos hegemônicos do capital, não apenas dentro da esfera econômica do local de trabalho, mas também no âmbito do Estado e da sociedade civil em geral (BOHM, 2006). Assim, há a constante tentativa de naturalizar esse modelo como a única e exclusiva maneira pela qual o organizar possa ser articulado, buscando tornar invisível a pluralidade de diferentes mundos organizacionais (MISOCZKY, FLORES e BÖHM, 2008). Diante disso, é fundamental que exista a desnaturalização desta forma hegemônica de organização. A partir daí, passa a ser possível imaginar mundos organizacionais diversos.

Para tanto é necessário que exista a construção de uma práxis libertadora e crítica, que, inevitavelmente precisa ser anti-hegemônica, ou seja, que aumente a sua eficácia na medida em que a forma legítima do sistema hegemônico diminui (DUSSEL, 2007). Para que seja construída essa contra-hegemonia, é preciso que o povo, por meio dos movimentos populares, construa o poder em baixo, e não somente de baixo, assim, a práxis da libertação acaba sendo a própria construção (DUSSEL, 2007).

Por isso, acredita-se que apesar da aparente unicidade do discurso do *management*, existem formas alternativas de organizações (BOHM, 2006; CHENEY et al, 2014), que ultrapassem o significado de "organização" pré-estabelecido, de algo formalmente constituído, restrito a entidades e instituições formais (BOHM, 2006) e com práticas

organizacionais verticais, pautadas pela eficiência, pela concentração de poder, por regras legitimadas e pelo controle (MISOCZKY; MORAES, 2011). Pactua-se com a concepção de que há um modo de organizar que transcenda o modo burocrático, com práticas organizacionais horizontais, isto é, pautadas no mandar obedecendo, na participação direta, com decisões tomadas coletivamente, com delegação autorizada e com corresponsabilidade, que quer dizer que "o coletivo responde ao indivíduo e o indivíduo responde ao coletivo pela implementação das decisões" (MISOCZKY; MORAES, 2011, p.86).

Essa forma de "organização alternativa" ao modelo hegemônico tornou-se popular na linha de Estudos Organizacionais Críticos por opor-se aos arranjos institucionais tradicionais, traduzindo-se em organizações com menos hierarquia e mais voltadas para as necessidades humanas e ambientais (CHENEY et al, 2014), envolvendo práticas organizacionais criativas e que não se restrinjam a esfera econômica (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012). Abrangem ações sociais orientadas pela produção no coletivo, expressando "uma constituição do poder desde baixo", articulando todos os envolvidos no processo (MISOCZKY; MORAES, 2011, p. 79).

Lightfoot (2013) enfatiza a importância de se pensar as organizações como um processo aberto, para tanto, é preciso definir organização como um verbo e não como substantivo que demandaria pensá-la como uma entidade fixa, ao contrário, então, considerar-se-á como uma "questão altamente variada, continuamente contestada" (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012, p. XVI). Apesar de tecer algumas críticas em relação a esse posicionamento, Bohm (2006) afirma que o principal contributo de se pensar as organização como processo é a tentativa de imaginar a diferença, a multiplicidade e a mudança de maneira geral.

Segundo Lightfoot (2013), pensar em organizações alternativas é encorajar o debate sobre ideias diferentes de como temos feito as coisas. De acordo com o autor, existem muitas "alternativas", tais como, o fascismo, o feudalismo e a escravidão, mas não são essas alternativas que são defendidas. Por isso, existem três orientações, valores, lógicas ou princípios para se pensar as organizações alternativas, são eles: autonomia, solidariedade e responsabilidade com o futuro (LIGHTFOOD, 2013; PARKER et al, 2014). Qualquer alternativa precisa proteger a autonomia individual, isto é, o respeito a si próprio, não da maneira defendida por conservadores e liberais, mas sim, a partir da ideia que os indivíduos devem ter escolhas, pois, caso não exista autonomia dentro de um sistema social, ou seja, caso existam apenas regras, prevalecerá o totalitarismo, a uniformidade e a intolerância da diferença (LIGHTFOOD, 2013; PARKER et al, 2014). O segundo princípio é o da solidariedade, que enfatiza os deveres de uns com os outros, admitindo que somos seres sociais, palavras como cooperação e comunidade tornam-se descrições da forma como os seres humanos são, e prescrições de como deveriam ser (LIGHTFOOD, 2013; PARKER et al, 2014). Sozinhos os seres humanos são vulneráveis e impotentes, coletivamente - unidos por linguagem, cultura e organização - eles se tornam poderosos e capazes de transformar o mundo em seus propósitos (LIGHTFOOD, 2013; PARKER et al, 2014).

A palavra "solidariedade" advém do termo *obligatio in solidum*, que no direito romano expressava, a obrigação comunitária, isto é, as responsabilidades que o indivíduo tinha em relação à comunidade à qual pertencia, dentro da norma do "um por todos e todos por um" (HOFFE, 2003, p. 107 ). Por volta do século XVIII, o termo é estendido para relações não jurídicas (HOFFE, 2003). Solidariedade significa uma responsabilidade recíproca, a obrigação recíproca em situações de risco e emergência em grupos que possuem relações estreitas entre seus membros (HOFFE, 2003). Comunidades em situação de perigo cujos membros "estão sentados em um mesmo barco" desenvolvem vínculos emocionais entre si que são tanto mais fortes quanto mais comumente for o destino compartilhado." (HOFFE, 2003, p. 108). No caso da resistência, é possível pensar em "solidariedade antagônicas", ou

seja, em que são perseguidos interesses coletivos contra coletividades concorrentes, na resistência contra inimigos (HOFFE, 2003). De acordo com Waldrum (1980), uma longa história de solidariedade interna e de ampla trajetória de defesa de interesses com resultados anteriores bem sucedidos, podem afetar a capacidade da comunidade de montar suas ações de resistência. Dentro dessa perspectiva, a solidariedade envolve então a noção de pertencimento a uma mesma comunidade, que pode representar "uma rede de relações próximas entre um número limitado de pessoas normalmente baseadas na interação face a face em uma área geográfica específica" (PARKER, FOURNIER, REEDY, 2012, p. 70). Esse exemplo de organização alternativa, baseia-se em algum tipo de reciprocidade coletiva, diferentemente do mercado, que baseia-se em transação que não levam em consideração circunstâncias locais ou pessoais (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012). Para Bauman (2003, pp. 7-8), em um comunidade "nunca somos estranhos entre nós", "a comunidade é um lugar 'cálido', um lugar confortável e aconchegante"

É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar [...] Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. (BAUMAN, 2003, p. 8)

Apesar de *a priori* parecer paradoxal, a solidariedade não isenta a presença da autonomia. Os dois princípios podem coexistir, pois, é possível que os indivíduos sejam diferentes, porém, que estejam juntos, isso porque a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade é, normalmente, mediada por alguma identidade devido ao fato de ele pertencer a um grupo, dessa forma, a diferença individual se alinha a uma estratégia cooperativa e, assim, a distinção é articulada como a forma inicial da solidariedade (LIGHTFOOD, 2013). Dessa forma, destaca-se que autonomia não significa o poder à um único indivíduo, como uma autoridade suprema que guie cegamente a todos, mas sim, que todos devem ser atores no processo, produzindo no coletivo um consenso recíproco (DUSSEL, 2007).

O terceiro princípio, o da responsabilidade com o futuro (LIGHTFOOD, 2013; PARKER et al, 2014) envolve palavras que são usadas muitas vezes hoje em dia, mas que nem sempre são praticadas verdadeiramente, como a sustentabilidade. Pois há a tendência em tratar as pessoas e o planeta como recursos que podem ser usados para ganhos de curto prazo. Isso envolve não somente questões ligadas a mudanças climáticas, degradação ambiental e perda de biodiversidade, mas também tudo que considere o impacto das decisões atuais nas próximas gerações (LIGHTFOOD, 2013). A questão é que não é possível postergar a busca de soluções para problemas de um futuro que, nunca será diferente do presente, caso a transformação não comece a ser construída a partir de agora (RAUBER, 2004). Especificamente em relação às organizações que contestam às remoções, o relacionamento da população-alvo com o meio ambiente, e particularmente com a terra, a fertilidade, a disponibilidade de recursos; além do acesso ao emprego e da relação entre o grupo, como conexões íntimas entre o ambiente e a religião, a visão do mundo etc são laços que estão no cerne das construções individuais e coletivas contra as ameaças de remoção, e suas manifestações físicas podem provocar esforços de resistência profundamente enraizados (OLIVER-SMITH, 1991).

O que se constata então é que as organizações alternativas podem atuar por meio de ações de resistências que vão de encontro à visão de mundo do mercado, buscando outra forma de se pensar as organizações que não exclusivamente sob a ótica empresarial. A resistência, de acordo com Hollander e Einwohner (2004), tem sido apresentada de diferentes maneiras na academia. Tais autores realizaram um trabalho que demonstra como esse termo tem sido reconhecido pelos estudiosos de forma diversificada. De acordo com eles, prevalecem estudos sobre a resistência material ou física, mas há também a resistência por meio, por exemplo, da conversa e de demais comportamentos simbólicos (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). O silêncio também pode ser considerado uma forma de resistência (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004), assim como, a quebra do silêncio, como quando, por exemplo, vítimas de estupro relatam suas experiências (HUGHES; MLADJENOVIC; MRSEVIC, 1995).

Ainda em relação à revisão de Hollander e Einwohner (2004) "Resistência" é mais prontamente pensado para se referir aos movimentos sociais, ou no sentido mais amplo de "protesto" (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004, p. 535- traduzido pela autora) e "confronto político" (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004, p. 532, traduzido pela autora); assim sendo, entram nesta categoria passeatas, piquetes e a formação de organizações (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004).

Apesar de existirem diferentes significações, há um ponto em comum, a ideia de que algo precisa ser impedido, contido, ou seja, existe uma reação para uma ação anterior (VIEIRA; DARBILLY; BARROS, 2012). Concorda-se com Misoczky, Flores e Böhm (2008) que o termo resistência não se refere somente a uma mera lógica de oposição, mas engloba a defesa de saberes, posições, pontos de vista, assim como, das realizações e das potencialidade que emergem a partir dele.

Para melhor elucidar o conceito, Hollander e Einwohner (2004) propõem pensar em resistência a partir de tipos, como pode ser observado no quadro 1.

**Quadro 1- Tipologias de Resistência**

Tipologia	O ato é intencionalmente considerado como resistência pelo ator?	O ato é reconhecido como resistência pelo...	
		Alvo?	Observador?
Resistência...			
Aberta	Sim	Sim	Sim
Encoberta	Sim		Sim
Inconsciente		Sim	Sim
Com alvo definido		Sim	
Não observada	Sim	Sim	
Tentativa	Sim		
Não Resistência			

Fonte: Vieira, Darbilly e Barros (2012). Adaptado de Hollander e Einwohner (2004).

A partir dessa tabela, é possível inferir quatro elementos que constantemente estão presentes nos estudos sobre resistência: ação, oposição, reconhecimento e intenção

(HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Sendo ação e oposição presentes na maioria dos estudos analisados pelos autores. Pois, eles constataram que a resistência é um comportamento ativo, podendo ser verbal, cognitivo ou físico (ação), que constantemente vai de encontro a algo (oposição) (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). A visibilidade é um pré-requisito necessário para o terceiro elemento, ou seja, para o reconhecimento da resistência, porém, a forma como os resistentes lidam com esse reconhecimento pode variar, eles podem manipular seu comportamento para, às vezes, por necessidade, ocultar a ação (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004).

Sendo assim, o reconhecimento depende dos objetivos dos resistentes, que podem tentar esconder o ato em si ou a intenção por trás dele, por exemplo, uma mulher pode resistir a uma atividade sexual indesejada diretamente, gritando, atacando o criminoso ou ela pode tentar por meios indiretos como piadas, o mais importante na dimensão do reconhecimento são as percepções dos outros (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Neste exemplo dados pelos autores, o agressor pode interpretar as piadas como uma tentativa de resistência, assim como, podem perceber de forma incorreta a resistência física mais direta como parte do processo de sedução (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Fato é que o reconhecimento da resistência depende de dois grupos distintos que podem identificar uma ação como resistência: os alvos, ou seja, a quem a ação é dirigida e os observadores, espectadores no momento da resistência, como a mídia, pesquisadores (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Existem muitas divergências entre os estudiosos quanto à questão do reconhecimento, incluindo se as ações não reconhecidas se qualificam como resistência (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Essa divergência também existe em relação à intenção por trás das ações dos resistentes, especialmente, em relação à consciência, ou seja, se o ator precisa ter consciência de que está resistindo para que uma ação se qualifique como resistência. Os teóricos da resistência abordaram a questão da intenção de três maneiras: um grupo avalia que a intenção consciente do ator é fundamental para classificar um comportamento como resistência; outro que avaliar a intenção é difícil, se não impossível, pois mesmo por meio de entrevistas, talvez os atores não consigam articular completamente suas motivações ou o analista não consiga ter acesso aos estados internos do ator, argumentam que o ator talvez nem esteja consciente de sua ação como resistência; e um terceiro grupo sugere que as intenções do ator não são centrais para se entender algo como resistência (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004).

De acordo com Parker, Fournier e Reedy (2012), a resistência pode se dar por meio de ações diretas que recusam o uso da violência física para realizar mudanças, ao menos a violência contra a pessoa. Isso inclui um grande número de táticas, entre elas greve de fome, piquetes, vigílias, ocupações, manifestações, bloqueios, boicotes e diversos atos de desobediência civil (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012). Essas ações diretas são protestos que visam modificar de forma direta, não por meio de política parlamentar, podendo recorrer ao apoio indireto da mídia ou de instituições políticas (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012). Ainda de acordo com os autores, existem formas dessas ações diretas serem empregadas, dentre elas: o autosacrifício; a “prestação de testemunho”, atrasando, e aumentando os custos de um projeto etc (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012). A ação direta incorpora certos objetivos anarquistas como o de criar uma sociedade livre em que as pessoas possam governar de forma democrática sem hierarquia. Dentro dessa perspectiva, Souza (2012) afirma que a ação direta há muito tempo tem sido uma forma de agitação e de organização, com o intuito de promover a revolução social e de eliminar a exploração de classe, assim como o Estado que lhe dá respaldo. O autor considera que as ações diretas são "práticas de luta que são, basicamente, conduzidas apesar do Estado ou contra o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais."

(SOUZA, 2012). Outro meio de ação de resistência é a luta institucional, que diferentemente das ações diretas envolve:

o uso de canais, instâncias e recursos estatais, tais como conselhos gestores, orçamentos participativos ou fundos públicos [...] não tem como pressuposto a criação de partidos políticos ou a filiação a partidos políticos por parte dos ativistas [...] [precisa ser] praticada, sempre, com muita parcimônia, e conduzida, também sempre, com muita cautela, e mesmo com muita desconfiança (SOUZA, 2012)

Com esse alerta, o autor não quer dizer que os movimentos sociais e ativistas, devam sempre pura e simplesmente ignorar o Estado, o grande desafio é estarem cientes de aspectos como as corrupções que envolvem o Estado, mas, que, também, evitem o isolamento do movimento, o que pode envolver a participação em audiências públicas e em discussões das políticas públicas (SOUZA, 2012). No caso da resistência às remoções, a relação entre a população-alvo e o agente de reassentamento, que, normalmente, é o Estado, é crucial na decisão de resistir às remoções. Pois, o caráter democrático ou autoritário do Estado define o "clima" da resistência por afetar a disponibilidade de aliados para resistência (OLIVER-SMITH, 1991).

Existem diversas ações que podem ser adotadas pelas pessoas ameaçadas de remoção. De acordo com Oliver-Smith (1991), ao se discutir as táticas, aqui denominada de ações de resistência, uma primeira distinção que deve ser feita é se são ações ilegais; a segunda se são violentas ou não violentas. No caso de remoções com a justificativa de construir projetos para o "desenvolvimento" do local, as ações de resistência podem envolver a colocação de pessoas para impedir o andamento das máquinas ou até a simples recusa em se retirar mesmo sob a ameaça de tropas armadas (OLIVER-SMITH, 1991). Quando o movimento de resistência utiliza ações violentas, normalmente, é porque as ações não-violentas não lograram êxito ou são respostas a agressões violentas por parte dos agentes da remoção (OLIVER-SMITH, 1991). Nesses casos, os agentes da remoção, em geral, o poder público, utilizam medidas contra os resistentes, como a implantação de impostos punitivos, a prisão de líderes, a redução de serviços básicos, a ocupação armada na comunidade e, em alguns casos, a utilização de tropas para ferir os resistentes (OLIVER-SMITH, 1991). Demonstrações públicas não violentas no local em que o projeto está sendo construído podem ampliar o reconhecimento da resistência, eventos assim são importantes para criar e manter a solidariedade, pois possibilitam que o movimento solidifique a sua identidade e expresse seus objetivos, além de suscitar a atração da mídia (OLIVER-SMITH, 1991). A mídia pode ser uma importante aliada, pois a informação é sempre um recurso crucial para um movimento de resistência, principalmente, em casos envolvendo direitos humanos (OLIVER-SMITH, 1991).

Mais que ampliar o reconhecimento dessas ações, as mídias se forem contra-hegemônicas, isto, que se oponham ao *status quo* das mídias comerciais de grande porte, podem representar um canal de expressão de uma comunidade, em que os próprios, neste caso, resistentes, manifestem suas necessidades, fomentando um processo educativo transformador (KAPLÚN, 1985; ATTON, 1999; KROHLING PERUZZO, 2008). A mídia enquanto aliada pode ampliar as ações de seu contexto local para o nível nacional e internacional, projetando o movimento no cenário mundial; na verdade, alguns movimentos de resistência, seja por iniciativa local ou por influência externa desafiam o discurso internacional dominante sobre o desenvolvimento (OLIVER-SMITH, 1991). Mas, também é possível que as pessoas aceitem o projeto de desenvolvimento como um fato consumado e esforcem-se para melhorar as condições de reassentamento (OLIVER-SMITH, 1991). Isso pode gerar muitos conflitos entre os integrantes alvos da remoção e entre os aliados, de toda maneira, neste caso, a resistência significa a adoção de estratégias de negociação para garantir

melhores condições para o reassentamento, incluindo, por exemplo, indenizações e auxílio moradia (OLIVER-SMITH, 1991). De qualquer forma, o que se vê é que a formação das alianças podem evitar o tratamento baseado em simplesmente "gastar" menos com as vítimas das remoções, contribuindo para que eles não sejam vistos como simples "empecilhos a serem removidos para facilitar a execução eficiente de projetos de desenvolvimento." (SCOTT, 1996, p. 815). Outros aliados possíveis são ONGS; associações de moradores; partidos políticos de oposição; grupos de estudantes; sindicatos; voluntários contrários a projetos de desenvolvimento que afetem os direitos humanos etc (OLIVER-SMITH, 1991).

A partir dessas reflexões acerca da possibilidade de alternativas ao modelo organizacional da administração de mercado, ampliam-se as possibilidades de organizações surgirem a partir da resistência às lógicas do capitalismo corporativo global que, impulsionado pelo lucro, destrói a vida de comunidades inteiras, especialmente em países considerados do Sul (PARKER, FOURNIER, REEDY, 2012). Dessa forma, apesar de o *management* se ligar a uma série notável de outros discursos que vão desde a Medicina até a Administração Pública (SPICER; BÖHM, 2007) e assumirem um caráter hegemônico, está aberta à luta contra essa hegemonia, isso porque a forma hegemônica de organização, sustentada por esse discurso, é frágil e aberta à contestação e à resistência (SPICER; BÖHM, 2007).

E quando os processos de organização de resistência e de lutas sociais criam uma articulação que promove a conexão entre projetos políticos e à organização como forma de consolidar estes projetos e possibilitar a quebra das formas dominantes, surgem as organizações contra-hegemônicas (SULLIVAN; SPICER; BÖHM, 2011). Para Rauber (2006, p. 18):

Partir do cotidiano, do reivindicativo, aprofundando o político - sem abandonar nunca o cotidiano nem o reivindicativo - são as chaves metodológicas que fornecem pistas claras para construir propostas concretas imediatas ou mediatas, e avançar com elas para a definição de um programa político alternativo.

Segundo Sullivan, Spicer e Böhm (2011) essas organizações pertencem a uma sociedade global incivil, sendo constituídas por meio da interação contínua entre as tentativas dos movimentos para desenvolver práticas e identidades, geralmente, contra-hegemônicas, em busca de ideias de mudança sócio-democrática. Com isso, Sullivan, Spicer e Böhm (2011) contestam a noção de incivil vinculado à violência, adotando, então essa perspectiva Gramsciana.

O modo de resistir, especificamente à hegemonia do *management*, pode ser encontrado de diferentes formas, como pelo trabalhador em seu local de trabalho, pelas organizações sindicais, pelos movimentos sociais e pelas organizações sociais (SPICER; BÖHM, 2007). Para Laclau e Mouffe (1987), os movimentos sociais são veículos vitais para desafiar esta forma hegemônica. Na verdade, para estes autores, os movimentos sociais são os motores centrais, que se aproveitam continuamente da natureza frágil desta forma de organização.

Sendo assim, os movimentos sociais podem ser uma alternativa ao conceito hegemônico de organização dentro do campo disciplinar da Administração, pois, são ações sociais coletivas que possibilitam formas diferentes de a população organizar-se e expressar suas demandas (GOHN, 2011). Misoczky, Flores e Silva (2008) consideram que aceitar que esse objeto seja estranho aos Estudos Organizacionais seria aceitar uma forma estreita de organização. De acordo com os autores, é interessante retornar aos movimentos sociais para que sejam feitas reflexões sobre possibilidades teóricas comprometidas com sua práxis, pois os movimentos sociais são práticas organizacionais ofuscadas nesse campo disciplinar devido

a prevalência do discurso do *management* (MISOCZKY; FLORES; SILVA, 2008). Além disso, os autores enfatizam que:

a pertinência teórica vem da relevância empírica do próprio objeto, uma vez que a realidade brasileira e latino-americana é marcada pela atuação política de movimentos sociais combativos que, à sua maneira, tomam parte nas questões que os afetam e, assim, constroem a sociedade e o Estado (MISOCZKY; FLORES; SILVA, 2008, p. 12).

No entanto, há diferenças importantes na maneira em que os movimentos se envolvem nesta luta (SPICER; BÖHM, 2007). Esses movimentos possuem peculiaridades que os diferenciam uns dos outros. Para Gohn (1997), internamente, são construídas as demandas do movimento, que estão relacionadas com seus valores, crenças, ideologias, e, com como serão organizadas as estratégias de ação que os projetarão para o exterior, além de quais articulações serão feitas (GOHN, 1997). Ainda de acordo com a autora, o que há é a construção de uma identidade, por meio de um processo de lutas, sendo esse processo relacionado aos fatores externos ao movimento, como a experiência (GOHN, 1991).

Para Gohn (1991), a troca de experiências é um ponto crucial em espaços que abrigam as práticas coletivas, pois, assim, as informações são socializadas, as identidades constituídas, os conhecimentos dos resultados obtidos por outros grupos absorvidos e as memórias de experiências passadas reavivadas (GOHN, 1991). E, os conflitos e contradições existentes dentro destes movimentos são indicadores destas diferenças que decorrem de forças sociais e políticas com visões e projetos específicos sobre a transformação social (GOHN, 1991).

A busca por soluções que sejam alternativas às condições que estão impostas pode ser um caminho para a práxis emancipatória. De acordo com Gohn (1991), a forma como o movimento social se organiza é a expressão visível da práxis. Mas, de acordo com Dussel (2007), para que a práxis seja emancipatória, é fundamental que haja um consenso recíproco que eduque para que os sujeitos sejam os atores, possibilitando uma solidez da união das vontades e não que exista um líder isolado que os conduza cegamente. Segundo Freire (2005, p.100)

a importância do papel de um líder revolucionário não lhe dá o direito de comandar as massas populares, cegamente, para a sua libertação. Se assim fosse, esta liderança repetiria o messianismo salvador das elites dominadoras, ainda que, estivessem tentando a “salvação” das massas populares. (FREIRE, 2005, p.100)

Assim, a organização capaz de transformar a potência do povo em poder, passa a ser o meio para a emancipação, em que os participantes assimilam e realizam suas responsabilidades visando ao consenso (MISOCZKY, 2010). Essa organização passa a ser um “espaço para a aprendizagem” (MISOCZKY, 2010, p. 40) com integrantes marcados pelo resultado de suas próprias ações, que justamente por atuarem, transformam e transformando configuram uma nova realidade (FREIRE, 1979). Essas ações envolvem o desenvolvimento de funções heterogêneas diferenciadas (DUSSEL, 2007). Para ilustrar, Dussel (2007) compara com a caça na era paleolítica, em que um era responsável por preparar as armas, o outro o terreno, o outro dava o grito para atacar, o outro atacava, outro pegava a presa, outro efetuava a distribuição, e, ao final, todos saciavam sua fome e sobreviviam.

Com isso, percebe-se a importância de uma ampla participação de todos os atores envolvidos no processo, pois, desta forma, mais funções serão preenchidas. Dussel (2007) afirma que no caso dos países da América Latina, principalmente os pós-coloniais, isso se torna ainda mais relevante, tendo em vista que essas nações estão imersas em democracias advindas de um processo de transição com uma “classe política” que frequentemente se corrompe. Misoczky (2010) aponta que os processos de mobilização social e política

presentes na América Latina, se articulados com os movimentos populares e suas práticas, farão deste continente um cenário propício para que sejam desenvolvidas teorias e conceitos emancipadores. Quanto a isso, Misoczky, Flores e Silva (2008, p.186) apontam que

[...] nossa escolha de referências para ilustrar este item mescla autores que estão na academia, e que trabalham ombro a ombro com os movimentos sociais, com ativistas que, como parte do seu cotidiano de lutas, também geram conhecimento. Ambos se caracterizam como intelectuais orgânicos, no sentido afirmado por Gramsci (1978), segundo o qual deve se entender por intelectual toda a massa social que exerce funções organizativas em sentido amplo, tanto no campo da produção como da cultura e político-administrativo. Assim, todas as camadas sociais possuem seus intelectuais, que exercem uma função orgânica muito importante no processo de produção social, esteja ele voltado para a reprodução ou para a transformação das relações sociais. O intelectual orgânico que efetua a crítica das ideologias hegemônicas, por sua vez, tem como principal função contribuir para a formação de uma nova moral e de uma nova cultura, ou seja, contribuir para a produção da contra-hegemonia. (MISOCKY; FLORES; SILVA, 2008, p.186).

Dessa forma, os próprios pesquisadores podem ser atores se adotarem uma postura de observadores críticos e de participantes ativos, por meio da ação de colocarem seu conhecimento a serviço das organizações com as quais estejam interagindo (MISOCKY; FLORES; BÖHM, 2008). Porém, o tema organizações de resistência e luta social ainda não está fortemente presente nos Estudos Organizacionais, existindo poucas práticas alternativas de organizar que representem verdadeiramente a ruptura ao modelo de organização hegemônica (MISOCKY, 2010). Para tornar conspícuo os processos de organização de resistência e de lutas sociais que têm sido ofuscados pelo discurso organizacional contemporâneo; Misoczky, Flores e Böhm (2008) sugerem a adoção da conduta prática teórica proposta por Böhm (2002). Isto é, a intensa conexão entre teoria e prática, ainda que com relativa autonomia de uma em relação à outra (MISOCKY; FLORES; BÖHM, 2008).

Esta concepção se concretiza, por exemplo, no engajamento dos pesquisadores com os movimentos populares, defendido por Misoczky, Flores e Böhm (2008). Assim, a construção de um novo pensamento estratégico não pode ser uma tarefa isolada, pois, no trabalho coletivo de resistência e lutas cada ator sociopolítico coletivo e individual contribui de alguma forma, por isso, é essencial resguardar o processo de produção de novos conhecimentos por meio de uma construção teórica coletiva (RAUBER, 2004). Isso envolve a articulação do conhecimento elaborado em sua dimensão estritamente teórica com o conhecimento que emerge de baixo e que está contido nas práticas (RAUBER, 2004). A intenção é que haja “a integração, interação e construção do diálogo entre conhecimento científico e ‘popular’”, baseando-se no diálogo horizontal e identificando o pesquisador como um intelectual orgânico, ou seja, aquele que constrói junto com os atores existentes na sociedade concreta a partir de suas realidades (RAUBER, 2004, p. 22 - tradução nossa). A construção do poder a partir de baixo abrange formas que constituam modos de um tipo de poder consciente participativo, que não seja alienado, que envolva o desenvolvimento das consciências das culturas submersas e oprimidas, voltados para a transformação da sociedade (RAUBER, 2004). Conceitos-chaves para tanto são: articulação; construção e processo; diversidade; pluralismo; democracia radical participativa; propostas abertas, ou seja, a construção e desenvolvimento permanente (RAUBER, 2004). O conceito de articulação é importante por indicar uma maneira de questionar a realidade, de compreendê-la e de, em paralelo, transformá-la (RAUBER, 2004).

A partir dessas reflexões, acredita-se na existência de mundos organizacionais plurais e diversos que precisam ser mais fortemente explorados na área de Estudos Organizacionais. Para tanto, considera-se que os pesquisadores sejam peças fundamentais para tornar visíveis

essas organizações alternativas, contra-hegemônicas, enfim, resistentes aos modos como a sociedade tem, majoritariamente, se organizado. Pois, aceitar a miséria, as mortes violentas, as discrepâncias sociais, tal como têm sido as consequências da forma como o mundo tem se organizado, é se acomodar. As alternativas envolvem então a recusa à essa acomodação de modo que outras formas de organização possibilitem a mudança da realidade.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Delineamento Da Pesquisa

Buscando analisar a temática proposta por meio da aproximação com a realidade exposta no tema, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993), a abordagem qualitativa deve ser usada para compreender fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de compreensão interna do que por sua expressão quantitativa. A partir disso, constata-se que como existiram estas delimitações e como será fundamental a “descrição detalhada do fenômeno e dos elementos que o envolvem, os depoimentos dos atores sociais envolvidos, os discursos, os significados e aos contextos” (VIEIRA, 2004, p.2), considerou-se a pesquisa qualitativa mais adequada.

O tipo de corte utilizado foi seccional com perspectiva longitudinal. De acordo com Vieira (2004), neste tipo, a coleta de dados da pesquisa é feita em um momento no tempo, mas há o resgate de dados e de informações de outros períodos passados. O foco é em como o fenômeno é caracterizado no momento da coleta, sendo os dados resgatados do passado utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno (VIEIRA, 2004).

#### 3.2 Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio da pesquisa documental, da observação participante e da entrevista individual. A Figura 1 demonstra as fases de coleta de dados e outras informações da pesquisa:

ANO	2016											2017											2018		
MÊS	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Construção do Referencial Teórico																									
Ida a campo para observações preliminares																									
Agendamento das entrevistas																									
Entrevistas																									
Qualificação																									
Observação Participante no Facebook da Comunidade																									
Organização dos dados primários em conjunto com dados secundários (Estatuto e Plano Popular)																									

Figura 1 Fases da Coleta de Dados e Outras Informações da Pesquisa

Fonte: Autora

#### 3.2.1 Pesquisa Documental

A análise dos documentos permite o entendimento de uma determinada situação, com base na visão de dentro (ROESCH, 1999). Para tanto, foram coletados dados do Plano Popular da Vila Autódromo, plano elaborado pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo com a assessoria do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF).

O Plano Popular da Vila Autódromo demonstrou tecnicamente que seria possível a permanência da comunidade e a implantação de equipamentos para os Jogos Olímpicos (SANCHES; OLIVEIRA; MONTEIRO, 2016). Foi elaborado a partir de pesquisas de campo, oficinas de trabalho, Assembléias, aplicação de questionários, análise de documentos, fotos aéreas e bases cartográficas e um processo de discussão que resultou em propostas para diferentes setores envolvendo a comunidade, como habitação, saneamento, infraestrutura, meio ambiente, serviços públicos e cultura (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO, 2016). Devido ao fato de as justificativas oficiais para remoção serem sustentadas por argumentos supostamente “técnicos”, principalmente em relação à proteção ambiental ou à impossibilidade de um projeto de urbanização, a universidade era vista pelos moradores como um apoio necessário para atestar a permanência da comunidade, por possuir argumentos técnicos e científicos reconhecidos socialmente (SANCHES; OLIVEIRA; MONTEIRO, 2016). Os tópicos abaixo, construídos a partir das descrições contidas no Plano Popular (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO, 2016) sintetizam o processo de construção do Plano Popular da Vila Autódromo:

→ Agosto de 2011: foi divulgado o resultado do concurso internacional do Plano Geral Urbanístico para o Parque Olímpico, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil — IAB. O projeto vencedor, elaborado pelo escritório londrino Aecom, manteve a maior parte da Vila Autódromo, mostrando a compatibilidade possível com o Parque Olímpico.

→ Setembro de 2011 : iniciou-se a construção do Plano Popular da Vila Autódromo.

→ Janeiro de 2012: a primeira edição do Plano Popular foi apresentada à Justiça em ação cautelar da Defensoria Pública do Estado, demonstrando que a construção do Parque Olímpico seria compatível com a urbanização da Vila Autódromo, mantendo todos os seus moradores.

→ Fevereiro de 2012: a prefeitura apresentou novo desenho viário para os BRTs, diferente dos traçados até então divulgados, com vias cortando a comunidade.

→ Agosto de 2012: o Plano Popular da Vila Autódromo foi lançado publicamente e o Prefeito Eduardo Paes aceitou receber os moradores para uma audiência, acompanhados da Defensoria Pública, da assessoria técnica do Plano e do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas.

→ Novembro de 2012: Empresa Olímpica Municipal, em coletiva de imprensa, divulgou o novo “Master Plan” do Parque Olímpico, sem as vias cortando a Vila Autódromo, mas com a área ocupada por estacionamentos, Centro de Mídia e estruturas provisórias.

→ Dezembro de 2012: a Prefeitura lançou o conjunto habitacional Parque Carioca, do programa federal Minha Casa, Minha Vida, afirmando que toda a comunidade seria reassentada no local. Mas, a maioria das famílias não aceitou o conjunto e defendeu a implantação do Plano Popular.

→ Junho de 2013: manifestações populares: "Jornadas de Junho", "Manifestações dos 20 centavos" ou também conhecida como "Manifestações de Junho". A Prefeitura recebeu novamente os moradores da Vila Autódromo e, mostrou-se disposta a ouvir e alterar os planos

para o local. Durante o mês de agosto e setembro foram realizados 10 encontros, nos quais nossas propostas do Plano e da Prefeitura foram discutidas. Após o 10º encontro, as reuniões foram encerradas pela Prefeitura sem que nenhuma proposta do Plano Popular fosse acatada.

➔ Dezembro de 2013: o Plano Popular recebeu o Primeiro Lugar do prêmio internacional Urban Age Award — Rio de Janeiro, conferido pela London School of Economics e pelo Deutsche Bank. A decisão da comunidade foi utilizar o prêmio em dinheiro recebido para a reforma da Associação de Moradores e para a construção de uma Creche Comunitária. Mas, ao mesmo tempo, ampliaram-se as possibilidades de as remoções acontecerem, como será descrito na análise dos dados do presente trabalho.

➔ 26 de março de 2014: início das primeiras mudanças. 200 famílias aceitaram os apartamentos no Parque Carioca.

➔ Março de 2015: a Prefeitura publicou decretos definidos com de utilidade pública para desapropriação.

➔ 24 de Fevereiro de 2016: Lançamento do Plano Popular versão 2016.

➔ 28 de março de 2016: novo acordo entre Prefeitura e moradores que permaneceram para a urbanização da comunidade.

➔ 30 de Julho de 2016: entrega das chaves das 20 casas que foram construídas na comunidade.

Como é possível constatar, o processo de implementação do Plano, no entanto, não seguiu como o esperado, sofrendo alterações ao longo dos anos e perdendo as características originais do projeto (ALVES; PETTI, 2017). Entretanto, não há como negar a representação contida no mesmo. Além disso, é importante destacar que caso o Plano Popular fosse implementado como proposto inicialmente, estimado em cerca de R\$ 13,5 milhões, o gasto seria muito inferior ao custo da proposta inicial da Prefeitura, avaliado em cerca de R\$ 48 milhões, sendo R\$ 20 milhões relativos ao custo de aquisição do terreno (VAINER et al, 2013).

Também foram coletados dados do último Estatuto elaborado pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. O Estatuto é a forma mais genuína encontrada para pensar como se deu a estrutura organizacional dos moradores em si. Ele demonstra que para os moradores a formalização da comunidade poderia contribuir para que a Vila Autódromo fosse reconhecida e aceita nas diferentes esferas. De acordo com Estatuto, a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo é uma Associação Civil Filantrópica, apartidária, sem fins lucrativos, organizada desde 1962, mas fundada juridicamente em 1987 com finalidades administrativas, culturais, sociais, esportivas, beneficentes, prestadora de serviços assistenciais, sem discriminação de etnia, gênero, sexo, credo religioso ou portadores de deficiências; não gerando dividendos, bonificações ou parcelas de patrimônio (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO, 2013). No Estatuto há a descrição das Assembléias. Mesmo após a demolição da estrutura física da Associação, com o processo de remoção, a mesma permanece formalizada juridicamente, além disso, diversas ações realizadas na comunidade possuíam algum tipo de relação com a Associação, como será detalhado na análise dos dados.

### **3.2.2. Observação Participante**

A priori, a pesquisadora utilizou o método observação participante de forma aberta (ROESCH, 1999), foram feitas notas de campo, fotografias e filmagens. Para Roesch (1999, p.162) “a observação participante de forma aberta caracteriza-se muito mais como um envolvimento interrompido, uma vez que combina observação com entrevista.”

Para tanto, a pesquisadora frequentou diversos eventos ocorridos na Vila Autódromo, como a construção do Museu das Remoções, a sessão de cinema com filme Olympia, etc. Além da ida a eventos ocorridos fora da comunidade, porém envolvendo-a, como a ida à roda de leitura com o lançamento do livro “A resistência à Remoção de favelas no Rio de Janeiro” e a ida ao Museu da Maré, localizado na comunidade de mesmo nome.

Ademais, durante toda a pesquisa, a mesma participou das discussões nos grupos do aplicativo *Whats App*,<sup>12</sup> denominados: Museu das Remoções e Ocupa Vila Autódromo. Além disso, a pesquisadora acompanhou os acontecimentos na comunidade por meio das fotos postadas na página do *Facebook*<sup>13</sup> da Vila Autódromo. Segundo Mendes (2009) a utilização da observação participante tem sido recorrente em pesquisas *online*, sendo particularmente eficazes no que diz respeito ao comportamento linguístico (verbal, não verbal e extralinguístico), podendo facilitar a tomada de notas concomitantemente à observação. Paralelo a isso, infere-se a partir de Gohn (2011) que o meio *online* pode ser um espaço capaz de guardar importantes dados acerca dos movimentos sociais.

É importante afirmar que o fato de a pesquisadora ter sido convidada a participar dos grupos de *Whats App* não quer dizer que ela seja vista como integrante do grupo dos moradores, foco central da pesquisa, como demonstrado no objetivo geral. Pois existem outros grupos que integram os grupos do *Whats App* os quais ela faz parte, quais sejam, o “Museu das Remoções” e o “Ocupa Vila Autódromo”. Quanto a isso, White (2005, p. 304) ao narrar sua experiência de observação participante no livro *Sociedade de Esquina* afirma que:

Aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas; na realidade, estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente, bastava que tivesse um interesse amigável por elas [...] Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total.

Assim, White (2005) afirma ter percebido que a transformação do pesquisador em nativo não se verificará, mesmo que ele pense estar inserido, pois a curiosidade e até mesmo a desconfiança sempre serão sensações possíveis.

Ao se realizar a análise dos dados propriamente dita, optou-se por não sistematizar as informações das observações participantes envolvendo a ida da pesquisadora aos eventos dentro e fora da comunidade, nem os dados obtidos por meio do *Whats App*. Isso devido ao fato de as idas à comunidade e a participação nos grupos de *Whats App* terem se iniciado logo assim que a pesquisadora se deparou com a Vila Autódromo, não havendo respaldo teórico suficiente para direcionar o olhar da pesquisadora. Porém, acredita-se que essas experiências tenham sido fundamentais para o andamento da pesquisa, pois, ao entrar de maneira mais aprofundada no referencial teórico, a pesquisadora já havia tido um contato inicial com a comunidade. Considera-se que estas observações sejam partes prévias, informais, porém, fundamentais, conforme defendido por Triviños (1987, p. 147) que afirma ser necessário:

realizar várias visitas à comunidade em questão, tratando de auscultar se existe a possibilidade de contar com o apoio básico para dar vida a uma atividade como a proposta [...] [pois assim] o pesquisador se tornará mais ou menos conhecido por todos. Sua figura será relativamente familiar, ainda que só alguns saibam o que está

<sup>12</sup> Aplicativo de mensagens instantâneas para Smartphones. Por meio dele, os usuários podem se comunicar com seus contatos que também possuem esse aplicativo em seus smartphones.

<sup>13</sup> Rede social disponível para Web e Smartphones.

pretendendo [...] nesse processo desenvolvido preliminarmente, ele terá conhecido pessoas e terá selecionado seus possíveis informantes. Poderá então dar início, de maneira sistemática, à sua pesquisa [...]

Além disso, possibilitou que a pesquisadora selecionasse os entrevistados de forma mais coerente para o alcance dos objetivos da pesquisa. Por isso, duas notas de campo e a tabela de visitas à comunidade estão contidas no Anexo B.

### 3.2.3. Entrevista Individual

Foram realizadas entrevistas individuais, a partir da utilização de tópicos guia, porém, como recomenda Gaskell (2002) não se pretendeu ficar escravo aos mesmos. Assim, os tópicos guia foram utilizados com flexibilidade, já que os próprios entrevistados, na maioria dos casos, tornaram eminente tópicos importantes que não haviam sido pensados *a priori*. Apenas uma das entrevistas não foi realizada de forma presencial devido ao entrevistado não residir no Brasil. Nesse caso, a entrevista foi realizada via *Whats App* e, a gravação feita de forma concomitante por meio de outro dispositivo móvel. Em seguida, foi feita a transcrição, como nas demais entrevistas.

Seguindo a recomendação de Triviños (1987), a pesquisadora optou para além da gravação da entrevista, fotografar quando fosse encontrado no ambiente da entrevista algo que remete-se a Vila Autódromo.



**Figura 2** Porta do Gabinete do Vereador 2

Fonte: Autora.



**Figura 3** Mural do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH)

Fonte: Autora.



**Figura 4** Banner do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH)

Fonte: Autora.



**Figura 5** Carro de uma das ex-moradoras

Fonte: Autora.



**Figura 6** Banner na Pastoral de Favelas

Fonte: Autora.

### 3.3 Sujeitos da Pesquisa

De acordo com Duarte (2002), na pesquisa qualitativa é difícil delimitar o número de sujeitos que serão entrevistados a priori, pois isso está atrelado à qualidade das informações obtidas nos depoimentos, considerando a profundidade dos mesmos e o grau em que ocorrem divergências destas informações, já que, enquanto aparecerem “dados” originais ou pistas capazes de fornecer perspectivas à investigação, as entrevistas deverão continuar em curso.

As observações participantes realizadas inicialmente auxiliaram a seleção dos sujeitos que seriam entrevistados. Pois, a partir daí, foram percebidas *sementes*, ou seja, informantes-chaves capazes de auxiliar a pesquisadora a tatear quais seriam os entrevistados (VINUTO, 2014). Pessoas que estavam presentes de forma constante nas reuniões envolvendo a Vila Autódromo; pessoas que foram convidadas a palestrar sobre o tema etc. De acordo com Vinuto (2014), estas *sementes* indicam novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim será de forma sucessiva, podendo fazer com que o quadro de possíveis entrevistados cresça a cada entrevista dentro dos interesses da pesquisa.

Vinuto (2014) exemplifica esta técnica, denominada de bola de neve, com o livro “Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada”, de William Foote Whyte (WHYTE, 2005). Publicado em 1943, Sociedade de Esquina é o resultado de uma pesquisa realizada em Cornerville, nome fictício atribuído ao bairro de North End, em Boston. Na época, esse local era conhecido por práticas de contravenção dos moradores. Whyte (2004) não nomeia a técnica que usou como bola de neve, mas demonstra que teve uma “semente” em sua pesquisa, que foi a assistente social do centro comunitário local, o mesmo lhe apresentou Doc, personagem principal de sua obra (VINUTO, 2014). Foi Doc quem lhe apresentou importantes contatos para que ele desenvolvesse o seu trabalho, além de possibilitar a entrada de Whyte ao campo. Whyte nomeia estas pessoas de “indivíduos-chave” e atribui a eles enorme importância, “Durante meu período em Connerville, aprendi bem rapidamente a importância crucial de ter o apoio de indivíduos-chave de qualquer grupo ou organização que eu estudasse” (WHYTE, 2005, p. 301).

Como dito anteriormente, a pesquisadora também percebeu a existência destes “indivíduos-chave” ou “sementes”. Esses indivíduos-chave ou sementes também foram entrevistados. Antes de prosseguir, é importante destacar que neste estudo não haverá a identificação dos sujeitos, sendo assim, será adotado o nome “morador x,” assim como “pesquisador x”, “ex-morador x”, “defensora pública x”, “padre x” sendo x um número, considera-se importante preservar a identidade dos entrevistados, além disso, defende-se que apesar de serem pessoas diferentes, atuam como representantes de determinados grupos. . A seleção das “sementes” se deu pelas justificativas descritas a seguir:

➔ Semente Moradora 1: Antes da ida à comunidade, a pesquisadora constatou a constante presença de uma das moradoras nas reportagens sobre a comunidade. Além disso, a mesma recebeu da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro a medalha Pedro Ernesto <sup>14</sup>. Com a ida da pesquisadora à comunidade, a primeira moradora que a recebeu foi a Moradora 1. Ao longo das observações, percebeu-se que ela recepcionava a grande maioria das pessoas que chegavam à comunidade. Assim, considerou-se que ela seria uma das sementes.

➔ Semente Ex-Moradora 1: Da mesma forma, antes mesmo da ida à comunidade, a pesquisadora constatou constantes aparições dessa ex-moradora em reportagens, falas em audiências públicas etc. Ao chegar à comunidade, em uma dinâmica, a pesquisadora soube que ela havia estado por anos envolvida diretamente na Associação de Moradores da

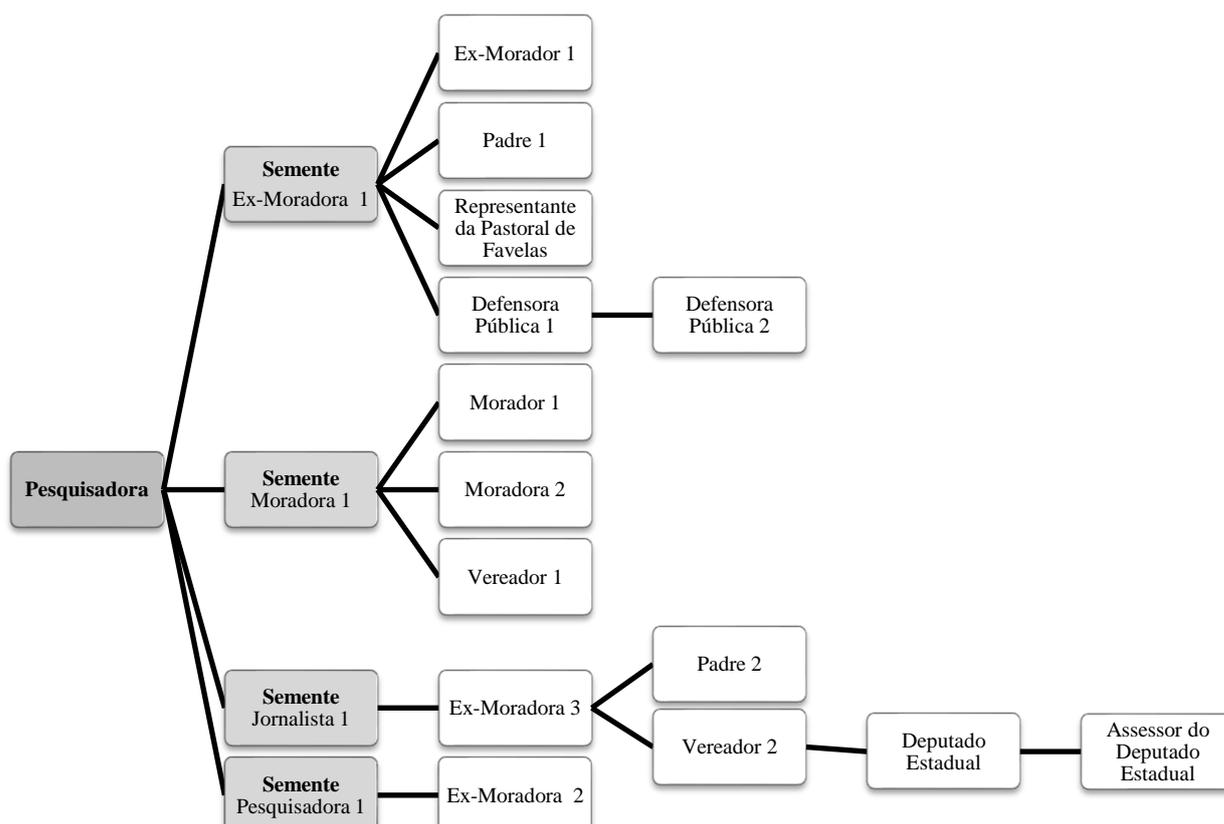
---

<sup>14</sup> Principal homenagem que o Rio de Janeiro presta a quem mais se destaca na sociedade brasileira ou internacional. Recebeu esse nome em reconhecimento ao trabalho do prefeito Pedro Ernesto, e por isso sua figura é estampada nas duas Medalhas que fazem parte do Conjunto.

comunidade. Durante a entrevista, ela informou que ocupava um dos cargos na Associação de Moradores, organização constantemente presente nas notas de campo e fotos contidas nas observações preliminares da pesquisadora.

➔ Semente Jornalista 1: Durante as observações, a pesquisadora soube que a Agência Pública, primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, havia realizado gravações na comunidade para um projeto. O Projeto 100, como é chamado, foi composto por um conjunto de reportagens que buscavam investigar o que aconteceu após as remoções causadas pelas grandes obras construídas para a Olimpíada de 2016. Esse projeto recebeu o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em 2016<sup>15</sup>. A partir da importância desse projeto em paralelo com as diversas reportagens produzidas pela Agência Pública, a pesquisadora entrou em contato com a jornalista que ficou responsável por produzir as reportagens com os moradores da Vila Autódromo.

➔ Semente Pesquisadora 1: Na primeira visita à comunidade, a pesquisadora conheceu essa pesquisadora que já acompanhava a Vila Autódromo desde a construção do Plano Popular. Ela esteve à frente da organização das dinâmicas realizadas com os moradores neste dia, demonstrando relação bastante próxima com todos que estavam presentes na comunidade.



**Figura 7** Rede de contatos que foram acionados para entrevista e, em seguida entrevistados, a partir do método bola de neve

Fonte: Autora. Adaptado de Vinuto (2014)

<sup>15</sup> De acordo com o site <http://www.premiovladimirherzog.org.br>, esse é um prêmio de imprensa que surgiu com o objetivo de estimular jornalistas e artistas a tratarem do tema da Anistia e dos Direitos Humanos. Foi uma das resoluções aprovadas no Congresso Brasileiro de Anistia realizado em Belo Horizonte, em 1978, articulado e promovido pelo CBA - Comitê Brasileiro de Anistia.

### 3.4 Análise de Dados

A análise de conteúdo, apesar de frequentemente associada a Laurence Bardin, já que a especialista francesa ampliou a popularidade dessa técnica de análise (SILVA; FOSSÁ, 2015), não surgiu em 1977 com o famoso livro *L'analyse de contenu*. Nesse livro, Bardin (1977), apresenta a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, tendo por finalidade a interpretação dessas comunicações. Bardin (1977) organiza a análise em três fases, quais sejam: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase é pré-análise, momento em que ocorre a organização do material que será analisado, realizando a leitura e promovendo o contato com o que foi coletado. Em seguida é feita a seleção dos documentos, sendo posteriormente realizada a formulação das hipóteses e dos objetivos. Para finalizar, é feita a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores (BARDIN, 1977). A segunda fase é a da exploração do material, essa fase envolve o recorte, escolha das unidades, e a definição das categorias. A terceira fase envolve o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação (BARDIN, 1977).

Esse resgate é importante por Bardin ter sido, conforme já citado, responsável pela ampliação do uso desse método. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer o histórico anterior à autora e nem a continuação pós *L'analyse de contenu*. Não se pretende aprofundar em todas as peculiaridades e minúcias históricas da técnica. Mas, sim, realizar uma breve contextualização histórica.

A análise de conteúdo nasceu nas primeiras tentativas de interpretação dos livros sagrados, esforços mais sistemáticos foram constatados nos séculos XVII, na Suécia, e XIX, na França, não sendo possível precisar um momento específico (TRIVIÑOS, 1987, ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). Bardin (1977) exemplifica um desses momentos com uma pesquisa de autenticidade de hinos sagrados realizada em 1640 na Suíça com o objetivo de saber se estes hinos poderiam ter efeitos nefastos nos luteranos.

Já em 1908, o professor Thomas, de Chicago, elaborou um quadro contendo valores e atitudes de imigrantes polacos a partir da análise de cartas, autobiografias, jornais etc. (TRIVIÑOS, 1987). Em meados de 1915, Lasswell, se utilizou da técnica nos Estados Unidos, objetivando identificar a postura estratégica dos demais países, por meio da análise da imprensa e de propagandas (SILVA; FOSSÁ, 2015). Depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a sistematização realizada por Lasswell e a consequente publicação, em 1927, do livro *Propaganda Technique in the World War*, pode-se dizer que a análise de conteúdo começou a adquirir formas organizadas de um método de investigação (TRIVIÑOS, 1987, ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). Na Segunda Guerra (1939-1945), o governo americano estimulou os analistas a desmascararem os jornais suspeitos de propagandas que fossem consideradas subversivas (BARDIN, 1977). E, com isso, e também, com o crescimento das propagandas, ampliou-se a utilização do método; assim, muitas disciplinas passaram a adotá-lo (TRIVIÑOS, 1987). Em 1948, Berelson e Lazarsfeldt publicaram o livro *The Analysis of Communications Content*, por meio dele, estabeleceram regras para a análise de conteúdo, sistematizando as preocupações epistemológicas da época, essas relacionadas ao objetivismo e à natureza quantitativa (BARDIN, 1977).

Mais tarde, em 1955, na "Conferência de Alberton", que reuniu especialistas de diversas áreas com experiências em análise de conteúdo, aprofundaram-se as regras e os princípios do método (TRIVIÑOS, 1987). Em 1966, foi feito um estudo por um grupo de cientistas na Pensilvânia, que deu novo aperfeiçoamento à análise de conteúdo como instrumento de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Em seguida, em 1977, é publicado o *L'analyse de contenu*, mencionado anteriormente. A partir daí, houve a popularização do uso do método

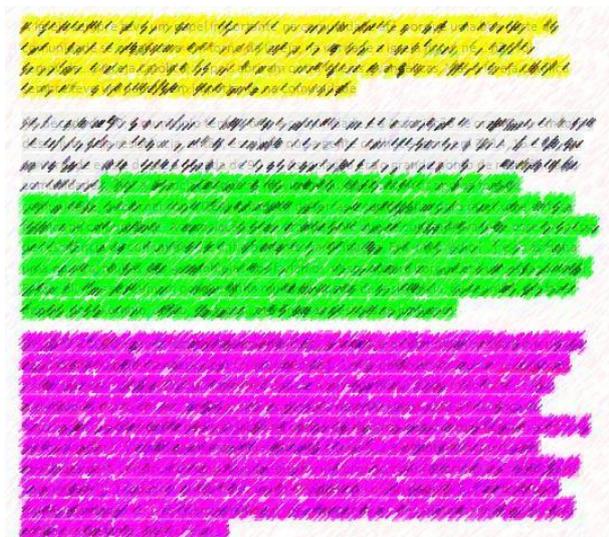
e sua aplicação tem sido recorrente em pesquisas de natureza qualitativa (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Conforme já mencionado, adotou-se nesse estudo a análise de conteúdo. Entretanto concorda-se que:

Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto, é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito. (THOMPSON, 2011, p. 375).

Pactuando com esse argumento, a análise dos dados se deu da seguinte forma:

1º Foi feita a leitura de todos os dados coletados em conjunto: do Plano Popular da Vila Autódromo, do último Estatuto elaborado pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, das transcrições das entrevistas e da tabela contendo dados da página do Facebook da Vila Autódromo. Em seguida, foi feita a leitura individual de cada um desses materiais. E, então, marcou-se em vermelho para posterior exclusão os pontos que não tinham relevância para o alcance dos objetivos estabelecidos. Marcou-se em amarelo os pontos mais relevantes para o alcance do objetivo 1, em cinza para o alcance do objetivo 2, em verde do objetivo 3 e em rosa do objetivo 4, conforme ilustrado pela figura 8:



**Figura 8** Organização dos dados com base nos objetivos

Fonte: Elaborado pela Autora

2º Foi feita a junção dos dados relacionados a um mesmo objetivo em um documento único para cada objetivo, nomeando-o com o nome do mesmo. Exemplo: "Descrever as principais características da comunidade Vila Autódromo.docx". A partir daí, sublinharam-se os dados que se complementavam ou que fossem em comum. Ao lado do sublinhado, inseriu-se um mesmo número de cor preta. Também, foram marcados dados divergentes, mas inseriu-se um mesmo número de cor vermelha ao lado. Por exemplo:

Morador "x": bsuhwdnshchdsc (1) bjhsdbncjhdsuhcdbsjns (1)

Pesquisador "x": hatvarbayhabyaa (1) bjhsdbncjhdsuhcdbsjns (1)

É importante destacar que houve idas e vindas em relação ao referencial teórico. Isso devido ao fato de, conforme citado, a pesquisadora ter realizado observações participantes que não foram sistematizadas. Mas, a partir da análise propriamente dita, momento em que optou-se por delimitar a coleta da forma descrita nesse trabalho, foram construídas categorias com base no referencial teórico presente nesse trabalho. Entretanto não há como negar que as observações preliminares do campo direcionaram, de certa maneira, a construção desse referencial.

**Tabela 1-** Categorias e Sub-categorias

<b>CATEGORIA</b>	<b>SUB-CATEGORIA</b>
REMOÇÕES URBANAS	EMPRESARIAMENTO URBANO
RESISTÊNCIA	AÇÃO E OPOSIÇÃO
ORGANIZAÇÃO ALTERNATIVA	RESPONSABILIDADE COM O FUTURO, SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA

Fonte: Autora

3º Por fim, foi feita a articulação entre os dados coletados e o conteúdo do referencial teórico. Nesse momento, percebeu-se que ainda não havia no campo teórico explicações suficientes para as relações afetivas entre os moradores. E, como constatou-se que esses vínculos eram importantes devido aos dados que preenchiam a sub-categoria solidariedade, voltou-se ao referencial para entender o conceito de comunidade e constatou-se que esse conceito está vinculado à solidariedade.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo possui como objetivo apresentar a análise dos dados coletados a partir das entrevistas, das observações da página do Facebook da Vila Autódromo e dos seguintes documentos: a última versão do Plano Popular da Vila Autódromo e a última versão do Estatuto da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. Para tanto, foi feita a reprodução de excertos de textos e de falas, para, posteriormente, ser feita a interpretação dos dados com base no referencial teórico utilizado. Com o intuito de deixar a análise dos dados melhor estruturada, os tópicos a seguir serão orientados de acordo com os objetivos específicos mencionados no primeiro capítulo, tentando refletir sobre o problema apresentado nesta pesquisa.

### 4.1 Primeiro Objetivo Específico

- Descrever as principais características da comunidade Vila Autódromo

Ao longo da coleta de dados, percebeu-se que a possibilidade de remoção e mais especificamente a remoção em si causaram mudanças tanto em relação à parte física da comunidade, aqui envolvendo a parte natural e a parte construída materialmente, quanto em relação à parte social, envolvendo a relação entre moradores e não moradores da comunidade. Essas diferenças serão notoriamente observadas ao longo da descrição.

#### 4.1.1 Descrevendo as principais características da comunidade Vila Autódromo

Antes da reflexão acerca da descrição, é importante ressaltar que os entrevistados deixam claro em suas falas que podem destacar pontos a partir do momento em que começaram a frequentar ou morar efetivamente na comunidade, dessa forma, algumas características físicas e estruturais são apresentadas a partir do olhar de cada um em seu tempo. Isso porque, sabe-se que a Vila Autódromo passou por constantes transformações como se é perceptível na realidade do espaço urbano como um todo. Não se pode negar a existência de constantes mudanças notadas a olhos vistos em grande parte das capitais brasileiras ao longo dos anos. É possível inferir que estejam relacionadas ao que Harvey (1996) apontou como políticas de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996).

A figura 9 demonstra de forma mais precisa a parte física do entorno e da comunidade em si antes de ser iniciado o processo de remoção:



**Figura 9** Imagem aérea da Vila Autódromo antes das remoções

Fonte: Página do Facebook da Vila Autódromo com informações inseridas pela autora. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaautodromo/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

Desse ângulo, o que se percebe é um entorno sem edifícios e com uma paisagem natural bastante evidente. As ruas na comunidade eram de terra batida, existiam casas mais próximas à beira da lagoa e outras mais próximas à avenida. Segundo os dados coletados nas entrevistas, havia uma parcela menor dos moradores que tinha melhores condições financeiras, e, eles habitavam a maioria das casas próximas à lagoa. De acordo com os entrevistados:

Havia duas camadas ali, das pessoas mais necessitadas e havia um grupo que tinha mais condições, o grupo [...] que morava na beira da lagoa que eram pessoas de mais posse, mas tinham pessoas que tavam ali na comunidade realmente necessitadas (Padre 2)

A Vila Autódromo é atendida pelo Núcleo desde 1993 [...] tinham cerca de 600 famílias...eram casas que tinham um perfil um pouco não de uma favela tradicional que a gente tem essa visão das casinhas uma do lado da outra, eram casas a maioria com varanda com quintal...então era um pouco...parecia um pouco um subúrbio e no final da comunidade tinham até casas muito boas, casas de classe média alta, mas a maioria eram classes mais pobres, né...casas de alvenaria, mas com quintal com árvores, arborizada [...] (Defensora Pública 1)

[...] a Vila Autódromo, ela tinha um núcleo mais amplo, né, que é de comunidade mesmo que era a área mais de...de...mais pobre, e tinha uma continuação ao longo daquela via que circundava a lagoa que ia lá pra trás em direção ao aeroclube, tinham uma casas ali que eram um pouco melhores, que eram consideradas de classe média [...] (Assessor do Deputado 1)

Eu fui muitas vezes lá antes das remoções [...] a Vila ela era...acho que não era muito homogênea, né.. ela tinham pessoas diferentes que moravam ali, pessoas

ligadas mais ao automobilismo propriamente dito que, em geral, eram pessoas que tinham uma condição de renda um pouco maior, né e pessoas que eu acho que a maioria delas eram os chamados trabalhadores dos serviços gerais, trabalhadores que precisavam tá morando ali pra tarem trabalhando nas redondezas, né. (Vereador 2)

[...] eu não nasci em berço de ouro...então a minha vida toda foi dentro de comunidade...eu morei numa comunidade na Zona Sul do Rio que foi aonde aconteceu a minha primeira desapropriação com 14 anos de idade, que eu fui parar na Cidade de Deus levado pelo Lacerda na época e pelo Negrão de Lima [...] eu tinha que dormir, tirar eles [filhos e netos] da cama e botar no chão porque a bala traçante passava por cima do telhado [...] (Ex-morador 1)

O que se constata é que a maior parte dos moradores pertencia a parcelas mais pobres da cidade do Rio de Janeiro. A maioria afirmou ter vindo de outra região favelizada da cidade. Dentre as falas a cima, é possível observar que um dos ex-moradores já havia passado por outras desapropriações.

Ainda sobre questões relacionadas à parte física da Vila Autódromo, de acordo com os entrevistados que conheceram a comunidade antes do processo de remoção, no início não existia quase nenhuma organização, pensando no sentido mais amplo do termo. Havia a Igreja Católica, oficinas, depois, passaram a existir bares, a forma legalmente constituída da Associação de Moradores, centro de candomblé, uma padaria na casa de um morador etc. Por meio da fala de dois moradores sobre essa padaria, é possível perceber que a Vila Autódromo era um local tranquilo, quase interiorano, como pode ser observado nesses dois trechos: “a padaria...ela funcionava numa casa, né...a gente ia no fundo da casa e batia na porta, né...pão saboroso, gostoso, pão quentinho [...]” (Morador 1), “aí a padaria surgiu e era de três irmãos [...] eles vendiam pão no quintal da casa deles, a gente comprava pão pelo portão [...] (Moradora 1).

Além dessas organizações, foram citados: salão de beleza, igrejas denominadas pelos entrevistados como evangélica, mercadinhos, um mercado maior também, lanchonetes, *lan house* e armarinhos.

Pensando sobre a comunidade de maneira cronológica, o Plano Popular informa que:

A origem da Comunidade Vila Autódromo remonta à ocupação da Lagoa de Jacarepaguá, ocorrida no início da década de 1960. Denominada pelos pescadores de Lagoinha, na época, a área era totalmente desprovida de infraestrutura (não tinha energia elétrica, transporte, água encanada) e praticamente deserta. Em 1975, com o aterro de partes das lagoas existentes, a construção do Autódromo de Jacarepaguá e de um conjunto residencial da Aeronáutica, os pescadores foram empurrados para uma faixa localizada entre os muros do Autódromo e a margem da lagoa. Ainda na década de 1970, as grandes obras realizadas na região atraíram inúmeros trabalhadores e provocaram o deslocamento de diversos núcleos de pescadores que fundaram novas colônias e/ou se integraram àquelas já existentes na área. Fruto da mistura de pessoas de diferentes origens, a Vila Autódromo se organizou enquanto comunidade formal a partir da criação, em 1987, da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA, pp. 11-12).

A existência de problemas relacionados à infraestrutura urbana demonstra ser uma característica da comunidade, em paralelo com a ausência do poder público para atender a essas questões. Um dos entrevistados afirma que quando chegou viu uma área entre aspas abandonada (Padre 1) outro afirmou que quando chegou não tinha muito comércio e complementou dizendo que:

“[...] nós pegamos aqui, a geografia dessa comunidade, tinha muita parte de muita taboa, né, muita gigoga, parte alagada e eu lembro de muito território aqui alagado, alagado mesmo, aquele terreno original de...de [...]aqueles capins alto que são usados pra fazer esteira [...] atrás da minha casa, só tinha um barraquinho de madeira, cara, o resto era só essa área pantanosa (Morador 1)

Outras falas destrincham mais sobre essa ausência do poder público, como pode ser observado nos trechos a seguir: “[havia] carências em relação aos serviços de atendimento de necessidades básicas da população” (Deputado Estadual 1). “Única coisa ruim é que a gente não tinha saneamento básico, né, tinham ruas que o esgoto era a céu aberto... aí isso tudo chateava a gente [...]” (Moradora 2). “[...] o município não fez a parte que cabia ao município, então, toda a parte de urbanização, de calçamento, toda a parte que cabia ao município, ele não fez [...]” (Defensora Pública 1).

olha nós temos assim uma quantidade de documentos colocando nosso perfil como cidadão, a lei, o direito, pedindo saneamento básico, pedindo a regulação, mas várias cartas, cada prefeito que entrava a gente fazia uma lista nossa de moradores, cidadãos baseados na lei tal, no decreto tal, na constituição, viemos mais uma vez solicitar as obras que são de direito...ninguém nunca respondeu, ninguém nunca fez nada [...] isso foram 25 anos, a Associação lá pedindo, fazendo ofício [...] (Ex-moradora 2)

acho que eles tinham dificuldade no acesso a serviços públicos e a infra estrutura urbana, né, acho que é uma marca também como de outras comunidades pobres [...]até pouco tempo atrás aquilo ali era uma região muito isolada da cidade, né, então imagino que eles tinham dificuldade de acesso a escola, a saúde pública, a mobilidade, os transportes, né[...] (Vereador 2)

[...] aquela coisa de esperar governo, de esperar poder público, sabe que os caras não tão nem aí pra nós, cara [...] as coisas que nós conquistamos aqui dentro foi nós, cara, parquinho, quadra, mesa de pingue pongue é...horta... [...] água aqui dentro era clandestina, né, não que nós quiséssemos, ofício foi feito vários, pedindo a regularização, quando tiveram aí uma época quase, mas não sei porque cargas d’água desistiram, eles tiveram uma época medindo, dizendo que ia botar hidrômetro, agitação na comunidade, vai botar hidrômetro aí sumiram...sumiram e não botaram [...] (Morador 1)

[...] eu vi, na verdade, a Vila crescer porque quando eu cheguei, a Vila era menor, não tinha luz...a luz era muito precárias, a condução era muito precária, a coisa melhorzinha que tinha era água, as ruas eram muito precárias, porque tudo aqui foi construído pelos próprios moradores, todas as comunidades e favelas são construídas pelos moradores porque o poder público ele não te dá a oportunidade de tu ter uma moradia digna [...] quando eu cheguei na Vila, não, não tinha mercado, tinha um barzinho, tinha dois bares...é...três [...] aqui tinha muita oficina, oficina tinha bastante, oficina de carro, carro de pilotos [...] quando eu cheguei só tinha certo a Associação e três bares, o resto não tinha nada [...]A gente era bem precário porque o rio era sujo, a maioria das vezes quem limpava o rio era a gente...é...nossas ruas eram muito, eram ruas de barro, então tinha muita dificuldade, aqui a gente não tinha esgoto, então as nossas, as nossas fossas, aqui tudo era fossa, os próprios moradores faziam suas fossas nos quintais e limpava de seis em seis meses, nossas árvores foram nós mesmos que plantamos, as nossas ruas, não eu, mas as pessoas que, os primeiros presidentes, as primeiras pessoas da associação que organizaram as ruas [...] a água da comunidade não era legalizada e não foi por falta de pedido não, nós temos 3 registros de pedido para legalizar a água da comunidade, mas a CEDAE nunca veio (Moradora 1)

A comunidade ela não tinha asfalto, ela não tinha nenhuma infraestrutura porque não tem interesse político, porque quando uma comunidade é agraciada com asfalto com...com algum benefício trazido pelo governo, isso pode ter certeza que é trazido por troca de votos, tem que ser uma comunidade onde vai eleger um deputado, com um deputado eleito vai trazer mais dois, três, como a Rocinha, a favela da maré [...] então a gente não conseguiu asfaltar a comunidade, a gente não conseguiu levar água pela CEDAE, embora a gente tivesse inúmeros pedidos, a água era clandestina, mas a gente tocava a nossa vida [...] (Ex-morador 1)

Uma das ex-moradoras, considerada bastante ativa na Associação de Moradores da comunidade pela maioria dos entrevistados narrou como se deu a fundação jurídica da Associação de Moradores e enfatizou que a partir disso houve oficialmente a ocupação do espaço:

Com a abertura [democrática] que começou nos anos 80 [...] teve também movimento hippie, da reforma urbana do Chile com Salvador Allende e não só no Chile, mas na América Latina, até na França também com movimentos de ocupação, a gente com essas informações e com a nova Constituição de 1988 que foi uma constituição extremamente moderna porque ela foi costurando o que tinha de mais moderno no mundo, né...que era o direito à terra, a função social da terra, né, a reforma urbana, a reforma rural, de posse a todas essas informações, nós fizemos oficialmente a ocupação do espaço lá na Lagoa de Jacarepaguá que se antes era assim uma ocupação assim 'deixa pra lá' porque era um lugar é.. inóspito, cheio de mosquitos, agora nós fizemos oficialmente e a nossa preocupação, pelo menos a minha, eu digo a nossa porque tinham várias pessoas, tinham os militares punidos pela ditadura, a maioria já faleceu, tinham os sindicalistas que vinham de perseguições que também já faleceram e ainda têm os descendentes, né, tinham também os sindicalistas dali de Jacarepaguá...de indústrias de Jacarepaguá, né...as famílias perseguidas [...] como a minha família, perseguido pela ditadura porque eu era estudante e meus irmãos foram exilados na época, né e a gente sempre se comunicava, se comunicava lá fora com os exilados e a gente tinha troca de informações, por exemplo, a minha família, nós éramos todos os estudantes de nível universitário, né [...] e meus irmãos foram exilados justamente para o Chile, aí caiu o governo Salvador Allende e eles começaram a, eles e um grupo grande, né, começou a fazer a triagem de Cuba, Argélia, França e as informações vinham. E...quais as informações que nós recebíamos? Era justamente a reforma urbana do Chile, né? A reforma urbana também na França né com esse momento de ocupações e as formas de organização social mais moderna era a formação de Associações...é...é... esse modelo a gente retirou de Cuba que era as Associações de moradores por rua, por bairro, aí nós construímos em 1987 oficialmente a Associação de Moradores da Vila Autódromo e o Estatuto tinha no seu bojo todas essas informações [...] (Ex-moradora 2)

Essa narrativa ratifica o que está descrito no Plano Popular, assim como, é confirmado pela fala de uma ex-moradora que também foi diretora social da Associação:

Com a Associação regularmente constituída, com estatuto, sede própria e ampla representatividade, alcançamos significativas melhorias na infraestrutura local: luz elétrica, fossas sépticas e sumidouros, telefone, igrejas e registro na Marinha e no Ibama para os sessenta pescadores profissionais remanescentes. O abastecimento de água foi resolvido pelos próprios moradores com a implantação de rede rudimentar de água (AMPVA, 2016, p. 12).

A Associação que assim não tinha todos os recursos pra atingir os objetivos que tinha e pra suprir as necessidades da população que morava ali, mas tinha um meio muito importante que era o de estar sempre indo buscar aquilo que o governo deveria cumprir, né, que era respeitar os direitos dessa comunidade [...] funcionava

dessa forma, indo atrás de buscar os direitos da legalização daqueles lotes, foi feito o pedido da instalação das luzes, as ruas foram bem planejadas, largas, foi criado um mapa dessa comunidade, o Instituto de Terras era sempre questionado pelos moradores na época que eu não morava lá, isso eu tô falando desde o começo. As ruas só foram registradas mesmo no mapa da cidade a partir de 2007 por aí, 2008, foi quando nós fizemos uma comunicação pedindo que as ruas da comunidade passassem a ser registradas no mapa físico da cidade. (Ex-moradora 1)

Dessa forma, é fato que a formação legal da Associação de Moradores da comunidade se deu no período de redemocratização do país, nascendo após o surgimento de movimentos que se tornaram bastantes representativos no Brasil como a CUT e o MST (CICONELLO, 2008). O que se percebe é que Associação foi importante para organizar a busca por melhoria dos serviços públicos básicos, que deveriam ser garantidos devido ao respaldo constitucional, independente, da existência ou não do associativismo da comunidade. Porém, as conquistas demonstram ter sido conferidas a partir de muita recorrência ao poder público quando não realizadas pelos próprios moradores, como enfatizado na fala do morador:

[...] a gente organizava mutirões a parte sem ser da associação e a gente fazia convites e muitas pessoas participavam, a gente limpava assim, botava duas horas no sábado, acho que era no sábado de 15 em 15, a gente botava duas horas de 7 as 9, deu deu, não deu pra limpar a gente para, era nosso projeto, chegamos a conseguir ajuda e a gente conseguiu até ajuda [...] conseguimos vassoura, né, saco plástico [...] vinha um e dava 10, dava 20 e daqui a pouco a gente tava com um cado de vassoura, cara [...](Morador 1)

O Estatuto, em seu artigo 2º sobre a finalidade da Associação de Moradores e Pescadores, reforça essa intenção da Associação e demonstra os objetivos enumerados por Ciconello (2002) para essa forma de associação, tais como o exercício da cidadania, a sensação de pertencimento de cada cidadão isolado à comunidade e a busca por melhorias estruturais:

Promover o bem estar social e o desenvolvimento da comunidade que representa  
Administrar os bens de uso comum  
Pleitear junto às autoridades competentes, providências atinentes à melhoria de serviços públicos de interesses da comunidade [...]  
[...]  
Representar os moradores perante os poderes públicos, reivindicando desses melhorias para a comunidade, de modo a transformá-la num bairro popular [...]  
Promover atividades como conferências, palestras, seminários, debates públicos sobre problemas urbanos ou locais [...] (AMPVA, 2008)

Outro ponto em relação à parte física da comunidade nesse período pré-remoções é, conforme visto na Figura 38 e, mais nitidamente visto na Figura 39 a presença de uma área bastante arborizada na comunidade.



**Figura 10** Entrada arborizada da Vila Autódromo

Fonte: Página do Facebook da Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilautodromo>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

Essa característica foi bastante exaltada pelos entrevistados, como pode ser visto na fala do Vereador 2: “acho que era um ambiente muito gostoso de viver, né...aquela era uma região agradável, né...na beirada da lagoa”. E, também, na fala de moradores e ex-moradores: “era bem mais gostoso, entendeu, porque era mais arborizada a comunidade” (Moradora 2)

[...] ela [a Vila Autódromo] também apresentava uma biodiversidade interessante, com essa lagoa aí do lado...ih...comemos tanto peixe aí, a minha falecida mãe comprava de 10 quilos, né [...] aí tu vem de uma [outra comunidade] que você assim, né, cara...tem pouco verde, né, aquela coisa tumultuada em cima do outro [...] mas a gente gostava muito de lá também só tenho que agradecer por ter passado por lá [...] mas aqui era muito diferente de lá [...] a Vila Autódromo é isso, né...a biodiversidade, muito verde, eu pude ficar mais perto da natureza aqui [...] plantações, colher fruta no pé, né, aí...quando chegamos aqui, nosso terreno era enorme tinha muitas bananeiras né [...] e eu e minha mãe que também gosta muito, começamos a plantar né outros tipos de árvore no quintal [...] em pouco tempo estávamos colhendo frutas [...] lá [na outra comunidade] era aquele empilhado de concreto, né [...] sem contar as árvores das ruas que você podia também usufruir, jamelão, manga e a troca com os vizinhos era sensacional, os vizinhos davam uma fruta e você dava outra pra ele, batia no portão com aquele saco de manga, né, aí uma levava um saco de abacate aí batia na porta [...] posso levar essas goiabas? Aí eu dizia: pode... molecada também, adulto [...] (Morador)

a gente ficava vendo os pescadores...há um tempo atrás antes de ter aqueles edifícios todos [...] então antes de ter aqueles edifícios todos tinham muitos barcos de pesca e... tinham domingos até que o tráfico de barcos era muito[...]Era uma paisagem muito bonita, eu sentava no fundo do quintal e ficava observando [...]os pescadores passavam e falavam: quer um peixe vizinha...aí eles pegavam e davam peixe, meus filhos eram pequenos e brincavam de índio, pegavam folha de bananeira e faziam fogueirinha e assavam o peixe. (Ex-moradora 3)

[...] a Vila Autódromo sempre teve essa identidade até pela escolha, quando a gente resolveu escolher um espaço pra morar, as famílias né, nós queríamos escolher um espaço bom. Por que quem pobre tem que escolher o pior espaço? Um espaço que fosse público, um espaço que tivesse é...é...um ambiente agradável, um espaço de biodiversidade ampla [...] (Ex-moradora 2)

As falas demonstram que a lagoa e as árvores eram características físicas da comunidade que impactavam nas relações sociais. Essa relação de proximidade entre moradores apareceu diversas vezes nas falas dos entrevistados e, ela demonstrou ser um dos fatores responsáveis pela sensação de tranquilidade que muitos afirmaram sentir. Sendo assim, apesar de, conforme citado anteriormente, cada entrevistado ter ingressado na comunidade em um determinado momento, características típicas do conceito de comunidade descritas por Parker, Fournier e Reedy (2012) e Bauman (2003) eram evidentes na comunidade.

De acordo com os entrevistados, a Vila Autódromo era uma comunidade sem indícios explícitos da presença do tráfico de drogas ou de milícias. Além disso, corroboram a perspectiva de que era um local em que se vivia de forma tranquila sendo possível dividir problemas, frustrações e compartilhar momentos de felicidade, como é notório na fala dos entrevistados: “era uma comunidade acho que absolutamente pacífica, né...não lembro de..de eles enfrentarem nenhum tipo de problema com relação a violência [...]” (Vereador 2).

Era uma comunidade pacífica, muito tranquila, parecia uma cidadezinha do interior, principalmente, assim, logo assim que eu cheguei porque eu vim morar na Vila em 94 [...] era uma comunidade muito boa de morar, todo mundo era amigo, a gente conhecia todo mundo [...] nós éramos uma grande família...costumamos dizer que éramos uma grande família que todo mundo se dava bem, todo mundo se conhecia, era bom dia, boa tarde e oi, se alguém tivesse passando necessidade, a gente juntava um grupo e fazia uma cesta básica e dava ou então se precisasse de um remédio, a gente fazia uma vaquinha e comparava...era um ajudando o outro [...] aquela coisa de conjunto de levar a criança pra escola, uma buscava outra levava, né...tinha essa convivência boa [...] (Moradora 1)

A comunidade ela tinha aquela característica de apesar de estar num centro urbano...é...lembrava assim até o interior de Nordeste, tanto era a calma, a tranquilidade...a gente ficava assim em casa, né assim que nós nos mudamos, né..aí a a gente ficava assim...cara...como que a gente tá aqui perto de perto de...da...do barulho de cidade [...] um dos atrativos pra nós aqui nessa comunidade era a passividade, não ter tráfico, não ter milícia, eu e minha esposa viemos de uma comunidade que as vezes passávamos momentos difíceis, né, por causa do tráfico [...] aqui nós vimos que era um ponto bem diferente, né...essa questão, ainda mais que a gente não podia pensar só em nós [...] ainda mais que você nesse caso você tem criança, né [...] a gente sempre quer o melhor pros filhos, né...e aqui a gente viu que era um lugar legal pra educar ela, assim...a possibilidade de riscos de bala perdida, de tiroteio, de aliciamento para o tráfico era muito mínimo, mínimo não, zero, né, como é até hoje [...] eu costume dizer que aqui é um pedacinho do céu, né..[risos] porque tu vem de uma comunidade violenta, violenta num total, né, porque a gente sabe que as comunidades que tem tráfico é..ela é taxada mas por causa de 2 ou 3 % naquele meio, a gente sabe que a maioria é tudo trabalhador, né?! Como eu era e minha família era e às vezes, você sofre até preconceito, na [favela da Zona Sul do Rio] pra você pra arrumar emprego, às vezes você tem que mudar o endereço, né?! Eu passei por isso, às vezes, quando você vai ver uma vaga de emprego e dá o endereço o cara dava uma disfarçada e descartava, né?! Ahh...vou ver qualquer coisa eu te ligo [...]então rola essas paradas, né...e aqui na Vila não tinha isso [...] você dava o endereço e era chamado [...] então essa luta nossa aqui é porque a gente sabe o valor daqui, né, essa terra é uma terra diferenciada, uma terra abençoada mesmo [...] você acha que é fácil arrumar um lugar no Rio de Janeiro pra criar uma família? Sem ela sofrer assédio, ser aliciada, bala perdida [...] você vai em outro lugar, não vai achar lama e poeira, mas vai achar outras coisas [...] a gente batalhou aqui até o fim por causa desses valores, né, hoje eu me vejo plantando aqui ó, nunca me vi nessa situação até os 32 anos quando eu não morava aqui (Morador 1)

A Vila era uma comunidade pacífica, né..tranquila onde tinha, posso dizer[...] só exista pessoas trabalhadoras que saíam de manhã e chegavam a noite. As crianças brincavam livremente, não tinha risco ali de tráfico, não tinha risco de nada. [...] (Ex-morador 1)

[...] a gente sempre teve sorte, né porque a gente sempre dialogou, por não ser uma comunidade dominada por miliciano e nem dominada pelo poder público, ela era permeável a várias Ongs e jornalistas que a gente recebia [...] (Ex-moradora 2)

A Vila Autódromo antes da remoção era um lugar extremamente tranquilo, entendeu...é...muito caseiro, embora o lugar fosse pobre, não tivesse assim nem muita estrutura porque não era pavimentada as ruas essas coisas todas, mas era um lugar muito tranquilo, eu sentia como se morasse assim...eu sempre...sempre fazia uma comparação como se eu morasse no Centro da cidade, mas escondia ao mesmo tempo porque eu morava há cinco minutos da Barra, mas num lugar bem escondidinho, então ninguém sabia aonde eu morava e era muito tranquilo...era um lugar em que eu poderia sair por exemplo e deixar a porta aberta porque não tinha ladrão, não tinha traficante, não tinha nada disso...era um lugar muito tranquilo...então, eu gostava muito de morar lá. A rua era sossegada, as crianças brincavam muito na rua [...] Todo mundo era tranquilo [...] (Ex-moradora 3)

Eu encontrei ali uma característica muito pitoresca que não encontrei em nenhuma outra comunidade por onde passei no Rio de Janeiro, não havia uma presença acintosa do tráfico de drogas nem havia uma violência explícita no espaço urbano no interno daquela comunidade. Então você não tinha a circulação do narcotráfico explicitamente e as pessoas não viviam num estado de violência crônica apenas sofrendo a carência e as ausências do estado que não deixam de ser um ato de violência, mas elas não eram violentas umas com as outras no tratamento [...] então você tem ali um elemento de comunidade mesmo, pessoas que colaboram com pessoas, pessoas que ajudam diretamente pessoas nas suas necessidades quando falta um médico quando falta uma água quando tem uma...uma...urgência de uma acidente de socorro como por exemplo um carro que possa pedir para levar alguém ao hospital [...] em todo caso, Vila Autódromo tinha essa peculiaridade, tratava-se de gente, de pessoas que se conheciam há muitos anos e que cuidavam uma das outras [...] não havia uma presença acintosa do tráfico de drogas operando, regimentando aquele espaço urbano [...] (Padre 1)

[...] às vezes, você inventava de fazer um churrasco, a rua toda participava quem era crente quem era católica, não importava, tava todo mundo lá participando [...] a gente tinha mais assim: a vizinha minha precisava de mim eu tava lá pra cuidar dela, ela precisava, ela gritava, eu tava lá pra cuidar dela...eu sinto falta desse tempo, dessa época de quando ela falava: oi [...] e eu já estava lá na casa dela. Uma vez ela tomou um tombo, eu ouvi ela gritar: aí...eu já tava lá [...] então é tudo que a gente acaba virando uma família entendeu [...] eu já morei em comunidade de tráfico, a pior coisa que tem na vida é quem mora em comunidade que tem tráfico porque você não tem paz, o meu filho trabalhava a noite [...] com os equipamentos dele [...] pra chegar em um lugar que eu não conheço pra ser roubado [...] você podia tá em qualquer lugar do mundo, quando você atravessava a ponte e você respirava, você sentia a segurança que o lugar te acolhia [...] eu vi muitas coisas acontecerem em outras comunidade que eu não via na Vila Autódromo [...] eu via a comunidade como um porto seguro, meus filhos brincavam na rua, os meus sobrinhos brincavam na rua e a gente podia virar a cada esquina da comunidade que a gente não via ninguém com fuzil na mão, ninguém passando droga [...] isso era o que nos fortalecia mais e mais pra lutar porque eu nunca vi comunidade, o prefeito fez uma burrice muito grande, essa comunidade era pra ele ajeitar ela e ela servir como modelo porque não tinha tráfico não tinha milícia, não tinha nada disso (Moradora 2)

A Vila Autódromo sempre foi uma grande família, né aquela história de acabou o meu açúcar, pega lá na casa do vizinho, depois eu entrego, sempre foi um convívio de família, todo mundo conhecia todo mundo, se precisasse de um socorro, o

vizinho tava lá disposto, se não tivesse, o outro tava ou então emprestava o carro e arrumava só o motorista , enfim, era uma grande família [...] (Representante da Pastoral de Favelas)

[...] a característica é que as pessoas tinham uma aproximação maior entre elas, elas viviam talvez como uma família, pelo que eu senti da forma como elas falavam uma das outras, eles eram muito ligados ali e você tinha uma coisa como uma cidadezinha pequena ali dentro, né, as pessoas conviviam de uma forma...por ser longe da cidade, eu acho, né, todo mundo de porta aberta é, sabe? Dava um pulo ali e entrava na lagoa [...] (Jornalista 1)

A palavra família é citada diversas vezes ao longo das entrevistas. O significado que ela demonstra conter nas falas é para além do que seria tratado no direito civil brasileiro, ou seja, envolvendo uma relação de pais, mães e filhos. O que os entrevistados demonstram querer ressaltar a partir da utilização desse termo tem a ver com relações mais estreitas entre vizinhos que não necessariamente tenham laços parentais, mas sim, com uma relação que se aproxima das definições de comunidade apresentadas por Parker, Fournier e Reedy (2012) e por Bauman (2003), ou seja, associada ao relaxamento, segurança e interação entre as pessoas de uma determinada área geográfica.

Porém, se essas significações estão presentes nas relações entre moradores, o fato de a Vila Autódromo sofrer desde a década de constantemente com a possibilidade de remoção 90 (AMPVA, 2016), trazia a tona outras características que se tornaram evidentes a partir da iminência das remoções envolvendo a justificativa dos Jogos Olímpicos de 2016, como será demonstrado a partir de agora.

Primeiramente, não foi encontrada uma imagem aérea atual da Vila Autódromo, a mais recente conseguida foi a partir de uma pesquisa no Google Earth. Apesar de não haver uma precisão exata data, aparenta ser uma fotografia atual em que as remoções já estariam em processo final. A parte demarcada em vermelho representa, aproximadamente, a configuração física atual da comunidade.



**Figura 11** Imagem aérea da Vila Autódromo

Fonte: Google Earth com informações inseridas pela autora

Em relação à parte física, percebe-se claramente que com as remoções o espaço geográfico da comunidade reduziu consideravelmente, já que antes existiam aproximadamente 600 famílias e hoje existem 20 casas, o que não significa 20 famílias, agora utilizando o termo com base no direito civil brasileiro, pois, moradores com relação parental habitam casas diferentes.

Conforme mencionado, a possibilidade de remoção desde a década de 1990 é também uma característica da comunidade. A existência há mais de 25 anos dessa possibilidade foi percebida como um aspecto que reduzia os níveis de tranquilidade e segurança descritos no tópico anterior, conforme pode ser contextualizado pelo seguinte trecho do Plano Popular e pela descrição dos entrevistados:

A primeira tentativa formal foi em 1993, quando a Prefeitura abriu processo judicial alegando que a comunidade estaria causando “dano estético e ambiental” à Lagoa de Jacarepaguá e seu entorno. Na preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, resistimos a novas ofensivas da Prefeitura associada a incorporadores imobiliários. Com o anúncio, em 2009, da realização das Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro, a Prefeitura afirmou a necessidade de remoção de mais de 3.500 famílias de 6 comunidades das Zonas Oeste e Norte da cidade, incluindo a Vila Autódromo. O argumento, contido no “Plano de Legado Urbano e Ambiental” para os jogos, era a destinação da área para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. Corroborando este “projeto” da Prefeitura, o Plano Estratégico de Governo 2009-2012, apresentado pelo Prefeito Eduardo Paes em 5/12/2009, colocou entre suas metas a de “reduzir em 3,5% as áreas ocupadas por favelas no Rio”. A Vila Autódromo foi incluída na relação das 119 favelas a serem removidas integralmente até 2012, em função de “estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”. O Prefeito passou a afirmar que a Vila Autódromo estaria em área de risco, mas nunca apresentou comprovação técnica. (AMPVA, 2016, pp. 13-14).

Pra falar a verdade, começou a mudar foi com a eleição [de 1992] [...] essa parte todinha daqui da Zona Sul começou a ficar uma área super poluída, né? e começou a ter uma boom imobiliário nessa parte da Barra e eles começaram então a querer é...aumentar a barra, embora lá na Vila Autódromo não seja Barra, aquilo lá não é Barra, eles começaram a querer aumentar a barra, levando a Barra para aquela área porque eles começaram a produzir mais apartamentos e colocando mais...é...mais estrutura praqueles lados, né [a partir daí] teve muita briga, ficamos muito tempo brigando [...] eu me lembro que quando meu padrasto faleceu a gente ainda tava em briga [...] ele faleceu e a gente continuou brigando [...] (Ex-moradora 3)

Na década de 90, o município tentou tirar a comunidade e a Associação se organizou em torno dessa luta pela resistência, então, essa luta que a gente conhece agora em 2014, 15 e 16, ela na verdade existe desde a década de 90 [...] (Defensora Pública 1)

[...] era uma comunidade tranquila só que nós sempre sofremos...quando eu cheguei...com 3 meses que eu tava morando, nós descobrimos que aqui era posse e era...tinha esse problema de ameaça de remoção e nós ficamos desesperados, mas, depois, o tempo foi passando e você vai se acostumando, né...tudo na vida a gente vai se acostumando, enfim, nós acabamos ficando, morando, fomos aumentando a nossa casa, né...fomos construindo a nossa casa melhor [...] mas essa ameaça ela foi constante, todo ano vinha um boato dizendo que iam tirar a comunidade [...] essa ameaça foi cada vez mais aumentando, mas era mais boato, as vezes, saía na televisão, mas era muito raro [...] com o Pan que veio uma ameaça maior, uma ameaça mais forte, mas nós conseguimos superar o Pan, a Copa não teve tanta ameaça, mas a ameaça forte que teve foi com as Olimpíada de 2014 [...] (Moradora 1)

[...] eu via sempre uma tensão, eu não via uma coisa tranquila, houve um momento de tranquilidade, mas quando a questão de..de.. se preocupar ali com aquela terra ali, com aquela pequena terra ali e a coisa foi ficando assim mais angustiante [...] (Padre 2)

[...] o que mudou foi no sentido paz, né, tua vida era parcialmente retirada de você, você passa a não ter mais vida [...] então muda muito sabe, você fica meio perdido, você fica com medo, você fica inseguro [...] muda tudo, sabe, se você tiver uma família com crianças pequenas, uma mãe, uma avó, você fica sem chão e paz...esquece [...] você dorme preocupado e acorda preocupado, aqui quando se intensificou mesmo, não digo nem as ameaças, quando se intensificou mesmo as remoções...é...cada casa que tu via cair aqui era uma tristeza, era uma facada no peito, né, era uma rasteira que tu tomava assim, aí tu vê que teu exercito tá ficando enfraquecido, né [...] (Morador 1)

A partir dessas falas, constata-se que a existência da possibilidade de remoção era uma característica constante na comunidade desde a década de 1990, porém, que ocorreu efetivamente com a preparação para os Jogos Olímpicos 2016. No próximo tópico, serão analisadas as questões relacionadas a esse processo de forma mais específica, que, de certa forma, complementarão esse objetivo. O que é importante que fique claro neste tópico é que a Vila Autódromo é uma comunidade que, diferentemente da grande maioria das comunidades do Rio de Janeiro, não possui casos explícitos de milícias e tráfico de drogas. Entretanto, assim como outras comunidades da cidade, como visto no tópico do referencial teórico da breve contextualização histórica das remoções no Rio de Janeiro, era desprovida de serviços públicos básicos como saneamento, sendo muitos direitos que deveriam ser conferidos pelo poder público, conquistados pelo trabalho braçal dos próprios moradores. Além disso, outra característica da comunidade era a ampla biodiversidade, devido à presença da lagoa de Jacarepaguá e de muitas árvores encontradas *a priori* na comunidade. Essa característica era um dos motivos de aproximação entre os moradores, que se auto-demoninavam de família, aproximando-se do conceito amplo de comunidade de Parker, Fournier e Reedy (2012) e Bauman (2003). Porém, a partir das remoções, iniciaram-se conflitos entre moradores como foi ilustrado pela fala da Ex-moradora 3 e que serão destrinchados no tópico a seguir.

## **4.2 Segundo Objetivo Específico**

- Analisar o processo de remoção de casas da comunidade Vila Autódromo.

### **4.2.1 Analisando o processo de remoção de casas da comunidade Vila Autódromo**

Como exposto, a história das remoções de casas da comunidade Vila Autódromo não se iniciou com a chegada dos Jogos Olímpicos de 2016, conforme a pesquisadora havia suposto inicialmente. Dessa forma, percebeu-se que não seria possível pensar nesse processo somente a partir dos Jogos ou a partir de 2009 com o anúncio do Rio de Janeiro como cidade sede. Realizar uma análise dentro desse lapso temporal implicaria negar o “organizar” enquanto processo (PARKER, FOURNIER, REEDY, 2012; MISOCZKY, 2010).

Sendo assim, conforme apontado por Monteiro e Medeiros (2016), a primeira possibilidade de remoção da Vila Autódromo ocorreu em 1993 na gestão de César Maia (1993-1996) por meio de uma Ação Civil Pública (ACP) sobre a Faixa Marginal de Proteção (FMP) da Lagoa de Jacarepaguá (ver anexo A). As justificativas envolviam dano ao meio ambiente urbano, dano ao meio ambiente natural, dano estético paisagístico e turístico. A

partir da fala de uma ex-moradora, identificou-se que o contexto era o da ECO-92, de acordo com ela:

[...] quando veio a ECO – 92 [...] foi uma conferencia semelhante a Rio + 20 (2012), né que teve agora recentemente, né?! com o discurso verde, verde, é o discurso verde da apropriação dos espaços dos excluídos, então tanto na eco 92 nós vimos isso, foi o discurso dos espaços de apropriação dos povos das florestas, dos espaços dos catadores, dos espaços dos pescadores, dos espaços dos quilombolas...aí como o poder ele está na na parte jurídica, ele tá na parte economia, ele tá na parte politica , ele está, quer dizer são os três pilares [...] eles formam uma tríade aí e eles publicam as leis que eles querem então eles se apropriaram e formataram o que eles chamam né de legislação ambiental e aí saíram cortando tudo tudo, né [...]as áreas dos catadores e pescadores, né...bota pra fora e as áreas, os espaços das florestas também...aí a gente percebeu o risco da ECO- 92 quando a gente ia para aquelas tendas discutindo, né...e foi aí que realmente eles publicaram as tais das APAS, e uma das APAS foi Jacarepaguá [...] nós entramos em pânico porque tudo o que foi declarado em APA em Jacarepaguá... é..foi declarado para o poder imobiliário [...] quando a gente viu ali aprovado como APA, a gente pronto...a gente vai ter que se enquadrar [...] o tempo inteiro a gente se enquadrava como cidadão ambiental, o tempo inteiro, a gente era desclassificado [...] eu fui a vários encontros com a prefeitura e todo o seu secretariada e com universidades e tudo, o argumento do secretario de habitação [...] ele dizia que nós não podíamos ficar ali porque nós estamos a beira da lagoa de Jacarepaguá e era verdade e é verdade, nós estamos a beira da lagoa de Jacarepaguá antes de ser decretado APA antes de ter jogos Pan-Americanos antes de ter jogos...é...Copa...antes de ter Jogos Olímpicos...antes da ECO- 92, agora, mas você não pode ficar porque é uma APA, eu digo tá, agora, tem um condomínio da aeronáutica lá na beira da lagoa..ah..mas o condomínio da aeronáutica pode [...] o que nós entendemos e eu entendi isso muito cedo e nós entendemos lá é que as leis são rigorosos com os debaixo e são extremante flexíveis com os de cima porque são eles que ..que você..o congresso aí que está produzindo as leis. (Ex-moradora2)

Além da contextualização da Ação Civil, a partir da fala da ex-moradora 2 é possível extrair a existência da participação da comunidade em espaços de discussão, conforme destacado pela autora. E, também, é possível inferir que o fato de historicamente existir a possibilidade de remoção gerava desconforto à comunidade. Esse histórico de possibilidade das remoções acontecerem foi lembrado por todos os entrevistados, conforme ilustrado pelas falas a seguir:

[...] começou essa história de remoção lá na época da prefeitura do César Maia em que o Eduardo Paes era subprefeito, ele queria porque queria tirar todo mundo de qualquer maneira porque ali se tornaria uma área de rico não de risco (Representante da Pastoral de Favelas)

[...] o processo de remoção dela vem desde 1990 [...] por argumentos de ordem ambiental, né...de legislação ambiental...diziam que eles estavam ocupando faixa marginal de proteção, coisas desse tipo, enfim...desde então a prefeitura foi criando argumentos para fazer a remoção [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] eu acho que a própria historia de luta deles também né foi decisivo, talvez se lá trás um processo de remoção tivesse vindo mais com mais força eles não teriam capacidade de se articular tanto quanto eles tiveram depois de enfrentar vários processos [...] quando o poder público chega mais rápido, de maneira mais esmagadora fica mais difícil resistir....isso aconteceu em varias favelas que de uma hora pra outra passaram a viver esse problema e foram removidas, né [...] (Vereador 2)

[...] a Vila Autódromo historicamente foi muito perseguida...os moradores Muito perseguidos [...] Vila Autódromo tinha lideranças que já vinham de outras remoções ...então você tem ali na liderança de Vila Autódromo gente que já tinha saído da favela do Pinto que já tinha ido pra Vila Aliança que já tinha ido pra Cidade de Deus e que já estava na Vila Autódromo... Vila Autódromo seria pra ele a quarta remoção consecutiva [...] então era um pessoal que tinha uma...que tinha uma experiência, né...que tinha uma experiência e que essa experiência a gente...a gente é...a gente considera que ela era bastante...bastante importante [...] (Vereador 1)

[...] então, desde cedo a gente procurou os documentos de direito que rezava a Constituição e, o que a cidade oferece para uns, tem que oferecer para todos e é lei o saneamento básico tem que ser universal, né, o transporte também é um serviço público universal, né, escola, posto de saúde a gente sempre caminhou nessa direção né, e eu acho que foi esse perseguir do direito a cidade, né, do direito a...aquilo que a cidade oferece aos trabalhadores porque são eles que constroem a cidade, né, são eles que mantêm a cidade, né?! [...] (Ex-moradora 2)

Eles tinham essa trajetória toda de remoção [o presidente da Associação] ele contou que já tinha passado por três remoções na vida, então, era realmente uma...eles já tinham a experiência, né [...] eles já tinham se articulado ali dentro (Jornalista 1)

[...] das pessoas que eu conhecia, acho que era um pouco pela experiência de vida, né[...] o presidente da Associação de Moradores já tinha sido removido [...] então é essa coisa da trajetória de vida, né, tendo a consciência de que aquilo que ele tá vivendo não é um problema individual dele, né, mas é um problema de política [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] os moradores mais antigos que já acompanham essa realidade há muitos anos já eram calejados nessas propostas de remoção e até mesmo iniciativas ou tentativas, ações de remoção, né, contra eles [...] (Padre 1)

Deve ter tido muita luta da comunidade desse período de 93 em diante porque em 2005 essa área foi declarada de especial interesse social por uma lei complementar, enfim, já na década de 90 no bojo desse processo de remoção do município, eles conseguiram Concessões Reais de Uso por parte do estado do Rio de Janeiro [...] então era uma comunidade muito ativa assim na busca dos seus direitos [...] (Defensora Pública 2)

Desde 93 a prefeitura queria retirar a comunidade e teve altos e baixos, assim, no primeiro momento a prefeitura conseguiu uma liminar na década de 90 e aí chegou a tentar demolir algumas casas é... a comunidade guiada pela Associação foi ao Instituto de Terras e buscou algumas alternativas nessa época inclusive eles conseguiram uma interlocução com o governo do estado que deu o título da terra pra eles porque sabia-se que ali tinha uma discussão se aquela terra era do estado ou do município por uma questão da mudança da Guanabara para o estado [...]Era uma comunidade desde a década de 90 enfrentando a remoção, então se você conta de 93 até 2013, que é quando começa esse processo novo da prefeitura aí já por conta da..da..alegando pra tanto a Olimpíada, você tem aí duas décadas, então mais de uma geração enfrentando aquilo, então eu acho que isso tudo, né, todo esse longo processo fortalece muito a comunidade, assim, ao invés de enfraquecer fortaleceu pela luta do direito pelo conhecimento do..da..que se tem ali de um direito de permanência [...] (Defensora Pública 1)

[...] em 2005 nós conseguimos e essa área passou a ser de AEIS para fins de moradia popular, então tudo isso foi conquista da comunidade [...] (Moradora 1)

[...] eu tô dizendo pra você talvez essas outras comunidades a não ser essas do Recreio que conseguiu também fazer com que virasse AEIS são poucas que tem isso, então, é mais fácil deles tirarem arbitrariamente como eles tiram, a Vila Autódromo eles não conseguiam por conta desses decretos, mas quando bateu na mão do juiz, o juiz entendeu que aquilo não valia nada [...] (Ex-morador 1)

[...] pela força do que se fez demonstrar ao longo do tempo também a questão legislativa envolvendo aquela área era um limitador para que essas intenções [remoção] que depois foram se revelando pudessem acontecer, então, quando a gente fala sobre a questão da remoção é..o que aconteceu foi que de repente começou a acontecerem coisas concretas e a serem apresentadas coisas concretas [...] a comunidade já tinha passado por diversos processos de tentativa de remoção e de propostas de remoção porque uma coisa são as propostas e outra coisa são as tentativas quando a gente fala das tentativas, elas têm uma plástica, uma modelagem e um arcabouço que envolve questões legislativas, manobras políticas e outros interesses aleatórios. Quando a gente fala de proposta de remoção a gente tá falando de uma tentativa de discussão com a comunidade para a remoção, onde o governo tenta apresentar algum tipo de proposta ou a aplicação de algum modelo pedindo o reconhecimento da comunidade ou tentando pedir o reconhecimento da comunidade (Padre 1)

As falas dos entrevistados vão ao encontro do que foi argumentado por Oliver-Smith (1991), ou seja, que o histórico de tentativas, experiências vividas em relação à defesa de seus interesses com resultados positivos afetam a capacidade de resistência da comunidade. E, isso afeta todo o processo de remoção, como ficou evidenciado nos trechos das Defensoras Públicas, marcados pela autora, e esclarecidos na seguinte passagem do Plano Popular:

Em 1994, a antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do RJ assentou legalmente na Vila Autódromo mais sessenta famílias. Em 1997 cento e quatro famílias receberam titulação do Governo do Estado. Em 1998 os moradores da faixa marginal da Lagoa receberam Concessão de Uso Real por noventa e nove anos da antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do RJ, publicada no D.O. de 31/12/98. Em 12/01/2005 a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro decretou parte da comunidade Área de Especial de Interesse Social por meio da Lei Complementar nº 74/2005. (AMPVA, 2016, p. 12)

Porém, apesar dessas conquistas legislativas com o reconhecimento do direito à moradia dos moradores da Vila Autódromo pelo Governo do Estado, houve a continuação das tentativas de remoção por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro (AMPVA, 2016). Com o Pan-americano na cidade do Rio, em 2007, houve mais uma tentativa (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016), conforme enfatizado nas falas a seguir:

[...] nos Jogos Pan-Americanos eles fizeram uma invasão na comunidade e começaram a marcar as casas sem autorização aí a gente acordou, marcando a casa dizendo que era pra saneamento básico que tinha q fazer um levantamento da quantidade casas, marcar casa [...] não, é que a gente precisa ver o quantitativo de pessoas da casa, quantos quartos tem quantas salas tem pra onde vai o esgoto porque a gente tá com uma verba pra fazer o saneamento básico [...] eu nunca tinha vivido aquilo...eu achei até...mas, é necessário...é..aí fui pegar informação na Defensoria Pública que sempre foi bom parceiro (Ex-moradora 2)

[...] teve depois o Pan-Americano [...] quando teve o Pan-Americano e a gente não conseguiu sair, eu pensei, bom, agora a gente não sai mais, mas aí teve um evento maior que foram as Olimpíadas...aí eu vi assim...agora vai ficar difícil e foi quando as coisas realmente pioraram, aí as ameaças começaram a ficar cada dia mais fortes em relação a nossa retirada de lá [...](Ex-moradora 3)

Além disso, no mesmo período estava em vigor a CPI Ilegal e Daí<sup>16</sup> da Câmara dos Vereadores do Rio, o que poderia estimular à repressão contra regiões favelizadas, como afirmado pelo Assessor do Deputado Estadual 1:

---

<sup>16</sup> Em setembro de 2005, O GLOBO começou uma série sobre a desordem urbana na cidade, com o mote "Ilegal. E daí?". A estreia foi a

[...] em meados de 2006, naquele momento...é...havia...aquele era um momento que eu chamo de criação de legitimidade, uma CPI na Câmara dos Vereadores que era chamada de Ilegal e daí [...] muitas denúncias entre aspas de ocupações irregulares, principalmente, na região da Barra, mas em outras também, então, naquele momento era um momento de criação de legitimidade, criação da imagem das favelas como um todo como um espaço que não merecia estar dentro da cidade...é...é meio que um rompimento do...daquela ideia que vinha do Favela Bairro que as favelas deveriam ser integradas a cidade [...] e começava a criar esse clima de legitimação política pra depois virem as grandes remoções [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

Apesar disso, conforme visto nas falas, não houve efetivamente a remoção com os Jogos Pan-americanos de 2007. Porém, o anúncio do Comitê Olímpico Internacional em 2009 sobre a eleição do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas 2016 trouxe à tona novamente essa possibilidade, como será salientado a seguir:

quando chegou os Jogos Olímpicos veio o discurso que era os Jogos Olímpicos e que tinha sair aí a gente fez o enfrentamento, foi muito bom porque o país tava numa época de enfrentamento [...] nosso enfrentamento começou em 2010 em 2010 acho que foi setembro, outubro, 30 de outubro de 2010, o Eduardo Paes, o Cabral e o Lula os três de mãos dadas em Kopenhagen comemorando a abertura do envelope elegendo a cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas (Ex-moradora 2)

Com o anúncio, em 2009, da realização das Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro, a Prefeitura afirmou a necessidade de remoção de mais de 3.500 famílias de 6 comunidades das Zonas Oeste e Norte da cidade, incluindo a Vila Autódromo. O argumento, contido no “Plano de Legado Urbano e Ambiental” para os jogos, era a destinação da área para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. Corroborando este “projeto” da Prefeitura, o Plano Estratégico de Governo 2009-2012, apresentado pelo Prefeito Eduardo Paes em 5/12/2009, colocou entre suas metas a de “reduzir em 3,5% as áreas ocupadas por favelas no Rio”. A Vila Autódromo foi incluída na relação das 119 favelas a serem removidas integralmente até 2012, em função de “estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”. O Prefeito passou a afirmar que a Vila Autódromo estaria em área de risco, mas nunca apresentou comprovação técnica. (AMPVA, 2016, p. 13)

Nem sempre a justificativa se deu pelos Jogos Olímpicos em si. O período pós 2009 foi marcado por diferentes motivos para que ocorressem as remoções, conforme ilustrado pelas seguintes falas e pelo Plano Popular:

[...] eles davam vários motivos para tirar a comunidade e uma delas foi dizer que aqui não dava pra ser urbanizado porque era uma área muito baixa que já tinha sido aterrada e era perto da lagoa, enfim, e aí o presidente da associação insistiu dizendo que não que dava pra ser urbanizada sim que aqui tinha chance aí ele falou pra ele que se ele conseguisse um projeto que desse [...] (Moradora 1)

Eles usavam a necessidade da retirada da comunidade por muitos argumentos, o último argumento era que ali tinha que existir um cinturão de segurança pro Parque

---

publicação de uma reportagem sobre propaganda irregular na Barra da Tijuca. Na época, foi mostrado que a população que circulava pelo Viaduto da Joatinga, na descida do Túnel do Joá, havia perdido a vista para o mar da Barra por causa de sete outdoors instalados irregularmente. Depois da publicação de várias denúncias com a marca do "Ilegal. E daí?", a Câmara dos Vereadores instalou uma CPI, em abril de 2007, com o mesmo nome. O objetivo era apurar as irregularidades. A comissão recebeu 2.068 reclamações referentes a diversos bairros. Em seu relatório final, divulgado no início de 2008, constatou que a desordem urbana na cidade vinha sendo provocada pelo enfraquecimento, nos últimos anos, do poder de repressão dos órgãos de fiscalização. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/serie-do-globo-ja-provocoou-abertura-de-cpi-2938068>.

Olímpico então a comunidade estaria exatamente nesse cinturão de segurança é [...] (Defensora Pública 1)

[...] aquilo que a prefeitura alegava como justificativa pra remoção foi caindo em contradição muito rapidamente porque onde se dizia q não podia construir porque era área de risco...rapidamente o povo compreendeu que não era área de risco..era área de risco porque onde não podia ter um sobrado, uma casa com uma laje e uma construção em cima ..construiu-se um hotel de 32 andares...então isso ai ficou muito no olho do furacão e aí por conta disso, a Vila Autódromo conseguiu agregar muita gente que lutasse junto com ela. (Vereador 1)

[...] o prefeito alegou na época que a gente agredia esteticamente e visualmente, quer dizer, a gente enfeiava a cidade, né [...] depois que a gente agrediu o meio ambiente houve varias alegações até que chegou na negociação e conseguiu remover [...] (Ex-morador 1)

Esse processo foi assim como uma água que vai penetrando, entendeu, discursos muitas vezes que não legavam em nada dos interesses chamamos ali de especulação imobiliária então eu acho que o processo foi de muitas...que não havia muita sinceridade e você sabe que lutar contra os pobres, as pessoas mais necessitadas de verdade é complicado porque as pessoas acham que eles não tem necessidades que aquilo é uma invasão e que eles tão invadindo [...] (Padre 1)

Em março de 2010, foi realizada reunião com a presença do Prefeito, do Secretário de Habitação, representantes da comunidade, Defensoria Pública e movimentos de luta contra as remoções. O Prefeito reafirmou sua disposição para dialogar e para avaliar alternativas apresentadas pelos moradores, embora tenha deixado claro seu plano de remover a comunidade para local próximo. O Secretário de Habitação alegou que seria impossível urbanizar a Vila Autódromo, por estar entre dois rios. No mesmo mês, em nova reunião, com o Secretário Especial da Rio 2016, Secretaria de Habitação, Defensoria Pública, Núcleo Piratininga e da Comunidade Pitimbu, surgiu mais um argumento: a comunidade não poderia ficar pois seria uma ameaça à segurança dos jogos. Todos os argumentos da Prefeitura do Rio de Janeiro foram consistentemente refutados por um parecer elaborado pela equipe técnica de apoio à Defensoria Pública, que inclusive subsidiou uma notificação enviada ao Comitê Olímpico Internacional em meados de 2010. [...] A primeira edição do Plano Popular foi apresentada à Justiça em janeiro de 2012, em ação cautelar da Defensoria Pública do Estado, demonstrando que a construção do Parque Olímpico seria plenamente compatível com a urbanização da Vila Autódromo, mantendo todos os seus moradores. A Prefeitura respondeu à ação afirmando que a remoção não seria necessária à implantação do Parque Olímpico, e sim às obras viárias dos BRTs Transcarioca e Transolímpico. O edital da PPP foi revisto, retirando do contrato a remoção [...] em fevereiro de 2012, a prefeitura apresentou novo desenho viário para os BRTs, diferente dos traçados até então divulgados, com vias cortando a comunidade. (AMPVA, 2016, P. 15)

[...] o Eduardo Paes falou que realmente escrever a palavra SMH nas casas das pessoas era uma atitude fascista que aquilo não podia, chamou as comunidades pra conversa, chamou o Comitê Popular pra conversar, então assim, pós jornada de junho e aí foi o momento também que se fez a segunda versão do plano popular tentando dialogar com o a prefeitura [...] fizeram várias reuniões porque a prefeitura foi muito taxativa em algumas coisas [...] porque qual é a questão ali na Vila Autódromo, na Vila Autódromo não, na baixada de Jacarepaguá como um todo, eles foram construindo condomínios fechados e aumentando o nível de cota das construções então o que eles estão fazendo é afogando quem fica por baixo. Então, assim, tecnicamente, geraria um problema manter a Vila Autódromo e o que aconteceu no final foi que a Vila Autódromo continuou baixa e ai eu lembro que o [secretário especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas] numa reunião nossa lá falou: você tem que confiar na gente que a gente fez a drenagem do Parque Olímpico pra dentro do Parque Olímpico porque o desnível entre a Vila Autódromo

e o Parque Olímpico é de 1,80m, então, obvio, se tivesse um desague pra cá aquilo ia alagar (Pesquisadora 1)

[...] aí, um decreto é construído em cima de que? De benefício social, você vai fazer um decreto pra passar uma estrada que vai beneficiar toda a sociedade [...] você vai fazer algo grandioso pra beneficiar todo mundo, se tirou por tirar o que o que eles colocaram ali? A cabine daquele hotel [...]a gente teve um pessoal lá da UFF [...] e os engenheiros sentou comigo e com o pessoal da prefeitura pra mudar lá aquela passarela lá pro começo da rua para que não afetasse nenhuma das casas da Vila Autódromo e eles não aceitaram de jeito nenhum [...] a passarela tinha como ser mudada, aquilo tinha como ser no início da comunidade e não no meio da comunidade pegando a minha casa, [da e de outros moradores [...]] (Ex-morador 1)

[...] toda a legislação da época, toda a documentação que eles tinham, era uma comunidade consolidada e não tinha nenhuma apresentação de projeto por parte da prefeitura que mostrasse uma real necessidade de retirada da comunidade, não tinha [...] tanto que você vai hoje lá, os Jogos Olímpicos aconteceram e você não vê naquela área de AEIS nenhum tipo de obra de utilidade pública da prefeitura [...] ou seja, não havia mesmo a necessidade de tirar[...] (Defensora Pública 2)

[...] porque tem um local aonde [a moradora 1] morava mesmo que hoje é nada, ou seja, hoje tem lá, um Circo de Soleil, ou seja, eles removeram as casas para fazer estacionamento, fecharam a lagoa que a gente tinha acesso a vista da lagoa hoje já é muito mais complicado pra se ter a lagoa (Representante da Pastoral de Favelas)

A partir disso, constata-se que o processo de remoção de casas na Vila Autódromo não foi um trajeto em linha reta, mas sim, repleto de mudanças ao longo do caminho. O que se viu na comunidade foram motivações diferenciadas que oscilam, principalmente dentre a lógica neoliberal de crescimento econômico urbano e melhorias ambientais, duas das justificativas para remoções urbanas apontadas por Cernea (1993). Entretanto, o que se constata no histórico processo de remoções da comunidade é o que o mesmo autor destaca como possibilidade, ou seja, que a região tornou-se necessária para expansão comercial e para outros objetivos envolvendo negócios. O que se vê é o empirismo do que foi teorizado por Cernea (1993). Isto é, com o crescimento econômico urbano da cidade do Rio de Janeiro, houve a intensificação da concorrência para áreas mais vazias da cidade, assim, houve um esforço de setores públicos e privados para tornarem aquela região uma área de investimentos comerciais em que habitantes pobres não seriam os usuários mais rentáveis aos negócios.

Inicialmente, o pagamento de aluguel social foi dado aos moradores da comunidade como alternativa habitacional até que a construção do conjunto habitacional Parque Carioca, financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida<sup>17</sup>, fosse finalizada (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016). Em 2011, foi lançado o edital de licitação para a concessão do terreno público e constituição da Parceria Público-Privada, o único licitante foi o consórcio composto pelos grupos Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016). As estratégias utilizadas inicialmente demonstraram ter caráter coercitivo, de acordo com os entrevistados:

O que aconteceu ali e o que aconteceu em outras favelas que eu pude acompanhar, foi a coisa mais perversa que eu já vi acontecer no meu mandato de vereador porque o poder público ele muitas vezes chegava nas favelas sem falar nada com as pessoas e começava a desenhar, a pichar as casas das pessoas com SMH número tal e as pessoas iam perguntar, né..o que que é isso...aí eles diziam...estamos marcando as

---

<sup>17</sup>O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) (BRASIL, 2009).

cassa que serão removidas é..criando terror e pânico, né ...a legislação até permite a remoção, mas ela tem critérios , um dos critérios o projeto de reurbanização né ou o que for que vá gerar a remoção, ele precisa ser discutido em audiência pública com a comunidade que vai ser atingida, a busca de alternativas a remoção ela tem que ser esgotada [...] e caso a remoção seja inevitável, ela tem que acontecer dentro da própria comunidade [...] (Vereador 2)

[...] eu tive um enfrentamento [...] que ela queria entrar lá e derrubar sem nenhum mandato, sem nada [...] aí quando eu abordei ela pra saber se ela tinha um mandato ou alguma coisa pra fazer aquilo, ela não tinha nada, eu falei, então você não vai entrar [...] eu tinha um carrinho de fibra, um bugrezinho, eu atravessei ali com 50 pessoas e barrei a passagem dela[...] e eu com a documentação com a concessão de uso dada pelo governo e dizendo a gente não é invasor aqui [...] a gente tá consolidado aqui na terra [...] pra ela derrubar aqui, ela tem que te rum mandato judicial, uma liminar que aquela casa tem que ser demolida [...] (Ex-morador 1)

Quando a prefeitura entra, a primeira atitude dela foi essa de instalar um clima de terror, sair é...escrevendo em frente das casas SMH [...] depois, o processo de negociação que a prefeitura instala é um...é um..há um viés de perversidade nisso tudo porque você passou a vida inteira, 10 anos pra construir sua casa [...] em 10, 20 anos você tem uma casa que você tem condições de viver nessa casa aí chega prefeitura que da um décimo desse valor [...]aí é claro que você não aceita [...] (Deputado Estadual 1)

[...] então, o processo foi lento, doloroso, muito sofrido pra comunidade então você imagina a pessoa tá morando por muitos anos já e de repente diz que ele tem sair dali [...] (Padre 2)

[...] os moradores eram muito perseguidos [...] porque o processo implementado pelo Eduardo Paes e por sua prefeitura foi um processo muito agressivo..né...então foi um processo muito descarado.. muito deslavado e aí a lente aumentou, né.. [...] (Vereador 1)

[o processo de remoção] foi bem chocante porque foi muito torturante [...]Conforme o projeto olímpico foi avançando [...] a prefeitura entra com mais força na comunidade no sentido de desagregar, aquela correlação de forças [...] dos que queriam ficar e dos que topavam qualquer coisa, aquilo começou a virar não só uma diferença de visão, mas um conflito mesmo [...] ao mesmo tempo que a prefeitura fazia o cadastramento, aquele cadastro social, fazia o croqui da casa pra ter uma ideia de valor, de quanto valeria a indenização da pessoa [...] e ela começava a incutir coisas na comunidade tipo, você tem toda possibilidade de ganhar um apartamento no Parque Carioca que foi o Minha Casa Minha Vida [...] só que aí...o pessoal aí na resistência não vai deixar, ou vai todo mundo ou não vai, então se a gente não conseguir fazer remoção da comunidade, você não vai ganhar o seu apartamento ou a sua indenização [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] a prefeitura desde janeiro de 2013, a prefeitura tava lá todo dia, todo santo dia a prefeitura tava lá e falando e tentando todas as formas de convencimento dos moradores a saírem de lá e irem pro conjunto habitacional feito pra moradores dali que era o Parque Carioca [...] a gente tem umas gravações aqui disso e relatos dos moradores dizendo isso [...] então, que quem não saísse por bem sairia a força, quem não saísse logo ia sair sem nenhum apartamento, sem nenhuma solução habitacional sem nada [...] então algumas famílias já de cara nesse ano de 2014 fizeram esse acordo e foram pro Parque Carioca [...] (Defensora Pública 2)

O Parque Carioca, condomínio construído a cerca de 2Km (dois quilômetros) da comunidade para os moradores da Vila Autódromo que optaram pelo reassentamento, é considerado uma exceção em casos de remoção no Rio de Janeiro (MONTEIRO;

MEDEIROS, 2016). Essa observação também pode ser percebida no tópico da contextualização histórica das remoções na cidade. Porém, apesar da proximidade da comunidade, o apartamento limita os que possuíam comércio e templos religiosos na Vila Autódromo (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016), além de dificultar os aspectos positivos de comunidade devido à desvinculação do espaço geográfico (PARKER, FOUNIER, REEDY, 2012). As negociações realizadas entre a Prefeitura e os moradores que iriam para o Parque Carioca reduziram os vínculos e geraram embates entre moradores da comunidade e entre pessoas de uma mesma família no sentido estrito da palavra, como mencionado por muitos dos entrevistados e exemplificado aqui pela fala da Moradora 1:

[...] aqui na Vila, os terrenos eram muito grandes e em cada terreno moravam 5 famílias, 6 famílias, 7 famílias [...] então também eles dividiram muitas famílias aqui, teve família que se separou teve família que a metade da casa foi [...] marido queria, mulher não queria, mulher queria, marido não queria [...](Moradora 1)

#### De acordo com o Plano Popular:

Para pressionar os moradores a aceitar o apartamento no Parque Carioca e começar a remoção, a Prefeitura mobilizou diversas estratégias, envolvendo sedução, ameaças e pressões de diversos tipos. Levou as famílias de van para conhecer o stand com um apartamento decorado (caso único desse programa habitacional), contratou moradores da comunidade para atuar no convencimento dos vizinhos, colocou um exército de assistentes sociais para ir diariamente de casa em casa, fazendo promessas e ameaças. As ameaças incluíam dizer que os últimos ficariam com os apartamentos menores e piores e que, até setembro de 2014, não restaria nada da comunidade. As estratégias da Prefeitura começaram a surtir efeito. Moradores das áreas mais precárias, com casas menores, começaram a ceder. Moradores ameaçados, ou mesmo cansados dos problemas de infraestrutura da comunidade, causados pelo descaso da própria Prefeitura, começaram a avaliar que a segurança do novo apartamento seria melhor. As primeiras mudanças aconteceram em 26 de março de 2014, das 200 famílias aceitaram os apartamentos no Parque Carioca. (AMPVA, 2016, p.19).

As falas dos entrevistados corroboram essa descrição contida no Plano Popular e retratam a questão cultural do sonho da casa própria, de morar em um espaço com características materiais até então inimagináveis para a realidade desses moradores. Pois o incentivo ao consumo é umas das características mais marcantes do sistema capitalista. Além disso, ter o que antes somente poderia ser admirado nas casas das novelas, nas casas dos detentores dos meios de produção, pode mexer com a subjetividade dos indivíduos e com o desenrolar de todo o processo, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

[...] a prefeitura buscava também, logo no início do processo, as famílias mais suscetíveis de aceitar os acordo, né, em alguns casos na Vila Autódromo eles inclusive usaram o expediente de pagar indenizações milionárias, né, provavelmente muita acima do valor real que aquelas casas é...valeria, né e tanto essas famílias que não resistiam por medo, muitas ficavam em pânico e já aceitavam o acordo [...] esse processo caminha assim, generosidade pra alguns, pra quem tinha condições de vida melhor, casas melhores, né [...] e utilização do terror da doença como forma de pressão para convencer os outros moradores para se mudarem, né [...](Vereador 2)

[...] você pode sentar e assinar um papel depois a gente pode discutir a validade desse papel ou não, desse procedimento como licito ou ilícito, a gente pode discutir a qualidade desse procedimento, mas surgiu concretamente [...] a possibilidade de você passar a ser proprietário, proprietário entre aspas, melhor dizendo, de um imóvel fora daquela zona, fora daquela área ali[...] antes você tem um representante público dizendo que vai tirar você a força e a gente vai pagar uma indenização pra tudo o que você tem, pra tua história de vida, enfim, daremos uma indenização como nós queremos e te tiraremos daí se você não quiser, a gente vai te tirar a força, a partir do momento em que muda o discurso, ou melhor dizendo, corrigindo, a partir do momento em que o discurso ganha uma não docilidade, mas, fica um pouco mais açucarado, olha a gente, a gente pode fazer isso tudo hein, mas a gente vai fazer uma coisa diferente, a gente quer que você assine um papel onde você vai ter direito a...a propriedade de um imóvel fora daqui com construído e pronto e acabam-se os seus problemas e a gente resolve o nosso lado como poder público e você se resolve pelo seu lado como necessitado de uma casa ou de uma assistência e pra muitos isso foi dado como satisfatório claro que não se falava [...] então essa ideia no subjetivo das pessoas de você ganhar [...] do você resolver um problema [...] a ideia de resolver o problema rápido, independente da qualidade moral disso ganhou uma velocidade muito grande por isso que eu sempre digo que uma das questões que foi decisiva ali foi essa baixa, esse baixo nível de compreensão moral sobre o valor das coisas, o valor da vida, o valor da dignidade humana, aí gente pode abrir vários leques, talvez, as pessoas já tão tensas, não receberam a formação, tão habituadas a sofrer tanto, tão habituadas a não realizar certas reflexões, mas os que ficaram foram aqueles que lutaram não só por um ideal, mas por valores morais até o fim [...] quando chegamos a negociações de valores vultosos mesmo que fossem ainda um percentual baixo perto de tudo aquilo que valia aquele patrimônio as pessoas aceitavam e o ideal de comunidade acabava quando elas conseguiam um benefício satisfatório pra si próprias [...] se a pessoa não tem valores alicerçados sobre um princípio de fé, elas não conseguem suportar certas pressões [...] (Padre 1)

[...] a verdade é que ele já tinha gente trabalhando dentro da comunidade, fazendo a cabeça daqueles moradores que moravam em área mais precária enfim, pra poder levar essas pessoas para o Parque Carioca [...] aí depois ele remarcou essa reunião pra ser no Rio Centro, aí nessa reunião do Rio Centro ele não convidou toda a comunidade, ele convidou metade da comunidade, já pra dividir a comunidade, aí foi uma confusão danada pra entrar porque todo mundo queria entrar aí foi a comunidade toda e foi bem difícil enfim, mas aconteceu a reunião, e nessa reunião ele sugeriu que quem quisesse ficar na comunidade ficaria quem quisesse ir pro Parque Carioca ia pro parque carioca era uma troca de chave, você saía da sua casa e ia pro parque carioca e não ia pagar nada e quem não quisesse ir pro Parque Carioca tinha direito a indenização e aí quando a gente volta dessa reunião, essa reunião divide a comunidade [...] a partir daí a gente começa a remoção porque a gente já vem dividido, alguns ficaram chateados, moradores já voltaram diferente porque uns queriam ir e outros queriam ficar e a partir daí foi cada vez [...] isso foi num sábado essa reunião, aí eles disseram que quem quisesse ir pro Parque Carioca já podia ir na segunda pra fazer a inscrição [...] as primeiras pressões eram ligações, tinha dia dele ligar 10 vezes pra mesma pessoa, ah: vc não quer ir lá conhecer o apartamento, vai ser muito bom que não sei o que..vai ter isso, vai ter aquilo [...] tinha piscina, tinha toboágua, as crianças que iam ficavam tudo alucinadas, eles fizeram a maquete colocando cozinhas bem arrumadinhas com tudo do bom e do melhor, tem foto das pessoas se encantando com a maquete, a sala toda bonita e decorada, eles maquiaram muito bem né [...] então, de cara, ele conseguiu umas 150 famílias pra ir pro Parque Carioca, algumas preferiram indenização, as que tinham casas melhores acharam mais jogo ter indenização [...] (Moradora 1)

[...] a prefeitura fez uma reunião em 2013 no Rio cento e não chamou as lideranças [...] mas sabendo disso, a gente se organizou e foi uma correria, a gente de carro indo pela avenida, levava um e voltava e uma galera foi a pé [...] aí chegamos lá na porta [...] nessa reunião que tinham os moradores em condições mais precárias que ele convenceu a sair da Vila Autódromo pra ir pro Parque Carioca [...] a galera que

foi convencida que pode-se dizer que dentro da precariedade habitacional que eles viviam tiveram alguma melhoria no sentido estrito da construção, mas vivem uma vida muito ruim [...] aí no final de 2013 e início de 2014 começou a sair, saiu no globo aquela foto com a bendita piscina [...] parecia que era uma piscina do tamanho do mundo [...] mas logo depois parou de funcionar, mas isso mexe com o imaginário das pessoas, né a questão da ideia da casa própria...isso é gestado desde o período Vargas, fez-se a opção por fomentar a ideia de propriedade privada [...] fora o aumento do custo de vida, né...pagar um condomínio não é uma coisa barata [...] e aí qual era o acordo, você vai entregar a sua casa e a prefeitura vai demolir [...] (Pesquisadora 1)

[...]Aqui, o que foi mais utilizado foi a moeda real, muita gente que nunca viu 50 mil, sua casa vale 50 mil, mas o que vou fazer com 50 mil? Então a senhora vai pra um empreendimento que custa 170 mil e pouco aí a pessoa vai, tá lá, tá sofrendo porque aqui não foi moeda de troca não, foi de troca favorável à prefeitura não de troca favorável ao morador ao pobre que morava aqui [...] eles usavam esse método dizendo que a casa lá era boa que a casa lá tinha piscina e que lá tinha quadra de esportes, salão de festas...tudo bem...tem tudo isso, mas tudo tem uma burocracia só que quem tava aqui eles não quiseram saber se a pessoa que tava aqui era feliz por tá aqui, muitos que tão lá tão infelizes por mais que pegaram dinheiro [...] não queria ter trocado a Vila Autódromo [...] (Moradora 2)

[...] o cara vê a possibilidade de ter um carrinho, comprar uma casa com piscina [...] você não tem como virar e fala assim: fica na minha luta porque a minha luta é uma luta honrada assim e assado [...] eu não posso dizer que o cara esteja errado porque o cara a vida toda teve aquele sonho [...] ele nunca teve o espírito de luta, ele nunca se juntou pra ver a dor do vizinho dele do lado [...] ele nunca fez como eu fiz como [cita ex-moradora 1 e moradora 1] de passar o domingo dentro de uma comunidade, discutindo o problema daquela comunidade [...] (Ex-Morador 1)

[...] houve muita esperança de conseguir...muita muita muita so que conforme as respostas nunca existiam e a única resposta que a gente tinha era ver as famílias caindo então foi se perdendo muito a esperança, né e depois pra completar o prefeito coloca essa oferta, né..dinheiro, real ...muito dinheiro muito dinheiro, então assim, muita gente começou a ver nesse dinheiro uma oportunidade, uma chance que elas nunca tiveram [...] muita gente começou a achar que talvez se não pegasse a oportunidade nunca mais ia pegar [...] (Ex-moradora 1)

[...] o discurso era que só sairia quem quisesse [...] mas ao mesmo tempo, ele oprimia as pessoas e fazia toda uma...uma...configuração externa para que a gente pudesse desistir de nossas terras, então até mesmo a parte de negociação que era chamada de negociação, ela era feita de um modo que a gente sempre fosse assim de uma forma indireta ou de muitas vezes direta que a gente fosse humilhado, que a gente sempre se sentisse menor, pequeno, porque quando uma pessoa se sente pequeno, se sente menor...ela vai achar que tudo dela é pequeno, é menor, não vale nada e nisso eles iam o que, desvalorizar a terra e desvalorizando a terra eles iam pagar menos por aquilo, então o jeito deles fazer o acordo era sempre assim...pra imprensa eles falavam...só sai quem quer, mas eles usavam esses recursos que até alguns que eles usavam era até recursos psicológicos de guerrilha mesmo [...] (Ex-moradora 3)

Nem todos os moradores aceitaram ser reassentados no Parque Carioca ou receber indenização em dinheiro, como pode ser observado no Mapa da Resistência feito pela equipe do Plano Popular:



**Figura 12** Mapa da Resistência

Fonte: AMPVA (2016).

Porém, a rotina diária da comunidade estava cada vez mais complicada no sentido de habitabilidade. Todos os entrevistados citaram um, outro ou várias desses problemas constantes na Vila Autódromo. As fotos da Página do Facebook da comunidade também demonstram a situação nesse período de remoções. Por isso, a seguir, serão apresentados trechos da fala dos entrevistados em conjunto com as imagens.

#### 4.2.1.1 Demolição de Casas sem a retirada dos escombros e casas “descaracterizadas”



**Figura 13** Demolição de Casas sem retirada de escombros

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em 13 de dezembro de 2017



**Figura 14** Casas “descaracterizadas”

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em 13 de dezembro de 2017

[...] Casa descaracterizada, a gente vivia no meio delas, principalmente aquelas casas que não queriam sair, a gente vivia no meio delas, negociavam eles, eles não derrubavam, faziam lombos nas lajes e nas paredes aí ficava aquelas casas lá abandonadas, né [...] e ficava igual cidade fantasma [...] também era uma estratégia de guerrilha pra desanimar quem queria ficar, o cara... caraca, como que eu vou ficar do lado disso aí [...] tivemos vários casos aqui da parede demolida cair na casa do vizinho que não queria sair, nós quase tivemos o óbito aqui de uma criança de 4 anos [...] a parede caiu na cozinha do cara, a menina tinha acabado de sair da cozinha [...] o cara foi até embora cara [...] trator balançando a casa, ela na banheira dando banho, bebe, bebezinho, ela tirou da banheira pra secar, desceu o teto na banheira, ela só deu tempo de tirar [...] (Morador 1)

[...] de...de derrubar partes da casa..derruba parte e deixa outra parte pra pessoa se sentir mal naquele local porque como que você pode morar numa casa em que do lado da sua casa, de um lado e te do outro tem casa derrubada tem uma parede derrubada, tem outra parede derrubada e que pode entrar um ladrão, pode entrar pessoa e que tem barata e que tem rato e que tem cobra [...] que de dia não tem luz que de noite não tem luz, que a água falta, você acaba se sentindo desvalorizada...tudo faz com que desvalorize aquela terra..você se sente desvalorizada [...] você acaba vendendo aquilo pelo mínimo possível, você tem vontade de sair daquele local...é o que acontece é o que aconteceu com muitas pessoas (Ex-moradora 3)

[...] o cara negociou com a prefeitura e mulher não, aí a prefeitura foi lá e derrubou metade da casa, entendeu?! Coisas desse nível ou então eram casas geminadas, mãe e filha, a mãe negociou e a filha não, aí o cara foi e derrubou a parte de cima da casa..é obvio que se você começa a marretar uma casa que tá em cima da outra é obvio que a de baixo vai ficar com abalo na estrutura aí por mais que a pessoa não queira sair, ela fica sem opção [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] esse vizinho do meio negociou, mas o da lateral não negociou, então aquela casa eles descaracterizavam, vinha o pessoal da prefeitura quebrava, faziam vários buracos na casa [...] aí é uma forma de pressionar o vizinho do lado porque ali entrava bicho, ali podia entrar uma pessoa de fora estranha porque a comunidade começou a ficar vazia, começou a ficar diferente [...] e você ainda tinha que conviver com a lembrança do morador que foi embora que era teu vizinho que tu gostava e ainda tinha que conviver com aquela casa descaracterizada te lembrando que ali é...é...horrível, né e os entulhos iam ficando [...] quem queria ficar ia ficando com os entulhos, com os canos quebrados [...] (Moradora 1)

[...] a casa dessas pessoas, aí que vem a perversidade que eu queria falar, eram derrubadas, mas a prefeitura não retirava os entulhos, ela produzia escombros dentro das favelas [...] (Vereador 1)

[...] o modo de operar da prefeitura era tão gritantemente contrário aos direitos humanos, mas tão gritantemente porque separavam casas ao meio, derrubavam casas pela metade, demoliam a parte de cima de uma casa e embaixo morando uma senhora de 80 anos, destruindo postes de luz, fiação, fazendo uma [...] transformando a cidade numa cidade bombardeada de guerra [...] (Defensora Pública 2)

[...] a gente foi perdendo os referenciais, né, o que eram ruas não eram mais nada, eram escombros [...] (Pesquisadora 1)

Os trechos das entrevistas e as imagens demonstram que as demolições das casas ocorreram sem a retirada dos escombros e, muitas das vezes, comprometendo os vizinhos que iriam permanecer na comunidade. Isto é, mesmo se respaldadas legalmente, houve remoções

de maneira ilegítima. Pois, como citado pelo Morador 1 e pela Defensora Pública 2, uma criança de quatro anos e uma idosa de 80 anos foram prejudicadas com a forma como as demolições aconteceram. Isso vai de encontro com um dos critérios descrito no Guia, produzido pela Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada, já que nesse caso, não houve a precaução adequada com duas pessoas pertencentes aos grupos considerados vulneráveis (ONU, 2010). Também é notório que não houve assistência de transporte adequada para a retirada dos pertences dos moradores que saíram, como é exigido no Guia (ONU, 2010).

#### **4.2.1.2 Fluxo de tratores com rompimento de canos d'água, intensificação da poeira, falta de iluminação e cortes de árvores**



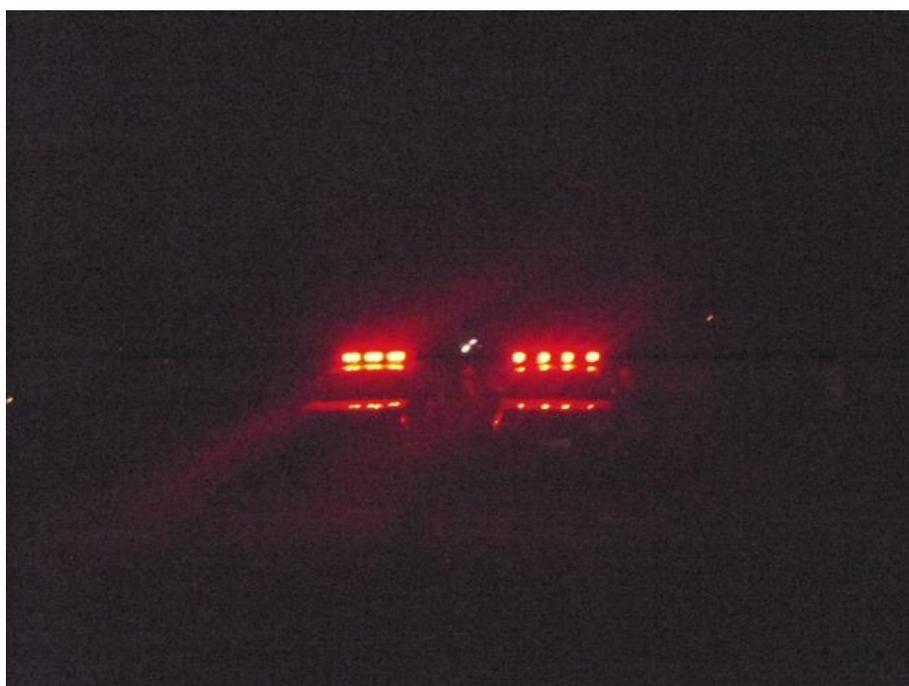
**Figura 15** Fluxo de tratores

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em 13 de dezembro de 2017



**Figura 16** Poeira na Vila Autódromo

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em 13 de dezembro de 2017



**Figura 17** Falta de iluminação na Vila Autódromo

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em 13 de dezembro de 2017

[...] faziam um poeiral, eles chegavam, só desligavam a luz do poste e a caixa d'água esvaziavam e quebravam o resto [...] e a gente foi ficando com canos estourados aí faltava água e as ruas começaram a ficar escuras [...] começamos a ficar com muitos buracos nas ruas porque eles começaram a passar com tratores grandes para derrubar

as casas para obras para o parque olímpico, então passava aqueles tratores imensos com aquele barulho horroroso e estremecia as casas, então foi ficando cada vez mais difícil de morar na comunidade [...] (Moradora 1)

Tratores balançando as casas, foi demais, teve situação do trator não ter serviço nenhum, mas ficava andando perto das casas, cara, sacudia muito aqueles tratos de esteira, você tava comendo ou bebendo qualquer coisa, tu sentia [...] cara, isso foi com muita frequência aqui, nesse período de 2014 é..15 início de 2016 ..ih direto [...] (Morador 1)

[...] ao mesmo tempo que era uma perda era uma forma também das pessoas se aproximarem e construírem coletivamente pro bem estar da comunidade [...] conforme as demolições se intensificam, a comunidade vai perdendo a habitabilidade de forma muito forte, né, porque passa um caminhão [...] aí as pessoas ficam sem água, então as pessoas tinham que se organizar, então tinham vários grupos uns mais pra fazer isso outros mais pra fazer aquilo [...] a galera, não...a gente vai consertar um cano [...] (Pesquisadora 1)

[...] outros saíram porque [...] por exemplo, a mãe na cadeira de rodas, em volta não tinha ninguém [...] muita dificuldade pra ter acesso à padaria, ao ônibus pra levar a mãe na cadeira de rodas ao médico, a falta de estrutura, as ruas cheias de buraco, cheias de vergalhão, falta de iluminação, toda hora faltando água, toda hora faltando luz [...] isso aí já é uma coisa calculada, o poder público é diabólico [...] (Ex-moradora 1)

[...]teve aquele hotel [...] que eles construíram quase que dentro da comunidade com a saída...com a principal saída dos caminhões da obra pra dentro da comunidade...isso é uma forma de ir minando mesmo a resistência, né, de ir criando situações , poeira, barulho, provocando acidentes lá dentro, pra ir sitiando mesmo a comunidade [...] cada vez que eu ia era um cenário completamente diferente [...] cada vez mais um cenário de terra arrasada, né, de guerra [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] com essas demolições a ...a comunidade começou a ficar caótica, enfim, eletricidade água, encanamentos, postes sendo desmantelados pelas demolições, algumas casas rachando então no bojo desse processo algumas pessoas resolveram negociar , umas talvez pela desistência mesmo, pela insegurança, por não saber qual seria o futuro e outras talvez pela questão do dinheiro mesmo, enfim, indenizações altas, enfim, o processo ali é mais complicado de se avaliar então tiveram vários, vários acordos de indenização, ainda assim, a prefeitura não conseguia a adesão de toda comunidade essa saída de lá, ainda muitos ainda resistiam nesse período [...] (Defensora Pública 2)

[...] Com o trepidar e aquela quantidade máquinas, a minha casa entrou num estado de de...ela foi se arruinando toda, então as paredes começaram a rachar, entendeu ela tinha vazamento em todos os cômodos, ela ficou em uma estado que não dava pra eu morar [...] (Ex-moradora 3)



**Figura 18** Árvore marcada para ser cortada na Vila Autódromo

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em 13 de dezembro de 2017

[..] corte das árvores foi absurdo aqui dentro [...] aqueles papeis eram marcando as que iam ser cortadas, era diferente, todas que tinham aquela etiqueta com numeração [...] e quando nos íamos em cima deles, eles tavam com a autorização do meio ambiente [...] (Morador 1)

[o corte de árvores] também foi uma crise, eu me lembro das pessoas em pânico porque eram árvores que eles mesmos tinham plantado durante muitos anos [...] eles falam da Olimpíada Verde [...] mas a quantidade de árvores que eles demoliram pra fazer aquilo...surreal [...] (Pesquisadora 1)

A intensa poluição na comunidade, assim como o trepidar dos tratores e a falta de água são características que demonstram não ter havido um plano adequado para que as remoções acontecessem. Estes são indícios, conforme apontado por Oliver-Smith (1991), de que as remoções ocorreram de forma apressada e sem serem levados em consideração critérios fundamentais, como a disponibilidade hídrica para a população, além de não haver a devida preocupação com os recursos naturais, em especial, com o replantio das árvores cortadas.

#### **4.2.1.3 Decretos e as Agressões físicas no dia 03 de junho de 2015**



**Figura 19** Morador agredido

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017



**Figura 20** Guarda Municipal na comunidade

Fonte: Facebook da Vila Autódromo. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017

Em 2015 [...] eles fizeram um decreto de desapropriação de diversos imóveis [...] foi mais de um decreto na verdade [...] dentre eles a Associação de Moradores que é um terreno que tá vazio até hoje, ou seja, não precisava demolir e [...] de todas as

lideranças, pessoas que atuavam mais ativamente [contra as remoções], eles colocaram [...] (Pesquisadora 1)

[...] a Vila Autódromo, nós conseguimos amarrar de todas as formas [...] por meio de decreto eles não podiam fazer, eles fizeram no meu entendimento porque os juízes falharam [...] Justiça emitindo liminar pra eliminar casa [...] Eu tive um enfrentamento [...] que ela queria entrar lá e derrubar sem nenhum mandato, sem nada [...] (Ex-Morador 1)

o cara emitiu a liminar pra demolir nossa casa depois de onze hora da noite porque nossa casa virou troféu [...] quando caía liminar pra derrubar o estagiário avisava a doutora [Defensora Pública], a doutora corria atrás e ia atrás de não sei quem lá, desembargador, caía a liminar [...] ficou nisso aí um tempão [...] até que eles deram essa liminar aí quando tava tudo fechado e vieram 6 horas depois, né, a liminar foi onze e pouca da noite e eles chegaram 6: 20 da manhã e numa pressa pra demolir, no mínimo com medo da doutora agitar [...] e cair a liminar, né [...] acho que você pra emitir uma liminar pra derrubar uma casa, acho que você deveria estudar a história daquilo dali [...] aí vem um infeliz, que esse cara é um infeliz, né [...] pode tirar a dona joana das cove de lá, aí a historia todinha da mulher vai pro ralo abaixo por causa de um infeliz que dá uma canetada [...] eu acho assim, precisa do espaço, é público? Vai de fato construir alguma coisa pública ali..tudo bem então mude essa pessoa com dignidade, né [...] dá o tempo adequado pra pessoa procurar com calma [...] não é como eles queriam aqui em 7 dias [...] (Morador 1)

Não acho que ninguém que tenha saído dali [...] por mais alto que tenha sido os valores [...] ninguém que saiu dali saiu se dando bem porque esse processo é por definição é absolutamente injusto, então, qualquer que seja o valor ainda assim pode ser questionável do ponto de vista da justiça [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] eles só não conseguiram tirar porque os moradores tomaram a frente, teve um dia de negociação praticamente [...] nós conseguimos também chamar muita gente de fora, muito apoiador, mídias alternativas de fora, enfim, tinha muita gente, mesmo com todo o dialogo que a gente foi tentando chegou 14:30 da tarde e a oficial de justiça falou que ia tirar a família a força e nos falamos que não ia e os moradores fizeram um cordão humano, ficaram na frente da casa, o padre também chegou e botou o carro dele na frente da casa e nós ficamos na frente do carro e a guarda ficou, a guarda fez um cordão e a gente outro [...] a guarda começou a empurrar os moradores, nisso que ela não consegue derrubar, elas começam a bater nos moradores [...] foi um dia horrível, saíram 6 ou 7 moradores machucados e alguns guardas também diz eles que tavam machucados [...] depois dessa ordem de choque eles botaram as casas no decreto, eles botaram 58 casas no decreto e esse decreto é uma lei muito antiga de 1941 que dá direito a ou município ou o estado desapropriar a sua casa pra fazer uma obra pública, para fins públicos, mas a gente sempre cobrou os projetos e eles nunca mostraram porque na verdade eles nunca fizeram uma obra pública dentro da comunidade, a única obra publica que eles fizeram foi uma viazinha que é ali que dava pra ele fazer aquela via que nós falamos pra eles que dava pra fazer sem tirar a comunidade [...] (Moradora 1)

Quando a gente fala de proposta de remoção a gente tá falando de uma tentativa de discussão com a comunidade para a remoção, onde o governo tenta apresentar algum tipo de proposta ou a aplicação de algum modelo pedindo o reconhecimento da comunidade ou tentando pedir o reconhecimento da comunidade. Então, eu peguei esses dois momentos, quando a gente fala do dia 03 de junho de 2015, ali foi uma tentativa, ali foi uma ação propriamente envolvendo uma série de outros elementos [...] (Padre 1)

Os trechos das entrevistas demonstram que não houve a necessidade de que algumas demolições acontecessem de fato, pois, como mencionado pela Pesquisadora 1, onde estava localizada a Associação de Moradores, por exemplo, hoje, não existe nada que seja para fins

de interesse público. Isso viola a noção de que as remoções só devam acontecer em casos estritamente necessários (ONU, 2010). Além disso, as imagens e falas apresentam que foi utilizada a violência física no dia 03 de junho de 2015. Esse dia envolveu servidores públicos do programa choque de ordem, programa que, por meio do discurso da segurança pública, reprime ambulantes e moradores de rua e de construções ilegais (JUSTINO, 2016). Entretanto, como visto, muitos moradores da Vila Autódromo possuíam o respaldo legal para moradia naquele espaço e, mesmo que não tivessem, o processo de remoção não pode utilizar a violência e a intimidação (ONU, 2010). O prazo e condições para que a população se preparasse para o dia da remoção também não estavam sendo respeitados, a data e o horário da retirada deveriam ser razoáveis, adequados e pré-combinados e o aviso prévio de pelo menos 90 dias ou o tempo necessário que prejudicasse menos as famílias (ONU, 2010).

Dessa forma, a partir das análises contidas nesse tópico, reitera-se que há um histórico de possibilidade de remoção na comunidade e que esse processo se estendeu por mais de 25 anos com justificativas variadas. Os dados demonstram que o motivo para esse fato está relacionado ao crescimento econômico urbano da cidade do Rio de Janeiro que ampliou-se quando a cidade recebeu o título de sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Como foi apresentado no referencial teórico, desde a década de 80 houve a expansão da Zona Oeste, que continuou crescendo nos últimos anos. Pois, houve a necessidade de exploração por áreas mais vazias da cidade para que essas atendessem aos interesses de setores públicos e privados motivados pelo lucro advindo da especulação imobiliária. Somente para complementar, de acordo com dados da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, 68% de todas as unidades habitacionais lançadas na cidade do Rio de Janeiro entre 2005 e 2010 estavam concentradas em quatro bairros localizados na Zona Oeste: Barra, Jacarepaguá, Recreio e Campo Grande (ADEMI, 2017). O crescimento econômico urbano de um local envolve a construção de estabelecimentos comerciais, bancários, assim, está relacionado ao interesse de que os habitantes da região possuam renda alta (CERNEA, 1993). No caso, da Vila Autódromo, a maioria dos moradores não se enquadrava nesse perfil.

Apesar de possuírem direitos para habitarem o local e terem um esse histórico de tentativas que afetou positivamente a capacidade de resistência da comunidade, os moradores assistiram as remoções acontecerem. O processo de remoções se deu diante de uma série de denúncias apontadas pelos dados. Alguns moradores aceitaram a negociação e saíram da comunidade para ir morar no Parque Carioca. Entretanto, essas negociações geraram conflitos entre moradores, além disso, houve a demolição de casas sem a retirada dos escombros, o que afetou a habitabilidade dos demais moradores. O intenso fluxo de tratores para as obras do Parque Olímpico gerou trepidações e rompimentos de canos, o que também prejudicou a rotina dos moradores. Além disso, o corte de árvores, os decretos e agressões físicas no dia 03 de junho de 2015, foram características do processo de remoção que somadas as já citadas impactaram diretamente a relação entre moradores e assim e todo o processo de resistência pela permanência na comunidade.

No próximo tópico, serão apresentadas as principais organizações relacionadas à resistência na comunidade e que, como será visto, contribuíram para a luta apesar dos empecilhos apresentados nesse tópico.

### **4.3 Terceiro Objetivo Específico**

- Analisar o papel das principais organizações relacionadas à resistência no âmbito da comunidade Vila Autódromo.

### 4.3.1 Analisando o papel das principais organizações relacionadas à resistência no âmbito da comunidade Vila Autódromo.

[...] a gente costuma dizer que essa luta foi tecida por vários [...] foi como uma colcha de retalhos [...] (Morador 1)

Essa frase, que o entrevistado inclusive cita por afirmar ter escutado de uma ex-moradora, resume a opinião dos entrevistados. Muitos não conseguiram lembrar o nome específico do movimento ou do jornal com perfil alternativo que atuou na comunidade. Devido à repetição com que isso ocorreu, foi possível perceber que muitas organizações participaram da resistência da comunidade e não só organizações, mas ativistas de forma isolada, mas que muitas das vezes vinham de organizações como Universidades e Movimentos Sociais. Por isso, é complicado registrar todas essas organizações, entretanto, no decorrer da pesquisa algumas foram mais vezes citadas, talvez não por uma atuação ou outra, mas pelo tempo e constância que mantiveram durante o processo de resistência da comunidade. As análises para alcançar os objetivos anteriores deram pistas de quais seriam essas organizações. Esse tópico irá aprofundar essa questão sem ter a intenção de ser taxativo, pois se tem ciência que a luta foi como "uma colcha de retalhos" (Morador 1).

Nós estamos desde sempre, a Pastoral, a Defensoria, o ITERJ [...] aí começaram a participar as faculdades que tinham arquitetura e urbanismo, outros movimentos sociais, a rede de ajuda abriu-se um leque, então vieram estudantes, vieram repórteres do mundo inteiro para dar cobertura, inclusive até do Japão, Ongs, alguns grupos sozinhos, moradores de outras comunidades vieram também apoiar a comunidade Vila Autódromo porque a Vila Autódromo acabou se tornando um marco na questão de luta pela remoção pela questão de tempo na não remoção [...] (Representante da Pastoral de Favelas)

Primeiro você tem a própria associação de moradores da comunidade, depois você tem também naquela comunidade...é...é nós temos ali o pessoal que se reunia na Igreja Católica porque o padre que atendia aquela comunidade era um padre muito sensível a tudo isso que eu tô falando...era um padre que ombreava-se muito com o povo de Vila Autódromo, depois, você tem, um Núcleo que a gente não pode nunca deixar de lembrar que é um núcleo valoroso, firme, corajoso, que é o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro [...], depois, você tem o instituto de urbanismo da UFF e da UFRJ, você tem mecanismos internacionais ligados a [...] à mídia alternativa como blogueiros, como televisões vindas de outras partes do mundo, porque a Vila Autódromo virou na verdade o centro, o olho do furacão [...] objetivamente, se a gente [partidos políticos] não tivesse na luta, se a Defensoria Pública não tivesse na luta, se os diversos grupos vindos de tantas outras comunidades, a Pastoral de Favelas [...] a luta teria sido vencida pela prefeitura muito mais rapidamente e de maneira mais truculenta (Vereador 1)

Acho que pelo menos dois atores que foram muito importantes ali né, foi a Associação de Moradores e a Igreja Católica, que são muito anteriores ao processo de remoção, além de outras lutas, eles estão brigando contra a remoção há bastante tempo [...] esse processo com as Olimpíadas ganhou força e acabou se consolidando [...]A maior parte dos eventos que eu participei puxados pela Associação foram bastante significativos, né...é...eles conseguiram, né...e aí eu acho que não é só a Associação, mas os moradores que se agregaram ali no entorno do movimento do Vila Autódromo fica...é...eles acho que conseguiram se articular muito bem com a sociedade, acho que eles são exemplo nesse sentido, você vê que eles não só se articularam com as instituições políticas, né, de terem demandando dos vereadores, de outros políticos que apoiassem a causa dele, mas eles também se articularam com outros movimentos sociais e com a academia [...]essa capacidade dos moradores da

Vila Autódromo se articularem com tantos atores diferente, né tanto com a Defensoria Pública, né, Núcleo de Terras da Defensoria Pública sempre apoiando muito o movimento lá da Vila Autódromo, apoiando os direitos, né, que a função deles [...] (Vereador 2)

[...] tinha muito apoio a Vila Autódromo, muito muito muito e se tornou internacional, né, vários documentárias internacionais, jornalistas, mas tinha um apoio grande aqui de movimentos sociais de moradia [...] (Defensora Pública 2)

No ano de 2007 se conformou um grupo chamado Conselho Popular que eram várias lideranças de várias comunidades também ameaçadas de remoção que se reuniam com a participação de alguns outros atores, né, um deles era a Pastoral de Favelas , inclusive as reuniões eram feitas na Pastoral de favelas [...] e junto deles tinham outros atores importantes também que era na época , alguns assessores de parlamentares [...]Dentro da comunidade, como eu falei tinha a Associação, a Igreja Católica, que tinha um papel importante, tanto que a Pastoral de Favelas depois foi procurada pra fazer esse Conselho Popular pra tentar vincular as lideranças e depois veio a participação das universidades no ano de 2010/2011 [...] é feito esse pedido de apoio para construir o Plano Popular [...] (Defensora Pública 1)

Eu fiquei uma semana lá com eles e não era só eu, era muita gente, eles estavam fazendo uma vigília, tinham pessoas que vinham, voltavam, tinham outras pessoas que acabaram dormindo na casa [de uma das moradoras], na reta final, ficou muito a experiência de...as pessoas queriam estar presentes...eu tava fazendo a cobertura como jornalista, mas tinham pessoas que eram ativistas e estavam lá para dar apoio [...] (Jornalista 1)

[..] era de outras faculdades [...] como a que foi uma das tutoras da ideia do museu de céu aberto [...] apareciam essas pessoas com o intuito de apoiar a não remoção [...] vinha a defensoria [...] a defensoria foi o nosso esteio aqui, a gente se assegurou muito nela, na pastoral [...] a pastoral de favelas, as outras comunidades que vieram pra cá também [...] aí vinha mídia, a mídia alternativa, teve até uma vez que a prefeitura botou uma mídia falsa no meio da gente pra colher informação [...] (Moradora 2)

[...] a gente se aliava a movimentos sociais..o que era movimentos sociais? Podia ter partidos sim, podia ter..é..é..candidatos ou pessoas com função pública, deputados, vereadores, mas, podia ter a associação sim, podia ter grupos desorganizados sim, podia ter todo mundo sim e eram universidades e as instituições democráticas, todos é...juntos...trabalhando num consenso [...] (Ex-moradora 2)

A partir da fala dos entrevistados, é possível inferir que muitas organizações trabalharam em conjunto na Vila Autódromo. Fato é que organizações bastantes presentes nos discursos, como a Igreja, a Defensoria Pública e as Universidades se incluem nas características dispostas por Misockzy e Moraes (2011) para organizações verticais, pois há concentração de poder, poucos decidem e muitos executam; há hierarquia; existem regras legitimadas que definem o funcionamento das organizações e há um sistema de regulação para garantir a obediência. A Associação de Moradores, apesar de ter características de uma organização vertical, como cargos e Estatuto, demonstrou ser um espaço de aprendizagem e de participação, como será visto. Dentre as características, destacam-se as ações que eram desenvolvidas em coletivo, a oposição às estratégias remocionistas respaldadas pelas políticas de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996).

Entretanto, mesmo nas primeiras organizações, consideradas estritamente verticais, burocráticas ou com qualquer outra adjetivação que conceitualmente demonstre a existência de normas legitimadas, hierarquia, controle e poder concentrado, identificou-se que os

representantes pertencentes a elas participaram ativamente e foram importantes na resistência da comunidade Vila Autódromo. Acredita-se que por vivermos em uma sociedade de prevalência de organizações burocráticas, esse traço atado aos atores possa ter contribuído e obstruído suas ações na comunidade. E, isso, não pode ser desconsiderado. Pois, a realidade é que os sujeitos da pesquisa; selecionados a partir de um crivo substancial e não ao acaso, como foi apresentado na metodologia, citaram essas organizações como parte integrante da resistência.

Para que a análise da presença dessas organizações fique claramente visível, foram destinados tópicos específicos para cada uma delas. A relação entre essas organizações e entre organizações e moradores não se deu constantemente de forma pacífica, houve conflitos. Acredita-se que os conflitos foram fundamentais para o desenvolvimento da luta.

#### **4.3.1.1 Movimento União Popular (MUP)**

Apesar de não ter sido encontrado nenhum registro online ou artigo científico que trate sobre as nuances desse movimento - sendo encontrado com um movimento presente em determinadas audiências públicas, Conferências da Cidade etc - ele foi referenciado pelos entrevistados. Acredita-se que seja um movimento de base e que não tenha utilizado a internet como forma de disseminação de suas ideias. De acordo com uma das entrevistadas, esse movimento surgiu em 2004 e 32 comunidades faziam parte dele nesse período, como será visto a seguir. As falas também demonstram que o movimento foi importante na resistência no âmbito da Vila Autódromo:

[...] construir uma rede de solidariedade entre aqueles que estavam é...nessa situação de ameaça [...] a gente conseguiu organizar um movimento de Jacarepaguá que se chamava MUP né que tinha 32 comunidades e a gente conseguia encher a Câmara dos Vereadores e lá exigir a publicação da AEIS [...] então a gente enchia as conferências de cidade né exigindo que o Estatuto (Estatuto das Cidades) fosse colocado em prática, mas o poder é assim algumas leis que são do interesse deles, eles colocam em prática [...] não era do interesse do poder imobiliário, da exploração imobiliária, colocar em prática o Estatuto das Cidades [...] e a gente ia nas conferências da cidade né que era dividida por temas, então tinha o tema Saúde, tinha o tema Educação, tinha o tema é...é os vários temas porque a cidade ela é...ela tem uma complexidade grande, né...a gente tava sempre, a gente na...na...na Vila Autódromo [...] a gente dividia os moradores por temas, então um grupo ia para o eixo da educação outro grupo ia pra saúde, outro grupo ia pra saneamento básico, né e outro grupo pelo direito a cidade [...] e aí a gente reivindicava né, junto com os moradores de Jacarepaguá [...] (Ex-Moradora 2)

[...] quando uma pessoa que tá nessa situação e busca uma ajuda fora, institucional, nos movimentos sociais, existe essa coisa mesmo, o simples fato da pessoa procurar e começar a frequentar esses espaços, isso acaba servindo como uma formação política pra elas [...] no caso daquela região tinha o MUP também que era um movimento bem de base que juntava todas as comunidades ali da região [...] esses espaços serviam muito para essa formação política dos moradores e esses moradores que assumiam mais a luta que ou viram liderança ou referencia ali pra luta, eles tinham esse processo muito acelerado porque eles acabavam participando de várias reuniões, tavam sempre em contato com outros movimentos, com instituições [...] então eu acho que isso que fez com que essa legitimação da Vila Autódromo se consolidasse, permitiu que a Vila autódromo se tornasse o que ela se tornou [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] Babiblônia [cita varias outras comunidades] a gente ia porque tinha um movimento chamado MUP e a gente ia pra se fortalecer, pra se juntar com as

comunidades [...] porque a gente não consegue, eu não sei se por causa da luta do dia a dia ou se é porque as pessoas não tiveram uma cultura, um ensinamento de que tem que lutar pela sua sobrevivência [...] então, você marca aí uma caminhada pra fazer até a prefeitura igual eu marquei muitas vezes dentro da comunidade e as pessoas diziam, não, mas eu tenho que trabalhar, aí eu dizia, não mas antes de ter que trabalhar você tem que ter um teto pra entrar pra dentro [...]e eu explicava pra eles, cara o trabalho se você perdeu um, você ganha outro, mas o teu teto se você perder é difícil pra você conseguir outro [...] aí o governo, o político, eles sabem disso, aí [...] quando você vai pra porta do governo com meia dúzia de pessoas, você não faz nem cosquinha, mas agora quando você vai, e você consegue botar duas mil pessoas ali na Candelária fechando aquelas ruas ali, aí você incomoda e quando você incomoda você dá prejuízo, né, dá prejuízo aos cofres porque para tudo [...] então você consegue fazer pra eles te receberem, pra te ouvir [...] eu acho cara, que se você não se juntar pras coisas acontecerem nesse país, as coisas não acontecem [...] quem tem a força somos nós, mas você pra ter a força você tem que tá unido, você tem que aglutinar pessoas, você tem que ter gente [...] você com muita gente, eles podem botar bomba, gás lacrimogênio, dá tiro de borracha..mas..mas..a imprensa vai em cima [...] o que acontece com a maioria das comunidades, o próprio povo que sofre, você não conseguia aglutinar muita gente [...] tinha esse movimento que era o MUP [...] mas não é da cultura da pessoa, do brasileiro, do pobre, ter reação a nada [...] a corrupção chegou nesse ponto...a culpa é do político? Não...a culpa é de nos votantes porque a gente vota no cara, a maior parte dos brasileiros vota e não sabe em quem votou na semana seguinte (Ex-Morador 1)

A Associação começou a buscar apoio das outras comunidades que nós descobrimos que também estavam ameaçadas de remoção e nós chegamos a conclusão que não seria só a Vila Autódromo como foi dito no evento [em Kopenhagen] [...] Ou seja, onde tá havendo uma bela de uma urbanização onde tá sendo criado qualidade de moradias apenas para o uso de vantagem do poder econômico, governamental e privado que são os que estão no domínio. Nós descobrimos que nós precisávamos pensar a coisa diferente, a gente precisava pensar que nós tínhamos o direito de construir o espaço nosso, entendeu?! E não ficar só aceitando o que vinha de cima pra baixo e isso a gente da Vila Autódromo começamos a pensar assim porque a gente tinha uma participação muito grande com várias comunidades da região de Jacarepaguá, parte do recreio 2 e uma outra também próxima, comunidade Recreio, Taboinha, Restiga, Vila Harmonia, Santa Luzia e muitas outras que a gente se reunia no espaço dentro de uma Igreja Católica no largo de Vargem Grande e o nome desse movimento era o MUP e lá a gente pensava quais tipo de decisões nós deveríamos tomar pra poder é...se fazer tornar real os direitos dessas famílias moradoras de comunidade e a coisa foi se estendendo, se estendendo...houve é...muitas reuniões dentro da Câmara dos Vereadores, Câmara dos Deputados [...] (Ex-moradora 1)

Esse Movimento demonstrou ter sido importante para a construção da luta na comunidade. Devido ao fato de outras comunidades participarem do movimento, percebe-se que havia a troca de experiência, explicitada por Gohn (1991), já que havia a socialização de informações, a construção de identidades, podendo ser citada a constituição dessas comunidades como AEIS e por todas vislumbrarem a possibilidade de remoção. Além disso, constata-se que existe a ciência de que o poder é fruto de uma vontade consensual do povo dentro de um movimento construído em baixo, e não somente de baixo, o que vai ao encontro do que é defendido por Dussel (2007) quando ele se refere à construção da contra-hegemonia. Quanto a isso, os entrevistados demonstram a importância da união das comunidades para o fortalecimento do movimento.

Entretanto, fica evidenciado na fala do Ex-Morador 1, que também já havia ocupado o cargo de presidente da Associação de Moradores, que é difícil aglutinar todos os que poderiam ser afetados pela remoção. O sistema capitalista dificulta a ampla participação de todos, isso porque o cidadão precisa vender a sua força de trabalho em troca de um salário que

deveria pagar a moradia, já que nesse sistema também se preza pela propriedade privada, entretanto, a remuneração acaba não sendo suficiente para alcançar esse direito taxado de fundamental na Constituição de 1988. Isso, somado ao fato de ele ser desprovido de outros direitos, como à educação, que deveria prepará-lo para o exercício da cidadania, terminam sendo limitadores para essas lutas. Apesar de nesse momento ficar claro que não havia a participação de todos os moradores da Vila Autódromo, a fala da Ex-Moradora 2 demonstra que cada um ia para uma sessão durante as Conferências, ou seja, havia o desenvolvimento de funções heterogêneas diferenciadas, conforme defendido por Dussel (2007).

#### **4.3.1.2 Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo**

Conforme visto nos tópicos anteriores, a Associação de Moradores historicamente contribuiu para a legalização da comunidade e pela conquista de direitos, como os 85 termos de Concessão de Direito Real de Uso, que é “um instrumento de Política Urbana utilizado em processos regularização fundiária em terras públicas e dá o direito de uso de terras públicas para moradia popular.” (MEDEIROS; MONTEIRO, 2016, p. 4). Além disso, a Vila Autódromo foi declarada como Área de Especial Interesse Social (AEIS) pela Lei Complementar nº 74/2005 do Município do Rio de Janeiro, garantia reforçada pela Lei Complementar nº 79/2006, que reafirma a destinação da área à habitação de interesse social no contexto do Projeto de Estruturação Urbana (PEU). (MEDEIROS; MONTEIRO, 2016). Essas conquistas foram fatores importantes na organização da comunidade.

De acordo com a Representante da Pastoral de Favelas: “A Associação de Moradores sempre teve a favor do povo [...]” (Representante da Pastoral de Favelas). Segundo outro entrevistado: “A Associação de moradores sempre teve importância na comunidade [...] a intenção da Associação ali é organizar a questão social, melhoria da comunidade [...] muitas reuniões aconteciam [...] (Padre 2). Os demais entrevistados concordam que a Associação foi uma organização significativa e apontam outros dados capazes de gerar informações relevantes para se compreender a resistência que se deu no âmbito da Vila Autódromo:

[...] nos percebemos já lá em 87 que nós tínhamos que nos organizar e que a nossa organização deveria ser uma organização jurídica e com documentos porque nós vivemos numa sociedade que papel tem mais valor que a sua fala, que a sua existência nem que o papel seja falso, nem que o papel seja...é..é mentiroso,né?! Ele te dá mais credibilidade que a tua origem, a tua história, a tua fala, a tua organização. Então, desde cedo a gente procurou os documentos de direito que rezava a Constituição e o que a cidade oferece para uns, tem que oferecer para todos [...] a gente sempre caminhou nessa direção né?! E eu acho que foi esse perseguir do direito a cidade, né, do direito ...aquilo que a cidade oferece aos trabalhadores porque são eles que constroem a cidade [...]cada vez que nós recebíamos uma ameaça externa e organizada ...e elas eram muitas, pra você ter ideia durante as obras dos jogos olímpicos eu recebi a visita [autoridades vinculadas aos Jogos Olímpicos] assim às 16h dizendo que eles iam visitar a Vila Autódromo, achei extremamente estranha aquela visita [...] eu tava até em um seminário na Fiocruz, ali então e o [presidente da Associação] me ligou e disse tá chegando essas pessoas...o que que eu faço? Digo, eu vou práí porque a gente sempre tinha a combinação de nunca receber ninguém e não ir a nenhum gabinete com ninguém sozinho, a gente tinha sempre que ir em grupo e a gente tinha sempre que ouvir aí [...] a proposta era porque que a gente resistia se eles podiam nos dar, se eles podiam nos pagar muito bem, pagar muito bem pela terra, né ou dar um conjunto habitacional moderno e pagar muito bem pela terra, aí eu encerrei a discussão até eu me lembro que ela até gravou, eu não gravei porque a gente é sempre muito inocente nessas coisas ...aí eu encerrei a discussão dizendo pra ele, a terra é nossa mãe e que a gente não vende a mãe ,né, é..pra você ver o quanto que a gente era assediado por conta da terra [...] (Ex-Moradora 2)

Eu entrei na Associação porque eu achava que com o CNPJ eu poderia lutar contra os desmandos do governo e a gente conseguiu de uma certa forma [...] nós conseguimos fazer com que moradores não ficasse longe da comunidade, indenizações alta [...] (Ex-Morador 1)

Tem coisa bem simples que parece insignificante, mas que fez muito sentido na Associação porque dentro de uma comunidade a maioria das pessoas não se permite ter o conhecimento de que têm direitos a serem buscados, eles pensam que é só levantar, tomar café da manhã, que, às vezes, nem tem pra tomar, ir pra rua trabalhar pra receber, pra pagar as contas, pra botar o que comer dentro de casa e cuidar dos filhos, então elas não se ligam nada nessa coisa de papel de Associação [...]E [a Associação] é um espaço aberto pra representar aquele local, tirando a oportunidade de ficar ali tudo abandonado e ser mais fácil chegar [encarregados da Prefeitura para realizar as demolições] de surpresa [...] (Ex-Moradora 1)

A diferença [de lá para outras comunidade] é muito em cima da tomada de consciência dos moradores e dizer ou nos organizamos ou então realmente a gente...perde tudo aquilo que é direito legítimo nosso [...] o poder de mobilização depende muito da capacidade de liderança de quem tá a frente do movimento, da Associação que quem faz a vanguarda desse movimento [...] o presidente era uma pessoa firme, forte e não abria mão daquilo que ele entendia que era direito deles [...] (Deputado Estadual 1)

Por isso, a Associação de Moradores não era apenas um órgão pra regimentar a necessidade coletiva do grupo ou pra apresentar propostas comuns ao grupo, mas era um lugar onde as pessoas sabiam quem era o outro. A escolha de um líder da Associação de Moradores passava por um critério afetivo de muito respeito aquela pessoa a idoneidade daquela pessoa a família daquela pessoa, não era só uma liderança investida sob um cargo, era, sabe a memória da idoneidade da família daquela pessoa, a memória da presença naquela comunidade, uma presença histórica ao lado dos outros [...] (Padre 1)

Porque as outras foram todas dizimadas porque dizimadas? Pelo formato de organização, o formato de organização era centralizado num poder único do presidente da associação e o presidente da Associação ele tinha uma promiscuidade com vereadores, com políticos com milícias e tudo era troca de favores [...] tantos votos pra lá, um pouco de asfalto pra cá [...] (Ex-Moradora 2)

[...] também a estrutura, né, eles tinham a Associação de Moradores, tinha um prédio, uma quadra atrás, enfim [...] tem também a questão da postura política, né, e as principais lideranças, os principais moradores que estavam envolvidos na luta eles sempre se colocaram nessa perspectiva de lutar não só pela Vila Autódromo, mas por todas as outras comunidades [...] (Assessor do Deputado Estadual 1)

[...] as coisas se concentravam na Associação, é...as assembleias aconteciam na Associação havia um campo atrás da Associação, quando tava muito apertado pra fazer na Associação, pequenos grupos cabiam lá dentro, quando era uma assembleia mesmo que lotava e que enchia, a gente fazia no campo da Associação. (Ex-Moradora 1)

[...] é até bem legal porque as associações de moradores estão perdendo muito a legitimidade nessas lutas pela comunidade, né e no caso da Vila Autódromo isso era um pouco diferente ali, né, as pessoas tinham uma relação muito próxima da liderança, tinha um relação de confiança, e assim eles confiavam [...] foi a Associação que se movimentou que buscou os apoios fora da comunidade, que procurou o ITERJ (instituto de terras e cartografia) para fazer uma defesa técnica da comunidade. A Associação era o grande polo que se concentrava todo esse processo de resistência da comunidade e tinha bastante participação. Era um prédio [...] e atrás tinha uma quadra, muitas das Assembleias nós fazíamos nessa quadra porque

era um espaço maior. Então, ali eles se reuniam porque tinha muita atividade de resistência, de reunião, pra fazer depois, por exemplo, então, cartazes...era onde as pessoas se juntavam. (Defensora Pública 1)

A associação de moradores, ela, geralmente, ela tá ali pra manter uma organização do espaço, mas é uma coisa muito difícil [...]começamos a trabalhar sem quase nenhum recurso [...] mas fomos tomando um caminho junto com os movimentos sociais, né..é aquilo que eu já citei antes, buscando se entender com outras pessoas, de outros espaços para que a gente pudesse enriquecer um pouco mais o nosso trabalho [...]Como eu era diretora social, eu ganhava a rua, eu não ia pra rua pra passear, pra mim, eu ganhava a rua pra levar e trazer experiência...ensinar e aprender o que eu tinha aprendido com as outras comunidades e isso envolvia tudo, envolvia seminários, envolvia audiências, envolvia assembleia dentro de espaços políticos e dentro de muitas comunidades , envolvia eventos dentro de comunidade que a gente participava de mesas [e ela passava essas informações ao presidente da Associação] e ele semeava as coisas na Assembleia, [e o interessante é] que os moradores passaram a entender e contar com isso [...] (Ex-Moradora 1)

A Associação de Moradores era muito forte, a [ex-moradora 1] já tava ali há anos, fazendo aquilo, já tinha inclusive visto remoções em outras comunidades, entendeu, que ela já tinha ido lá participar de reuniões em outros lugares visto com os próprios olhos, então as pessoas criaram uma experiência ali que eu acho que elas já tavam preparadas para se unir e lutar contra aquela remoção [...] (Jornalista 1)

Essas falas demonstram algumas características significativas na Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. É importante ressaltar que a Associação foi criada a partir da percepção que por vivermos em uma sociedade permeada por organizações burocráticas, as regras e normas transparecem um aspecto formal para a luta e isso auxilia o reconhecimento da mesma. É interessante perceber esse nível de consciência que se transformou na busca pela legalização da Associação. De maneira pedestre, podemos dizer que eles sabiam que só mudariam o sistema se estivessem dentro dele. Sendo assim, foi feita a regulamentação dentro dos trâmites burocráticos, dando a entender que a Associação seria uma organização "normal", ou seja, formal, hierárquica, delimitada e que prezasse pela administração ou manutenção da ordem das coisas (BÖHM, 2006), mas a intenção dos moradores que buscaram a legalização era a de a Associação ser um espaço em que houvesse a participação direta, com as decisões tomadas no coletivo. Apesar de haver um "líder", o presidente da Associação, o significado dessa liderança está atrelado ao que foi apresentado por Freire (2005). Isso significa que não havia a concentração em um indivíduo só, ou seja, não havia um exercício despótico do presidente, assim, os demais participantes das Assembléias podiam se envolver nas decisões. Para finalizar, as duas últimas falas enfatizam a importância da troca de experiência, explicitada por Gohn (1991), para a consolidação da luta no âmbito da comunidade. Pois, a partir dessas trocas, os resultados obtidos por uma comunidade poderiam ser absorvidos pelas demais que poderiam testar essas ações em suas comunidades.

#### **4.3.1.3 Universidades**

A entrada maciça das Universidades na luta em torno da comunidade se deu a partir da construção do Plano Popular da Vila Autódromo. Não que antes não pudessem ter existido pesquisadores pensando sobre aquela região, até porque desde a década de 80, com a expansão da Zona Oeste, muitos moradores dessa região já sofriam a possibilidade de

remoção. Mas, a presença da Universidade de forma intensa, constante e envolvendo um projeto mais amplo e integrado, não só por um pesquisador individual, se deu com a ideia do projeto de urbanização da comunidade. Uma das ex-moradoras explica minuciosamente como se deu essa entrada e, conseqüentemente, o início da construção do Projeto:

Desde 2005 nós organizamos o Comitê Social do Pan...Por que social? Porque tinha uma agenda social...meio ambiente pra comunidade, saneamento pra comunidade [...] a gente se apropriou e começou a cobrar, né [...] a gente cobrava em audiência pública, em conferência da cidade, em...enfim...nas entrevistas, nos atos [...] o Comitê é uma forma de organização que foge essa estrutura de poder, de ter um presidente, de ter um endereço, de ter um CGC, a gente fugia a isso [...] as pessoas iam por conta da cidadania plena, das causas, né [...] e quando acabar os jogos Pan-americanos o que a gente vai fazer? Olha, vai vir uma bomba maior [...] nos Jogos Olímpicos [...] Aí veio o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, eu fui até uma das lançadoras, eu como representante do Comitê Social do Pan e da Vila Autódromo, o [como representante de liderança do direito à cidade na academia] e a [uma economista, ativista do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e professora] [...] iam representantes universidades [...] foram na comunidade, conversaram com os moradores e aí de repente cada casa era um célula familiar construída com independência, com liberdade e o sistema perfeito de trocas solidárias e de auto-sustentabilidade, a pessoa não tinha só sua casa, a pessoa tinha, uns tinham a sua oficina, o outro tinha o seu lugar de fazer comida e de servir comida [...] o outro tinha um boteco que servia lanche [...] a sustentabilidade ali era de uma autonomia, de um direito [...] como você ia fazer isso num condomínio? Jamais [...] E aí a gente montou a primeira Assembléia [...] Eu sei que deu samba, as pessoas foram e eles fizeram de baixo pra cima, eles fizeram o mapa da comunidade, aquele mapa de baixo pra cima, eles fizeram o mapa da comunidade, aquele mapa aéreo e disseram: aqui estão as áreas, cada morador vai dizer como quer o seu quadrado, aí deu os eixos, né...um quadro será reservado para a atividade ambiental, outro para creche e atividade de educação, outro para lazer, outro para saúde e o espaço de moradia quem acha que está morando num lugar ruim e propõe mudar para um lugar melhor, diz aonde é que tem [...] e aí a gente vê os espaços vazios [...] e no final, formatou ali o desejo dos moradores [...] nós tivemos acho que um seis encontros com metodologias diferentes: a primeira foi visita pela comunidade, andando pra conhecimento dos espaços, a segunda foi oficina, a terceira Assembleia, a quarta foi grupos de trabalhos que já ficavam nos eixos temáticos, a quinta foi a aprovação do Plano e sexta? Acho que tivemos umas duas oficinas [...] e a construção foi extremamente democrática [...] era sempre um almoço, todos traziam alguma coisa [...] os que queriam comer em casa, podiam comer em casa e os que queriam comiam no coletivo [...] [e um dos idealizadores do Projeto Popular e professor realizou a abertura de um Seminário acadêmico da Universidade dentro da comunidade] e os moradores participavam [...] um dos temas do Seminário era o Projeto Popular [que] foi identificado como alternativo, autônomo e insurgente [...] (Ex-Moradora 2)

Essa fala indica que a forte inserção das Universidades na comunidade só se deu porque a Vila Autódromo tinha representantes no Comitê Social do Pan, pois o diálogo com representantes de universidades nesse espaço possibilitou a ida da Universidade até a Vila Autódromo. Isso reforça a importância dos movimentos sociais, de grupos excluídos frequentarem esses espaços, conforme defendido por Gohn (1991).

Outras falas ampliam a importância da presença das Universidades na luta da comunidade, enfatizando a construção do Plano Popular:

[...] e conseguiram produzir aquele projeto popular de reurbanização da vila autódromo que inclusive além da importância dele ter sido premiado internacionalmente e tal, ele era uma peça assim que desmontava né...todos os argumentos pela remoção porque ele dava conta das questões ambientais, dava conta é...das questões de convivência com o Parque Olímpico, né ...é...dava conta até da

questão estética se a gente for dizer assim e custava mais ou menos 10 vezes menos do que a prefeitura gastou com as remoções , né [...] (Vereador 2)

[...] e aí eles conseguiram uma interlocução com a UFRJ que depois buscou o apoio do NEPUr que é um órgão da UFF [...] então NEPUr mais IPPUR, esses dois órgãos se juntaram para fazer o Plano Popular que foi pra mostrar a viabilidade de regulação fundiária daquele lugar, naquele lugar[...] (Defensora Pública 1)

[...] aí [três entrevistados que estiveram à frente da Associação] eles conseguiram uma parceria da UFRJ e da UFF fazer um projeto pra urbanizar a comunidade aí a partir daí eu comecei a participar também [...] porque teve várias reuniões pra fazer esse projeto que foi maravilhoso porque foi em conjunto, né, foi no coletivo, então participavam as duas faculdades, a Associação e os moradores...então a gente foi vendo, a gente ia falando o que precisava, fizemos várias assembleias grandes e dividimos em grupo e a gente discutia o que que seria bom pra comunidade e conseguimos fazer o Plano Popular da Vila Autódromo que foi um plano [...] que pra comunidade foi uma ferramenta muito boa de luta [...] porque até o final da remoção nós conseguimos que esse plano fosse refeito, ia saindo as casas e eles iam refazendo [...] os profissionais, nossos apoiadores, foram trabalhando, trabalhando [...] (Moradora 1)

[...] um trabalho mesmo de a gente aprendia muito e, às vezes, até a maneira de como falar, né, porque a gente chega com uma formação técnica [...] então a gente foi construindo ao longo dos anos formas de dialogar com as pessoas porque, às vezes, as pessoas não dominam essa linguagem [...] (Pesquisadora 1)

[...] é... uma coisa que foi muito importante foi esse apoio da academia, de pessoas da academia que ao discutir a cidade, o IPPUR foi muito importante [...] o pessoal do IPPUR junto com o pessoal da UFF na área de urbanismo, eles fizeram um projeto de urbanização da Vila Autódromo [...] um projeto que foi premiado, inclusive em concurso internacional [...] essa articulação movimentos populares, academia e mandatos parlamentares comprometidos com o direito a moradia com o direito a cidade se fez presente nessa mobilização [...] (Deputado Estadual 1)

As Universidades articuladas com a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, possibilitando a construção do Plano Popular, trouxeram para a luta na comunidade muitos outros grupos e estudantes de forma individual. De acordo com os entrevistados:

[...] aí o IPPUR vem e aparecem muitos grupos eu nem posso te dar todos os nomes porque muitos grupos apareceram desse período de 2014 pra frente inclusive tinha o Ocupa [...] então tinham várias ideias, alguns grupos de universitários que faziam atividades culturais, então assim a gente percebia que fazia parte da estratégia de resistência da comunidade e foi muito importante para comunidade né, mesmo que a gente tenha hoje, olhando pro território, muitas famílias saíram de lá, mas saíram em condições que nenhuma outra comunidade tem esse histórico, nenhuma família saiu pra ficar sem casa, por exemplo, que é uma coisa ainda comum de acontecer e nenhuma família saiu pra uma situação pior que ela estava ainda que a gente discuta a questão da retirada do território, do ponto de vista individual se conseguiu a partir de toda essa mobilização [...] essa visibilidade da comunidade que terminou ganhando até uma projeção internacional [...] têm vários documentários que fizeram com a Vila Autódromo por conta dessas atividades que se construíram em torno da resistência [...] têm vários grupos que participaram, né, do IPPUR, NEPUr é..e muitos de cultura [...] não dá nem pra te falar, pra nomear porque é muita gente [...] toda a atividade que a gente tinha notícia, a gente falava, faz na Vila Autódromo, então a Vila Autódromo virou uma, um ponto de resistência por isso essa projeção

tão forte das ações e claro por isso também as famílias terminaram saindo e conseguiram permanecer as famílias [...] (Defensora Pública 1)

Juntamente com elas vieram outros grupos, grupos das universidades [...] um grande grupo de pesquisadores e de professores sempre se interessaram sempre se mostraram muito disponíveis pra sentar com a comunidade, pra acompanhar, pra esclarecer, pra dividir a formação acadêmica que eles tinham com aqueles que precisavam [...] Junto com eles uma quantidade que eu não se definir quantos nem de onde, mas de jovens universitários que quase sempre tavam vinculados a algum movimento social e traziam essa boa vontade de ajudar, essa disposição, aquilo que a gente chama na ciência social de mobilização [...] toda mobilização ela sempre deve ser na direção do diálogo [...] não era uma comunidade que criava episódios [...] de violência urbana quando fazia um protesto [...] (Padre 1)

Eram muitos voluntários, eu acho que a Vila Autódromo, realmente, não seria a Vila Autódromo, eu falo isso sempre, se não tivessem tido esses voluntários porque eram estudantes com um gás enorme, de várias faculdades, eles iam lá, eles faziam vigílias, eles passavam noites inteiras acordados, a manhã toda acordados vigiando, olhando, tomando conta da gente, levavam água...eram pessoas pra nos dar carinho, são pessoas assim maravilhosas, sociólogos, antropólogos, estudantes [...] por isso que eu nunca...nunca me nego a falar com estudante, além do trabalho que vocês fazem e eu acho lindo o interesse dos estudantes além disso eu acho que eu devo muito, a Vila Autódromo deve muito a essas voluntários estudantes [...] (Ex-Moradora 3)

Nessa luta, nós conseguimos muito apoiador, nós começamos a receber também muitos estudantes de direito, de de...de universidades de vários lugares, de arquitetura, urbanismo, de quem tá estudando pra ser repórter (Moradora 1)

Por uma questão metodológica, né e a universidade não é orgânica ali [...] quando eu parei de prestar assessoria [...] eu passei a atuar politicamente lá, mas até então, a gente por opção meio que tentava ser técnico pra poder inclusive dialogar com a prefeitura meio que de igual, enfim, eu não sei se eu concordo tanto, mas era a postura que a gente assumia [...] só que tem uma galera que não tá compromissada com isso, e aí vai falar o que quiser, vai usar a metodologia que quiser e vai construir o que quiser e aí chega [uma apoiadora que termina sendo pesquisadora] que veio com a ideia do Parquinho [...] e aquilo fez uma diferença [bastante enfática] porque [...] revalorizou o espaço [...] (Pesquisadora 1)

[...] a vila autódromo teve o apoio de tanta gente tanta gente porque assim, vamos ser realistas, nem todo mundo tava ali porque queria apoiar porque era bonzinho, tava ali porque tinha um retorno também, entendeu é...porque isso deu quanto livros? Tá aqui um livro tá aqui outro livro [aponta para os livros] é um mestrado, o seu trabalho também, são vários motivos porque as pessoas foram pra lá, mas eu ouvia muito uma coisa assim: não perca o seu tempo porque essas pessoas estão se apoderando pra tirar proveito, mas eu também falava muito assim, eu perco o meu tempo porque enquanto elas podem se apoderar pra tirar proveito elas estão divulgando a nossa existência e a violência que estão fazendo conosco, entendeu? Então não adianta a gente só dizer assim, ah..não vou ajudar não porque tá me explorando [...] vamos ver se exploração não tá trazendo retorno, né? E esse retorno veio [...]Eu não sou a favor que instituições se envolvam nas decisões da comunidade não, acho que as comunidades tem que ter decisão própria, mas assim, quando chega pra somar, tem que ser pra somar mesmo. (Ex-Moradora 1)

Na realidade, o Plano Popular, não só o Plano finalizado em si, mas, também, sua construção, é um exemplo que clarifica o que Rauber (2004) argumenta. Ou seja, que a tomada de poder passa pela construção do poder por meio de ações de resistência e de luta,

sendo a articulação um conceito central nessa construção (RAUBER, 2004). Nesse caso, há marcadamente a articulação entre o conhecimento técnico e científico e o popular, trazendo à tona a nova imagem do intelectual orgânico apresentada por Rauber (2004), isto é, aquele que constrói coletivamente. Apesar de todos esses aspectos positivos para a luta, a penúltima fala enuncia um problema, pois, a Universidade por ser uma organização vertical composta por regras legitimadas (MISOCKZY; MORAES, 2011) pode limitar a atuação dos estudantes e pesquisadores. Além de todo o discurso de “neutralidade” nas ciências (MOTTA, 1986) ainda fortemente presente na atualidade. Mas, ao mesmo tempo, não se pode negar que a inserção da Universidade na comunidade trouxe outros indivíduos e que isso fortaleceu a luta, como visto nas falas.

A última fala demonstra o quanto a troca de experiência (GOHN, 1991), a articulação (RAUBER, 2004), a solidariedade (PARKER et al, 2014), a construção e o processo (RAUBER, 2004) podem fazer emergir a importância da autonomia (PARKER et al, 2014), fundamental para expressar o nascimento de uma organização alternativa. Isto é, há a consciência, percebe-se que os, até então, moradores, não eram alienados quanto à realidade que os circundavam e sabiam, ao menos os que estavam envolvidos com a luta, da importância da articulação e da solidariedade sem excluir a autonomia. Além disso, essa fala evidencia a dificuldade de reconhecer a verdadeira intenção (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004) dos atores envolvidos.

#### **4.3.1.4 Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**

Como visto, as defensorias públicas são instituições previstas na Constituição de 1988 no âmbito dos estados, do Distrito Federal e da União; que possuem como objetivo oferecer orientação jurídica de forma integral e gratuita, defendendo a população mais carente (SANTOS, 2007). No Estado do Rio de Janeiro, existe um núcleo específico para tratar de questões relacionadas à habitação. Esse núcleo é o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH). O NUTH atua na defesa jurídica do direito à moradia em casos de despejos, remoções, reintegrações de posse e outros conflitos fundiários; por meio do acompanhamento dos procedimentos administrativos que representem risco para a posse e moradia das comunidades pobres; da promoção da regularização fundiária de comunidades por meio de usucapião e legitimação de posse ou auto de demarcação e do acompanhamento de Políticas Públicas que possam impactar o Direito à Moradia das comunidades pobres, como Choque de Ordem, Transcarioca, Transoeste, Transolímpica, Parque Olímpico (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017).

A fala de uma das ex-moradoras aponta a importância dos movimentos pela redemocratização, inclusive para que a Defensoria Pública se tornasse uma instituição legalmente presente na Carta Magna de 1988. De acordo com ela:

[...] quem fazia uma parceria extraordinária com a gente era a Defensoria Pública [...] precisamos esclarecer que no passado, em 87, nós éramos aquelas pessoas que mais nas Conferências da Cidade e nos movimentos sociais exigíamos que houvesse uma Defensoria Pública porque não existia Defensoria Pública, foi criação da Constituição de 88 [...] nós éramos os maiores lutadores para que tivesse Defensoria Pública para o núcleo base que era o Núcleo de Terras [...] eu lembro que essa maquininha que tá aqui hoje [pega uma máquina de escrever bem antiga] eu emprestava aos defensores públicos para fazer as petições de ofício porque eles não tinham nem mesa nem cadeira nem máquina nem nada [...] nós...que nós? Movimento sem terra, movimentos de trabalhadores, movimento sindical, movimento de exilados, movimento de tudo quanto era excluído, a gente batalhava por uma defensoria pública, junto aos partidos políticos, junto as Conferências da

Cidade e a gente não abria mão porque se não a gente caia na mão de quem?  
Advogados privados [...] (Ex-Moradora 1)

A maioria dos entrevistados ressalta a importância da Defensoria Pública, especificamente do NUTH na resistência no âmbito da comunidade Vila Autódromo, como demonstrado nas falas a seguir:

As defensoras que acompanharam e que continuam acompanhando a comunidade Vila Autódromo nessa dimensão do apoio na minha definição por concepção, por considerar que quem luta mesmo o dia a dia quem tá ali, mas na dimensão do apoio, a defensoria pública é uma instituição importantíssima, eu digo mais que importantíssima, foi fundamental para que os moradores não desanimassem da luta [...] (Vereador 1)

[...] quando começou a questão das remoções [...] tinha lá 400/ 500 pessoas com a defensoria falando dos direitos deles, ninguém saiu dali enganado, ninguém, todo mundo saiu dali conscientes que tinha direito de morar lá [...] a defensoria teve um papel importante na luta de Vila Autódromo, a defensoria fez um serviço, o papel que tinha q ser feito de fazer a defesa da comunidade [...]a gente fez muitas reuniões e ela tava sempre atuante no papel dela de defender , de explicar os nossos direitos, né, agora as pessoas se iludiram com os valores e aí [...] os defensores lutaram bravamente [cita as duas defensoras entrevistadas] toda vez que eu solicitava a presença delas pra uma assembléia, elas tavam lá pra explicar dos direitos das pessoas[...] infelizmente nos temos uma justiça complicada (Ex-morador 1)

[...] a Defensoria sempre defendeu a permanência de todas as famílias, né no local com algumas realocações que seriam necessárias [...] e isso tava provado que não tinha nenhuma razão técnica pra que as famílias saíssem nem pela questão da lagoa nem pela questão das obras das Olimpíadas [...] era fácil a gente fazer a defesa da comunidade porque não era uma comunidade que não tinha direito nenhum era uma comunidade com muito direito [...] mas é claro que essa visibilidade só foi possível pela própria mobilização dos moradores e pelo apoio que a comunidade ganhou, a comunidade acabou virando um símbolo contra a remoção no Brasil inteiro onde você chegar e falar da Vila Autódromo as pessoas sabem, quem trabalha com o tema da remoção [...](Defensora Pública 1)

[...] nesse mesmo dia [referindo-se a um dia de conflito] a Defensoria tinha marcado uma reunião com a gente pra explicar a importância de não deixar derrubar as casas porque eles não tiram o entulho logo, eles trouxeram outros moradores de outras comunidades pra conversar com a gente, nesse dia tinha gente do Morro da Providência [...] tinha outras comunidades que vieram pra apoiar a gente e pra falar que aquilo tudo ia ser muito difícil e tal [...] (Moradora 1)

Sempre a Defensoria Pública, sobre isso a de se fazer um louvor meritório e em altíssimo grau, as defensoras publicas estiveram sempre presentes e eu diria mais do que no zelo e no exercício profissional delas, né, uma presença que transmitia o calor materno, ou seja, o calor de um zelo apaixonado e quando digo apaixonado não é no sentido poético é no sentido próprio e filosófico do termo, ou seja, que tomavam sobre si as dores daquelas pessoas que ali estavam e não lutavam apenas pelo exercício do direito, mas lutavam e trabalhavam com o coração unido aos corações daquelas pessoas [...] permitiu com elas pudessem transmitir aquelas pessoas além dos direitos e daquilo que lhe é próprio do dever profissional também aquela consolação e aquele conforto de que alguém que compreende as dores e que se importa com as dores [...] (Padre 1)

Além disso, a primeira edição do Plano Popular foi apresentada à Justiça em ação cautelar da Defensoria Pública do Estado, demonstrando que a construção do Parque Olímpico seria compatível com a urbanização da comunidade, mantendo os moradores (AMPVA, 2016). Porém, apesar de existirem esses aspectos positivos da instituição na luta da comunidade, contatou-se que essa imagem está atrelada a alguns indivíduos, especialmente, as duas defensoras entrevistadas e não a instituição como um todo. Pois, os entrevistados também apresentaram falas que corroboram o que foi apresentado por Monteiro e Medeiros (2016), ou seja, que houve um conflito na comunidade vinculado à Defensoria. Moradores que iriam para o Parque Carioca foram impedidos por agentes da Prefeitura de fazer a mudança sob a alegação de que a liminar proibiria a entrega das chaves, assim, de acordo com duas entrevistadas:

[...] começaram a espalhar um boato que o presidente da Associação, a Associação, na figura do presidente, queria impedir eles de mudar e que a prefeitura não ia entregar as chaves [...] por conta disso, a galera foi de pau e pedra na Igreja [...] por sorte a defensoria tava lá nesse dia com segurança [...] (Pesquisadora 1)

[...] se armaram de pau, barra de ferro pra bater no [presidente da associação] e com certeza iam bater nas pessoas que tavam lá dentro porque a gente não ia deixar bater nele e ia ser um grande conflito [...] só não houve briga horrorosa porque o padre entrevistou depois a gente chamou a polícia e acalmou, mas chegaram a quebrar alguns vidros da Associação [...] ficou um clima muito difícil dentro da comunidade” (Moradora 1)

As defensoras públicas e entrevistadas nesse trabalho, esclareceram aos moradores que a liminar impedia apenas a demolição de casas, porém, o chefe institucional e o coordenador do NUTH suspenderam a decisão liminar que a própria Defensoria havia conquistado (MONTEIRO; MEDEIROS, 2016). Esse acontecimento demonstra que a concentração de poder, a hierarquia e o controle presentes nas organizações verticais (MISOCZKY, MORAES, 2011) limitam a atuação de seus atores em organizações que tenham categorias contrárias a essas.

#### **4.3.1.5 Igreja Católica**

Conforme visto por Gohn (1991), uma ala progressista da Igreja Católica articulou-se a movimentos populares, especialmente, por meio das pastorais. A partir daí surgiram laços de solidariedade e de ações conjuntas (GOHN, 1991). No caso da Vila Autódromo, a edificação da Igreja Católica se faz presente há anos na comunidade e, apesar das demolições de casas, ela se manteve e serviu muitas vezes de espaço para as reuniões para a construção do Plano Popular entre outros eventos, como mostram as figuras 21 e 22.



**Figura 21** Reunião na Igreja Católica sobre o Plano Popular

Fonte: Guina Ramos. Disponível em AMPVA (2016).



**Figura 22** Evento sendo realizado na Igreja Católica

Fonte: Página do Facebook da Vila Autódromo com edição da autora. Disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

Além disso, os entrevistados citaram a Pastoral de Favelas, dois párocos que celebraram missas na Capela São José do Operário, capela localizada dentro da comunidade, e eventos realizados na Vila Autódromo com a presença do bispo do Rio de Janeiro, Dom Orani, como figuras e acontecimentos importantes nesse processo. Em falas anteriores, foi

mostrado que um dos Padres auxiliou a comunidade em dois momentos de conflito (ver tópicos: 4.2.4 e 4.3.1.4). Esses fatos demonstram que houve a articulação entre a Igreja Católica e a resistência da comunidade, como pode ser observado a seguir:

A Igreja sempre teve um papel importante na comunidade até porque uma boa parte da comunidade se organizava em torno da Igreja, na verdade a igreja ficou, né... não foi removida...a Igreja Católica, depois abriram outra Igrejas evangélicas. Mas a Igreja Católica sempre teve um papel bem importante na comunidade [...] (Defensora Pública 1)

A Igreja tem a Pastoral de Favelas que se preocupa com a questão dos pobres, né [...] a Igreja vai lutar por aquilo que é verdadeiro e justo, né [...] a Igreja tava ali, Dom Orani foi lá [...] havia uma conscientização que aquele povo merecia ficar ali [...] (Padre 2)

[...]e a presença da Igreja Católica, que está desde o início da comunidade, na figura do [Padre 2] foi uma das primeiras presenças que chegaram ali para assistir e acompanhar aquelas famílias no momento que tavam vivendo, né, no início daquele direito de ocupar a terra e de começar algo regular tanto que também a igreja participava da história desde do início [...]A Igreja dá essa contribuição sendo Igreja se ela não se faz Igreja ela dispersa [...] significa que ali tem uma parcela do povo de Deus que tava vivendo sob tensão, sob angustia, tem famílias que tão sob o risco de se desagregarem em conflitos internos de separação de casais de crise entre o relacionamento de pais e filhos [...] (Padre 1)

[...] a Pastoral colaborou na parte da resistência da comunidade e a gente deu apoio também levando algumas missas com Dom Eusébio, com Dom Oranir, dando visualização externa também, trazendo imprensa e mostrando também que a Igreja estava lá não só na...no prédio da São José do Operário que é desde que se iniciou a Vila Autódromo, né [...] e hoje é a capela que se encontra lá. É a única da Instituição religiosa que fixou e fica e não sai é a capela de São José Operário e a Pastoral como Igreja atua não só na capela, mas como toda parte que precisa na comunidade, nas festas a gente apoia, botando barraca, ajudando, na barraca, dando o apoio no que a comunidade precisar até hoje (Representante da Pastoral de Favelas)

Eles realizavam diversos...é..reuniões, a primeira vez que eu fui lá, antes deu dormir lá eu fiquei acompanhando isso durante um mês mais ou menos, né e aí eu ia na reunião pra assistir pra ver o que eles tavam fazendo e eles se reuniam dentro da Igreja, né que era um dos únicos lugares que..que não tinha sido demolido [...] eles acabavam guardando muita coisa lá dentro e faziam as reuniões lá dentro [...] o símbolo da igreja ali era muito importante né, que era um ponto de encontro pra todo mundo, eu participei de uma oração que [a moradora 1] fez lá, ela chamava todo mundo pras orações, então era uma forma dela unir as pessoas [...] (Jornalista 1)

Apesar das análises terem apontado que a articulação entre a Igreja Católica e a comunidade foi importante na resistência, uma das ex-moradoras e ex-diretora social da Associação de Moradores, ressalta que a religião em si pode limitar as participações na luta. O que se constata é que ela defende ser fundamental a autonomia (PARKER et al, 2014) na resistência. Segundo ela:

[...] na Igreja Católica, as minhas participações eram mais nas coisas da Associação mesmo, nas Assembleias que aconteciam, participei sim de algumas reuniões, mas eu não me envolvia muito religiosamente em igreja nenhuma porque eu não sei nem dizer se eu gosto ou se eu não gosto, é porque eu acho que uma pessoa que lida com o público, ela tem que tá naquele objetivo do que tá pra ser realizado, do que é de

fato o motivo porque que ela tá ali e não misturar as coisas [...]assim é..eu nunca quis me ligar, me vincular a nenhum tipo de religião porque o que eu escolhi pra mim desempenhar dentro da comunidade, parcerizando com outras comunidades , buscando os nossos direitos, eu percebi que o rótulo religioso ia afastar ou aproximar. Ia afastar muita gente, por outro lado só se aproximariam de mim aquelas pessoas que fossem da mesma religião que me intitulasse, então assim, aí eu afastei essa ideia de religião [...] (Ex-Moradora 1)

#### 4.3.1.6 Mídia Alternativa

Conforme visto no referencial teórico, a mídia alternativa aqui é compreendida como um instrumento contra-hegemônico, ou seja, que se opõe a mídia favorável ao *status quo*, prezando, então, pela transformação da sociedade a partir de um novo consenso em que o povo seja protagonista e gerador de conteúdo (KAPLÚN, 1985; KROHLING PERUZZO, 2008). A maioria dos entrevistados apontou a importância da mídia alternativa na resistência no âmbito da Vila Autódromo, conforme ilustrado pelas falas a seguir:

Eles passaram a fazer parte da nossa luta, a mídia alternativa, ela passou a fazer parte, eles vestiram a camisa nossa e caía na luta com a gente como se fosse morador, entendeu [...] (Ex-Moradora 1)

[...] eu não sei medir o impacto das reportagens que a gente fez, eu sei que o projeto 100 de fato foi um projeto inovador , foi um projeto diferente porque não tinha sido feito antes, né [...] o projeto 100 foi reconhecido, né, ganhou o prêmio do Vladimir Herzog e tal [...] eu acho que uma coisa interessante que o caso da Vila Autódromo trouxe foi a cobertura da imprensa internacional, então todo mundo conhece o caso da Vila Autódromo. Quem veio de fora fazer matéria e queria um ângulo diferente que não era só de esporte, foi lá visitar a Vila Autódromo [...] eles entendiam a importância de envolver a imprensa [...] o que foi um grande indicador pra eles foi a chegada da imprensa internacional ali, sabe, quando eu tava já tinha um cara fazendo um documentário que ele tava desde o início há 2 ou 3 anos acompanhando a Vila Autódromo [...] quando chegou a nível internacional, as pessoas começaram a ver ali como um símbolo, começaram a ver que o que era feito ali ia chegar a...as ações que a prefeitura tomasse ali dentro é..elas teriam um impacto a nível internacional, se ela fizesse qualquer coisa, né [...] infelizmente, os outros casos dos 100 não tiveram cobertura nenhuma [...] (Jornalista 1)

Além disso, as mídias, então, muitos grupos de mídia internacional tiveram acompanhando, tiveram presentes em todo esse tempo ali na Vila Autódromo, dando às vezes, a visibilidade para os eventos que a mídia nacional não dava, me perdoe o termo, não sei se é mídia formal, porque essas mídias das redes sociais elas foram muito presentes e assim como tinham aquelas que eram de âmbito internacional tinham as de âmbito nacional, mas as mídias como nos conhecemos, as grandes emissoras e as grandes redes de jornalismo, essas não se interessavam muito no que tava acontecendo ali em todas as suas faces, acompanhavam algumas faces do problema e interpretavam e apresentavam a interpretação deles como sendo verdade de fato [...] (Padre 1)

A gente lembra desses grupos de documentários, né, tivemos vários filmes aqui, inclusive o Olympia contando de forma fictícia essa transgressão que houve aqui [...] são alertas também, né, porque uma comunidade que tá sofrendo ela pode buscar um documentários desses e se preparar melhor, né pra essas infiltrações do pode público [...] A imprensa internacional também deu essa visibilidade toda da Vila, muitas parcerias [...] (Morador 1)

[...] o poder midiático só entrava na Vila Autódromo [chamada de velha mídia pela entrevistada, pois segundo ela, a grande mídia são as mídias sociais] só entrava na

Vila Autódromo para desclassificar é..é o que nós fazíamos, ela nunca entrou lá, uma vez aquela repórter [...] ela entrou, nós estávamos limpando a rua, nós estávamos varrendo a rua e ela só filmou a casa de uma pobre coitada que tava construindo um barraco lá dizendo que a pessoa estava desrespeitando a lei [...] a velha e esclerosada mídia só entrava lá pra nos desclassificar ou então naquela intenção de entrevistar alguém no estilo celebridade glamurioso, né, que isso a gente sempre tinha cuidado de não se deixar enganar [...] (Ex-Moradora 2)

Constata-se então que existia a consciência que a mídia alternativa era oposta a mídia tradicional (ATTON, 1999), que tinha como pauta a cobertura dos Jogos Olímpicos em si. Quando não, tratavam o caso na Vila Autódromo como um obstáculo para o sucesso do megaevento ou buscavam um viés sensacionalista na história dos moradores que estivessem à frente do movimento, como visto na última fala.

Outra característica, é que havia o interesse de que a luta tivesse visibilidade, ou seja, que tanto o alvo como os observadores reconhecessem a resistência na comunidade, o que Hollander e Einwohner (2004) classificariam como resistência do tipo aberta ou do tipo inconsciente, dependendo da intenção do ator. Admite-se não ser possível medir ou identificar essa intenção de maneira concreta por esse trabalho não percorrer profundamente a subjetividade dos sujeitos.

Apesar desse parêntese, por a mídia alternativa ampliar a possibilidade desse reconhecimento, ela foi dita como importante na luta. Essa importância se ampliou com a participação dela efetivamente na luta, além da realização de documentários protagonizados pelos moradores e contando a história da comunidade. Eventos contidos na Página do Facebook da Vila Autódromo reforçam essas falas. Em um evento realizado no dia 18 de março de 2017, denominado “Cinema na Vila Autódromo foram passados na comunidade os filmes: À Espera da Medalha, um Documentário produzido como Trabalho de Conclusão de Curso para o Jornalismo da UFSC, houve o acompanhamento da rotina dos moradores da Vila Autódromo, mostrando os principais momentos de luta da comunidade e o destino das famílias após a Olimpíada; o V.A. 4598 foi outro filme apresentado, neste, o ator executa movimentos de levantamento de peso olímpico em meio a casas de moradores, casas abandonadas e ruínas na comunidade e o Vila Autódromo persiste - A importância da cultura, é um curta que narra a resistência da Vila Autódromo a partir das atividades do Coletivo Lá Vai Maria e Tupiniquins. É interessante observar a articulação (RAUBER, 2004) entre a Universidade e a produção de conteúdo alternativo.

Dessa forma, infere-se que a mídia alternativa atou como um meio para ampliar o reconhecimento da luta no âmbito da comunidade, utilizando o conteúdo e os personagens da própria comunidade, além de participar de forma ativa da resistência.

#### **4.3.1.7 Partidos Políticos**

Como visto, a partir da redemocratização, tornam-se nítidas as diferenças político-partidárias que estavam ofuscadas pelo regime de militar (GOHN, 1991). Com isso, é marcadamente possível identificar o projeto político-ideológico que está na Administração Pública, neste caso, da cidade do Rio e os que se opõem a ele. Devido às razões já discutidas, torna-se óbvio afirmar que, na Vila Autódromo, os partidos de oposição ao executivo municipal da cidade foram os que se vincularam à resistência. Os entrevistados explicitam essa atuação:

[...] eu também tive a experiência em ir lá em época de eleição, em época de campanha, o que eu percebo é que essa parte da comunidade que queria ficar [...] esses sempre tiveram uma consciência muito grande do papel dos mandatos e dos

partidos e sempre nos receberam muito bem lá [...] a gente nunca teve um momento assim de alguém nos acusar de politicagem ou de alguém desqualificar nosso trabalho, nunca teve isso [...] a gente nem tem ideia de quanto efetivamente votavam na gente, por exemplo, mas em período de campanha sempre nos receberam muito bem e sempre com a consciência de que inclusive a nossa participação era limitada também porque mesmos os mandatos parlamentares tem limites na sua atuação [...] quando era uma coisa organizada pela própria comunidade a gente ia, a gente não chegava lá ia e ia panfletando e botando material, a gente só ia quando tinha um nucleozinho mínimo de gente de lá que queria a nossa presença, isso em termo de campanha eleitoral e a Vila Autódromo foi uma das poucas que teve isso, eles mesmos falavam, quando chegar a campanha vem, vamos fazer um trabalho aqui e tal [...] os partidos que estão na resistência, os mandatos, né porque tem mandatos que são do PT e que ainda conseguiram ajudar de alguma forma na resistência mesmo com suas contradições, em termos gerais, os mandatos que se envolvem na resistência, eles se envolvem de varias formas é, as vezes eles ajudam, é, dão suporte técnico [...] em momentos em que existem muitas indefinições, tem comunidade que está sendo ameaçada de remoção e nem sabe o porquê, então a gente apurar, fazer esse tipo de apuração, saber o que está acontecendo, pedir, solicitar oficialmente da prefeitura processos administrativos, solicitar informações, analisar essas informações [...] a gente dá uma olhada em tudo que tiver, laudo, planta e vê o que acontecendo e fala pra eles a situação é essa, essa e essa, as formas que vocês podem resistir é tal e tal e tal e aí o movimento vai se decidindo a partir dai [...] [no caso específico da Vila Autódromo] a gente encaminhava denúncias quando era o caso ou solicitava aprofundamento das fiscalizações, por exemplo, do Parque Olímpico logo no início também por conta da Vila Autódromo porque o contrato do Parque Olímpico colocava como uma das clausulas como obrigação do empreendedor, né, no caso lá das empreiteiras, a obrigação de fazer a remoção da Vila Autódromo, então, até por conta desse item do contrato, nos fizemos varias solicitações ao TCM que auditasse em maior detalhe esses contratos [...] Em momentos como esses [cita o caso da defensoria pública] em que parceiros nossos da instituição, né, tão sobre ataque político, a gente faz algumas atividades, uma homenagem, por exemplo que a gente faça pra esse pessoal é uma forma de dar suporte politico a eles porque a gente dá visibilidade pra luta deles e dá aquela demonstração de que o..o que tá acontecendo tá sendo observado e pode ter consequências, nesse meio institucional tem um peso politico bastante grande [...] além é claro do que é mais obvio de proposições legislativas [...] em varias situações de remoção e na Vila Autódromo aconteceu muito isso, existem legislações urbanísticas que a gente pode elaborar, por exemplo, declarar uma comunidade como AEIS [...] que pode ser adaptada pro uso residencial [...] no caso do PEU Vargens, projeto de reestruturação urbana, [prefeito da época] fez o movimento contrário, ele desfez várias áreas que eram AEIS [...]a gente conseguiu, por estratégias legislativas manter a AEIS da Vila Autódromo funcionando, né...em vigência na época [...](Assessor do Deputado Estadual 1)

Inclusive eu não sei precisar o ano agora, mas quando eu era assessor do Eliomar [o então prefeito] mandou um projeto pra Câmara pra retirar o status de AEIS da Vila Autódromo e de varias outras favelas, né, nós que avisamos a Associação de Moradores, né..a gente identificou o projeto no diário da Câmara Municipal aí nós ligamos pra Associação de Moradores, veio aqui a [diretora social da Associação] mais algumas pessoas que eu não me lembro[...] eles realizaram inclusive uma Assembleia enorme com umas duas mil pessoas, principalmente, da Vila Autódromo, mas também das outras favelas atingidas por aquele projeto...então gente sempre teve relação com a Associação de Moradores [...] (Vereador 2)

Eles foram conseguindo o reconhecimento da permanência deles isso tudo por causa da mobilização deles, em torno da Associação, em torno da mobilização dos moradores então ali era muito comum eles irem pra Câmara Municipal pra buscar, então essa AEIS ela foi conseguida, conquista pela interlocução de alguns vereadores, na época com a comunidade [...] eles conseguiram muita coisa, por isso que a gente dizia era a comunidade com mais direitos reconhecidos, então isso

ajudou muito até na negociação deles [...] o 1, por exemplo, que é do PSOL, ele é engenheiro, então ele acompanhava muito a questão dos projetos ligados a arquitetura da cidade e ele tinha uma assessoria também de arquitetos e participavam do Conselho Popular com apoio nessa parte aí dos projetos que iam da Câmara para prefeitura e tal [...] e outros vereadores [...] (Defensora Pública 1)

[...] a gente trabalhava também no institucional como vereador, no plenário, apresentando projetos, nos é...é.. nós tínhamos um projeto de nossa autoria que a gente conseguiu botar uma emenda se eu não engano no plano diretor que garantia a permanência daquelas pessoas da Vila Autódromo lá, quer dizer, a não existência de remoção, ali, aquela comunidade, eles tinham nas suas mãos o título do direito real de uso, esse título [...] é quase que uma escritura [...] e esse título, ninguém tinha o direito de retirá-los de lá [...] de repente a gente sacou que existia isso, nisso aí e a gente conseguiu a permanência deles lá, é claro que você sabe, poder e poder, né, principalmente, quando se vive num regime de total anomia, onde não se respeita as leis, se não se respeita as leis, significa que as leis não existem de fato (Deputado Estadual 1)

[...] eu sou um homem de partido, né..nunca escondi isso..a política do jeito que está colocada ..não dá pra gente negar a política e não dá pra negar os partidos, com as suas coerências e incoerências, mas ..quando se vai pra uma luta dessa ..quem vai apenas na lógica que o seu partido apareça, rapidamente, cai em contradição, né...o meu partido é lembrado não pelo que eu digo sobre ele ...o meu partido é lembrado a partir da atuação do que eu faço e do que as pessoas me consideram...alguém que é solidário na luta ..então [...] a minha presença lá como a presença de muitos outros militantes do PT era um presença de dizer assim...olha..nós não estamos aqui pelo partido...nós estamos aqui pela comunidade...nós não estamos aqui pelo processo eleitoral...nós estamos aqui pelo processo de luta.. [...] a luta envolve muitos partidos...os partidos que querem ajuda-la, mas ela não é apartidária ...ela tem partes, ela tem lado..ela tem..ela tem o seu olhar ..ela tem o seu foco [...] Vila Autódromo foi mt sábia pra compreender isso (Vereador 1)

[...] mas a gente sempre teve assim uns quatro ou cinco políticos que vinham pro nosso meio fazer barulho e são os mesmos de hoje, são pessoas que vieram pra isso mesmo e que não se deixam corromper, alguns até sim, mas, geralmente, a gente tem aqueles três, quatro que estão sempre ali e eu não vou citar nomes porque não é o caso, tem defeito, tem...como todo mundo tem, são 51, se eu não engano, não sei nem se mudou o número de vereadores, a gente conta com dois três, com mais dois deputados..vai quatro, cinco políticos parlamentares que a gente pode contar, isso desde que eu me entendo que entrei na luta pra valer que foi em 2002 [...] (Ex-Moradora 1)

[...] o nosso diferencial foi que a gente dialogava com os movimentos sociais e...e...eu digo isso porque eu sempre tive esse zelo na organização dos partidos políticos [...] partidos políticos seduziam as comunidades e as associações para fazer parte dos quadros dos partidos, eu sempre tive cuidado com isso [...] eu sempre fiz parte da Associação de Moradores [...] mas eu sempre chamei a atenção para o risco da gente preencher aquelas é...aquelas folhas de adesão a partidos y ou z, eu sempre disse que os candidatos de partidos tinham que ir a Associação e fazer lá a sua preleção, sua campanha e mostrar as suas propostas e cada morador escolheria o que quisesse [...] (Ex-moradora 2)

[...] você não consegue fazer nada numa comunidade como a Vila Autódromo se não tiver apoio político, se não, você não avança [...] (Ex-Morador 1)

[...] era um polo político ali de muitos votos [comunidade que morava antes], né, então o poder público dá muita assistência [...] tudo é o jogo de interesse, né, essa comunidade aqui [Vila Autódromo], por outro lado, é abandonada, né [...] (Morador 1)

O que fica evidente na fala dos entrevistados é que a presença de partidos na luta da comunidade se deu pela forma de mandatos e que foram poucos mandatos que tiveram essa presença na comunidade. Além, disso, atuação se deu por meio do legislativo, já que o executivo era um dos atores que compunham o que era a oposição (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004), motivo pelo qual existia a resistência. Também, frisam que devido a Vila Autódromo não ser um local onde haja alta concentração de votantes, eliminam-se os políticos que lançam mão da estratégia de redutos eleitorais, como já havia sido citado no tópico de descrição da comunidade (ver tópico 4.1.1). Prática corriqueira devido à extensão territorial do país, a repetição histórica dos currais eleitorais advindos da República Velha (1889 – 1930) está relacionada à baixa conscientização política da população de maneira geral. Enfim, fato é que a comunidade não foi alvo constante de candidatos que utilizem essa estratégia que pode ser eficiente e eficaz, pilares do *management*, para que um candidato vença as eleições. Em contrapartida, existiu a participação de políticos com, aparentemente, posições ideológicas contrárias a essa perspectiva para a Administração Pública da cidade.

#### 4.4 Quarto Objetivo

- Analisar as ações de resistência às remoções no âmbito da comunidade Vila Autódromo.

##### 4.4.1 Analisando as ações de resistência às remoções no âmbito da comunidade Vila Autódromo

Os tópicos anteriores foram fundamentais para demonstrar como essas ações foram construídas. As características da Vila Autódromo, a maneira como se deu o processo de remoção na comunidade e as principais organizações envolvidas traçaram o caminho das ações de resistência. A priori, pode-se constatar que essas ações pertencem majoritariamente ao tipo de resistência aberta (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Isso quer dizer que o comportamento dos atores é visível e reconhecido tanto pelo alvo como pelos observadores como resistência (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004). Tal constatação não significa que haja concordância quanto à percepção de legitimidade da resistência por todos os observadores. Até porque não há como mensurar todos eles. Como visto, a resistência na Vila Autódromo foi reconhecida internacionalmente. As falas dos entrevistados indicaram que moradores de outras comunidades veem a Vila Autódromo como símbolo de resistência, além dos documentários, matérias em jornais e revistas etc.

Devido a essas questões, que reafirmam a dimensão da luta no âmbito da comunidade, não haverá aqui a preocupação em delimitar esses observadores. Os decretos e reuniões realizados entre representantes da comunidade e o executivo municipal demonstram que o alvo tinha ciência da resistência, tanto é que foram feitas negociações com valores altos, como já visto e como será enfatizado pelas falas a seguir: “indenizações [...] pros padrões de favela pros padrões que a gente conhecia, as indenizações já começaram altas, bem altas e foram crescendo [...] tinha indenização chegando a um milhão, um milhão e pouco [...]” (Defensora Pública 2); “eu nunca vi se pagar mais de 100 mil reais numa casa de pobre [...] pagaram um milhão numa casa de pobre [...] (Ex-Morador 1); [...] eles medem a minha casa por fora e botam um valor de 2 milhões e 400 também pra mim poder ir lá negociar, mas a minha família não foi [...] (Moradora 1). A maioria dos entrevistados questionou que a prefeitura sozinha não teria dinheiro para pagar indenizações nesses valores. Além disso, quando reafirma-se a existência de uma política de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996) na cidade, assume-se a existência de parcerias público-privadas, conseqüentemente, o alvo da resistência amplia-se para além do executivo. Não foi feito um comparativo entre as receitas do executivo e as indenizações pagas para se constatar a veracidade desta informação sobre as

indenizações. Entretanto, os entrevistados apontam essa questão: “[...] na verdade o que eles queriam era fazer uma limpeza ali por conta do empreendimento que vai acontecer ali dentro [...] todas as empresas que tão enroladas aí na propina [...] deu dinheiro pra tirar a Vila Autódromo” (Ex-Morador 1); “[...] depois a gente ficou sabendo que esse convencimento tinha um preço, uma certa vantagem que a prefeitura dava junto é claro com as construtoras porque a prefeitura sozinha não ia ter investimento para fazer isso [...]” (Defensora Pública 1); “então, nós entendemos desde cedo que nós éramos indesejáveis mesmo, tá e que é...a política imobiliária da Barra da Tijuca é declaradamente pelos empresários imobiliários [...] (Ex-Moradora 2); “com tanta gente precisando de local pra morar, a Vila Autódromo tem tanto e não pode nem ceder porque já diz que é terra de terceiros [...] é dessas grandes empreiteiras aí (Moradora 2). Além disso, como visto, o empresário imobiliário brasileiro, Carlos Carvalho da Carvalho Hosken, proprietário de 6 milhões de metros quadrados na Barra da Tijuca (nome que consta nos documentos do Comitê Olímpico Internacional, embora a localização exata fique em Jacarepaguá); afirmou que essa região passaria ser um local para pessoas com alto poder aquisitivo e sem a presença de comunidades pobres (WATTS, 2015). Dessa forma, constata-se que a o alvo de resistência no âmbito da comunidade não era apenas o poder público e nem somente as empresas envolvidas nas parcerias público-privadas, mas sim, a política de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996).

Outra categoria colocada por Hollander e Einwohner (2004) para se pensar a resistência é a intenção dos atores com as ações de resistência. Quanto a isso, apesar de ter se constatado que majoritariamente o que se viu no âmbito da Vila Autódromo foi a resistência do tipo aberta, a pretensão com essa denominação não foi inserir a luta em um paradigma fixo. Pois, se pensarmos de maneira macro, os atos que aconteceram na Vila Autódromo se enquadram no tipo aberta, mas se pensarmos em ações de forma isolada, é possível perceber outras intenções ou nem mesmo ser possível perceber qual foi a real intenção do ator (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004) com aquela ação. Não necessariamente, as organizações do tópico anterior fizeram parte da luta com a intenção desse fim, mas, fato é que fizeram parte. Entretanto, questões mais subjetivas não foram analisadas para se compreender verdadeiramente a intenção. Os dados demonstraram que, em alguns momentos, a intenção dos atores é colocada em xeque ou que pode até existir dúvida por parte do autor se aquele ato foi ou não de fato um ato de resistência. Mas, majoritariamente, constatou-se que as ações foram desenvolvidas com a intenção de combater a política de “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996) envolvendo a comunidade com o foco central para as remoções.

Em relação, especificamente, à categoria ação (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004), objeto central deste tópico, constatou-se que existiram no âmbito da Vila Autódromo ações diretas sem o uso de violência física, denominado por Parker, Fournier e Reedy (2012) de resistência não violenta. Exceto no episódio do dia 03 de junho de 2015 em que, de acordo com os dados, a iniciativa da ação violenta partiu da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, que também teve integrantes feridos ao final do episódio. Percebeu-se também a existência de ações que envolveram o uso de canais, instâncias e recursos estatais, característicos da luta institucional (SOUZA, 2012). Dessa forma, foi feita a sistematização no formato de tabela, de todas as imagens postadas na Página do Facebook da Vila Autódromo. A tabela, localizada no Anexo C, contém as principais ações diretas e lutas institucionais. Além disso, foram deixadas algumas denúncias e pedidos de colaboração expostos na página do Facebook da comunidade para demonstrar que essa rede social foi utilizada como um instrumento não só de exposição das ações como de convite para a participação dessas ações, assim como de evidenciação de denúncias, algumas delas apresentadas no tópico 4.2 deste trabalho.

Dentre as ações diretas, foram feitas vigílias, café da manhã solidário, barricadas, camisas, colagem de adesivos, inserção de faixas, festivais culturais. Essas ações serão

esclarecidas por meio de tópicos explicativos. E, conforme já mencionado, estão presentes no Anexo C do presente trabalho.

. **Copa Popular contra as remoções:** campeonato com a intenção de promover a interação entre comunidades ameaçadas de remoção no Rio de Janeiro como: Providência, Santa Marta, Salgueiro, Indiana, Muzema, Vila Recreio II, além da Vila Autódromo. O local selecionado para o evento foi o Quilombo da Gamboa, uma alternativa de autogestão habitacional no Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2017).

Essa forma de contato e interação com outras comunidades ameaçadas, além da seleção do local, possibilitam a troca de experiências, que, de acordo com Gohn (1991) é fundamental para que informações sejam socializadas e conhecimentos dos resultados obtidos por outros grupos absorvidos.

. **Atos de Protesto:** a convocação para os atos é feita por meio do Facebook da comunidade. Para um desses protestos, a pauta foi ampliada para a manifestação contrária a militarização da polícia, além do direito à moradia e à cidade, mostrando-se contra às remoções. Acredita-se que a pauta contrária a militarização da polícia se deva ao fato de dias antes os moradores terem conseguido a saída de Policiais Militares e representantes da Sub-Prefeitura, que tentavam cadastrar moradores para o conjunto habitacional Parque Carioca. Foram utilizados cartazes e faixas neste ato com frases dizendo: "Pare as remoções"; "comunidade unida jamais será vencida"; "lutamos pela nossa Vila Autódromo; nossas casas não estão a venda. Havia a presença de manifestantes de todas as idades, dentre eles, crianças e idosos.

Houve, também, um Ato Público pela Permanência da Vila Autódromo, que ocorreu em frente à Prefeitura da cidade. Foi um pedido dos moradores que desejam permanecer na comunidade, e tinha como objetivo garantir os direitos daqueles que não queriam ser removidos da Vila Autódromo e reassentados nos apartamentos do projeto "Morar Carioca".

Foi feito também um protesto somente com participantes mulheres segurando um cartaz que dizia: Mulheres da Luta. No dia 1º de abril de 2015, houve um protesto próximo a comunidade, os manifestantes utilizaram camisas com a frase: SOS Vila Autódromo. Essa data foi escolhida devido ao tema do protesto: "A Luta da Vila Autódromo contra as mentiras da prefeitura do Rio". De acordo com informações do Facebook, a mobilização aconteceu às 10h da manhã e interrompeu, por alguns momentos, a Av. Abelardo Bueno, na Barra da Tijuca. E então, foram descritos 6 casos, apontados como mentirosos pelos moradores da comunidade. São eles: A Vila Autódromo nunca esteve na área do Parque Olímpico ou em qualquer lugar destinado a equipamentos para as Olimpíadas, ou seja, o projeto poderia ser realizado sem interferência nas casas da comunidade. O segundo foi que A Vila Autódromo estaria em uma área "impossível de ser urbanizada". Mas, essa urbanização demonstrou ser possível pelo Plano Popular. O terceiro foi o de que a Vila Autódromo seria uma "ocupação ilegal" ou "invasão", mas, foi citado que desde 1993 foram emitidos títulos que concedem aos moradores o direito de permanecer nos lotes por 99 anos, renovados pelo mesmo período. O quarto foi de que os moradores estariam dispostos a aceitar a alternativa oferecida pela Prefeitura, mas, é descrito que desde o início, e por diversas razões, alguns moradores aceitaram negociar com a prefeitura, mas que muitos não aceitaram qualquer tipo de acordo. E que neste grupo, alguns saíram devido às características do processo de remoção apresentadas. O quinto envolveu o fato de que a princípio só sairia da comunidade quem quisesse, mas, houve a emissão de decretos de desapropriação da área por parte do executivo municipal. O sexto está relacionado aos interesses envolvidos na construção do Parque Olímpico e os empreendimentos imobiliários ao redor.

Foi feito, também, um Ato Ecumênico pela permanência da Vila Autódromo na praia de Copacabana, com a intenção de apresentar para a sociedade carioca o que estava acontecendo na comunidade nos últimos anos. O objetivo era demonstrar que os moradores envolvidos no protesto queriam a implementação do Plano Popular de Urbanização da Vila

Autódromo e que desejavam que fossem respeitados os títulos de concessão de uso dados pelo Governo do Estado e a garantia da área da comunidade para habitação popular. Após o ato que utilizou faixas e cartazes com frases em português e inglês, ocorreu uma missa. Duas características contidas neste ato retomam questões discutidas no tópico 4.3, são elas: a utilização de frases em inglês, o que demonstra a presença da mídia alternativa internacional nos atos envolvendo a comunidade e, a missa na Igreja Católica, o que reforça a presença de representantes dessa organização na comunidade. É interessante observar também que o evento ocorreu na Zona Sul da cidade, em um dos cartões portais do Rio de Janeiro, ou seja, a mensagem, foi transmitida para uma parcela mais rica da cidade.

Houve também a organização de um café da manhã solidário no horário em que os trabalhadores das obras do Parque Olímpico iam até à comunidade realizar a demolição de casas. O protesto continha uma mesa de café da manhã e quase todos os manifestantes utilizavam camisetas com a frase: SOS Vila Autódromo, quem passasse de carro pela movimentada rua da Barra da Tijuca, a Av. Abelardo Bueno, recebia uma explicação sobre o que estava acontecendo na comunidade e era convidado para tomar o café da manhã.

. **#OcupaVilaAutódromo:** foram eventos culturais que atraíram mais "apoiadores" para a comunidade, além, de muitas vezes, serem divulgados na mídia alternativa, ampliando a visibilidade dos acontecimentos na comunidade. Foram feitas rodas de conversa na sala de vídeo do Museu da Vida<sup>18</sup>; aula de meio ambiente com alunos do Instituto Federal do Rio de Janeiro; atividades com a Pastoral de Favelas com plantio de mudas e missa campal; festas juninas comunitárias, em que cada participante levava algo para comer; atividades de cartografia com as crianças da comunidade; atividades com a equipe do Plano Popular; roda de conversa com a presença da Marcha Mundial de Mulheres<sup>19</sup>; atividades e oficinas do Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura (ENEA); shows com bandas que apoiavam a luta da comunidade; exibição de filmes e documentários; lançamentos de livros envolvendo as remoções; atividades recreativas com as crianças. Foram feitos, também, churrascos comunitários, uma atividade na beira da lagoa promovida pela "Mãe Luisinha de Nanã", até então moradora da comunidade e sacerdotisa de um terreiro de candomblé na Vila autódromo. Foram comemorados aniversários de moradores e também realizada uma corrida com a apresentação da "Tocha da Resistência", como forma de fazer um paralelo com a tocha Olímpica.

. **Barricadas, faixas e placas informativas:** Os moradores utilizavam pneus, canos, latas de lixo e faixas de protesto como forma de não deixar tratores e caminhões entrarem na comunidade. As faixas continham frases como: "Estamos sendo expulsos por esse processo elitista e excludente."; "Atropelo das leis e truculências não vão desanimar...a Vila Autódromo Vive." Moradores escreveram "Vila Autódromo a 300 m" e "Vila Autódromo a 200 m" em placas nas proximidades da comunidade, também colocaram uma placa informativa dizendo: "Vila Autódromo" e uma seta logo abaixo da placa que informa a localização do Parque Olímpico.

. **Adesivando a cidade:** foram feitos adesivos a partir da escolha em coletivo de um símbolo para a comunidade. A partir daí, houve a adesivação em diferentes locais da cidade como no

---

<sup>18</sup> Espaço de integração entre ciência, cultura e sociedade tem o objetivo de educar e informar de forma lúdica e criativa, por meio de exposições, atividades interativas, multimídias, peças teatrais e laboratórios. Localizado em uma ampla área verde, o espaço cultural também funciona como um polo de lazer e educação para as comunidades vizinhas, com o objetivo de proporcionar a compreensão dos processos e progressos científicos e de seus impactos no cotidiano. A iniciativa da Casa de Oswaldo Cruz busca ampliar a participação da população em questões ligadas à saúde, ciência e tecnologia.(FIOCRUZ, 2018).

<sup>19</sup> Entre os princípios da Marcha Mundial das Mulheres estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais, defendendo a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2018).

Centro da cidade, no Parque Olímpico e na Barra da Tijuca. Os adesivos possuem a frase: "Viva a Vila Autódromo."

. **Construção do Plano Popular:** Plano de Urbanização, reconhecido internacionalmente por ter vencido o prêmio Urban Age Award, prêmio internacional que homenageia iniciativas criativas para as cidades, a premiação é organizada pelo *Deutsche Bank* e pela *London School of Economics*. Foi realizado com assessoria de duas universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense. Como visto no tópico, a partir das reuniões do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, constatou-se que era preciso que a comunidade tivesse um projeto porque moradores e pesquisadores defendiam que a questão urbanística se pauta muito por projetos com discursos técnicos. De forma prática, a Ex-Moradora 2 afirmou que acreditava ser necessário um projeto de urbanização para "colocar de baixo do braço" (Ex-Moradora 1) para levar para as discussões com o poder público. Pois, já existia por parte do executivo municipal, um projeto Olímpico que retirava a comunidade Vila Autódromo do local em que estava, sendo construído um condomínio em outro local para reassentar os moradores.

A partir disso, um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e também representante do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro foi até a comunidade com outros pesquisadores e constatou, de acordo com a Ex-moradora 2, que cada casa era um ambiente familiar com liberdade, trocas solidárias e autossustentabilidade, pois as pessoas não tinham só a sua casa, uns tinham a sua oficina, o outro tinha seu local de fazer comidas para vender, outro tinha uma lanchonete, outro uma creche que tomava conta das crianças para as mulheres que iam trabalhar, o outro tinha um espaço de consertar bicicleta o outro tinha um bazar, ou seja, havia uma rede de autossustentabilidade que seria limitada pelas dimensões de um condomínio fechado de apartamentos. Essa questão também foi lembrada pela Pesquisadora 1, envolvida diretamente na construção do Plano, ela afirmou que havia moradores que eram catadores de lixo e outros que se sustentavam por meio de seus artesanatos. Além disso, como visto, a forte ligação com a terra também era uma característica da comunidade. Sendo assim, a limitação espacial de um condomínio cessaria essas peculiaridades físicas da Vila Autódromo que refletiam na relação positiva entre os moradores.

A partir daí, em setembro de 2011, iniciou-se a construção coletiva do Plano Popular da Vila Autódromo, em meio as reuniões, oficinas e assembléias, surgiu em outubro de 2011, o lançamento do edital de licitação da Parceria Público-Privada — PPP para o Parque Olímpico que mencionava a remoção total da Vila Autódromo. Assim, em janeiro de 2012 foi apresentada a primeira versão do Plano Popular à Justiça, demonstrando que a existência do Parque Olímpico seria plenamente compatível com a urbanização da Vila Autódromo, mantendo todos os seus moradores (AMPVA, 2016). Em meio a idas e vindas, diversos argumentos foram dados pela prefeitura e outras versões do Plano popular foram sendo construídas. Em 2013, a prefeitura realizou uma reunião em um amplo e renomado espaço próximo a comunidade, denominado Rio Cento, local inclusive em que ocorre a Bienal do Livro e a Feira da Providência, dois grandes eventos brasileiros. Mas, de acordo com os entrevistados, a prefeitura não convidou as principais lideranças que estavam à frente da Associação de Moradores. Sabendo disso, houve uma organização, de forma que, segundo a Pesquisadora 1: "um carro levava [os que não haviam sido convidados para a reunião] e voltava e uma galera foi a pé". Até que chegassem até a reunião. Nesse dia, os entrevistados afirmam que moradores que moravam em condições mais precárias foram convencidos a sair da Vila Autódromo e a serem reassentados no condomínio Parque Carioca, construído pela prefeitura da cidade e viabilizado pelo Programa Minha Casa Minha Vida<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado em março de 2009 no segundo mandato do então Presidente

De acordo com o Plano Popular, após este lançamento do Parque Carioca, a Prefeitura aumentou a presença de funcionários na comunidade que disseminavam boatos e ameaças para que os moradores aceitassem ser reassentados no Parque Carioca, mas a resistência ainda se mantinha forte e poucos moradores optaram por sair (AMPVA, 2016). Com toda a movimentação das manifestações de julho de 2013<sup>21</sup>, das quais a maioria dos moradores envolvidos na luta da comunidade participou, o Prefeito passou a realizar reuniões de negociações: de um lado, estavam presentes a Associação de Moradores, a Defensoria Pública do Estado, e as assessorias técnicas do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (*Neplac*) da UFRJ e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da UFF; do lado da Prefeitura, estavam os secretários municipais de habitação, urbanismo, meio ambiente, além de representantes da Empresa Olímpica Municipal e do Instituto Rio Águas (AMPVA, 2016). Após o 10º encontro, as reuniões foram encerradas pela Prefeitura sem que nenhuma proposta do Plano Popular fosse acatada, assim, as pressões para a remoção aumentaram, com a presença diária de assistentes sociais na comunidade (AMPVA, 2016). Mas, em dezembro de 2013, o Plano Popular recebeu o Primeiro Lugar do prêmio internacional Urban Age Award — Rio de Janeiro, conferido pela London School of Economics e pelo Deutsche Bank (AMPVA, 2016).

A partir disso, surge uma renovação na resistência e a maior parte dos moradores da Vila Autódromo continua sem aceitar o reassentamento no Parque Carioca. Passaram-se então a ser feitas reuniões semanais entre os envolvidos no Plano Popular para que fossem realizadas trocas de informações, para que boatos fossem desmentidos e a resistência fortalecida (AMPV, 2016). Em maio de 2014, foi feito um mutirão com o intuito de elaborar um Mapa da Resistência (ver Figura 12) para os que gostariam de permanecer na comunidade (AMPVA, 2016).

De acordo com a Pesquisadora 1, para que este mapa fosse construído, os pesquisadores passaram a frequentar cotidianamente a casa dos pessoas, assim, acabaram conhecendo outros moradores que até então não estavam presentes nas reuniões, mas que desejavam permanecer também. Então, ainda de acordo com a Pesquisadora: "esse trabalho ajudou as pessoas a chegarem mais junto [...]". Ela afirmou também que era um trabalho complicado, pois, muitos deles, achavam que poderia ser um agente da Prefeitura e, então, não queriam atender os pesquisadores, mas que, conforme eles foram percebendo a inserção das universidades, ampliou-se a união entre eles mesmos devido à noção de que havia um apoio externo. A Pesquisadora complementou: "acho que isso estimulou eles a se unirem de alguma forma também". Ao mesmo tempo, a Pesquisadora lembrou que todo este trabalho de construção do Plano Popular foi também uma forma de aprendizado para os representantes das Universidades.

Como visto no tópico, a construção do Plano ilustrou empiricamente o que foi teorizado por Rauber (2004), ou seja, a integração entre o conhecimento científico, neste caso advindo dos pesquisadores e o conhecimento popular, presente por meio dos moradores. Com isso, demonstra-se a possibilidade da conexão entre teoria e prática disposta por Bohm (2006), por meio da participação ativa dos pesquisadores, que dispõem o seu conhecimento científico para a organização com a qual estavam interagindo (MISOCZKY, FLORES, BÖHM, 2008), neste caso, a Associação de Moradores da Vila Autódromo.

---

Lula (2007-2011) . O PMCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 7 mil.

<sup>21</sup> Protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país, especialmente, nas principais capitais, que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, foram as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

No ano Olímpico de 2016, 50 famílias ainda resistiam na comunidade sem aceitarem nenhum tipo de negociação e, sobreviviam em meio a escombros das casas demolidas de moradores que foram reassentados no Parque Carioca. De acordo com os dados, eram deixados entulhos no local, criando situações de risco para os moradores; além do forte tráfego de caminhões para as obras do Parque Olímpico que afetavam o abastecimento de água; os serviços públicos também começaram a ser cortados, diminuindo a coleta de lixo e a manutenção da rede elétrica; a iluminação pública também passou a ser cortada com frequência, e, em março de 2015, a Prefeitura publicou decretos para a desapropriação de 48 casas justificados para fim de utilidade pública. Em 3 de junho de 2015, oficiais de justiça, escoltados pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro, tentaram demolir uma casa sem aviso prévio, os moradores cercaram a casa, em apoio à família ameaçada, e os guardas municipais avançaram com violência, essa situação deixou moradores feridos, mas a demolição foi impedida (AMPVA, 2016).

Ao final, o último acordo foi pela construção de 20 novas casas no local na Vila Autódromo. As chaves foram entregues uma semana antes do início dos Jogos Olímpicos na cidade. Por fim, se o Plano Popular fosse implementado como proposto inicialmente, estimado em cerca de R\$ 13,5 milhões o gasto seria muito inferior ao custo da proposta inicial da Prefeitura, avaliado em cerca de R\$ 48 milhões, sendo R\$ 20 milhões relativos ao custo de aquisição do terreno (VAINER et al, 2013). Estima-se que este gasto tenha sido ainda maior que estes, descritos em 2013.

. **Participação em Manifestações:** a Vila Autódromo esteve presente em manifestação contrárias às remoções, foram utilizadas faixas, cartazes, auto-falantes, banners e camisas com a frase: "Viva a Vila Autódromo! Rio sem Remoções".

. **Vigílias:** Moradores das comunidades do Horto, Vila Autódromo e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia fizeram vigília contra às remoções, ocupando as escadarias do prédio do Ministério da Fazenda, no Centro do Rio. A vigília contou com cerca 50 pessoas. Os moradores reivindicavam pela manutenção das famílias que moravam no Horto e pela implementação do projeto de regularização fundiária construído pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010. Além disso, exigiam a destinação de quatro prédios do INSS abandonados no Centro do Rio para moradia de interesse social e a implementação do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo. Outra Vigília ocorreu em frente a Associação de Moradores que estava para ser demolida. Os manifestantes utilizaram mordanças para simbolizar o que consideravam falta de diálogo da Prefeitura com a comunidade. Nesta vigília, foi utilizada uma faixa com a frase: "As Olimpíadas tem que ser para todos como legado social, não se constrói uma cidade e uma nação sem ouvir a necessidade de todos." Na faixa constava também as palavras Habitação em letras maiores e saúde e educação, além do símbolo feito para a comunidade. De acordo com os dados, nesta vigília, os moradores afirmavam que a Associação não era somente um prédio, mas sim, todos eles. As justificativas para que essa vigília acontecesse envolviam algumas denúncias descrita no Facebook da comunidade, dentre elas que a Associação de Moradores da Vila Autódromo não seria atingida pelas obras do Parque Olímpico, de acordo com mapas divulgados pela Prefeitura, mas, que mesmo assim foi incluída em um decreto de desapropriação e que as demolições estavam acontecendo sem respeitar garantias constitucionais, como no caso da Ex-Moradora 3, que foram dados 30 minutos para que os moradores saíssem da residência.

. **Museu das Remoções:** De acordo com os dados, a partir da necessidade coletiva de registrar essas ações e de comunicar a realidade da comunidade antes do processo de remoção, iniciou-se a construção do Museu das Remoções. O Museu foi construído a céu aberto com os escombros das demolições que aconteceram na comunidade. Dois dos entrevistados citaram que um museólogo bastante presente na luta da comunidade teria sugerido a ideia de construção do Museu. Mas, demonstraram que o processo de construção em si pautou-se no

coletivo. Segundo dados contidos no Facebook da comunidade, o Museu das Remoções é uma iniciativa que reúne moradores e um conjunto de apoiadores que muito contribuíram com a luta pela permanência. Apresenta-se a intenção de que a história da comunidade não fosse apagada. Criou-se, então, o slogan "Memória não se remove" para o Museu.

A finalidade descrita é a de denunciar as violações de direitos que ocorreram em diferentes comunidades da cidade que também passaram pelas remoções. O processo de construção do Museu iniciou-se no dia 23 de abril de 2016 com uma atividade de resgate da memória dos moradores sobre a história do espaço. O resgate da memória foi feito a partir do diálogo entre os moradores atuais; os que já foram removidos; pesquisadores; universitários; em especial alunos da Universidade Anhanguera, que realizavam a atividade como parte da nota de uma das disciplinas e moradores de comunidades vizinhas. Há no Facebook da comunidade a imagem de uma das esculturas construída, que representa a casa da Ex-Moradora 1 e ex-diretora social da Associação de Moradores. A frase escrita na escultura é da própria Ex-Moradora 1: "Sairei da minha casa, não da minha luta". Há também, na página da comunidade, a foto da escultura representando o Parquinho que havia sido reformado por estudantes de arquitetura com o apoio de moradores e ex-moradores, mas que foi demolido durante o período de remoções. Há também a foto da escultura representando a Associação de Moradores. No dia 16 de maio de 2017, representantes do Museu Histórico Nacional foram à comunidade recolher peças do Museu das Remoções para que integrassem o acervo do Museu.

Constatou-se então, a partir das ações aqui descritas e também, contidas no Anexo C, que ações diretas foram fortemente utilizadas na comunidade. Essa constatação não retira a importância das lutas institucionais. Até porque, os espaços participativos advindos da Constituição Federal de 1988 possibilitaram encontros com outras comunidades, com políticos etc. Além disso, acredita-se não ser possível ignorar o Estado, podendo haver aproveitamento desses espaços e das brechas legais em favor da organização de resistência, mas, aceita-se, também, que é preciso que exista cautela (SOUZA, 2012), devido a entraves, por exemplo, para que a participação popular nas decisões governamentais transforme-se em resultados efetivamente.

Assim, não se defende a inutilização desses espaços, tendo em vista que o Brasil é um país que vivenciou vinte e um anos de cerceamento da liberdade de expressão e de inexistência de direitos fundamentais. O que se espera é que essas lutas institucionais não sejam acrílicas e inocentes. Para tanto, infere-se que as ações diretas sejam fundamentais como forma de demonstrar a existência desse senso crítico. Na luta no âmbito da Vila Autódromo, essa conscientização demonstrou-se presente em diversos momentos, como visto nos tópicos anteriores, até porque o histórico de remoções na cidade sempre foi legitimado pelo Estado, conforme apresentado de forma breve no referencial teórico. Entretanto, houve a cooptação pelo Estado, por meio de negociações, de muitos moradores que inicialmente demonstraram estar na resistência, tal como demonstrado nas análises feitas até então e reafirmado pela falas a seguir: "[...] acho que o que quebrou mesmo aqui a Vila foi dinheiro[...] o ser humano é muito corruptível, ele não tem essa sensibilidade [...] alguns tem [...]" (Morador 1)

A demolição realmente fragiliza, eu mesmo participei de um café da manhã lá onde a prefeitura estava pra conversar com os moradores, né... então a prefeitura prometia mundo e fundos e na verdade não era bem esse o propósito verdadeiro dela, né... se escusava do fato de ser prefeitura, né... procurava fazer a divisão do movimento, na medida que você começava a oferecer benesses porque num movimento tem isso, é um movimento com todo mundo, na medida em que você começa a ser cercado pela

prática da cooptação, quer dizer, as vezes, você não resiste e é cooptado [... ]  
(Deputado Estadual 1)

Para Souza (2012), a cooptação pelo Estado é uma das possibilidades que pode ocorrer nas lutas institucionais caso sejam acrílicas. O que se viu na Vila Autódromo é que houve sim a redução significativa de indivíduos na resistência por meio dessa estratégia. Todavia, isso não deu fim a luta, já que a participação perfeita de todos os afetados nem sempre é possível (DUSSEL, 2007).

No caso da Vila Autódromo, existiram fatores que interromperam a participação de todos: negociações, conflitos familiares, a própria condição estrutural da comunidade e alegações de impossibilidade de moradia por meio dos decretos (ver tópico 4.2.1). Ademais, a maioria dos entrevistados mencionou a existência de ações mais próximas às ações diretas:

[...] olha, eu acho que era uma resistência diária, eles faziam algumas ações, por exemplo quando ia ter uma demolição, juntava todo mundo pra ir lá e ... é...os policiais filmavam a gente né [...] filmavam todo mundo então eles também filmavam eles, né que era uma forma que eles tinham de registrar o que tava acontecendo, existia uma pressão muito forte ali na hora da demolição, então as pessoas saiam com cartazes , ficavam ali perto dos tratores [...] eu acho que o que tinha mais efeito não era nem isso porque isso era uma coisa mais de confrontação [...] mas, eu acho que o que tinha mais impacto era a resistência no local deles estarem sempre ali [cita o exemplo de uma moradora que parou a faculdade para ficar na função de monitorar o que estava acontecendo] [...] sempre que tinha um problema eles tavam ali quando faziam uma demolição e a luz apagava do vizinho aí eles se juntavam ali [...] aí [quem sabia consertar] consertava e eles avisavam que era pra deixar a luz do vizinho acesa [...] (Jornalista 1)

eu sempre fui partidária de que a gente deveria ser criativo e produzir fundos tanto imateriais quanto materiais para a nossa defesa, né? Então é...no Comitê Social Do Pan a gente sempre produzia camisas assim temáticas , né como inclusão de jogos com copa das comunidades com camisetas temáticas identificando nossas lutas né e a gente se juntava, pegava dinheiro pra fazer as camisetas ou a gente mesmo fazia [...]e depois a gente entregava para as pessoas (Ex-Moradora 2)

Nós fizemos vários ocupas lá [...] com fanfarra, com dança, fizemos ocupa na base de biblioteca , encontros, palestras, fizemos festas, fizemos vários tipos de ocupa Vila Autódromo, né que é movimento de resistência e pra dar visibilidade externa e que na qual participava todos os grupos de defensoria, ONG, faculdades outras instituições, até de museu , vinham para apoiar e a gente fez várias varias movimentos mesmo para que ficasse a Vila Autódromo. Até que nos tivemos que fazer uma vigília que foram praticamente 15/20 dias direto na antiga casa [da moradora 1] que saíamos um grupo, passávamos o dia, a noite, no dia seguinte de manhã esse outro grupo se retirava e nisso nós fizemos um rodízio de 15 a 20 dias eu não lembro bem quanto tempo a gente ficou (Representante da Pastoral de Favelas)

Ainda de acordo com os entrevistados, essas ações eram pensadas no coletivo, não sendo possível, muitas vezes, identificar quem pensou na ação. Elas surgiam nas assembleias, nas reuniões, nos eventos. E os moradores envolvidos na resistência demonstram ser receptivos às ideias e à presença de quem estivesse na comunidade para apoiar essas ações. Além disso, esse apoio se deu entre os próprios moradores, como indicado nas falas a seguir:

Fizeram várias [ações], o que você imaginar, passeatas, assembleias semanais...é...é...mídia social, enfim, toda a sorte de coisas á disposição, né [...] de

encontros, de teatros, de grupos [...] não sei nem identificar foi esse, foi o fulano, não, era toda aquela conjuntura mesmo de resistência [...] (Defensora Pública 2)

[...] essa questão de se articular e de fazer atividades e eventos políticos na Vila Autódromo [...] fazendo com que todos os movimentos sociais que de alguma maneira ou estavam envolvidos diretamente ou prestavam solidariedade a luta contra remoções se deslocaram várias vezes para a Vila Autódromo [...] era o epicentro da resistência [...] não só dos acadêmicos, dos movimentos, mas das favelas também que iam lá participar das mobilizações [...] eu acho que eles tiveram toda uma estratégia de comunicação, tem camiseta da Vila Autódromo, página na internet, eles sempre utilizaram as redes sociais inclusive como instrumento de divulgação das coisas que estavam acontecendo...olha a guarda municipal chegou aqui agora [...] (Vereador 2)

[...] algumas dessas ações você não tem como descobrir quem foi porque geralmente surgiam de assembléias e reuniões, tá? Todo mundo que queria falar levantava o dedo ia lá falava [...] aí um cara levanta o dedo e fala: pô nós temos que fazer uma ação, temos que fechar a presidente Vargas, temos que ir lá fora, temos que brigar lá fora, sair daqui de dentro [...] aí outro: a gente podia fazer Ocupa aqui dentro [...] e eu acho que atender bem as pessoas que vieram aqui foi um ponto chave [...] através dos apoiadores foram criadas muitas estratégias de defesa eu acho que o que foi mais importante pra nossa luta aqui em termos de defesa, de se articular, foi a nossa receptividade com todos que chegavam porque eles voltavam para nos ajudar [...] (Morador 1)

A partir do dia 03 de junho, por exemplo, depois daquele episódio horrível [...] a comunidade resolveu fechar a comunidade, os moradores fizeram uma vigília durante a noite e fizeram uma barricada na frente da comunidade na entrada da comunidade onde a gente parou de deixar os caminhos da obra entrar [...] porque eles usavam essa nossa rua para passar caminhões pesados, material, máquinas para demolição e aí a gente começou a proibir [...] No dia 03 de junho a comunidade descobriu que ela tinha força , então, naquele dia, apesar da gente ter apanhado, eles não levaram a família [...] porque naquele dia mesmo com a cara quebrada eu fiz uma fala para os repórter e aquela fala correu o mundo e a minha foto correu o mundo também e todo mundo me viu de cara quebrada e as vezes as pessoas ligavam:mas a senhora vai deixar...eu falava, minha filha, não vai valer a pena se eu ficar de cara quebrada escondida, já que quebraram eu quero que o povo veja[...] [...] e aí a gente começa a divulgar essa luta e aí tem as camisas que a gente começa a vender as camisas e as pessoas vinham vestidos de camisa porque nós não choramos o leite derramado não, nós continuamos lutando foram dois anos e meio de muita luta, quem quis ficar aqui sofreu muito, apanhou, derramou sangue, chorou, passou varias atribulações com as famílias porque na família um queria ir, outro queria ficar , vimos muita família de cara feia um com o outro [...] teve um processo muito longo, muito doloroso [...] quando você tá em uma guerra só se tem vitória quando a guerra acaba então você tem que continuar lutando, se você parar de lutar, você é derrotado, então a gente continuou lutando [...] E aí veio os ocupas que surge depois do dia 3 de junho também que vem com a ideia da gente ocupar a comunidade com apoio de apoiadores que eram alunos de universidades, ativistas, moradores de outras comunidades, então a gente começa a criar ocupa Vila Autódromo que deu muito certo que erma festivais culturais, a gente também foi muito abençoado por muitos músicos, fanfarras e aí a gente começou a fazer festas na comunidade de 3 em 3 meses, a gente fazia um grande ocupa que vinha perna de pau, oficina de teatro, de filme, fotografia [...] a cultura ela te ajuda muito e nesse mesmo período nasce o museu das remoções também que foi outra ferramenta [...] então, o que era difícil pra gente, a gente ia criando ferramentas pra combater [...]a gente foi criando novos mecanismos de luta [...] a gente tinha muito apoiador [...] tudo que eles [executivo municipal] tentavam nos prejudicar, a gente reagia, reagia [...] a ideia vinha de uma apoiador...da comunidade [...] a gente em grupo sempre trabalhando no coletivo [...] o que você trazia, se você chegar aqui [e disser] isso isso e isso, a gente vai estudar, vai pensar junto e vai embora [...] a gente abraça (Moradora 1)

[...] chegava um e falava: vamô fazer tal coisa aí vinha o outro e: bora! Isso é muito definidor na Vila Autódromo [...] [cita moradores à frente na resistência] eles são muito acolhedores [...] então, todo mundo chegava, vem tomar café, vem comer, vem almoçar [...] eu já briguei com jornalista lá e eles [moradores à frente da resistência] não [...] calma é importante também [...] sempre todo mundo foi muito receptivo então, e sempre receberam muitas pessoas, acho que isso faz um pouco de diferença e...acho [...] muitas pessoas foram vindo e essas pessoas geravam outras pessoas e de repente a mídia internacional esteve muito lá, as vezes de uma forma muito irritante, sabe meio que se apropriando da dor alheia [...] (Pesquisadora 1)

[...] eu hospedava na minha casa, por exemplo, [...] o jornalista do LEMONDE ficou hospedado na minha casa uma semana, vários jornalistas de vários países, pesquisadores iam [...] eu sempre tinha um quarto, tinha varias chaves, todo mundo ficava [...] quando tinha uma...uma..um exemplo..tinha uma entrevista ou um coquetel ou uma...declaração pública da secretaria de esporte e lazer, da prefeitura, do comitê é..tinha sempre uma apresentação de projeto, aquelas coisas que eles fazem público que convida todo mundo ...aí os jornalistas me convidavam e um dos jornalistas sempre me incluía [...] aí entrava eu com a camisa da Vila Autódromo, primeiro eu cobria a camiseta, né e ficava e distribuía a carta [carta da comunidade feita ao ex-presidente Lula], quando eles não assinava a carta, de qualquer maneira a carta era uma mensagem [...] (Ex-Moradora 2)

a maior ação de resistência que eu vi na comunidade foi um cuidando do outro na hora que [...] vinha representantes da prefeitura e diziam cobras e lagartos e de repente a esposa ficava desesperada dentro de casa com medo de que a casa dela fosse destruída a ponto de não ter mais paz dentro de casa porque a filha queria sair de qualquer jeito, o marido não se sentia mais seguro de ir trabalhar em paz e voltar pra casa [...] então a maior ação de resistência que eu vi na comunidade foram essas mulheres [cita moradoras] e muitos outros que iam lá confortar, acompanhar, conversar e muitas vezes rezar o terço juntos [...] não é uma ameaça a estrutura física, é uma ameaça [...] a integridade da família [...] quando a sedução do poder, de possuir mais dinheiro, de tirar para si um benefício que vai resolver a sua vida ou que vai resolver aquilo que você acredita ou que sejam as suas pretensões de vida, quando isso entrava, ali era o grande problema (Padre 1)

basicamente [as ações] visavam manter a coesão da comunidade [...] atividades lúdicas, festivas...é...políticas, assembleias constantes [...] pra tá sempre atualizando todo mundo, isso é um baita instrumento de resistência, você manter todo mundo informado do que tá acontecendo [...] eles usavam esses momentos que em tese eram mera confraternização mas como espaços políticos de manter a coesão da comunidade na resistência [...] nesse momento final em que a obra (do Parque Olímpico) tava praticamente dentro da comunidade, eles criaram uma cancela de acesso de quem saia e quem entrava na comunidade [...] fizeram um plantão pra cancela tá sempre funcionando, sempre é...sempre ter alguém de olho em que entrava e quem saia da comunidade [...] ajuda mútua também foi muito importante com pessoas que perderam a casa que passaram períodos ou na Associação de Moradores ou na casa de outras pessoas...essa rede de solidariedade foi muito importante na resistência [...] (Assessor do Deputado 1)

Conclui-se que as vozes emanaram dos próprios atores que desenvolveram as ações como ator coletivo, a partir da perspectiva de Dussel. Ou seja, como povo que por ser consciente, reivindica por direitos. A construção dessas ações pautou-se no critérios de solidariedade de Lightfoot (2013) e Parker et al (2014). Isso porque há marcas de que essas ações foram construídas por meio da cooperação, prevalecendo a noção de que os indivíduos são seres sociais, dependentes uns dos outros. Se isolados, tornam-se vulneráveis, já coletivamente, tornam-se capazes de transformar a realidade.

Perceber a importância da coletividade e do agrupamento dos indivíduos, foi um fator essencial na construção das ações, que são propostas abertas, que para Rauber (2004) são

abertas por estarem relacionadas ao desenvolvimento constante dos atores envolvidos no processo e também por terem relação com as condições sócio-históricas do mundo. As falas demonstram não haver atitudes negativas explícitas às sugestões de novas ações de resistência. Há a receptividade e a abertura ao diálogo justamente devido a conscientização que ambos são relevantes para a resistência, sendo priorizado o consenso, que segundo Dussel (2007) é um acordo dos participantes enquanto sujeitos livres e autônomos para garantir a solidez da união de vontades.

Além disso, quando o Estado atua de forma violenta, expressando o exercício de dominação, no dia 03 de junho de 2015, ampliam-se as ações. De acordo com Dussel (2007), as vontades movidas por razões livres integram o poder político, que, apesar de, às vezes, parecer debilitado, é sempre tido pelo povo. O que se vê então é que ao perceberem que o Estado age por meios que não são políticos, os envolvidos na resistência se unem ainda mais contra esse poder fetichizado. A partir daí surgem os "Ocupas". De acordo com o Plano Popular:

em 2015, moradores e apoiadores da comunidade realizaram dois festivais culturais — o primeiro e o segundo Festival Cultural #OcupaVilaAutódromo). A apresentação de bandas, projeção de filmes, teatro, exposições, grafite, etc propiciaram novas formas de reafirmar a vida construída ao longo dos anos e seu direito a permanecer. Nestes festivais foi lançado um chamado para construção coletiva da campanha #OcupaVilaAutódromo, uma agenda de atividades na comunidade, somando-se às campanhas por um #RioSemRemoções, com um grande grito de #VivaàVilaAutódromo. Durante o primeiro festival cultural, uma moradora criou o lema que se tornou emblemático de todo o processo de luta da comunidade: A Vila existe, resiste, insiste e re-existe! As datas comemorativas do Natal e do ano novo também têm sido comemoradas coletivamente, com um convite à participação dos que acreditam que a cidade deve ser para todos, com respeito ao direito à moradia dos residentes da comunidade. (AMPVA, 2016, p. 45)

O conceito de ocupação, indo além das ocupações urbanas de moradias de sem-teto, apareceu fortemente em dezembro de 2010 a partir da Primavera Árabe, passando pelo Occupy Wall Street e pelas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Supõe-se que tenha advindo daí o uso do #OcupaVilaAutódromo, pois como no caso de outras ações, não foi possível identificar de forma sistemática o surgimento do conceito na comunidade. Mas, é possível perceber o significado contido nele: eram eventos com o intuito de ocupar a comunidade para que o coletivo fortalecesse a resistência, não deixando que os indivíduos ficassem isolados, pois assim, seriam mais vulneráveis às remoções. Seriam então, somado às vigílias, formas materializadas de demonstrar a união existente em torno da resistência.

De acordo com os entrevistados, a forma como essas ações foram construídas e aplicadas são exemplos para outras comunidades passíveis de remoção:

Várias comunidade se referiam a Vila Autódromo e ao modo como resistiu e ao que fez, vários propõem até se espelhar um pouco no sentido de tentar fazer a mesma coisa, ter a mesma resistência, ...é...conseguir um grupo de apoio semelhante [...] vejo a Vila Autódromo sim como referencia, como uma referência tanto da brutalidade do poder público quanto da dificuldade do judiciário assim em ter o olhar que preserve o direito das pessoas [...] ela [Vila Autódromo] é muito citada [...] Vi também no outro dia em uma comunidade essa fala assim de quem persiste, né, de quem não cede de quem tem noção do direito de permanência (Defensora Pública 2)

[...] por exemplo, eu tô acompanhando agora o processo de luta de Rio das Pedras e hoje umas das pessoas que é mais aplaudida, que mais emociona os moradores de Rio das Pedras que mais é ouvida pelos moradores de Rio das Pedras nesse processo

todo é a [moradora da Vila Autódromo]. Já tive a oportunidade de ver a alguma vezes a [moradora da Vila Autódromo] é..contando, né, da resistência, das táticas que eles utilizaram [...] (Vereador 2)

Então eu acho que assim, existia uma organização e é isso que foi tão impressionante na Vila Autódromo, né [...] eu vi o caso da Vila Autódromo e depois eu me dei conta que todos aqueles outros o casos que a gente tava acompanhando do projeto 100 é...as pessoas acabaram é..as pessoas realmente não tiveram o nível de organização e nem houve uma resistência como teve no caso da Vila Autódromo [...] (Jornalista 1)

Sendo assim, constata-se que a experiência da Vila Autódromo tornou-se um símbolo de que é possível combater a ordem hegemônica da dominação neoliberal, especialmente, voltada para a moradia por meio da conscientização, da busca por solidariedade sem se abster da autonomia e da atuação em coletivo, sustentando na organização formada a responsabilidade com o futuro. Entretanto, acredita-se que a mera cópia das ações de resistência no âmbito da Vila Autódromo não logrem êxito em outras comunidades. Pois, o processo, envolvendo a construção, o diálogo, a troca de experiências foi feito em torno da Vila Autódromo. A imitação pura e simples levaria a uma tendência de homogeneização da organização ali constituída por meio do isomorfismo, o que fugiria completamente de tudo o que se espera que seja contra-hegemônico.

## 6 CONCLUSÃO

Ao descrever o modelo hegemônico de organização, Parker (2002) demonstra que o *management* influenciou diretamente no conhecimento organizacional que se tem hoje. Para além disso, o *management* tornou-se uma das palavras mais definidoras de nosso tempo, está profundamente incorporado nas relações hegemônicas de capital de hoje, impregnando todas as esferas; a família, a natureza, a saúde, a educação, a Administração Pública etc (BÖHM, 2006). Porém, a hegemonia, que significa que a realidade social, a vida em si, é moldada por um regime específico de poder e conhecimento, não pode ser vista como definitiva, é um local que é continuamente contestado (BÖHM, 2006).

A partir daí, infere-se que esse "consenso" em torno do capitalismo neoliberal, não é compartilhado por todos, e que há movimentos que questionam os significados atribuídos as palavras que sustentam esse sistema e que rejeitam premissas como a de que o livre comércio leva ao crescimento econômico que leva ao fim da pobreza. Ao contrário, acreditam que o capitalismo global seja a própria causa da pobreza.

Como então acreditar que exista somente essa maneira de ver as coisas, como, especificamente neste trabalho pensar que o significado de organização é somente esse hegemonicamente aceito? A crença nisso nos levaria ao marasmo. Faria com que continuássemos seguindo fórmulas simples e repetidas, vivendo a velocidade do mundo global sem parar, sem refletir.

A partir da análise de como os moradores da comunidade Vila Autódromo resistiram às remoções realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro devido aos Jogos Olímpicos de 2016, o presente estudo constatou que ocorreu na Vila um organizar alternativo ao organizar hegemônico. As observações preliminares demonstraram que as pessoas se reuniam na comunidade por meio de convites realizados por redes sociais como Facebook e WhatsApp. Na página do Facebook da comunidade constava uma lista de acontecimentos que seriam realizados no dia do evento. Durante os eventos, percebeu-se que não havia hierarquia nem regras legitimadas, tal como nas organizações verticais (MISOCZKY, MORAES, 2011). Todos tinham chance de expressar suas opiniões e de oferecer sugestões, independentemente do nível escolar da pessoa, por exemplo. Não havia a estratificação "meritocrática" do conhecimento em que o intelectual burocraticamente legitimado pela academia é quem deveria reger autoritariamente a área organizacional (MOTTA, 1986). Ao contrário, percebeu-se a construção de uma produção teórica coletiva que articulava o conhecimento advindo da academia com o conhecimento contido nas práticas de resistência (RAUBER, 2004; DUSSEL, 2007).

Optou-se pela não sistematização das observações preliminares por, inicialmente, terem sido priorizadas questões subjetivas dos indivíduos. Entretanto, ao longo da pesquisa verificou-se que havia na Vila Autódromo a concentração no coletivo, que, a partir desse olhar, todos os moradores que se mantiveram na resistência continuaram unidos por um sentido de propósito comum e de solidariedade, características que de acordo com Spicer e Böhm (2007) contrastam com a micro-política.

Dessa forma, a partir da análise das entrevistas, do último Estatuto da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, do Plano Popular da Vila Autódromo e do Facebook da Vila Autódromo, constatou-se que alguns fatores foram fundamentais para que os moradores da comunidade Vila Autódromo resistissem ao processo de remoção realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro devido aos Jogos Olímpicos de 2016.

Um desses fatores foi o histórico de tentativas em relação à defesa de seus interesses com resultados positivos, já que a comunidade conquistou o título de AEIS e alguns

moradores adquiriram a Concessão de Direito Real de Uso. A existência de uma Associação de Moradores, que prezava pela participação de todos foi considerada um importante espaço de aprendizagem, em que as discussões se davam, majoritariamente, no coletivo, sem que as decisões fossem tomadas a partir de único líder. Assim como a participação de moradores no Movimento União Popular (MUP), que promoveu a troca de experiência com outras comunidades e que demonstrou ter sido importante para a construção da conscientização política.

A relação positiva entre os moradores, que tornaram a Vila Autódromo uma comunidade também foi uma característica importante para a resistência. Inicialmente, a situação de perigo ampliou os vínculos, com isso, a solidariedade, que envolve a noção de pertencimento a uma mesma comunidade (PARKER, FOURNIER, REEDY, 2012) ficou ainda mais evidente. A solidariedade também se refletiu na maneira receptiva que os moradores recebiam quem vinha apoiar a resistência em torno da comunidade. Assim como a existência da autonomia (LIGHTFOOD, 2013) mediada pela solidariedade devido ao pertencimento a um grupo (LIGHTFOOD, 2013).

A responsabilidade com o futuro (LIGHTFOOD, 2013; PARKER et al, 2014), ou seja, o relacionamento dos moradores com o meio ambiente, e particularmente com a terra, que, conforme apontado por Oliver-Smith (1991) são laços importantes para a resistência às remoções e que esteve presente na Vila Autódromo. Ademais, não havia indícios evidentes de milícia ou de tráfico de drogas na comunidade, questões que poderiam prejudicar essa relação, como ocorre em muitas comunidades na cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, a forma questionável como ocorreu o processo de remoção de casa da comunidade. Durante o processo de remoção, alguns moradores negociaram com a Prefeitura e afastaram-se da luta, o que prejudicou a relação entre os moradores. Outros tiveram que sair da comunidade devido a dificuldades de habitabilidade ou devido à emissão de decretos de desapropriação, mas, alguns continuaram frequentando os atos de resistência. Entretanto, mesmo assim, esses dois fatores reduziram o número de moradores na resistência. Contudo, a forma como se deu o processo de remoção passou a ser questionada por indivíduos de maneira isolada e por organizações que se tornaram mais presentes na comunidade, como a Defensoria Pública, as Universidades, a Igreja Católica, as Mídias Alternativas e os Partidos Políticos.

Essa articulação com as organizações supracitadas devido à oposição (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004), de maneira ampla, à política de empresariamento urbano (HARVEY, 1996) na cidade, de maneira mais específica, às remoções na comunidade, resultaram em ações (HOLLANDER; EINWOHNER, 2004) desenvolvidas na comunidade sejam ações diretas ou lutas institucionais, que foram a materialização da resistência. É fundamental destacar que foram construídas coletivamente, sendo muitas das vezes impossível os entrevistados citarem quem, enquanto indivíduo, sugeriu determinada ação.

Todo esse processo de resistência no âmbito da Vila Autódromo demonstrou ser um exemplo de possibilidade de articulação entre moradores e membros de organizações burocráticas. Pois, vive-se em uma sociedade em que há a predominância das mesmas. Certas ações se desenvolveram com o apoio delas. Entretanto, ao mesmo tempo, conflitos foram gerados justamente devido à hierarquia, às regras e à concentração de poder, características típicas de organizações verticais. Questiona-se então como seria a luta sem a presença das mesmas, tendo em vista que foram procuradas pelos próprios moradores justamente pela conscientização de que vivemos em uma sociedade em que como dito pela Ex-Moradora 2, o papel dá mais credibilidade que a origem, a história, a fala ou a organização. Constatou-se que os moradores à frente da luta sabiam do poder que tinham, sabiam da importância da união e acreditavam que o reconhecimento da luta não só pelos opositores como pelos até então observadores seria importante para a ampliação da mesma. Dessa forma, esses que até

então eram observadores, passaram a fazer parte da luta. Suas intenções, se pensadas subjetivamente, podem ser questionadas. Porém, é inegável que contribuíram para ampliar a visibilidade do que acontecia na comunidade. Com isso, pensando de maneira macro, houve na comunidade uma resistência do tipo aberta.

A resistência ocorrida em torno da Vila Autódromo demonstrou a possibilidade de existir um organizar alternativo, que envolva a conscientização, a participação de todos nas decisões, a solidariedade sem negar a autonomia, a construção de ações no coletivo que se oponham a algo hegemonicamente estabelecido, tudo pensado de forma responsável em relação ao futuro.

É importante destacar que cada investigação poderá enxergar uma nova organização que não foi apresentada aqui ou uma nova ação que poderá permitir um outro olhar. Além disso, este estudo utilizou-se como método de análise a análise de conteúdo, o que pode ser um limitador para se pensar de maneira aprofundada o discurso dos sujeitos, que seria capaz de apresentar as intenções mais ligadas à subjetividade, por exemplo. Tem-se ciência de não ter sido possível explorar todos os aspectos envolvendo a luta da comunidade. Mas, espera-se ter sido possível despertar "um princípio de esperança", no sentido blochiano (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2012), da existência de mundos organizacionais plurais, tal como foi sentido pela pesquisadora ao conhecer a organização que se deu no âmbito Vila Autódromo.

A partir da experiência empírica tida nesse trabalho, associada às leituras teóricas, constatou-se que nós, enquanto pesquisadores da área de Estudos Organizacionais, precisamos ler, citar, compreender Parker, Reedy, Reed, Böhm, Fournier, Chia, Cheney. Mas, devemos ir a campo e conhecer, entender, acompanhar a rotina de lutas organizacionais latino-americanas, especialmente, as brasileiras. Não por acreditar que fronteiras devam dividir os conhecimentos, mas para apresentarmos ao mundo muitas dessas organizações que são ofuscadas pelo sistema neoliberal, pelas bases culturalmente hegemônicas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, p. 284, 2012.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. From Global Management to Glocal Management: Latin American Perspectives as a Counter-Dominant Management Epistemology. *Canadian Journal of Administrative Sciences*. v. 28, n.4, p. 453-466, 2011.
- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, v. 80, n. 71-96, 2010.
- ALVES, R.; PETTI, D. Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico. *Revista Ensaios*, v.11, 2017.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO (ADEMI). *Sorria: Barra mais barata*, 23 de abr. 2017. Disponível em: [http://www.ademi.org.br/article.php3?id\\_article=70224](http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=70224). Acessado em: 02 de dezembro de 2017.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO (AMPVA). *Plano Popular da Vila Autódromo*. Rio de Janeiro: Autor, 2016.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO (AMPVA). *Estatuto da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo*. Rio de Janeiro, 2008.
- ATTON, C. *Alternative Media*. London: Sage, 2002.
- BARRÈT, M. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe . In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BASBAUM, L. *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Hausmann Tropical*. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BETIM, F. Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio. *El País*, Rio de Janeiro, 5 ago. 2015. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946\\_363539.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html). Acesso em: 20 nov. 2016.
- BÖHM, S. Movements of theory and practice. *Ephemera*, v.2, n.4, pp. 328-351, 2002.

BÖHM, S. *Repositioning organization theory: impossibilities and strategies*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

BOSCHI, Renato. R. Associativismo Urbano e Democratização: Algumas Reflexões Teóricas. *Rev. de C. Sociais, Fortaleza*, 12/13, pp. 107-120, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 12.424, de 7 de julho de 2009, dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 de julho de 2009.

BRUM, M. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em questão*, v. 16, n. 29, p. 179-208, 2013.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CAMPOS, A. *Do Quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CASTRO, C. O mapa dos jogos da exclusão. *Carta Capital*. 27 de jul de 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-mapa-dos-jogos-da-exclusao>. Acesso em: 30 de jun de 2017.

CERNEA, M. M. *The urban environment and population relocation*. World Bank Discussion Papers: 152. World Bank: Washington, 1993.

CERNEA, M. M. Reassentamento populacional e desenvolvimento. *Finanças & Desenvolvimento*, p. 46-49, 1994.

CHAUÍ, M. Imperdível Aula de Marilena Chauí sobre Antônio Gramsci. *Youtube*, 9 de mai. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gmCebWEqTYI>. Acesso em 20 de out de 2016.

CHENEY, G et al. ‘Worker Cooperatives as an Organizational Alternative: Challenges, Achievements and Promise in Business Governance and Ownership’, *Organization* 21(5): 591–603, 2014.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: *From pover: how active citizens and effective states can change the world*. Oxfam International. Oxfam International, 2008.

CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). *Handbook de estudos organizacionais*, v.1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIÁDAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê Rio Olimpíadas 2016: os jogos da exclusão*. Rio de Janeiro, 10 de dez de 2015. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015\\_-\\_portugues.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf). Acesso em: 12 de nov de 2016.

CUNHA, M. C. da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *NUTH - NÚCLEO DE TERRAS E HABITAÇÃO*. Disponível em: <http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUTH>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 115, p. 139-154, 2002.

DUSSEL, E. *20 Teses de Política*. Tradução de Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Museu da Vida. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/museu-da-vida>. Acesso em: 20 de jun. de 2017.

FREIRE, L. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, v. 16, n. 29, p. 101, 2013.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, M. *Movimentos Sociais e Luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, M. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. Social movements in contemporary. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007.

GONÇALVES, R. Prefácio. In: MENDES, A.; COCCO, G. (orgs.). *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

GONÇALVES, R. Chuvas, desastres e políticas urbanas nas favelas cariocas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.
- HOLLANDER, J. A.; EINWOHNER, R. L. Conceptualizing resistance. *Sociological forum*, 2004. p. 533-554.
- HÖFFE, O. *O que é justiça*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003
- HUGHES, D. M.; MLADJENOVIC. L; MRSEVIC. Z. Feminist resistance in Serbia. *European Journal of Women's Studies* 2:509-532, 1995.
- JUSTINO, Diogo. As remoções no início da Gestão Paes (2009-2010): casos emblemáticos. In: MENDES, A.; COCCO, G. (orgs.). *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.
- KAZAN et al. Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pelo direito à cidade no Rio de Janeiro. In: MENDES, A.; COCCO, G. (orgs.). *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- KOPELKE, A. L.; BOEIRA, S. L. Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 1, 2016.
- KROHLING PERUZZO, C. M. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. *Palavra chave*, v. 11, n. 2, 2008.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LIGHTFOOT, G. Imagining alternatives. In: PARKER, M., CHENEY, G, FOURNIER, V, LAND. C. *The Routledge Companion to Alternative Organization*. London: Routledge, 2013.
- LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, vol. 2.
- MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.
- MARANHÃO, R. Rio transforma o sonho olímpico em realidade e conquista os Jogos de 2016. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 9 out. 2009. Disponível em: <https://glo.bo/2ISvkzi>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. O que é a Marcha Mundial das Mulheres?. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MARSDEN, R.; TOWLEY, B. A Coruja de Minerva: Reflexões sobre a Teoria na Prática. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). *Handbook de estudos organizacionais*, v.2: Reflexões e Novas direções. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDES, C. M. A pesquisa on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. *Hipertextus: Revista Digital*, n. 2, jan., 2009. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume2/Conrado-Moreira-MENDES.pdf>. Acesso em 12 de dez de 2016.

MERGUIZO, M. Sem energia e urbanização, moradores recusam receber casas da Vila Autódromo. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 26 jul. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1795535-sem-energia-e-urbanizacao-moradores-recusam-receber-casas-da-vila-autodromo.shtml>. Acesso em: 15 set. 2017.

MINAYO, M.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993.

MISOCZKY, M. C. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 7, n. SPE, p. 9-30, 2003.

MISOCZKY, M. C. The crisis of power and the futures of hope. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 249-268, 2007

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 45, 2008.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; SILVA, S. M. G. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos. *Cadernos Ebape. br*, v. 6, n. 3, p. 1-14, 2008.

MISOCZKY, M. C, MORAES, J. *Práticas Organizacionais em Escolas de Movimentos Sociais*. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2011.

MISOCZKY, M. C. Das práticas não-gerencias de organizar à organização para a praxis da libertação. In: MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (orgs.). *Organização e praxis Libertadora*. Porto Alegre: Dacasa, 2010.

MISOCZKY, M. C.; GOULART, S. Viver as contradições e tornar-se sujeito na produção social de nosso espaço de práticas. *Organizações & Sociedade*, v. 18, n. 58, p. 535-540, 2011.

MISOCZKY, M. C. Homenagear Tragtenberg retomando as ideias e conceitos da matriz revolucionária. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 13, n. 150, p. 09-16, 2013.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; GOULART, S. An anti-management statement in dialogue with critical brazilian authors. *Revista Administração de Empresas*, v. 55, n. 2, 2015.

- MONTEIRO, P. G.; MEDEIROS, M. G. P. O sistema de justiça e a luta pela moradia no Rio de Janeiro: o percurso jurídico da resistência da Vila Autódromo contra a remoção. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico (RBDU)*, v.2, Belo Horizonte: Fórum, jan./jul., 2016. (p.99 - 121) ISSN 2447-2026
- MOTTA, F.P. O autonomismo e a questão da organização. *Rev. adm. empres.*, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 57-66, Mar. 1986 .
- MOURA, A. Movimento Operário do ABC Paulista (1978-2010): contestação, intermediação e colaboracionismo. *Revista Aurora*, v. 3, n. 2, 2010.
- OLIVER-SMITH, A. Involuntary Resettlement, Resistance and Political Empowerment , *Journal of Refugee Studies*, V. 4, pp. 132–149, 1991.
- OLIVER-SMITH, Anthony. "Fighting for a Place: The Policy Implications of Resistance to Development-Induced Resettlement." In Christopher McDowell, ed., *Understanding Impoverishment: The Consequences of Development-Induced Displacement*. Oxford, U.K.: Berghahn Books, 1996.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatora Especial da ONU para a Moradia Adequada. *Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?*. Guia. São Paulo: ONU, 2010. Disponível em: [https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/10/GUIA\\_REMOCOES.pdf](https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/10/GUIA_REMOCOES.pdf). Acesso em: 05 de set de 2017.
- ORGANIZAR . In PRIBERAM. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/ORGANIZAR>. Acesso em: 15 de out de 2016.
- OSBORN, C. A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro (1988-2008). *Rio on Watch*, Rio de Janeiro, 7 mar . 2013. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=5042>. Acesso em: 21 out. 2017.
- PARKER, M. *Against Management: Organization in the Age of Managerialism*. Cambridge: Polity, 2002.
- PARKER, M; CHENEY, G; FOURNIER, V; LAND, C. The question of organization: A manifesto for Alternatives. *Ephemer*, 2014.
- PARKER, M., FOURNIER, V., REEDY, P. *Dicionário de alternativas*. São Paulo: Octavo, 2012.
- PAULA, A. P. P. de. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 3, p. 77-81, 2001.
- PAULA, A. P.P. de; RODRIGUES, M. A. Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, p. 10-22, 2006.
- PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação Extensão e Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Plurianual 2010/ 2013 – Metas e prioridades 2010*. 2009

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Relatório das Áreas de Especial Interesse Social da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2014.

RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RAUBER, I. *La transformación social en el siglo XXI: camino de reformas o de revolución. Pasado y Presente XXI*, 2004.

REED, M. Teorização Organizacional: Um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). *Handbook de estudos organizacionais*, v.1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

REZENDE VERGARA, M. de. Contexto e conceitos: história da ciência e vulgarização científica no Brasil do século XIX. *Interciencia*, v. 33, n. 5, p. 324-330, 2008.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 22, n. 1, 2006.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. São Paulo: Atlas, v. 2, 1999.

SANCHES, F.; OLIVEIRA, F.; MONTEIRO, P. Vila Autódromo em disputa: sujeitos, instrumentos e estratégias para a reinvenção do espaço. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg*, v.18, n.3, p.408-427, 2016.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, B. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, P. Remoção populacional e projetos de desenvolvimento urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1996.

SILVA, A.; FOSSÁ, M. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, v. 16, n. 1, 2015.

SOLÉ, A. L'entreprise: une invention Latine? In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9. *Anais...* Salvador, 2003.

SOUZA, M. J. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, M. A. de. *Movimentos Sociais e Sociedade Civil*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

- SOUZA, M. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? "PassaPalavra", 2012. Disponível em <http://www.passapalavra.info/2012/05/56903>. Acesso em 30 nov. 2017
- SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. *Organization studies*, v. 28, n. 11, p. 1667-1698, 2007.
- SULLIVAN, S.; SPICER, A.; BÖHM, S. Becoming global (un) civil society: counter-hegemonic struggle and the Indymedia network. *Globalizations*, v. 8, n. 5, p. 703-717, 2011.
- TAFACKI, M. Copa e Olimpíadas pra quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos. *Revista Ensaio*, v. 7, p. 1-16, 2016.
- TRAGTENBERG, M. A teoria geral da administração é uma ideologia?. *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4, p. 7-21, 1971.
- TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo : Moraes, 1980.
- TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.
- TENÓRIO, F. G. *Tem razão a administração?* Ensaio de Teoria Organizacional. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2016.
- THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VAINER, C.; BIENENSTEIN, R.; TANAKA, G. M. M.; OLIVEIRA, F. L. D.; LOBINO, C. O plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: Encontros Nacionais da ANPUR, 15, 2013, Recife. *Anais... Encontros Nacionais da ANPUR*. Recife: ANPUR.
- VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma Interpretacionista: a Busca da Superação do Objetivismo Funcionalista nos Anos 1980 e 1990. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 4, out-dez, p.66-72, 2005.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- VIEIRA, M. M. F.; DARBILLY, L. V. C.; BARROS, D. F. O Fenômeno da Empresarização e a Busca por Alternativas na Produção, Comercialização e Distribuição da Música no Brasil como Formas de Resistência. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 61, 2012.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, n. 44, 2014.

WALDRAM, J. 'Relocation and Political Change in a Manitoba Native Community'. *Canadian Journal of Anthropology*, 1:2, pp. 173-178, 1980.

WATTS, J. O empresário carioca na esperança de um legado olímpico próprio de bilhões. *The Guardian*, Rio de Janeiro, 12 de ago de 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WOLIN, S. *Politics and vision*. Expanded Edition. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

## **ANEXOS**

ANEXO A: Autorização do Entrevistado para Conceder Entrevista

ANEXO B: Observações Preliminares

ANEXO C: Linha do tempo a partir do Facebook da Vila Autódromo

ANEXO D: Roteiro de Entrevista

ANEXO E: Processo de Ação Civil Pública

## Anexo A - Autorização do Entrevistado para Conceder Entrevista

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Gabriela Izabel de Alvarenga, sou aluna regularmente matriculada no curso de pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a matrícula 201613360009-1 e orientação do Prof. Dr. Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly. Estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada “Tinha uma Vila no meio do caminho: Ações de resistência efetuadas pelos moradores da comunidade Vila Autódromo contra as remoções realizadas para os Jogos Olímpicos de 2016”, cujo objetivo é analisar como os moradores da comunidade Vila Autódromo resistiram às remoções realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro devido aos Jogos Olímpicos de 2016.

Gostaria de convidá-lo (a) a participar desta investigação, concedendo uma entrevista a fim de desenvolver minha pesquisa. Para a realização da pesquisa, serão coletadas informações dos sujeitos mediante entrevista individual, gravadas em áudio, as quais posteriormente serão transcritas na íntegra. De acordo com as normas éticas nacionais que regulam as pesquisas envolvendo seres humanos, posso garantir que terá: liberdade de adesão ou recusa da participação na pesquisa; liberdade para retirar seu consentimento em qualquer momento, bastando contatar a pesquisadora pelo email e/ou telefone abaixo indicados; sigilo quanto às informações dadas durante a pesquisa e sigilo quanto a sua identidade. O material coletado será utilizado unicamente para os fins deste estudo. A qualquer momento da pesquisa, os participantes poderão desistir e solicitar o cancelamento de sua participação, e caso tenham dúvidas, poderão entrar em contato comigo através do e-mail do e-mail gabriela.i.alvarenga@gmail.com ou do telefone (21) 988883276.

\_\_\_\_\_  
Gabriela Izabel de Alvarenga

Discente do PPGA/MA/UFRRJ – Matrícula: 201613360009-1

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO DO ENTREVISTADO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do número de identidade \_\_\_\_\_, declaro por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa “**Tinha uma Vila no meio do caminho: Ações de resistência efetuadas pelos moradores da comunidade Vila Autódromo contra as remoções realizadas para os Jogos Olímpicos de 2016**” que será realizada no município do Rio de Janeiro, RJ.

Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**E-mail:** \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

## Anexo B - Observações Preliminares

E, em, 23 de abril de 2016, a pesquisadora fez sua primeira visita a campo, sabendo que haveria um evento para a construção de um museu na comunidade. Como especifica a nota de campo abaixo:

*Hoje, dia 23 de abril de 2016, às 10:03h, acabei de chegar aqui na Vila Autódromo. O cenário é semelhante ao que imagino que seria um local que sofreu uma guerra. Sinto um frio, apesar do sol forte que está fazendo hoje. Estou me sentindo um pouco perdida, tem muitos buracos e não há asfalto, somente chão de terra batida e não vejo ninguém. Avistei uma tenda:*

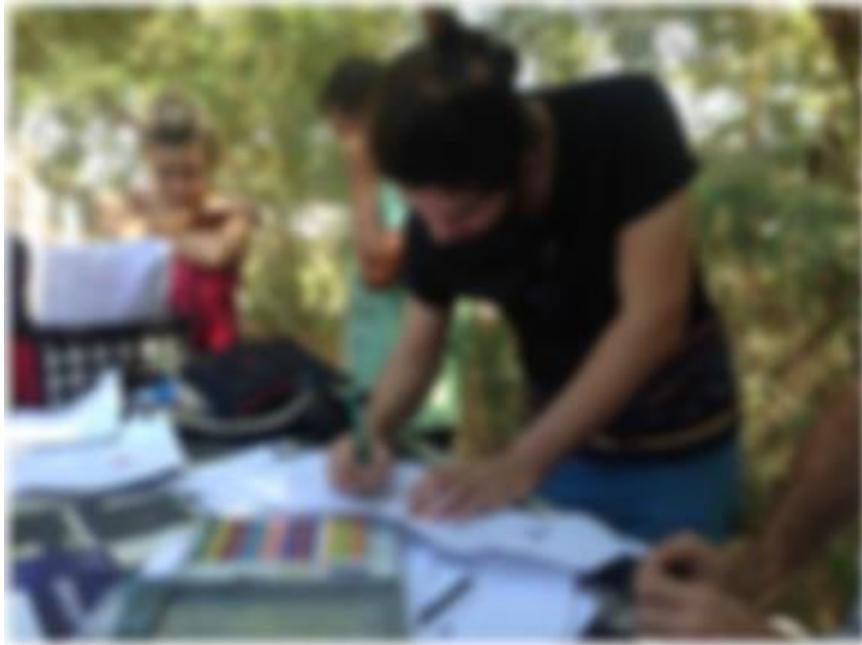


**Figura 23** Tenda vista pela pesquisadora

Fonte: Autora

*Nunca imaginei que fosse ter tanta gente assim...será que todos são pesquisadores? O que essas pessoas fazem aqui? Algumas pessoas estão usando mochila, outras com uma máquina fotográfica em mãos. Muitos estão organizados arrumando o espaço, parece ter uma pessoa que há uma pessoa organizando tudo. Não sei se me aproximo ou se continuando apenas observando. Bom...vou me aproximar para entender melhor o que irá acontecer. Aos poucos todos vão se sentando, formando um círculo, quase todos estão em silêncio, exceto aquela mesma mulher que parecia organizar tudo. Ela fala: “várias pessoas sentiram a necessidade de registrar o que era a Vila [...] quando arrancamos um pedaço da cidade, arrancamos [...] não é o fato de retirar uma casa [...] é o nível de laço afetivo, é a perda de referência”.*

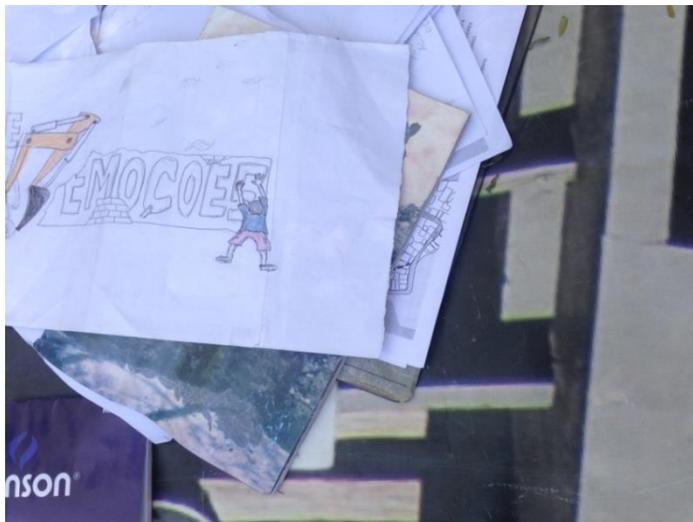
*Apresentei-me e perguntei seu nome, ela respondeu (apoiadora 1) e, disse também, que é professora do curso de arquitetura e que levou os seus alunos para fazerem um trabalho para sua disciplina. Ela me disse que era um trabalho de resgate à memória que está se perdendo, e, também tem o intuito de mostrar as dores que existem dentro desse processo de remoção. Ela foi a todo tempo bastante receptiva comigo, me apresentou a alguns dos moradores. Em seguida, reparo que um rapaz está desenhando*



**Figura 24** Desenho

Fonte: Autora

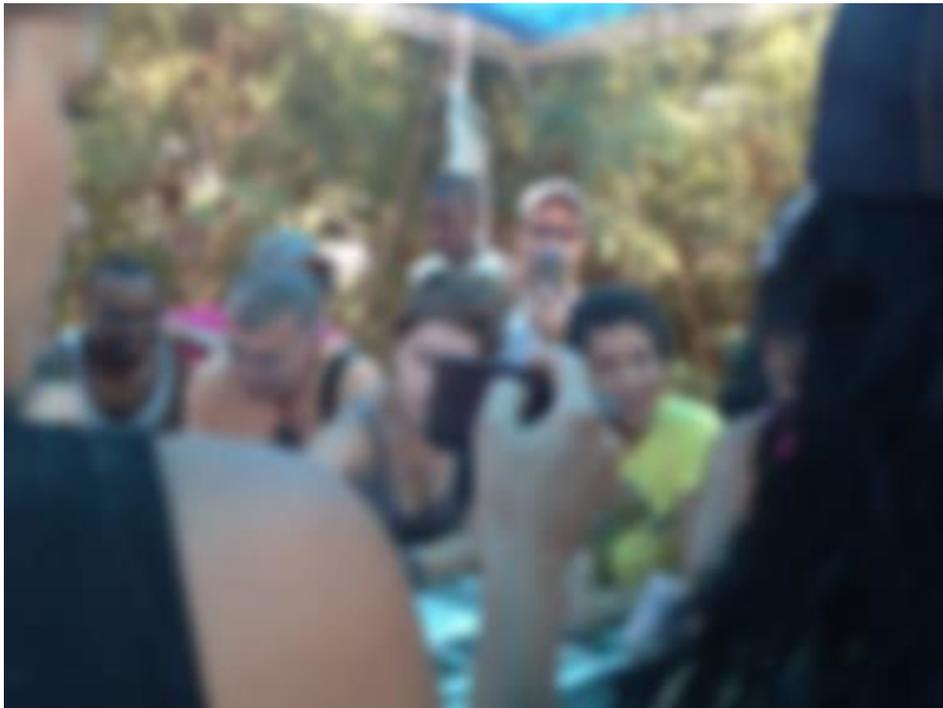
*Aproximo-me para entender o que ele está desenhando e vejo esta imagem:*



**Figura 25** Logo Museu das Remoções

Fonte: Autora

*Eu li sobre Museu das Remoções no evento do Facebook, mas que tipo de museu é esse? Será que as esculturas estão em outro local? Não há como ter um museu aqui. Vários questionamentos aparecem na minha cabeça. Em seguida, outra pessoa toma a palavra, ela começa a desenhar em uma espécie de mapa, demarcando alguns locais com os moradores. Ela pede para que os moradores se recordem de locais que considerem marcantes, mas que tenham sido demolidos. Sempre que ela percebe um sinal de desordem, ela faz com que tudo volte a se organizar, centrando as atenções para o objetivo, como na figura 26*



**Figura 26** Demarcação de locais no mapa com moradores

Fonte: Autora

*Descobri que o mapa era um mapa da comunidade e que a pessoa que estava fazendo as marcações era uma arquiteta e pesquisadora (apoiadora 2), ela tem trabalhado na comunidade para documentar os fatos.*

*Percebo que os moradores demonstram confusão ao relembrar os locais, um fala que tal lugar ficava em uma rua, o outro em outra, ao mesmo tempo, existem pessoas filmando e fotografando com máquinas profissionais. Que contraste! Essas máquinas fazendo parte deste cenário. Os moradores batem palmas ao chegar a moradora 2, uma moradora, parecem ver nela mais um esperança para auxiliá-los a relembrar onde ficava a casa de quem, o bar, os espaços onde se encontravam. Tudo o que um dia foi, mas que não estava mais materialmente lá. Agora, a apoiadora 2 perguntou à moradora 1, dentre os grupos: sociabilidade, resistência e saudade, o que a fazia lembrar quando pensava em sua casa, que havia sido demolido. Prontamente, a moradora 3 foi falando como se todas as palavras lembrassem à casa da moradora 1 e na hora do grupo saudade, virou um coral, todas disseram que essa casa deveria ser incluída nesse grupo. E, depois, elas continuam a relembrar. A moradora busca na memória “depois da casa da ‘ex-moradora 2’ tinha uma casa de um senhor, mas que também quase não ficava com a gente, aí depois dessa casa vinha a casa do ‘ex-morador 3’, pai da ‘ex-moradora 4’ e ex-moradora 5’, lembra?”. E as outras moradoras dizem que sim, a moradora 1 continua dizendo que tinha a loja de vidro depois, mas aí a moradora 3 diz que “não” e que era a casa da ex-moradora 6. E aí a Poliana organiza, dizendo: “então tem a casa da ex-moradora 2, mais uma casa e depois a casa da ex-moradora 6” e todas as moradoras que estão ao redor dela respondem que sim com uma voz de aliviadas por estarem conseguindo relembrar. A moradora 4 afirma que a casa da ex-moradora 6 pode ficar nos grupos de sociabilidade e saudade. Mal terminou o*

*alívio por ter vindo a memória e logo em seguida ter se estabelecido o consenso, que iniciou-se mais uma dúvida, agora, quanto a localização da casa da ex-moradora 7. E a moradora 1 fala: “tinha alguma coisa ali, depois vinha a vidraçaria, depois da vidraçaria que era a loja da...,da...,do e a moradora 3 interrompe: “vinha vidraçaria, depois vinha a casa de um senhor[...].*

*Em seguida, começamos a caminhar pela comunidade com o mapa de alguns locais que foram lembrados e marcados.*



**Figura 27** Mapa da comunidade

Fonte: Autora

*Começamos a buscar destroços que, de alguma forma guardassem lembrança aos moradores. Então, o morador 5 explica o porquê resolveu pegar um pedaço da parede em que estava escrito “Associação de Moradores”. Ele afirmou que quando a prefeitura demoliu a Associação de Moradores da comunidade, vários moradores escreveram “Associação de Moradores nos muros de suas casas”.*



**Figura 28** Morador segurando um pedaço do muro escrito “Associação de Moradores”

Fonte: Autora

*Em seguida, houve a distribuição de sopa para todos que estavam presentes*



**Figura 29** Sopa distribuída aos presentes

Fonte: Autora

*Fiquei surpresa, nunca imaginei que receberia algo para comer, estou tomando enquanto continuamos a caminhada. Vejo outro muro escrito “Associação de Moradores”*



**Figura 30** Muro escrito “Associação de Moradores”

Fonte: Autora

*Continuo a caminhada com o grupo e me deparo com a imagem disposta na figura 31.*



**Figura 31** Frase em muro contra as Olimpíadas

Fonte: Autora

*O morador 5 fala sobre a festa na Igreja, que se realiza todo dia primeiro de maio por ser o dia do padroeiro da capela, fala que a festa é um marco na comunidade e que será a 16ª edição, sendo uma forma para eles arrecadarem dinheiro para reformar a Igreja, “pois é através desta festa e de outros eventos que vamos construindo a nossa igreja Católica aqui dentro”, afirmou o morador 5. Ao mesmo tempo, escuto os barulhos de trator que não param nem por um momento.*

*Uma bandeira do Brasil no telhado de uma casa me chama atenção, algumas casas têm esta bandeira, eu não sei o motivo que envolve este simbolismo.*



**Figura 32** Casa com bandeira do Brasil

Fonte: Autora

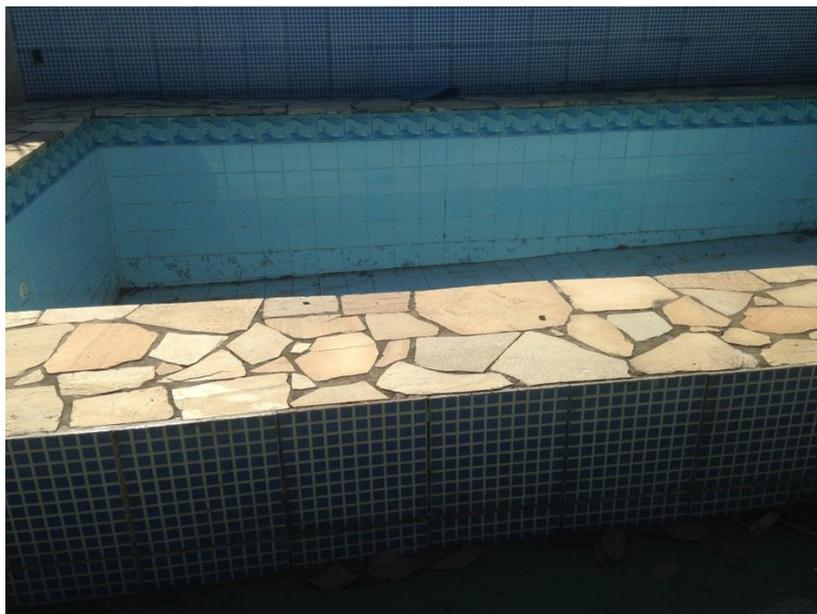
*A Moradora 1 comenta com um tom de nostalgia que essa hora ela estaria ali - aponta para um local- “fazendo churrasquinho, ouvindo som”. Em seguida, ela lembra “olha só o tanto de árvore que tinha ali”. A Moradora 6, me mostra uma plaquinha com um número que demarca que daquele local foi retirada uma árvore que deveria ser replantada.*



**Figura 33** Moradora mostrando placa com número de árvore que deveria ser replantada

Fonte: Autora

*Continuamos a caminhada e entramos em uma casa muito bonita com piscina, mas a casa já estava consumida pelo tempo por aguardar a sua demolição*



**Figura 34** Piscina da casa

Fonte: Autora

*Já são 16h, estamos retornando da caminhada, o Morador 5 informou que terá um churrasco para todos, fico mais uma vez surpresa, não esperava uma recepção tão calorosa, figura 20. Mas aos poucos eu vou percebendo o quanto os moradores gostam da presença de todos ali. Eles chamam de apoiadores as pessoas que gostam de frequentar a comunidade e que auxiliam na luta contra a remoção. A apoiadora 1 afirma que após o churrasco fará uma dinâmica com os moradores.*



**Figura 35** Churrasco feito pelos moradores para quem estava presente na Vila Autódromo

Fonte: Autora

*As apoiadoras 1 e 2 organizam um círculo com os moradores e com uma meia fazendo o formato de bola em mãos explicam a dinâmica. Elas sortearão um local e um morador falará sobre este local, em seguida ele joga a bola de meia para outro morador, ou ex-morador que esteja presente, que também irá falar algumas palavras que remetam àquele*

local. O primeiro local é a associação de moradores. Eu já havia percebido a importância que aquele local tinha para a comunidade, todos afirmam que a Associação de Moradores era um local de encontros e de negociações. A moradora 6 relembra um dia em que houve um evento feminista no local e canta uma música do evento. A moradora 3 afirma que “a Associação teve um papel muito forte, principalmente, no dia da remoção dela...as velas, as amordaças que estávamos usando, os cursos e as festas que aconteciam lá, os cursos dados pela Marinha...muita coisa aconteceu ali...muitas festas. A bola é passada para a moradora 1, ela diz que “todos que passavam por lá [pela associação de moradores] honraram com luta [relembra alguns nomes] Apesar de muita dificuldade sempre se trabalhou pro bem de todos...a ex-moradora 1, o apoiador 3[sociólogo que vem estudando a Vila Autódromo e que parece ser um apoiador, devido ao carinho como foi recebido ao chegar]...sempre presentes...uma das coisas que me recordo muito...nunca gostei de ver nenhuma casa caindo...por isso, eu não quis ver a Associação de Moradores sendo derrubada e eu não fui por isso...todos que passaram foram muito importantes para esta luta[...]”. Em seguida, a bola foi para a moradora 9 que afirma que “lembro só das coisas boas, as ruínas quero apagar”. Logo depois, a ex-moradora 1 recebe a bola e diz “esperei até 2006 pra fazer parte da Associação de moradores, ninguém gostava de pagar a Associação...você tocar uma associação sem direito nenhum é muito difícil...a luta tem que ser política para ter direito...dia três de julho [recordando ao episódio do dia 03 de julho de 2015 com a guarda Municipal] com aquele gás de pimenta e tudo...as brigas entre moradores que trabalhavam na Associação de Moradores não era problemática...veio a horta, a fossa verde e depois a prefeitura destruiu...as brigas com o ex-morador 8 [presidente por muitos anos da Associação dos moradores] não me trouxeram mal algum...quando chegou o momento em que eu tive, fui avisada que estava ameaçada, tive que recuar...fui ameaçada de morte por pessoas que diziam que eu não estava deixando a prefeitura atuar...já se imaginou no lugar do presidente da Associação? por isso que o ex-morador 8, às vezes, era grosso...muitas vezes, a milícia tentava entrar aqui dentro oferecendo projetos...teve um momento em que tivemos que largar o nosso emprego...quase ninguém pagava a Associação dos moradores”. A apoiadora 2 organiza mais uma vez o ambiente e afirma ser preciso de um tempo fixo para cada um falar, pois caso contrário uns falarão muito e outros nada. Em seguida, a bola vai para a moradora 10 que lembra das festas e [devido ao fato de ser mais nova] afirma que ficava pouco nas reuniões, mas que tinha muitas crianças na festa. A moradora 7 para para falar que o céu está lindo. [Essa observação de alguma forma faz com que eu queira agradecer por estar dividindo esse momento com essas pessoas.] Depois, o morador 8 lembra da festa junina tupiniquim, afirmando que “foi fantástica demais.” Em seguida, o tema sorteado é o Horto, que caiu para a moradora 7 e ela afirmou “comecei, mas não acabei”, a próxima é a moradora 6 que diz “eu ajudei a plantar...eu sempre quis ter uma horta em casa...muitos apoiadores vieram e nos ajudaram a plantar”. Depois, o morador 8 diz somente lembrar da mãe dizendo que ia para a horta todo dia de manhã. Depois, a moradora 2 fala que não pode participar muito por causa do serviço, “eu saía muito cedo”. O morador 5 diz que teve a oportunidade de participar muitas vezes, principalmente, na parte da limpeza... “colhi muitos tomates-cereja.” A moradora 1 aponta que poucas pessoas tiveram tempo para se dedicar á horta, mas que mesmo assim foi ótimo. A ex-moradora 1 diz que a horta lembra muitas brigas “briguei para levá-la pra dentro da Associação dos Moradores...eu sabia que não ia funcionar muito na hora, mas hoje, estamos falando nela, né?!...não é difícil ter novamente aqui a horta...”. O próximo local é a lagoa. O morador 8 diz ter brincado muito lá, a moradora 2 lembra-se de que comia peixe-frito. O morador 5 diz ser um local do qual eles gostam muito, principalmente pela beleza... “é muito triste não termos mais acesso à ela” [a área estava restrita, entramos durante a caminhada, mas já não era mais permitida a passagem de pessoas não credenciadas, e isso incluía os moradores, na

figura 36 observa-se os eletrodomésticos das casas que já haviam sido demolidas ou que seriam demolidas próximos à lagoa ].



**Figura 36** Eletrodomésticos de casas que seriam demolidas ou que já haviam sido demolidas

Fonte: Autora

A moradora 11 continua a sequencia dizendo que viveu momentos bons com os filhos. ..“tinha vegetação bem fechada...ficávamos bem á vontade com as crianças...eu me lembro das árvores cortadas...eu fui andando e eram muitas árvores cortadas...cerca de 200 árvores...tive momentos muito bons...era tudo arborizado...ali perto da Ilha Pura [condomínio que inicialmente receberá os atletas e que em seguida será comercializado] tinham pescadores, ali onde construíram o Rock'n Rio também era muito arborizado...eu lembro de passar na lagoa...tinha família de capivara lá, tinha cobra...curti muito pôr do sol ali...tenho fotografias inesquecíveis, que vou guardar dessa comunidade...hoje, foi muito triste entrar no Parque Olímpico, hoje, foi a primeira vez que voltei lá...e ainda vi aquela tubulação imensa caindo esgoto na lagoa.” A moradora 1 é a próxima e diz “tínhamos uma beleza incrível lá...teve um dia que comemos uns 10kg de peixe por lá...é muito triste ver nossa lagoa como está”. A ex-moradora 1 finaliza a dinâmica dizendo “trazíamos as lideranças da comunidade, e o pessoas das universidades internacionais...e nós fizemos um trabalho pra trazer pra cá[...]”. Ela é interrompida pelo bolo surpresa de aniversário feito pelos apoiadores

para a moradora 1.

Fiquei para o aniversário com os demais moradores, apoiadores, ex-moradores e pesquisadores. Em seguida, às 20: 30h retornei de carona com três apoiadores.

### **Outras Visitas da pesquisadora, envolvendo a Vila Autódromo**

Seguindo esta mesma lógica, a pesquisadora continuou frequentando a comunidade e outros espaços com discussões que envolvessem a Vila Autódromo. A mesma continuou elaborando notas de campo, também registrando por meio de fotografias e vídeos. As datas estão dispostas no quadro 2.

**Quadro 2** Visitas a campo

<b>DATA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COLETA DE DADOS</b>
23. 04. 2016	Primeira visita a campo	Vila Autódromo	Fotos, vídeos e notas de campo
14. 05. 2016	Primeira vez que a pesquisadora vê os <i>containers</i> provisórios para moradia e é feita a construção das esculturas do Museu das Remoções	Vila Autódromo	Fotos, vídeos e notas de campo
28. 05. 2016	Andamento da construção dos <i>containers</i> provisórios para moradia e Festa Literária das Periferias (FLUPP)	Vila Autódromo	Fotos, vídeos e notas de campo
18. 06. 2016	Oficinas de literatura e Fotografia	Vila Autódromo	Fotos, vídeos e notas de campo
25. 09. 2016	<u>#OcupaVilaAutódromo</u> , Casas novas prontas e exibição do filme Olympia	Vila Autódromo	Fotos, vídeos e notas de campo
27. 10. 2016	Roda de conversa e lançamento do livro "A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)", editora Revan, com a presença de ex-moradores da Vila Autódromo.	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	Fotos e notas de campo
24. 01. 2017	Conhecendo o Museu da Maré com alguns moradores e apoiadores da Vila Autódromo	Museu da Maré	Fotos e notas de campo
19.03.2017	Apresentação de Documentários sobre a Vila Autódromo	Vila Autódromo	Fotos e notas de campo

Fonte: Autora

No dia 14 de maio, a pesquisadora soube por meio do *Facebook* da Vila Autódromo que haveria a construção do Museu das Remoções, museu este que havia sido discutido em sua última visita a comunidade. A nota de campo e as imagens registradas seguem abaixo.

*Hoje, dia 14 de maio de 2016, às 10:21, estou chegando à comunidade, desta vez vim de carona coma apoiadora 1, que ao longo do trajeto de Niterói até a Vila Autódromo, me*

*contou que durante um trabalho que estava fazendo com seus alunos na comunidade, conheceu o geógrafo britânico David Harvey, o mesmo quis conhecer a Vila Autódromo em sua visita ao Brasil. Ela me disse que estava trabalhando na reforma do parquinho da comunidade com um copo de guaraná natural na mão e sem ter tido tempo para se arrumar, foi quando a moradora 3 a chamou dizendo que o David Harvey gostaria de conhecer a professora que estava realizando aquele trabalho. Conforme relatado por ela, os dois se apresentaram e ele elogiou o trabalho que ela estava fazendo com a turma em prol da comunidade.*

*Já na comunidade, o cenário é de muitos escombros, containers e a mesma tenda que estava na visita anterior.*



**Figura 37** Tenda na Vila Autódromo no dia 14 de maio de 2016

Fonte: Autora

*Começo a andar pela comunidade, a sensação do que imagino para um local em guerra é ainda maior que na visita anterior. Ando um pouco e vejo uma televisão velha e suja de poeira abandonada no chão, estou sozinha, não sei se ela já não estava mais funcionando, ou se a pessoa teve que retirar suas coisas às pressas e não deu tempo de levá-la.*

*Vejo que a quantidade de pessoas embaixo da tenda começa a aumentar, me aproximo. A apoiadora 1 está convidando quem está afastado para que se aproxime também, em seguida, ela pede que todos busquem escombros que considerem interessantes para a construção das peças do museu. E informa que alguns de seus alunos iniciaram o planejamento do que iriam construir. Os grupos foram divididos entre os alunos da turma, que ficaram com a atribuição de reconstruir, por meio de esculturas feitas de escombros próximos aos locais onde ficavam a casa da Penha, a casa da Heloísa, o parquinho, a Associação dos Moradores, a Igreja [que ainda permanece], a casa da Jane, do espaço ocupa que ficava na casa da Conceição. Não só os alunos foram em busca de escombros que*

*poderiam se transformar nas esculturas; eu, os moradores, a apoiadora 1 e mais uma apoiadora que estava presente, fomos andar pela comunidade para recolher material.*

*Enquanto ando pela comunidade, vejo os muros que separam a área que ficou delimitada para a comunidade da área em que as obras do Parque Olímpico estavam acontecendo. Os muros improvisados estão repletos de frases de indignação que foram escritas pelos moradores, acredito que, em especial, pelo morador 12, pois ele costuma colocar no grupo do Whats App “Ocupa Vila Autódromo” fotos de frases que escreveu nos muros.*



**Figura 38-** Muros com frases de indignação escritas por moradores

Fonte: Autora

*Continuo caminhando pela comunidade, estou sozinha, me afastei um pouco dos outros, a sensação que sinto é diferente. Em grupo, tenho a sensação de que estou segura, sozinha sinto um pouco de receio, as máquinas, os barulhos, o chão de terra todo molhado e esburacado...não sei...sinto um aperto, mais que uma sensação, sinto um sentimento de medo mesmo. Ando mais um pouco e vejo os containers que serão residência por um período até as casas feitas pela prefeitura ficarem prontas. Os funcionários da prefeitura estão sempre presentes andando pra lá e para cá com terras, máquinas, carrinhos de mão. Não há privacidade naquele espaço. Observo as crianças olhando dentro do container, olhando o que será a sua casa provisória.*



**Figura 39:** Crianças olhando o *container*, a casa provisória

Fonte: Autora

*Ao mesmo tempo em que os moradores demonstram reações de felicidade com a presença dos containers, percebo um receio de acabarem ficando ali para sempre, pode ser somente uma sensação minha...não sei. Um pouco mais a frente vejo um garotinho de aproximadamente uns seis anos olhando aquelas coisas quebradas e espalhadas pelo chão, esta foi a primeira vez que o vi lá.*



**Figura 40:** Criança observando os escombros

Fonte: Autora

*E, quando eu estava tirando uma fotografia dele, ele se aproximou e falou: “oi, por que você está tirando fotos?”, daí eu respondi que estava estudando, conhecendo a Vila Autódromo, então, ele me disse que sua avó morava na Vila Autódromo e apontou mostrando a casa. Estávamos olhando a parte de trás da casa, daí eu fui caminhando para olhar a parte da frente, então vi algo que me chamou a atenção, como mostra a figura 41.*



**Figura 41:** Casa vendendo refeição

Fonte: Autora

*Estava escrito “temos refeição” ao mesmo tempo em que continha as frases “não vendi minha casa, nem meu direito de co-existir” e “ficaremos porque temos direito”. Procurei saber para quem eles vendiam refeição, descobri que apoiadores e funcionários das obras costumavam almoçar ali. Porém, esta casa seria completamente demolida hoje. Nunca havia visto uma demolição de maneira presencial, somente havia visto vídeos na internet. E o garotinho que estava me acompanhando durante a caminhada me disse “tá vendo, não tem mais nada dentro da casa da minha avó” e toda família dele estava sentada em uma espécie de meio fio quebrado observando a casa ao lado de funcionários da prefeitura, uns com camisa de botão e outros com uma roupa mais simples como uma espécie de macacão, todos eles utilizando um capacete de proteção. Continuei caminhando e vi escrito “Associação” em um pedaço de ferro com uma grade na frente. A quantidade de entulhos empilhada era muito grande, havia boneca junto com uns pedaços de ferro e bicicleta quebrada. Dentro de uma casa tinha uma caixa de pizza em meio a muita poeira, azulejos quebrados e fezes de animais. Nesta mesma casa, em outro cômodo, tinha uma cômoda de madeira já bastante destruída e rodeada de retalhos e fios velhos, na realidade nem sei eram velhos realmente ou se estavam desgastados pelo tempo e por estarem expostos a tanta poeira.*

*Vendo toda a mobilização dos alunos recolhendo os objetos para a construção do museu, decidi perguntar a apoiadora 1 se eu poderia colaborar com algum grupo. Daí ela disse que sim, que o grupo da casa da Dona Jane estava precisando de auxílio. Fui até eles, e perguntei como poderia ajuda-los. Primeiro, eles pediram para que eu recolhesse algumas pedras e tijolos quebrados, depois solicitaram que eu buscasse um pouco de água para limparmos os pinceis. A cada ida, eu observava o empenho dos alunos, todos estavam trabalhando bastante, carregando baldes com água, tijolos, utilizando carrinhos de compra para carregar o que fosse mais pesado, os que já estavam finalizando a escultura, varriam ao redor. Eu, em seguida, comecei a pintar. Eu levei umas tintas, uma cola, uns pinceis, uma caneta piloto e uma casinha de madeira. O garotinho continuou ao meu lado, perguntou se ele podia ficar com a casinha de madeira para ele e me auxiliou a pintar o que seria o telhado da casa. O grupo de alunos que delimitou as cores, uma parte do telhado seria decorada como uma camuflagem com cores que remetessem ao Exército, e a outra parte seria em marrom. Além dos alunos, havia uma apoiadora e estudante de mestrado, amiga da apoiadora 1 e volta e meia um rapaz vinha nos filmar e nos fotografar, pois ele estava fazendo um documentário sobre a comunidade como TCC de sua graduação.*



**Figura 42** Pesquisadora auxiliando a construção da escultura com um dos netos de uma moradora

Fonte: Autora

*Ficamos aproximadamente três horas ali pintando e conversando, ele me contou da escola, das festinhas de aniversário e dos amigos. O resultado final da escultura ficou como mostra a figura 43.*



**Figura 43:** Escultura “Suporte dos Males”

Fonte: Facebook do Museu das Remoções. Disponível em: <https://www.facebook.com/museudasremocoas/>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

*Depois, todos os grupos presentes foram conhecendo as outras esculturas e recebendo explicação de quem as havia construído. A primeira que conhecemos foi a representação do que era a casa da ex-moradora Heloísa, que utilizava o seu espaço também para fins religiosos. A escultura recebeu o nome de “Vila de todos os santos” havia também escrito na placa informativa “um dia todos saberão que a sabedoria e a consciência do povo é o medo daqueles que ali não estão, um dia, todos irão se lembrar que quando o povo luta não há motivos para se amedrontar”. Um dos alunos afirma que “o nosso monumento é uma homenagem a Dona Heloísa [como mostra a figura 44], a Dona Heloísa foi moradora da Vila Autódromo, a casa dela foi removida, a casa dela ficava um pouco mais atrás [aponta mostrando para trás do muro que delimita a comunidade neste momento], ela tinha um centro de Candomblé, o monumento representa ela e a atividade dela na Vila e inclusive a luta, foi feito um círculo de tijolos representando a casa dela, e, também o espaço físico da Vila como um todo, e, também, nós colocamos pedras pequenas do lado esquerdo, representando a população que está presente neste espaço, em contrapartida, a pedra grande do lado direito, que seria a representação do governo, e um muro que está separando estes dois. A pedra está representada com a cor dourada representando todo o capital e ganância e tudo o que eles desejam com essa remoção e a bandeira branca junto com o muro representa o desejo de paz e de direitos que essas pessoas querem conquistar.”*



**Figura 44:** Escultura “Vila de todos os santos”

Fonte: Facebook Museu das Remoções. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/museudasremocoes/>. Acesso em: 27 de abril de 2016.

*Logo depois, passamos para a escultura que eu havia auxiliado a construir, que foi denominada de “Suporte dos males” [como visto na figura 43]. Uma das alunas inicia a apresentação da escultura mostrando fotos antigas e dando explicações para as fotos, uma das fotos mostra uma série de máquinas de obras próximas ao local em que ficava a casa “aqui, é...a pressão psicológica que aumentava, que é do lado da casa dela” e a aluna continua “é a escultura da casa da Dona Jane, representando toda a luta que ela e os moradores tiveram para tentar manter a casa dela, então, de um lado, no caso, as pedras coloridas simbolizam os moradores e a Dona Jane suportando todos os males que vêm dos*

órgãos públicos, que vêm de fora, né?! Que, na verdade, é essa parte aqui [aponta para o telhado quebrado com cores do exército] que seria começando a destruição, o telhado quebrado simbolizando essa guerra que eles tornaram contra os moradores da Vila Autódromo e, aqui, representando o poder legislativo, executivo e judiciário, colocando o povo acima dos três, porque o povo é que está acima de qualquer coisa independente [...] o que marcou muito a casa dela foi a luta dela e dos outros moradores para tentar manter a casa dela.”

A próxima escultura foi a referente à Associação dos Moradores [como pode ser visto na figura 45] e recebeu o nome de “A Associação sou eu”. De acordo com um dos alunos “a Associação era um local de reunião, de união, de...né?! das pessoas, então, como essa peça ali [aponta para o que se tornou a mesa] já visualizei uma mesa, e, a partir daí, a gente começou a construir, mesa precisa de banco, conseguimos arrastar isso daí, surgiu a ideia, de como estava no baixo, levantar uma bandeira que está escrito ‘a Associação sou eu’”.



**Figura 45:** Escultura “A associação sou eu”

Fonte: Autora

Em seguida, fomos para a escultura representando o parquinho [como mostra a figura 46], que recebeu o nome de “doce infância”, na placa informativa continha, além do nome, a frase “se existe uma magia em lutar, além dos limites da resistência, esta é a magia de arriscar tudo por um sonho”. A própria professora (apoiadora 1) falou “então, a gente aproveitou peças do próprio parquinho [o parquinho da comunidade havia sido revitalizado com o auxílio dessa mesma professora e de seus alunos]” e, em seguida, após muita indecisão de quem iria falar dois alunos complementam “a ideia é de colorir bem pra ficar a praça na história”. Um dos alunos pergunta o nome do garotinho que tem me acompanhado, ele responde e em seguida o aluno fala “aí, imagina você escorregando ali [apontando para a escultura]?” e eles riem.



**Figura 46** Escultura “doce infância”

Fonte: Autora

*A próxima é a do “espaço ocupa” [como mostra a figura 47] e “casa da Conceição”, os alunos falam “aqui é o espaço ocupa e a casa da Dona Conceição”[...] pelo que nós entendemos o espaço ocupa era o ponto de encontro da comunidade, então, todos os eventos eram aqui, eles tinham um espaço de convivência, um espaço que era alegria, agora, eles vão ficar presos em um container [...] dramatizamos mesmo toda a situação que eles passaram da demolição [...] e tem também as fotos das festas feitas no espaço, então a gente coloriu e usamos todo material que nós achamos aqui mesmo e, só implementamos com as tintas que nós trouxemos [...] tudo incluindo tijolo e material, nós encontramos aqui.*



**Figura 47:** Escultura “Espaço Ocupa e casa da Conceição Queiroz”

Fonte: Autora

Posteriormente, seguimos para a escultura representando a casa da Dona Penha, que recebeu o nome de “Penha e muitas faces” [como mostra a figura 48], que, posteriormente, recebeu uma placa informativa com uma frase dita pela própria moradora “Meu nome é Maria da Penha, tenho uma Igreja, tenho uma lei, só não tenho direito à moradia”. O aluno faz a apresentação “essa escultura está representando a casa da Dona Maria da Penha, essa escultura foi pensada [aponta para um símbolo feminino pintado em rosa] para ser um símbolo feminino, que é a resistência das mulheres na demolição da Vila, por isso que a gente fez um símbolo feminino sobre os escombros para representar a luta das mulheres nesta causa”.



**Figura 48:** Escultura “Penha e muitas faces”

Fonte: Autora

A última visita é até a escultura da Igreja [como mostra a figura 49], mas, a Igreja da comunidade não foi demolida, como no caso dos espaços representados pelas outras esculturas. O nome dado ao monumento foi “A luz que não se apaga”. A aluna explica “então a gente fez aqui o poste representando como ferro, como aço, como força, que ainda está aqui desse jeito que sempre esteve, nós temos ali o ninho, que representa o aconchego, acolhedor de todo o pessoal da comunidade...sempre retribuindo a Igreja com os eventos, com tudo o que aconteceu, a força também está aqui em baixo na base[...] a Igreja sempre presente e acolhendo a todos, independente [um museólogo que apoia a comunidade pergunta: “e aquele espelho?”] aquele espelho é o que reflete a imagem da comunidade como um todo, até mesmo com os outros edifícios que vem fazendo a sombra, escurecendo a comunidade”.



**Figura 49:** “A luz que não se apaga”

Fonte: Autora

*Quando sigo me aproximando da tenda que foi construída para iniciar o encontro, vejo que está sendo preparado um churrasco. A mesa está coberta por várias comidas trazidas pelos alunos, apoiadores e pesquisadores, eu levei um quilo de carne. O garotinho continua perto de mim, coloco o prato dele, e, em seguida, coloco o meu. E, almoçamos juntos sentados próximos a um container perto da casa da avó dele. Terminamos de comer, ficamos conversando, até que ele trouxe um pratinho de plástico com o seu primeiro nome escrito e me disse “está vendo, sei escrever meu nome”. Logo após, começo a ver a movimentação de algumas pessoas em direção à casa da avó dele, umas quatro pessoas saíram da tenda para ir pra lá. Fomos também e ficamos observando, até que se iniciou a demolição completa da casa [como mostra a figura 50].*



**Figura 50:** Demolição da casa

Fonte: Autora

*Ficamos observando, foi então que ele falou “olha a casa da minha avó...agora derrubou, né?![...]e [repetia interjeições como ahh...ual...] ali tem uma casa de marimbondo [apontando para a casa], ele vai te picar, já sei disso [...]coitadinha da casa da minha avó.” Confesso que acompanhar essa cena foi um dos momentos mais difíceis que já vivi lá.*

*Depois, os alunos se reuniram para gravar um vídeo [que seria colocado no facebook do Museu das Remoções] convidando a todos para conhecerem o museu. Após muitas tentativas, o vídeo foi gravado. Quando eu estava caminhando para sair da Vila, escuto o grito do garotinho que me acompanhou durante todo o dia “gabi”, olhei para trás e parei, daí ele me disse “fiz um presente pra você [...] não queria que você fosse embora”. Era a casinha de madeira que eu havia dado a ele enquanto fazíamos a escultura, só que, agora, ela estava pintada.*



**Figura 51** Presente recebido pela pesquisadora  
Fonte: Autora

### Anexo C - Linha do tempo a partir do Facebook da Vila Autódromo

<b>Data do Evento</b>	<b>Local</b>	<b>Evento</b>	<b>Outras Informações</b>
4 de setembro de 2012	Prefeitura	Lançamento do Plano Popular	Equipes da universidade, moradores e apoiadores da Vila Autódromo estiveram na porta da Prefeitura para o lançamento do Plano Popular. Na reunião, o prefeito Eduardo Paes não se comprometeu com a urbanização e a permanência da comunidade e não disse qual seria o motivo da remoção.
20 de outubro de 2012		Reunião: GT sobre a garantia do direito humano à moradia adequada do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana Secretaria de DH da Presidência da República e Vila Autódromo	Missão do GT sobre a garantia do direito humano à moradia adequada do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana Secretaria de DH da Presidência da República se reúne com a Vila Autódromo e outras comunidades (em especial, as atingidas pela Transoeste).
15 de junho de 2013	Quilombo da Gamboa - Rua da Gamboa 345, Gamboa - Rio de Janeiro	COPA POPULAR CONTRA AS REMOÇÕES!	No próximo sábado (15), quando terá início a Copa das Confederações no Brasil, uma outra copa estará acontecendo no Rio de Janeiro, a Copa Popular Contra as Remoções! Um campeonato que quer promover a integração das comunidades ameaçadas por esse projeto de cidade que exclui a população de baixa renda do Rio de Janeiro.
16 de junho de 2013	Parquinho – Vila Autódromo	Resultados do projeto de cartografia com as crianças da Vila Autódromo.	
29 de junho de 2013		Vila Autódromo presente em manifestação contra as remoções	
18 de julho de 2013	Escadarias do prédio do Ministério da Fazenda, no Centro do Rio	Vigília	Moradores das comunidades do Horto, Vila Autódromo e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia fazem vigília contra as remoções (RJ)
20 de julho de 2013	Concentração: Associação de Moradores – Vila Autódromo	Ato de Protesto #RioSemRemoções	“A Comunidade de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, em tempos de luta pela cidadania plena e pela conquista de todos os direitos que foram sequestrados das trabalhadoras e trabalhadores desta cidade, CONVOCA todas as

			Comunidades, os Movimentos Sociais e seus apoiadores para um ATO DE PROTESTO na Comunidade:  1. Pelo direito à moradia e à cidade! 2. Não às remoções! 3. Contra a militarização da polícia!”
6 de outubro de 2013	Rio Centro	Convocatória para fazer frente aos novos projetos da Prefeitura para a Copa e Olimpíadas	
7 de novembro de 2013	Em frente à Prefeitura	ATO PÚBLICO PELA PERMANÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO!	O ato foi um pedido dos moradores que desejam permanecer na comunidade, e têm como objetivo garantir os direitos daqueles que não querem ser removidos à força da Vila Autódromo e reassentados nos apartamentos do projeto "Morar Carioca".
10 de novembro de 2013	Vila Autódromo	missa campal	[moradores] levam bandeira-símbolo da luta contra a remoção de nossa comunidade para a missa campal realizada na comunidade pelo Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Orani Tempesta.
26 de março de 2014		DEFENSORIA DERRUBA LIMINAR CONQUISTADA PELA PRÓPRIA DEFENSORIA	Defensor Público Geral derrubou liminar expedida pela Desembargadora TERESA DE ANDRADE CASTRO NEVES, impedindo a Prefeitura do Rio de realizar demolições na comunidade Vila Autódromo até que apresentasse documentos sobre o projeto de urbanização da área.
03 de junho de 2014		Envio de carta aberta da Associação dos Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo à Presidência da República	Motivo: permanência na comunidade e garantia de direitos
Imprecisão quanto a data Postado em 14 de agosto de 2014	Prefeitura	Ida à Prefeitura	Moradores vão à prefeitura, esta semana, para cobrar do prefeito a promessa de urbanizar a parte da comunidade que vai ficar.
24 de setembro	Entrada da Vila	Café da manhã solidário	

de 2014	Autódromo		
17 de outubro de 2014	Vila Autódromo	Carta da Vila Autódromo ao Desembargador Antônio Ibrahim.	
11 de novembro de 2014	Vila Autódromo	Desembargador Antônio Ibraim visita a comunidade	
18 de novembro de 2014	Espaço Itaú de Cinema	Apresentação do filme Se Essa Vila Não Fosse Minha	O documentário Se Essa Vila Não Fosse Minha foi selecionado para o Doc Brazil Festival, evento anual que acontece em Pequim. Entre os mais de 80 filmes inscritos, a produção está entre os sete que serão exibidos. É mais um passo para dar visibilidade à luta das famílias que vivem ao lado do Parque Olímpico Rio 2016.
26 de novembro de 2014	Vila Autódromo	Jornalistas de uma TV da Espanha estiveram na comunidade para registrar a atual situação.	
Imprecisão quanto a data Postado em 06 de março de 2015		Protesto: Mulheres na Luta	
01 de abril de 2015	Imprecisão quanto ao local	Protesto: LUTA DA VILA AUTÓDROMO CONTRA AS MENTIRAS DA PREFEITURA DO RIO	Moradores e apoiadores fazem barricadas e faixas, a maioria usa a camisa SOS Vila Autódromo
27 de abril de 2015	Auditório da Câmara Municipal do Rio	Exibição do documentário "Se essa vila fosse minha" com debate sobre as remoções	Vereadores Jefferson Moura e 1 promovem a exibição do documentário "Se essa vila fosse minha" - do diretor Felipe Pena, que conta a história recente da comunidade.
14 de maio de 2015		Nota Pública: Defensoria Pública repudia declarações do prefeito Eduardo Paes sobre Vila Autódromo	A Defensoria Pública do Rio de Janeiro manifesta seu repúdio às declarações do prefeito Eduardo Paes publicadas na edição de 14 de maio de 2015 do jornal O GLOBO, na reportagem "Apesar de indenizações milionárias, prefeitura não consegue acabar com a Vila Autódromo".
02 de junho de 2015	Câmara Municipal do Rio de Janeiro	Audiência pública sobre a ameaça de remoção da Vila Autódromo e Vila União de	

		Curicica.	
04 de junho de 2015	IML	Moradores fazem exame de corpo de delito.	Dona Penha precisará realizar uma cirurgia
11 de junho de 2015		Reunião para entrega do abaixo-assinado para que seja feita uma audiência no gabinete do prefeito Eduardo Paes	Nas fotos aparecem moradores, o Vereador 1 e outras pessoas
14 de junho de 2015	Praia de Copacabana	ATO ECUMÊNICO PELA PERMANÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO	Para mostrar para uma parte da sociedade carioca o que a Vila Autódromo vem passando nos últimos anos, em relação à violência ao processo ilegal de remoção.
18 de Julho de 2015	Vila Autódromo	Atividade da Pastoral de Favelas, com plantio de mudas e Missa Campal e FESTA JUNINA COMUNITÁRIA	
25 de Julho de 2015	Vila Autódromo	Segunda atividade de cartografia afetiva com as crianças da Vila Autódromo e Roda de conversa com as mulheres da Vila Autódromo e oficina de batuque com a Marcha Mundial de Mulheres	
28 e 29 de julho de 2015	Vila Autódromo	Atividades e oficinas do Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura (ENEA)	
02 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Atividade com a equipe do Plano Popular de elaboração de fotografia das casas e elaboração de cartazes.	
08 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Festival cultural com indicativo de shows do El Efecto (a confirmar) e Samba Brilha (a confirmar), Feira do Bonde (a confirmar), oficinas e apresentação do Centro de Teatro do Oprimido e batucada com moradoras e a Marcha Mundial de Mulheres.	
13 de julho de 2015	Vila Autódromo	Inserção da Faixa: Respeite as leis, prefeito!	Escrito na faixa: A Comunidade tem concessão de uso dado pelo Estado

			desde 1992
14 de Julho de 2015	Vila Autódromo	Prefeitura jogou caminhões de terra e abriu um imenso buraco ao lado da casa da moradora Jane	“Após tentar verdadeiramente nos enganar, iniciou-se um jogo de empurra. Em vários momentos, ele dizia que “aquilo ali não é obra da Rio Mais, é do outro consórcio”. A prefeitura se utiliza deste subterfúgio há anos: dificulta a localização de nosso interlocutor para facilitar a remoção. Ela cria uma confusão proposital, com o objetivo de nos forçar a sair.”
4 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Visita de desembargadores que estão acompanhando a situação de violação de direitos. DENÚNCIA: Oficial de justiça que estava no dia 03 de junho e incitou a tropa de choque a espancar moradores dizendo: "...depois que arrebentar o primeiro o resto corre..." levou os desembargadores à comunidade	“Nós, o Núcleo de Terras da Defensoria Pública e os técnicos da UFRJ que nos ajudaram a formular o Plano Popular de Urbanização entregamos a eles uma série de documentos relatando nossa história e demonstrando as pressões e violências cometidas pelos agentes da prefeitura [...] subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá tentou, de diferentes maneiras, tumultuar a situação. Hoje, diferentes agentes estavam na comunidade, tentando pressionar os moradores que resistem a injusta remoção, bem como ameaçando outros.”
4 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Vigílias, barricadas, comunidade sem luz	
5 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Colocação de faixas nas grades para o Parque Olímpico	
15 de agosto de 2015	Vila Autódromo/ Quadra de Esportes e Igreja	Festival Cultural #OcupaVilaAutódromo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discotecagem da Festa Da Música Tupiniquim</li> <li>- Despertar do Festival com a Marcha Mundial de Mulheres</li> <li>- Apresentação do Centro de Teatro do Oprimido</li> <li>- Coletivo Lá Vai Maria</li> <li>- El Efecto</li> <li>- Mc Aramis e DJ Foux + Batalha de rimas</li> <li>- Robinson de Sá e Banda</li>   <li>- Exibição de filmes</li> <li>- Projeções nos escombros com Coletivo Projeção</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Microfone aberto</li> <li>- Lançamento do livro SMH 2016</li> <li>- Atividades recreativas com crianças</li> </ul>
Imprecisão quanto a data Foto postada em 15 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Mulheres em marcha contra a remoção	
16 de agosto de 2015		Em entrevista ao jornal BBC, da Inglaterra, o prefeito Eduardo Paes afirma que moradores da Vila vão ficar	“Em entrevista à BBC de Londres, o atual prefeito do Rio de Janeiro disse que parte da Vila Autódromo vai permanecer onde está...”
22 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Colagem de adesivos nas casas de moradores que não querem sair	O adesivo informa o número do processo judicial
28 de agosto de 2015	Vila Autódromo	Colocação de Placas “querem trabalhar em paz? Não nos deixem sem água”	“COMUNIDADE PARA DERRUBADA DO MURO DO AUTÓDROMO, ALEGANDO DESTRUÇÃO DOS CANOS D'ÁGUAS.”
6 de setembro	Próximo ao Rio Centro (Imprecisão quanto ao local)	Colocação de Faixa Viva Vila Autódromo e “atropelo das leis truculentas...”	
12 de setembro de 2015	Entrada do Rio Centro e Vila Autódromo	Campanha de Doação de Livro para Biblioteca da Comunidade	<p>Entre os dias 03 e 13 de setembro estará acontecendo a Bienal do Livro 2015, no Rio Centro, bem perto da Vila Autódromo.</p> <p>A comunidade passa por um processo de tentativas violentas de remoção, mas segue existindo, resistindo e re-existindo! Por isso, os moradores estão criando uma Biblioteca Comunitária, para melhorar as condições de vida e lazer apesar de todos os escombros deixados pela Prefeitura.</p> <p>Colabore doando livros, aproveite que vai comprar livros novos e deixe os já lidos na Vila Autódromo!</p> <p>Teremos postos de doação nos dias 07/09 (segunda-feira) e 12/09</p>

			(sábado), na entrada do Rio Centro e na entrada da Vila Autódromo,
12 de setembro de 2015	Vila Autódromo	Apresentação da Cartografia Aérea de Vila Autódromo - Ato Público - #OcupaVilaAutódromo	A cartografia aérea da Vila Autódromo foi composta a partir de 20 fotografias selecionadas dentre 1238 que foram tiradas a uma altitude de 200 a 300 metros entre 9 e 11 horas da manhã de 15 de agosto de 2015. A cartografia é uma iniciativa da #dronehackademy, um laboratório cidadã e comunidade de aprendizagem de uso dos drones como tecnologia social. Foi realizada por Pablo de Soto, Douglas Monteiro e Marlus Araujo em parceria com o MediaLab.UFRJ e em colaboração com moradores da comunidade. A cartografia foi composta com a ferramenta online Mapknitter de Public Lab, uma organização e rede aberta de ciência cidadã.
24 de setembro de 2015	Centro do Rio	ADESIVANDO A CIDADE	Adesivo: Viva a Vila Autódromo
28 de setembro de 2015	Parque Olímpico	ADESIVANDO A CIDADE	Adesivo: Viva a Vila Autódromo
29 de setembro de 2015	Centro do Rio	ADESIVANDO A CIDADE	Adesivo: Viva a Vila Autódromo
1 de outubro de 2015	Barra	ADESIVANDO A CIDADE	Adesivo: Viva a Vila Autódromo
2 de outubro de 2015	Vila Autódromo	Moradores recebem o senhor Eduardo Valdosk, da Secretaria Geral da Presidência da República, e apresentam a ele a situação da comunidade.	
4 de outubro de 2015	Carrefour - Barra	ADESIVANDO A CIDADE	Adesivo: Viva a Vila Autódromo
12 de outubro de 2015	Vila Autódromo	Churrasco comunitário	- Atividades com as crianças! - Fanfarra Ataque Brasil! - Exibição de documentário: A Tornallom Dir. Videohackers & Enric Peris O documentário conta a história de resistência de uma comunidade rural

			<p>nos arredores de Valência, na Espanha.</p> <p>Na luta contra a especulação imobiliária que quer expulsá-los da terra cultivada há séculos por seus antepassados, os moradores de La Punta buscam a solidariedade do “movimento okupa”.</p> <p>- BNEGÃO</p> <p>- AIKA - Liga Feminina de Rap</p>
14 de outubro de 2015	Vila Autódromo	Encontro de apoiadores e moradores	Com o objetivo de evitar demolições ilegais
18 de outubro de 2015	Vila Autódromo/ Beira da Lagoa	Ato em defesa da Casa de Nanã: Viva a Vila Autódromo!	Atividade promovida pela Mãe Luisinha de Nanã, que é a sacerdotisa de um terreiro de candomblé antigo na Vila Autódromo
19 de novembro de 2015	Assembleia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ)	Aprovada a entrega do primeiro Prêmio Dandara para Heloisa Helena Costa Berto, a Yalorixá Luizinha de Nanã.	
28 de novembro de 2015	Vila Autódromo	II Festival Cultural #OcupaVilaAutódromo	<p>A partir das 10hs:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina de Cinema e Direitos humanos para crianças.</li> </ul> <p>A partir das 14hs:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lá Vai Maria</li> <li>- Batalha de Fanfarras com Ataque Brasil e Marofas Grass Band</li> <li>- Roda de capoeira com o mestre Adilson Acuca, do Quilombo do Camorim</li> <li>- Patricio e seus teclados</li> <li>- Dj Allan Ribeiro</li> <li>- Dj Lencinho</li> <li>- Homenagem ao dia da consciência negra com a entrega da medalha Pedro Ernesto (Câmara dos Vereadores do Rio) e entrega simbólica do Prêmio Dandara (ALERJ) para Heloisa Helena Berto, a Yalorixá Luizinha de Nanã.</li> </ul> <p>A partir das 19:30h:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- InterSessão - Festival de cinema de rua + roda de conversa: Resistência e auto-organização das mulheres</li> <li>Exposição de charges permanente do Tvarez.</li> </ul>
02 de	Vila	PROTESTO NA VILA	Objetivo: bloquear a entrada, não

dezembro de 2015	Autódromo	AUTÓDROMO	deixando os caminhões e tratores entrarem.. Atividade realizada para chamar atenção e exigir tanto da prefeitura, quanto da Rio Mais, responsável pelas obras do Parque Olímpico, que realizem melhoramentos das ruas da comunidade, que estão horríveis e intransitáveis.
03 de dezembro de 2015	Vila Autódromo	PROTESTO NA VILA AUTÓDROMO: barricadas com pneus e faixas	Moradores continuam convidando a todos que puderem ir colaborar com a comunidade
04 de dezembro de 2015	Vila Autódromo	PROTESTO NA VILA AUTÓDROMO	“Continuamos com a ocupação das entradas da comunidade, controlando o fluxo de caminhões e tratores das obras do Parque Olímpico. Ficaremos aqui até a prefeitura atender nossas reivindicações de melhorias das vias da comunidade.”
13 de dezembro de 2015	Vila Autódromo	Frase escrita no muro que delimitava a Vila	“Senhores juristas, cuidem para que a justiça não vire um balcão de negócios ou um teatro de marionetes.”
13 de dezembro de 2015	Vila Autódromo	Colocação de faixa / DENÚNCIA	“Prefeito, ninguém mandou o senhor colocar a Vila Autódromo no pacote de terras públicas para entregar as empreiteiras. Vila Autódromo fica” “ORIENTAÇÃO: SEGUNDO MATÉRIA CONCEBIDA PELO SENHOR CARLOS CARVALHO A BBC BRASIL, FOI ENTREGUE POR ELE AO PREFEITO 1 BILHÃO POR MILHÕES DE M² DE TERRAS PÚBLICAS PARA SEREM CONSTRUÍDO CONDOMÍNIO DE LUXO APÓS AS OLIMPIADAS 2016; INCLUSIVE O TERRENO DE NOSSA COMUNIDADE. ORIENTAMOS AO PREFEITO QUE DEVOLVA PARA O SENHOR CARLOS CARVALHO UMA PARTE DESSE DINHEIRO QUE CORRESPONDE AO TERRENO DE VILA AUTÓDROMO, PORQUE ALÉM DE NOSSOS TERRENOS NÃO ESTAREM A VENDA, NÃO IREMOS SAIR. SAUDAÇÕES SOLIDÁRIA E

			COMUNITÁRIA...”
Imprecisão quanto a data Postado em 13 de dezembro de 2015	Vila Autódromo	Foto das barricadas	Uso de pneus, frase: “Atropelo das leis e truculências não vão desanimar...A Vila Autódromo Vive.”
17 de dezembro de 2015	Vila Autódromo	Frase escrita no muro que demarcava o Parque Olímpico	“A Polícia serve a justiça, a justiça serve ao Eduardo Paes e o Eduardo Paes serve ao Sr. Carlos Carvalho”
19 de dezembro de 2015	Vila Autódromo	BARRICADAS feitas com latas de lixo	Faixa dizendo: “Estamos sendo expulsos por esse processo elitista e excludente”
30 de dezembro	Vila Autódromo	CONVITE: Passe o réveillon na Vila	
2 de janeiro de 2016	Vila Autódromo/ Capela São José do Operário	MISSA com Dom Orani João Tempesta na presença: Luiz Antônio, Padre Carlinhos e Padre Fábio	
9 de janeiro de 2016	Vila Autódromo	FAIXA com frase em inglês alertando sobre as remoções na comunidade	
9 de janeiro de 2016	Vila Autódromo	FAIXA com frase	“Tantos terrenos vazios no Rio...porque as ameaças de despejo?” “Somos a oportunidade para mostrar que o Rio tem uma política séria” Urbaniza já” “Apesar das ameaças, nós desejamos sucesso nas Olimpíadas.”
13 de janeiro de 2016	Vila Autódromo	SOS VILA AUTÓDROMO	“A TROPA DE CHOQUE ESTÁ FECHANDO A NOSSA RUA NOVAMENTE E COMO SEMPRE NÃO NOS INFORMARAM NADA, ESTÃO FECHANDO A RUA COM TAPUME PRA NINGUÉM PASSAR!!! TALVEZ FAÇAM ALGUMA DEMOLIÇÃO ILEGAL, COMO JÁ FIZERAM. QUEM PUDER NOS APOIAR, VEM PRA CÁ!!!”
14 de janeiro de 2016	Vila Autódromo	SOS VILA AUTÓDROMO	“ACABARAM DE TIRAR A BARRICADA QUE ESTAVA NA ENTRADA DA COMUNIDADE, NA QUAL OS MORADORES ESTAVAM FAZENDO UM PROTESTO PACÍFICO

			DIARIAMENTE, UMA MEDIDA DE SEGURANÇA PARA A PRÓPRIA COMUNIDADE, QUE ESTÁ DESPROTEGIDA. RECOLOCAMOS DE VOLTA, MAS SUSPEITAMOS QUE A TROPA DE CHOQUE VENHA HOJE NOVAMENTE PRA CÁ!! “
14 de janeiro de 2016	Vila Autódromo	DENÚNCIAS	Sub prefeito da barra apontando os dedos para o rosto do morador Itens da barricada foram furtados.
15 de janeiro de 2016	Vila Autódromo	Construção de uma nova BARRICADA	
01 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	Faixa de Agradecimento a radio TUPI	“Obrigado rádio Tupi por dar voz ao povo da Vila Autódromo. Asfalto e Saneamento já”
03 de fevereiro de 2016	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Moradores protocolam documento no qual apresentamos as violações de direitos humanos cometidos pela prefeitura na comunidade e solicitam uma audiência com o Procurador Geral do Estado, Marfan Vieira.	
05 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	VIGÍLIA em frente a Ass. de moradores	
09 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	DENÚNCIA: crachá para entrar em casa	Famílias que moram dentro da obra do parque olímpico precisam usar crachá para entrarem em casa, sendo assim, amigos e filhos acabam sendo barrados
11 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	DENÚNCIA: URGENTE!!! PREFEITURA PRESTES A REALIZAR DEMOLIÇÕES ILEGAIS NA VILA AUTÓDROMO	
11 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	CONVITE: apresentação do Plano Popular da Vila Autódromo / Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural, construído junto com os laboratórios NEPHU/UFF e ETTERN/UFRJ.	
16 de	Vila	CONVITE FORMAL AO	

fevereiro de 2016	Autódromo	PREFEITO E AO O PRESIDENTE DO COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016, CARLOS NUZMAN; Jorge Picciani, presidente da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), : apresentação do Plano Popular da Vila Autódromo / Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural, construído junto com os laboratórios NEPHU/UFF e ETTERN/UFRJ.	
21 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	FAIXA informando sobre a Lei complementar 74	
24 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	Moradores e apoiadores fazem PROTESTO contra a demolição da Associação de moradores. DEMOLIÇÃO DENÚNCIA	Os moradores fizeram protestos, afirmando “a associação não é um prédio, a associação somos nós”. Também se reuniram em frente à associação, poucos minutos antes da derrubada do prédio, com mordanças na boca, para representar a falta de diálogo e truculência da prefeitura. Demolidas A Associação de Moradores e a casa de Heloísa Helena Costa Berto, Mãe de Santo Luizinha de Nanã, que teve 30 min para sair de casa  Guarda Municipal a paisana invadiu a cada de D. Penha, sem mandato, para tirar fotos e filmar. Foi feita ocorrência na 42a. Delegacia de Polícia. A demolição da Associação de Moradores começou com a demolição de três casas que ficam nos fundos do terreno, dentre elas a do presidente da associação, Altair Guimarães. Essas demolições foram realizadas com mandatos judiciais em nomes “fantasmas” (Célia Maria de Souza e Thiago Xavier de Sousa),

			e não dos efetivos detentores da posse dos imóveis, e sem a presença dos mesmos.
25 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	Moradores usam cartaz dizendo: A Associação sou eu. #avilavaificar #urbanizajá	
27 de fevereiro de 2016	Vila Autódromo	LANÇAMENTO do Plano Popular , versão de 2016	<p>Carta dos apoiadores aos moradores da Vila Autódromo: Essa semana foi uma semana intensa para a luta da Vila Autódromo. Começamos com a notícia da derrubada da liminar que protegia a Associação de moradores, e iniciamos uma vigília que ia durar toda a semana. Nesses dias, presenciamos a derrubada da associação, da casa que abrigava o centro religioso da Luisinha de Nanã, e nos vimos na iminência da derrubada da casa da Dona Penha. Mas vimos também a comunidade se encher de apoiadores.</p> <p>O que nós vivemos nessa semana foi um Ocupa Vila Autódromo, com moradores, ex-moradores, apoiadores antigos, e novos, inspirados pela luta guerreira dos que ali permanecem. Estudantes, pesquisadores, militantes, ativistas, moradores de outras comunidades se juntaram para defender a Vila Autódromo e o que ela significa.</p> <p>A Vila Autodromo é o lugar onde o amor à terra não tem preço, um lugar construído a partir de laços de solidariedade e companheirismo. É a vila dos ocupas, onde é possível produzir e experimentar a cultura das pessoas, no lugar da cultura do espetáculo. É a vila onde a universidade e o saber popular se encontram e se misturam, para produzir conhecimento a serviço das lutas e não do capital.</p> <p>A Vila Autodromo é a cidade que queremos e já estamos construindo. Isso a Prefeitura, nem as empreiteiras</p>

			que ela representa podem derrubar!  #AVilaVaiFicar #UrbanizaJá
05 de março de 2016	Vila Autódromo	Raquel Rolnik lança livro na Vila Autódromo E Exibição do documentário Remo(vidas), produzido alunos de Relações Internacionais da PUC	
08 de março de 2016	ALERJ/ Vila autódromo	HOMENAGEM/ DEMOLIÇÃO/ DENÚNCIA	- Dona Penha será homenageada na ALERJ. - Casa da Dona Penha demolida pela Prefeitura com o apoio da Guarda Municipal. - Tropa de Choque da Guarda Municipal isolar a casa da Rafaela e Márcio sem mandado para essa ação
12 de março de 2016	Vila Autódromo	UrbanizaJá: 1ª atividade de urbanização comunitária	primeira atividade de urbanização comunitária da Vila Autódromo com um mutirão para a intervenção e reapropriação do nosso Espaço Cultural#OcupaVilaAutódromo, palco dos nossos lindos festivais, mas que foi parcialmente destruído recentemente. >> Quem tiver aquela sobrinha de materiais de construção, tintas e coisas de decoração será super bem-vindo :)  Masssss, nem só de trabalho duro se faz uma urbanização comunitária! Vai rolar também: > oficina de dança com Allan Pereira > Orquestra Voadora > Pernaltas > dj Fosco (..e outras atividades ainda sendo confirmadas!) Visita do geógrafo David Harvey
15 de março de 2016	Vila Autódromo	Comissão de moradores da Vila Autódromo protocola pedido de reunião com o prefeito Eduardo Paes	Entrega do abaixo-assinado dos moradores para que Eduardo Paes nos apresente o projeto de urbanização da Vila Autódromo
26 de março de 2016	Vila Autódromo	OcupaVilaAutódromo: 15 anos de Flora na Vila	Pra comemorar, mais um lindo Ocupa, com direito à oficina de perna de pau, fanfarra e Lá Vai

			<p>Maria! Sem contar as boas comidinhas de sempre!</p> <p>&gt;&gt; Flora gosta muito de ler, então a ideia é a seguinte: quem quiser presenteá-la, escolhe aquele livro que gostou muito e leva pra ela de presente! Vamos colocar os livros pra circular :)</p> <p>&gt;&gt;A festa é a tarde, mas o Ocupa começa logo pela manhã, com a 1ª Corrida pela Vila e a apresentação da Tocha da Resistência!</p>
28 de março de 2016	Prefeitura	Prefeitura e moradores da Vila Autódromo entram em acordo sobre projeto de urbanização	
30 de março de 2016	Vila Autódromo	Primeira reunião na comunidade após prefeito apresentar o projeto.	
30 de março de 2016	Câmara Municipal	Ato compromisso da defensora pública, Maria Lúcia de Pontes, Superintendente do INCRA, com a Reforma Agrária, a agricultura familiar e os territórios quilombolas	
1 de abril de 2016		Procuradoria do Município marcou uma reunião - para amanhã - com os Defensores Públicos que nos assistem.	
13 de abril de 2016	Vila Autódromo	NOTA: Informações sobre o acordo entre moradores e Prefeitura	<p>A prefeitura apresentou na semana passada uma minuta de acordo acerca das condições de urbanização da nossa comunidade e da construção de novas habitações no local. Após análise do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado, que defende a comunidade, e de nós moradores, a minuta foi apresentada à Procuradoria Geral do Município, e as partes chegaram a um acordo, assinado hoje pelos moradores e prefeitura.</p> <p>As 20 famílias que assinaram o acordo não aceitaram nenhuma negociação anterior para sair da Vila Autódromo, e agora serão</p>

			<p>reassentadas em casas na comunidade que serão construídas pela prefeitura. As 20 casas terão área construída total de 56,46m<sup>2</sup> e área útil de 48,95m<sup>2</sup>, com possibilidade de ampliação, em lotes de 180m<sup>2</sup>. Serão também destinadas áreas para a Associação de Moradores e Espaço de Cultural, para parquinho e quadra poliesportiva. Ao lado das casas estão reservadas áreas para a construção de duas escolas.</p> <p>Durante as obras, as casas que não serão atingidas pelas obras de urbanização e construção das novas moradias serão mantidas e demolidas somente após a entrega das chaves da nova habitação, prevista no acordo para acontecer até 22 de julho deste ano. As famílias que terão que sair para as obras ficarão em casas provisórias no próprio local. Essa foi uma exigência de todos nós moradores, já que tínhamos o fato de que, caso deixássemos a comunidade para as obras de urbanização, sabíamos não teríamos chance de voltar.</p>
19 de abril de 2016	Vila Autódromo	CONVITE para discussão sobre o Museu das Remoções	
23 de abril de 2016	Vila Autódromo	Discussão sobre a construção do Museu das remoções	
28 de maio de 2016	Vila Autódromo	FLUPP na Vila	Festa Literária das Periferias (FLUPP) marcará presença pela primeira vez na Vila Autódromo com presença da autora Jenyffer Nascimento.
25 de junho de 2016	Vila Autódromo	Arraiá Ocupa Vila Autódromo	<p>Se liga na programação:</p> <p>14h: oficina de perna de pau  15h: dj Gomes  15h30: Aula de Forró com Allan Pereira  16h: Nicássia - banda formada por músicos argentinos  18h: Festival InterSessão com a</p>

			<p>exibição dos filmes:  'Contagem Regressiva' - Produzido por Couro de Rato e Justiça Global  'Irmão do Morro' - Bruno Lima/Núcleo Piratininga de Comunicação  'Museu da Maré' - Fagner Quintanilha, Mariana Figueroa, Beatriz Campos, Fabio Andrade, Giovane Farias, João Vitor e Wanner Beatriz (estudantes de arquitetura e urbanismo da Anhanguera)</p>
24 de julho de 2016	Vila Autódromo	Museu a céu aberto	
26 de julho de 2016	Vila Autódromo	Entrega das chaves das casas novas é adiada	<p>“Infelizmente, o ato de entrega foi adiado em função da não finalização das obras de urbanização e da instalação do serviço de eletricidade nas casas e na nova rua criada.</p> <p>É importante destacar que, apesar disso, o secretário Jorge Arraes (no centro da imagem, ao telefone), da Secretaria Especial de Concessão de PPPs, responsável pelos trabalhos de construção das moradias, tentou nos obrigar a receber as chaves mesmo sem a concretização das obras de infraestrutura.</p> <p>Após intervenção do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública, que contatou a Procuradoria do município, ele acatou a nossa demanda de adiamento. “</p>
7 de agosto de 2016	Vila Autódromo	Colocação da Faixa que informa a existência da comunidade ao lado da faixa que informa a existência do Museu das Remoções	
13 de agosto de 2016	Vila Autódromo	Vila Autódromo OCUPA Olimpíada	Venha conhecer o Museu das Remoções, a exposição Revelações Olímpicas e se divertir com o Lá Vai Maria (e quem sabe outras coisinhas...)
25 de setembro de 2016	Vila Autódromo		8h30 Missa campal seguida da benção das casas

			<p>11h Oficina de perna de pau 13h Almoço comunitário - feijoada, churrasco e comida vegetariana! Tudo boca livre :) &gt;&gt; bebida: cada um traz o que for beber e nós garantimos o isopor e o gelo! 15h Cortejo fanfarra 16h Banda Tchururutchu 17h Exibição do filme Olympia 2016</p>
9 de outubro de 2016	Vila Autódromo	Moradores com cartaz: Resiste Izidora	
27 de novembro de 2016	Vila Autódromo	#Ocupa	
13 de janeiro de 2017	Vila Autódromo	PEDIDO DE COLABORAÇÃO	A comunidade conseguiu 40 mudas de árvores para continuar seu replantio e precisa de um carro aberto para pegar essas mudas em botafogo.
16 de março de 2017	Vila Autódromo	Convite para #OcupaVilaAutódromo de Festivais de Cinema	
18 de março de 2017	Vila Autódromo	#OcupaVilaAutódromo de Festivais de Cinema	<p>Programação de filmes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- À Espera da Medalha, dirigido por Lucas Amarildo - 48min</li> <li>- V.A 4598, dirigido por Igor Vidor - 15min</li> <li>- Irmão do morro, dirigido por Bruno Lima - 26min</li> <li>- Vila Autódromo persiste - A importância da cultura, dirigido por Marcinho Nunes e produzido por Coletivo Lá Vai Maria - 10min</li> </ul>
16 de maio de 2017	Vila Autódromo	Museu Nacional vai à comunidade para recolher as peças do Museu das Remoções	
21 de maio de 2017	Vila Autódromo	Resistência- o filme na Vila Autódromo	O Museu das Remoções vai promover a exibição do documentário Resistência, dirigido por Eliza Capai. Como a Vila Autódromo já é sinônimo de Resistência, não podíamos ficar de

			<p>fora dessa.</p> <p>A exibição do filme marcará também o encerramento do "Curso de Museologia Social: poéticas e políticas em movimento a partir de experiências concretas".</p>
10 de junho de 2017	Vila Autódromo	Morador planta novas mudas para a comunidade	
17 de junho de 2017	Vila Autódromo	Arraiá Ocupa Vila Autódromo	<p>PROGRAMAÇÃO :::</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lançamento do livro "Direitos humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa", de Marcela Munch</li> <li>- Intervenção do Lá Vai Maria</li> <li>- Fanfarras e trio de forró</li> <li>- Dj Túlio Baía</li> <li>- Dj Lencinho Smith</li> <li>- E, claro, Quadrilha ♥</li> </ul>
25 de junho de 2017	Vila Autódromo	Projeto futuro da memória! Instituto Goethe.	<p>Oficina Vila Retomada. Coletivo Céu Aberto. De que modo ocupamos o porvir da Vila Autódromo? A partir da experiência com o corpo no território a oficina busca desdobrar essa questão ao fincar bandeiras e retomar espaços desocupados. O convite de retomada é estendido a todos que desejam a permanência da Vila ou que desejam a cidade e não a sua imagem vendável. A luta segue seu curso. Quem puder levar algo para um lanche no final da tarde.</p>
20 de agosto de 2017		<p>Moradores escrevem "Vila Autódromo a 300 m" e "Vila Autódromo 200m" nas proximidades da comunidade</p> <p>Moradores colocam placa informativa escrito "Vila Autódromo" e uma seta logo abaixo da placa da prefeitura que informa a localização do Parque Olímpico</p>	

## Anexo D - Roteiro de Entrevista

Para alcançar o Objetivo 1: Descrever as principais características da comunidade Vila Autódromo

**Você poderia me contar um pouco sobre como era a comunidade Vila Autódromo antes do processo de remoções?**

*. Identificar características relatadas sobre a comunidade e sobre os arredores*

*. Identificar as principais organizações que já estavam presentes na comunidade*

*. Identificar como se dava o convívio entre os moradores*

Para alcançar o objetivo 2: Analisar o processo de remoção de casas da comunidade Vila Autódromo

**O que mudou quando as ameaças de remoções tornam-se mais constantes?  
Como se deu esse processo de remoção das casas na comunidade?**

Para alcançar o objetivo 3: Analisar o papel das principais organizações relacionadas à resistência no âmbito da comunidade Vila Autódromo

**Você poderia me contar um pouco sobre membros de organizações que começaram a frequentar ou que já frequentavam, mas que passaram a estar mais presentes na comunidade a partir das remoções?**

**Por que você acha que eles começaram a frequentar ou aumentaram a presença na comunidade a partir das remoções?**

Para alcançar o objetivo 4: Analisar as ações de resistência às remoções no âmbito da comunidade Vila Autódromo.

**Fale-me um pouco sobre as ações contrárias às remoções que aconteceram no âmbito da comunidade Vila Autódromo.**

### Conclusão

Pergunta-se se o entrevistado deseja fazer alguma consideração final.

Tiram-se possíveis dúvidas a respeito de alguma questão.

Agradece-se pela entrevista.

Anexo E - Processo de Ação Civil Pública



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0002  
*Jo*

*Plan. - Km.*

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO, DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA

93.001.078414-7 (09-H) IJB 26/08/93 13:23  
9. OFICIO, 4. VARA DE FAZENDA P. (D109)  
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO (SORT *Wm*)  
OCUPANTES DA AREA DENOMINADA VILA A

*28/5*  
*27*  
*(R)*

*Jul. 95*

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por seu Procurador infra-assinado, devidamente autorizado (processo administrativo nº 11/000.917/93), vem, com base no art. 19, I e III, da Lei Federal nº 7.347, de 24.07.85, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

com pedido LIMINAR, em face dos ~~DEMBANIER~~ da área denominada "Vila Autódromo", situada ao redor de uma parte do Autódromo de Jacarepaguá, Subzona A-16-A, da Zona Especial 3 (Barra), PA 9.901/PAL 36.071, conforme plantas em anexo, pelo que passa a expor e requerer o seguinte:

*4/95*  
*[Signature]*



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0003/  
ho

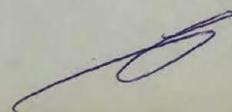
I - DOS FATOS

1. A área denominada "Vila Autódromo" situa-se na "Península de Itapeba", constituída pelo lote 1 do PAL 27.795, pelos lotes 1 e 2 do PAL 29.656 e por outras áreas públicas doadas ao antigo Estado da Guanabara, destinadas a edifícios e logradouros públicos, às margens da Lagoa de Jacarepaguá (plantas em anexo - docs. j.).

2. Os imóveis em questão foram utilizados em grande parte para a construção do Autódromo de Jacarepaguá, cuja execução foi atribuída à SEPE - Superintendência Executiva de Projetos Especiais, nos termos do Decreto "E"-Nº 5.625, de 14.08.72.

3. Por força do Decreto "E" nº 6.296, de 13.07.73, a "SEPE" foi sucedida pela CEPE - Coordenação Executiva de Projetos Especiais, tendo esta as mesmas atribuições daquela autarquia.

4. Com o advento da fusão e o surgimento do Município do Rio de Janeiro, este assumiu as atribuições da antiga "CEPE", na forma do art. 14 do Decreto-Lei nº 02, de 15.03.75, incumbindo-se da construção do Autódromo de Jacarepaguá e das obras de urbanização do local.

 f. l. p.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0004/  
Rt

5. Sucede que, em áreas remanescentes dos imóveis mencionados, não absorvidas pelas obras de construção do Autódromo de Jacarepaguá, desenvolveu-se um processo de invasão de grande porte, erigindo-se diversas construções irregulares, sem qualquer autorização ou licença da municipalidade.

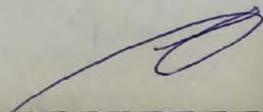
6. Pelo exame das inclusas plantas cadastrais de 1975 e 1990, percebe-se claramente a evolução e extensão da citada invasão, ocorrida em bens do domínio público.

7. O que é pior, ainda, é que as ocupações irregulares em questão, em grande parte, encontram-se situadas em áreas destinadas a logradouro público, fato que concorreu para tornar inviável a urbanização do local.

II - DO DANO AO MEIO AMBIENTE URBANO

8. A desordenada ocupação do solo urbano, é hoje, inegavelmente, das causas que mais profundamente impactam a qualidade de vida dos habitantes das metrópoles.

9. As normas urbanísticas, surgem, pois, como imposições de ordem pública, protetoras do interesse geral da coletividade, objetivando harmonizar as ocupações nas unidades de concentração humana com elementos indispensáveis à sadia qualidade de vida.

 4/11/81



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0005  
BW

10. Das manifestações mais importantes de um plano urbanístico destaca-se a formação da rede viária, com o escopo fundamental de criar condições de circulação, estabelecendo um sistema de logradouros que proporcione acesso, luz e ar às propriedades lindeiras, permitindo, ao mesmo tempo, que se processe o tráfego de veículos e pessoas e a instalação de equipamentos urbanos.

11. Ao lado do sistema viário, e de importância igualmente fundamental nas cidades, destacam-se os espaços livres e praças, como "exigência higiênica de equilíbrio do meio ambiente urbano e de locais de lazer" (J. Afonso Silva - Dir. Urbanístico Brasileiro - Edit. RT - 1981 - pg. 358).

12. Não se compreenderia, assim, aglomerado urbano sem meios regulares de circulação e espaços livres, pois estes formam, na verdade, a estrutura de uma cidade.

13. Ademais, as vias urbanas, nos termos do art. 66 do Código Civil, são bens de uso comum do povo, inalienáveis a qualquer título.

14. No caso em espécie, segundo o PA 9.901/PAL 36.071, ambos atualmente em vigor, demonstrados nas plantas em anexo (docs. j.), não há a menor dúvida de que diversos imóveis irregularmente construídos encontram-se

*[Handwritten signature]*



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0006/80

inseridos em área destinada a logradouro público, bens públicos de uso comum do povo.

15. A título de esclarecimento, é preciso dizer que trata-se de uma invasão que gerou dezenas, senão centenas, de edificações irregulares situadas às margens da Lagoa de Jacarepaguá e dos Rios "Pavuinha" e "Caça Mãe".

16. Inquestionavelmente, a tutela da destinação de áreas públicas é imprescindível para o desempenho de funções urbanas elementares, quais sejam: habitação, recreação, turismo e circulação que, somadas ao trabalho, constituem as funções urbanas essenciais, consoante os princípios do urbanismo moderno.

17. É do âmbito de preocupação do direito urbanístico, assim, a disciplina, visando a um ambiente sadio, de todas as ações humanas relacionadas com o uso do solo. Daí porque, como sublinhado por Diogo de Figueiredo Moreira Neto, deve o mesmo ser tido como um ramo do Direito Ambiental, do qual não pode ser divorciado, posto que dele é espécie (Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico - Forense - 1975).

18. Não há qualquer dúvida, assim, quanto aos reflexos danosos causados ao ambiente urbano pelas ocupações irregulares do solo, especialmente quando verificadas em áreas de bens de uso comum do povo, atingindo, desta forma, o

*[Handwritten signature]*  
42A.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0007/  
Bw

direito de toda a coletividade, inclusive impedindo a municipalidade de implantar ali a rua projetada no PAL 36.071.

19. A legitimidade dos Municípios, estabelecida no Art. 5º da Lei nº 7.347/85, é corolário lógico de sua competência definida no art. 23 da Constituição Federal, especialmente no que atine a seus deveres de proteção do patrimônio público e do meio ambiente (inc. I e VI).

20. A ocupação desordenada do solo urbano constitui inegável fator de degradação ambiental que influi negativamente na qualidade de vida de toda a coletividade.

21. O conceito de preservação ambiental não pode, portanto, ser apartado do bom equacionamento urbano, conceito este, de resto, acolhido pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, no seu art. 468, caput, verbis:

"Art. 468 Na proteção do meio ambiente serão considerados os elementos naturais que constituem a paisagem urbana, tendo por objetivo preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental."

22. Em harmonia, a Lei Federal 6.938, que traça as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, conceitua poluição como "a degradação ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente (art. 3º, inc. III)

fnh.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

0008  
Lio

Procuradoria Geral do Município

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e a bem estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente."

III - DO DANO AO MEIO AMBIENTE NATURAL

23. Outrossim, flagrante a ofensa ao meio ambiente natural, consistente na degradação das espécies de vida animal e vegetal, em função da alegada invasão.

24. Ressalte-se que as edificações irregularmente erigidas no local encontram-se, em sua maioria, ao redor da Lagoa de Jacarepaguá e às margens dos Rios "Pavuinha" e "Caça Mãe", em completo desrespeito às normas pertinentes, especialmente as relativas à faixa marginal de proteção (definida e protegida pela legislação abaixo transcrita).

25. Aliás, algumas das citadas edificações, ainda em fase de construção, chegam até mesmo a invadir o espelho d'água da Lagoa, o que dá ensejo a realizações de aterros manifestamente ilegais feitos pelos invasores, comprometendo, inclusive, os manguezais existentes.

26. Segundo a Lei Federal nº 4.771, de 15.09.65, verbis:

*[Handwritten signature]*  
LWA.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

0009  
JW

Procuradoria Geral do Município

"Art. 20 Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 5 metros para os rios de menos de 10 metros de largura;

2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 a 200 metros de distância entre as margens;

3 - de 100 metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;"

27. Ainda a propósito, a própria Constituição do Estado do Rio de Janeiro, no exercício da competência que lhe foi conferida pela Constituição Federal (art. 225, III), dispõe que:

"Art. 265 São áreas de preservação permanente:

I - os manguezais, lagos, lagoas e lagunas e as áreas estuarinas;

III - as nascentes e as faixas marginais de proteção ambiental;"

28. No mesmo sentido dispõe a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, in verbis:

"Art. 463 São instrumentos, meios e obrigações de responsabilidade do Poder Público para preservar e controlar o meio ambiente:

IX - manutenção e defesa das áreas de preservação permanente, assim entendidas aquelas que, pelas suas condições fisiográficas ou climatológicas, formam um ecossistema de importância no meio ambiente natural, destacando-se:

*[Handwritten signature]*  
flw.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

0010/  
B/D

Procuradoria Geral do Município

a - os manguezais, as áreas estuarinas e as restingas;

b - as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais;

.....  
e - os bens naturais a seguir, além de outros que a lei definir:

.....  
3. as lagoas da Tijuca, de Jacarepaguá, (...);

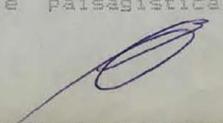
f - as lagoas, lagos e lagunas.

29. A legislação acima transcrita demonstra indubitavelmente que o ambiente natural vem sofrendo graves danos, ainda mais quando se sabe que as diversas edificações no local não estão devidamente aparelhadas com uma rede de esgoto adequada, o que resulta no despejo de detritos e de toda sorte de poluentes na citada Lagoa e Rios.

IV - DO DANO ESTÉTICO, PAISAGÍSTICO E TURÍSTICO

30. Ademais, a denominada "Península de Itapeba", onde se localiza a ocupação em tela, constitui local de extrema beleza, tratando-se de paisagem pitoresca e singular da Cidade do Rio de Janeiro.

31. É evidente que a desorganizada ocupação daquela área agride a beleza estética e paisagística do local.

 f.m.p.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0011

*[Handwritten signature]*

32. Tal qualificação insere a área em questão sob a proteção da mencionada Lei 7.347/85, pois trata-se de manifesta ofensa a bem de inegável valor estético e paisagístico.

33. Saliente-se, também, que a área invadida é contígua ao Autódromo de Jacarepaguá, onde se realizavam, até bem pouco tempo, os Grandes Prêmios da Formula-1 e onde tem lugar atualmente outros eventos automobilísticos de repercussão mundial.

34. O desenvolvimento daquela ocupação, em franca agressão à beleza da região, inibe a atração que a mesma exerce sobre os turistas, inclusive em função dos impactos internacionais gerados a partir das transmissões de imagens para todo o mundo dos eventos esportivos mencionados.

35. Oportuno, a respeito, trazer ao conhecimento as lições do Mestre Paulo Afonso L. Machado, que assevera, verbis:

"Não é exigida prévia classificação da Administração Pública para se conceituar esses bens e direitos. Não se exige, portanto, prévio tombamento provisório ou definitivo do bem. Parafraseando o direito penal, não se trata aqui de norma civil em branco.

Caso não estejam declarados pela Administração Pública em categoria que os inclua na qualidade de bens e direitos tutelados, essa condição poderá ser conhecida e, portanto, provada no curso da ação. A lei não quis subtrair ao juiz a possibilidade de

*[Handwritten signature]*



**Procuradoria Geral do Município**

considerar dignos de proteção, bens e direitos cujo valor ainda não houvera sido protegido pela Administração Pública. Entender de outra forma seria retirar do Poder Judiciário, a possibilidade de examinar lesão a direito individual, o qual, evidentemente, se enquadra, em âmbito maior, no direito social". (art. 153, § 4º da Emenda Constitucional 1/1969) (in Ação Civil Pública)

36. Percebe-se, assim, que a legislação que trata da Ação Civil Pública não exige a prévia definição pela Administração Pública da natureza especial dos bens protegidos.

37. Porém, ainda que assim não fosse, no caso em espécie, o Decreto nº 3.046/86, define a área em questão (Subzona A-16-A), como sendo "destinada a atividades de lazer e a diversões de natureza turística", o que revela o seu inegável interesse sob proteção da citada Lei 7.347/85 (art. 1º, III).

**V - CONCLUSÃO**

38. Pelas razões expostas, nota-se tranquilamente que não só o ambiente urbano, como também o natural, entre outros interesses difusos, encontram-se ameaçados de sofrerem danos irreversíveis, em detrimento de todos.

 f.w.A.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0013

*Handwritten initials*

39. É oportuno mencionar, ainda, que os ocupantes não são apenas pessoas de baixa renda, mas também muitas delas de alto padrão aquisitivo, pelo que se percebe dos tipos de edificações existentes, algumas até mesmo com piscinas e "decks" para lanchas (fotos em anexo - docs. j.).

40. Por isso, a fim de não permitir a expansão da ocupação irregular existente E DE EVITAR MAIORES DANOS, que, atualmente, já atinge grandes proporções, o autor requer, preliminarmente:

- a) seja realizado, sob a direção do Sr. Oficial de Justiça e com o auxílio de força policial, o levantamento de todas as construções existentes no local, apurando-se o nome e qualificação de seus proprietários, diligência que deverá ser feita com a presença de representantes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e de Obras, inclusive para definir o pólo passivo da relação processual;
- b) seja determinado o embargo das obras em andamento, cominando-se a pena de 50 UNIF's por dia, em caso de descumprimento do mesmo, sem prejuízo de configurar tal ato crime de desobediência;
- c) seja recolhido ao Depósito Municipal, com a lavratura do respectivo Termo, todo o material de construção existente no local;

*Handwritten signature* *fls.*



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0014/85

d) seja autorizado o AIJQR a cercar a área e colocar placas indicativas das irregularidades, autorizando imediatamente a atuação administrativa em caso de nova invasão;

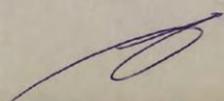
e) seja intimada a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para que esta, após procedido o cadastramento, tome as providências devidas no sentido de evitar novas invasões.

41. Após as providências acima o AIJQR pede a V. Exa. que avalie a oportunidade de conceder liminar para a retirada das pessoas e coisas encontradas no local.

42. A propósito, saliente-se que, se o IMMMA boni iuris está cabalmente demonstrado, o periculum in mora afigura-se igualmente manifesto.

43. Não há a menor dúvida que os danos ambientais sofridos pela região, a cada dia, crescem mais, a ponto de tornarem-se irreversíveis, caso se espere até final provimento jurisdicional.

44. A situação atual não pode, data venia, continuar, sob pena de comprometer irreversivelmente os elementos naturais e urbanos do local.

 AWP.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0015/

45. Por isso, justifica-se, após o cumprimento das providências preliminares, a concessão de liminar para proteger o ambiente urbano e natural, sem se falar no aspecto turístico e paisagístico.

46. Finalmente, requer que todos os ocupantes sejam citados para apresentar defesa, sendo, a final, julgado procedente o pedido no sentido de determinar a retirada das pessoas e coisas encontradas nas áreas ocupadas irregularmente, autorizando a demolição de todas as acessões e benfeitorias existentes, bem como para condená-los ao pagamento dos danos sofridos, a serem apurados em fase de liquidação, em especial os relativos à recuperação ambiental e despesas de demolição, sem prejuízo, ainda, da condenação ao pagamento das verbas decorrentes da sucumbência.

47. Requer, ainda, a intimação do Ministério Público, para acompanhar o presente, na forma da lei, bem como da SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas para prestar todo e qualquer esclarecimento em relação ao assunto.

Protestando pela produção de todas as provas em direito permitidas, especialmente a pericial, dá à causa o valor de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros reais).

FWA.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

0016

*gl*

Para os fins de intimação, o autor indica o seguinte endereço: Rua da Quitanda nº 50, 21º andar, nesta

Termos em que,

A. Deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1993.

*Sardinha junip.*

ROBERTO SARDINHA JUNIOR  
Procurador do Município  
Coordenador de Patrimônio  
da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente

*R. Moraes*

LUIZA RANGEL DE MORAES  
Procuradora do Município  
Coordenadora de Edificações e Meio Ambiente  
da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente

*[Signature]*

EDUARDO BRAGA TAVARES PAES  
Procurador do Município